História Cultura & Patrimônio

Experiências de pesquisa

Organizadores
Tiago da Silva Cesar
Flavio José Gomes Cabral
Luís Manuel Domingues do Nascimento
Maria Emília Vasconcelos dos Santos

História Cultura & Patrimônio

Experiências de pesquisa

História Cultura & Patrimônio

Experiências de pesquisa

Organizadores
Tiago da Silva Cesar
Flavio José Gomes Cabral
Luís Manuel Domingues do Nascimento
Maria Emília Vasconcelos dos Santos

RECIFE, 2016

H673 História, Cultura e Patrimônio : experiências de pesquisa [e-book] / organizadores Tiago da Silva Cesar... [et al.] . –Recife : Editora Universitária da UFPE, 2016.

ISBN 978-85-415-0761-5 (E-Book)

1. História. 2. Cultura. 3. Patrimônio cultural. 4. Pesquisa Acadêmica. I. Cesar, Tiago da Silva. II. Flavio José Gomes Cabral. III. Luís Manuel Domingues do Nascimento. IV. Maria Emília Vasconcelos dos Santos, organizadores

CDU 930.1

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

Apresentação

A presente obra é fruto da ação coletiva de alguns docentes do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco, que objetivando divulgar suas experiências de pesquisa, acabaram por idealizar um livro composto por um conjunto de trabalhos que dialogam com outras trajetórias investigadoras, ligando não apenas pesquisadores de diferentes áreas de atuação, conforme sugere o próprio título, como também instituições de ensino superior de outros Estados, com destaque para o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Trata-se, portanto, de uma empresa coletiva e interdisciplinar que almeja oferecer uma contribuição científica de qualidade, considerando os diversos campos e domínios em que se articulam os textos, a continuação apresentados, alguns ultrapassando a História, mas sem romper com esta, ao lidar com técnicas próprias da Arqueologia, e âmbitos de análise como a Cultura, Memória e Patrimônio.

Apesar da heterogeneidade dos treze trabalhos que compõem a obra, todos eles não deixam de obedecer a um dos três eixos temáticos previamente propostos, que, por fim, acabaram por estruturar a organização e a sequência dos capítulos em: 1º bloco – Leituras, rumos administrativos e experiências políticas; 2º bloco – Cidade e instituições; 3º bloco – Cultura, patrimônio e memória.

Eliane Cristina Deckmann Fleck e Mauro Dillman abrem o primeiro bloco, com o texto intitulado ***Circulação e difusão de literatura religiosa no século XVIII: possibilidades de pesquisa em dois arquivos sul-rio-grandenses***. Amparados em rica análise de livros raros, existentes nos acervos do Memorial Jesuíta da Unisinos e da Bibliotheca Riograndense, de Rio Grande (RS), os autores oferecem importante contribuição para o entendimento acerca da circulação e tradução de livros religiosos na Europa e no Sul da América portuguesa setecentista. Observa-se uma intensa circulação de livros sobre temáticas de natureza diversas, tais quais os que versavam sobre as práticas do bem morrer, da salvação, da veneração à Virgem Maria, constituindo-se, no mais das vezes, em manuais que se prestavam a orientar moral, religiosa e civilmente a sociedade cristã, não se restringindo, como se evidencia, apenas ao Velho Mundo. Colocam-se assim de manifesto suas potencialidades para a pesquisa sobre temas de história religiosa do período colonial brasileiro.

Por sua vez, Marieta Pinheiro de Carvalho, pesquisadora com experiência no período joanino, principalmente no Rio de Janeiro, debruça-se em ***Os servidores do rei: Tradição versus reformismo no mundo luso-brasileiro de início do oitocentos***, na história administrativa brasileira do tempo da Independência. Ancorando-se em fontes existentes nos acervos do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aborda a importância dos servidores do rei, no mundo luso-brasileiro, em face do empenho da Coroa portuguesa, ao longo dos setecentos e início dos oitocentos, em ampliar a condição de nobreza, no sentido de formar uma nobreza de mérito, recrutada pelo soberano em sua política de centralização do poder. Em um segundo momento, a pesquisa procura refletir sobre o embate entre as duas concepções de nobreza, a tradicional e a meritocrática, por meio da análise de duas memórias que abordam a temática.

Flavio José Gomes Cabral e Ana Cláudia de Araújo Santos, utilizando fontes do Arquivo Nacional e do Arquivo Público de Pernambuco, discutem em ***Conflitos entre a velha e a nova ordem: o movimento vintista***

em Pernambuco (1820-1822) os embates políticos ocorridos no mundo luso-brasileiro, em particular na província de Pernambuco, durante os anos 1820, quando a partir do movimento liberal, iniciado na cidade portuguesa do Porto, em 24 de agosto de 1820, reformas drásticas na política e na administração do reino foram propostas com o objeto de constitucionalizar a monarquia e pôr em xeque a política do Antigo Regime. Momento em que os cárceres se abriram libertando "presos políticos", entre os quais alguns revolucionários de 1817, que ainda se encontravam nas cadeias baianas, além da suspensão das antigas restrições sobre a circulação de livros e jornais que impediam a população de ter acesso às informações e, por conseguinte, tomar parte nos assuntos relativos à política.

Em ***Intelectuais e instituições culturais em tempos de autoritarismo: experiência de uma pesquisa histórica***, Diogo Arruda Carneiro da Cunha discute possíveis caminhos teóricos, metodológicos e empíricos para o estudo dos intelectuais. Mais particularmente, para o estudo desses atores políticos e das instituições culturais em contextos de autoritarismo. Trata-se, portanto, de uma reflexão que traz importantes contribuições para a história dos intelectuais brasileiros e, especialmente, quanto às suas relações com a ditadura militar brasileira.

Paulo Roberto Staudt Moreira, Raul Rois Schefer Cardoso e Miquéias Henrique Mugge, em ***"Gozam no mercado da fama de bem morigerados e obedientes": Trajetórias transcontinentais mercantis no oitocentos (Barão de Guaíba / de Lisboa ao Brasil Meridional, 1785/1862)***, realizam um excelente estudo histórico tendo como fio condutor a vida do 1º Barão de Guaíba, Manoel Alves dos Reis Lousada, abastado senhor de terras e de escravos no Rio Grande do Sul imperial. A partir do mapeamento de suas atividades mercantis em diversas localidades da Europa e do Brasil, os autores buscaram compreender os desdobramentos territoriais transatlânticos das elites mercantis, os contextos históricos específicos em que estes se davam, assim como as redes sociofamiliares construídas em busca de conforto afetivo e solidez político-econômica.

O segundo bloco inicia com o estudo de Luís Manuel Domingues do Nascimento, intitulado ***Os cárceres de uma cidade***, onde o arguto especialista analisa a cidade do Recife no contexto histórico da economia modernizante do "milagre econômico", quando se forjou uma nova fisionomia do trabalho no país, marcada, por um lado, pela exacerbação e intensificação da exploração da força de trabalho das classes subalternas e, por outro lado, pela diversificação das atividades econômicas e da criação de novos postos de trabalho. Utilizando fontes impressas bastante heterogêneas (jornais, anuários, conjuntos estatísticos, etc.), o autor constrói um quadro analítico que permite visualizar claramente quem foram os contemplados com tais ganhos e, por conseguinte, a faixa mais extensa da sociedade que se viu alijada das benesses do milagre.

Tiago da Silva Cesar e Ivone Szczepaniak em ***O trabalho penal na Casa de Correção de Porto Alegre (1855-1921)*** traçam uma análise do trabalho penal planejado, porém efemeramente ensaiado durante o primeiro ano de funcionamento do estabelecimento penitenciário modelo, da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passando a figurar, posteriormente, apenas nos discursos de alguns governantes até o ocaso do Império. Com o despontar da República, pelo contrário, serão implementadas *de facto* várias oficinas que gozarão do beneplácito e incentivo das autoridades. Trata-se de um estudo que, lançando mão de fontes manuscritas e impressas, especialmente do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), avança em questões muito caras à história social das instituições punitivas, como a importância do *lucro* como justificativa maior para a criação e manutenção de espaços laborais dentro dos estabelecimentos penitenciários.

Por sua vez, em ***Por que escolher tutelar ao invés de adotar?*** José Carlos da Silva Cardozo nos brinda com uma acurada reflexão sobre a questão de por que os adultos optavam pela tutela ao invés da adoção, justamente num período -início do século XX- em que havia um forte discurso social de valorização e proteção aos menores de idade. Vale lembrar

que a tutela de crianças visava zelar pela saúde, alimentação, moradia e educação destas, e que o encargo era requerido ao Juízo dos Órfãos, para que este gerenciasse os bens e cuidasse da integridade física do menor. O estudo ainda se destaca pelo excelente uso das fontes do Juízo Distrital da Vara de Órfãos de Porto Alegre, pesquisadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Maria Emília Vasconcelos dos Santos e Bruno Melo de Araújo, partindo do decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que estabeleceu as normas para o ensino agrícola brasileiro em todos os níveis e modalidades, analisaram em ***A estruturação do ensino agrícola em Pernambuco na primeira metade do século XX***, como de fato se deu o processo de estruturação do ensino agrícola em nível superior nas décadas de 1930 e 1940. Para reconstruir as etapas de criação, assim como o sentido organizacional das instituições, os autores lançaram mão de documentos normativos pesquisados nos acervos legislativos do Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE), no Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e em enlaces na Web.

O último bloco inicia com o estudo de Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, intitulado ***A cal da ilha de Itamaracá: cenário físico-geográfico influenciando a condução e articulação produtiva da cal na economia do Brasil colonial***. Valendo-se de fontes primárias, prospecções arqueológicas, mapas e iconografias, além do reconhecimento geográfico do local, a autora logrou colocar de manifesto a importância da produção da cal, como produto comercializável, durante o período colonial na ilha pernambucana de Itamaracá, entre os séculos XVII e XVIII. O produto, como objeto de estudo, contribuiu para um largo entendimento das estruturas econômicas e sociais das cidades coloniais brasileiras, tendo sido utilizado em diversas construções do período em destaque.

Questões relacionadas às comunidades quilombolas, como lugar de memória, também são discutidas por Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Alexandre Bittencourt Leite Marques, no instigante texto intitulado ***Da***

escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco. A pesquisa abre janelas para compreender um pouco a história da escravidão, a presença e cultura negra em Pernambuco, num município pernambucano, que em tempos coloniais esteve encravado nos sertões do Ararobá, conhecido pelas atividades ligadas à agropecuária promovida e desenvolvida pelos colonos e seus escravos atraídos para a região.

Ricardo de Aguiar Pacheco, em ***Um museu monumento: o Museu Regional de Olinda***, analisa a importância dos museus contemporâneos que, como herdeiros de diferentes experiências de coleta e guarda de objetos, possuem hoje acervos da cultura material de grande valia para a produção de pesquisas e reflexões acerca de temas específicos. No caso do Museu Regional de Olinda (Mureo), o autor situa sua criação no marco de uma estratégia de consolidação da memória social sobre o passado colonial da cidade de Olinda, primeira capital de Pernambuco. Procura, assim, problematizar os possíveis sentidos atribuídos ao Mureo e ao seu acervo, num momento histórico que antecede a formulação da política nacional de preservação do patrimônio histórico vivido no Brasil nos anos 1930.

Ana Cláudia de Araújo Santos e Emanuela Sousa Ribeiro encerram esta coletânea com ***A fotografia entre dores: memórias da Ditadura Militar na Universidade Federal de Pernambuco***. Nesse estudo, as autoras apresentam reflexões sobre a utilização da fotografia como fonte de pesquisa, discutindo os aportes teórico-metodológicos para o desenvolvimento do registro da informação fotográfica, fundamentado em teóricos da área da Ciência da Informação, da Antropologia e da História. Fazendo uso da metodologia adaptada de Guran, o estudo analisa um conjunto de vinte e sete fotografias que retratam a visita realizada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelo então presidente Castelo Branco, em 15 de agosto de 1966. Esse conjunto é parte do acervo institucional da UFPE, que em sua totalidade compõe vinte cinco mil fotografias, atualmente objeto de um projeto de indexação e acondicionamento.

Antes de entregar a presente obra aos nossos potenciais leitores, gostaríamos ainda de registrar nosso singelo agradecimento pelo apoio institucional aos colegas, funcionários e alunos do Curso de História e da Especialização em História do Nordeste do Brasil, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Pois como diria o velho Freire, "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino".

Tiago da Silva Cesar
Flavio José Gomes Cabral
Luís Manuel Domingues do Nascimento
Maria Emília Vasconcelos dos Santos

Boa Viagem, abril de 2016

Leituras, rumos administrativos e experiências políticas

Circulação e difusão de literatura religiosa no século XVIII: possibilidades de pesquisa em dois arquivos sul-rio-grandenses

Eliane Cristina Deckmann Fleck
Mauro Dillmann

Introdução

A Europa do Setecentos vivenciou uma grande expansão da publicação de escritos de religião, filosofia, política, ciências naturais, história e medicina, que passaram a ocupar espaço privilegiado em livrarias e bibliotecas europeias (CHARTIER, 2002, p. 98), fenômeno decorrente, em grande medida, da difusão da leitura, do sucesso dos pequenos formatos e da diminuição dos preços dos livros (CHARTIER, 1994, p. 189). Em Portugal, observa-se tanto o expressivo aumento da publicação de textos de variada natureza, quanto o incremento do mercado editorial, que se firmava cada vez mais em Lisboa (ARAÚJO, 1997, p. 93), como comprovam a tradução e a reedição de livros religiosos destinados à instrução moral e teológica do clero e dos fieis leigos, quer fossem eles homens ou mulheres.

Estes livros, que se apresentavam como manuais e continham exercícios, meditações, súplicas e orações, tinham, em sua maioria, a finalidade de orientar moral, religiosa e civilmente a sociedade cristã, não se circunscrevendo à Europa. Muitos deles tiveram ampla circulação e difusão, como comprovam os exemplares registrados nos inventários dos acervos de bibliotecas privadas e de instituições religiosas regulares ou seculares da América portuguesa.

Nossa intenção neste artigo é justamente a de evidenciar a circulação de livros religiosos entre Portugal e o sul da América lusa durante o século XVIII, ou ao menos daqueles que foram publicados nesse período, a partir de um levantamento preliminar realizado junto ao arquivo *Memorial Jesuíta*, mantido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com sede na cidade de São Leopoldo/RS, e, também, junto à *Bibliotheca Rio grandense,* instituição privada, mas com atendimento ao público, localizada na cidade de Rio Grande/RS. Queremos, ainda, apontar para as potencialidades destes arquivos e destas fontes para pesquisas que enfoquem aspectos relativos a representações e discursos religiosos do período moderno na Europa, ao processo de produção dessa literatura religiosa, à circulação destes livros pela América e à compreensão em relação às manifestações de religiosidade do período colonial brasileiro, considerando as possibilidades de leitura e instrução disponíveis na época.

Literatura religiosa entre a Europa e a América

Na época moderna, sobretudo no período pós-tridentino, ainda fortemente marcado pela Reforma Católica, a Igreja recorreu à publicação de livros religiosos de caráter moral e doutrinário para divulgar modos ideais de devotar e expressar a fé e instruir a respeito de práticas de confissão, de penitência, de preparação para a morte e de oração.

Por possuírem um pequeno formato, favorável ao manuseio e transporte, favoreciam tanto leituras individuais quanto leituras coletivas, realizadas durante reuniões familiares ou lições catequéticas, facilitando a apropriação de seus discursos pelos ouvintes. Desse modo, ensinamentos

sobre condutas a serem observadas para a salvação das almas, modos de viver santamente e maneiras de bem morrer atingiam com sucesso os fiéis católicos, tanto pela audição, quanto pela leitura ou visualização das imagens/gravuras que os ilustravam.

Esse sucesso pode ser observado no número de edições que esses manuais de devoção dos séculos XVII e XVIII tiveram,[1] sendo que alguns deles chegaram a ser reeditados no século XIX e, até mesmo, no século XX. Muitos deles receberam inúmeras reimpressões ao longo de mais de um século, o que parece indicar sua aceitação entre os leitores católicos e o reconhecimento de sua importância pela Igreja Católica.[2] Cabe lembrar que somente após ganharem licenças do Santo Ofício, que consistiam de pareceres favoráveis e elogiosos que recomendavam sua leitura, estas obras recebiam autorização para serem publicadas e divulgadas.

Dentre esses livros se encontram os manuais de bem morrer, os manuais marianos e a "produção ascética e penitencial", que apresentam distinções pouco precisas entre si (ARAÚJO, 1997, p. 148). Apesar dessa imprecisão, pode-se dizer que, em geral, eram manuais para orientar o fiel sobre como devotar corretamente, sobre os modos de bem viver e de preparar-se para a boa morte, e, ainda, para instruí-lo sobre a salvação ou condenação da alma, alertando-o sobre os sofrimentos transitórios no Purgatório e eternos no Inferno. A eles recorriam os padres, em suas missas e sermões, os confessores, em seus confessionários, os clérigos regulares, em suas meditações, e os leigos em sua vida cotidiana, uma vez que muitos deles propunham-se a ser "livrinhos" de ensinamentos diários.

1. Dentre estes manuais, se encontra o *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*, do dominicano português João Franco, publicado inicialmente 1731 e com reedições até 1882. Sobre esta obra, ver mais em: FLECK; DILLMANN, 2012 e 2013. Outras referências sobre este autor e sua obra também podem ser conferidas em: LOUREIRO, 1994; ARAÚJO, 1997; RODRIGUES, 2005, p. 63; RIBEIRO; SANTOS, 2013; RODRIGUES, DILLMANN, 2013.

2. Destacamos o grande número de edições no século XVIII que receberam *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*, do dominicano João Franco, e *Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*, do jesuíta Estevam de Castro. Entre as obras que até o século XIX e XX receberam várias edições, se encontram *Introdução à vida devota,* de São Francisco de Sales, e *Imitação de Cristo,* de Tomás Kempis.

Entre os ensinamentos – todos vinculados ao conhecimento pleno da doutrina cristã – estavam orações, exercícios de caridade e orientações relativas a condutas morais que deveriam ser considerados pelos fiéis em suas reflexões religiosas diárias, realizadas antes ou após as orações, antes de dormir, antes da confissão ou quando o fiel fosse alvo de tentações.

Vale lembrar que tanto as campanhas de conversão, quanto a difusão desta literatura religiosa ao longo do século XVII visavam à observância de condutas morais e religiosas que obedecessem às leis de Deus (FLECK, 2004, p. 260). Nelas, encontraremos relacionados diferentes modos de viver santamente, todos eles associados a personagens cujas vidas haviam sido marcadas pela humildade, caridade e pobreza. Além de referências à Bíblia, muitos desses manuais contam com menções a doutores da Igreja, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, e, também, a filósofos clássicos grecorromanos, de modo a reforçar e incentivar a piedade nos fiéis leitores/ouvintes.[3] E as diferentes publicações não apresentavam uma única unidade doutrinária, uma vez que seus autores poderiam representar expressões de pensamento e de sentimento religioso diversas, dadas as várias correntes de espiritualidade presentes na Europa moderna.

Em geral, esses manuais associavam a liturgia católica à dramatização do destino do homem no além, investidos de um esforço pedagógico de introspecção e de apropriação da teologia moral católica (ARAÚJO, 1997, p. 146), com a intenção de orientar e conduzir os leitores católicos em suas vidas cotidianas (FLECK; DILLMANN, 2012). Estratégia que pode ser observada, também, no incentivo à memorização de rezas, ladainhas, cânticos e passagens bíblicas (ARAÚJO, 1997, p. 145).

Na França, entre 1650 e 1730 – período da "maré alta da Reforma Católica" –, a Igreja incentivou a "bagagem livresca" que os "bons" padres deveriam possuir. Além da Bíblia e dos catecismos, eles deveriam ter consigo

3. Para a análise de uma única publicação religiosa ver MORUJÃO, 1998; OLIVEIRA, 2004; LOUREIRO, 1994. E para a análise de várias obras religiosas que circularam em Portugal, ver MARQUES, 2010, p. 300; ARAÚJO, 1997. Um levantamento da literatura religiosa presente na clausura feminina do século XVIII português foi realizado em MORUJÃO, 2002.

obras com comentários da Sagrada Escritura, livros de teologia moral e leituras espirituais. Tratava-se, como bem observado por Dominique Julia, do "esforço pedagógico da Contrarreforma", que pretendia fazer "dos membros do clero paroquial homens de estudo e de livros" (JULIA, 1999, p. 92). Este empenho pode ser observado no livro *Buquê da* missão (1700), escrito pelo escolástico Jean Leuduger, no qual encontramos uma lista de "bons livros", dentre os quais estavam obras de Barry, Francisco de Sales, Luís de Granada, Alfonso Rodrigues e Lorenzo Scupoli.

Na França, esse tipo de literatura já vinha sendo editada e publicada, com regularidade, desde o século XVII, por livreiros que eram, eles próprios, "com frequência intimamente ligados a uma ordem ou a uma congregação, um seminário, uma corrente espiritual" (JULIA, 1999, p. 108). Já desde o século XVI, em Portugal e na Espanha, os manuais eram escritos por jesuítas, dominicanos, franciscanos e oratorianos, religiosos que se percebiam "[como] o[s] representante[s] do saber, (...) do pensamento teológico-especulativo e da teologia moral, da exegese bíblica e da catequese doutrinária, o que se refletia no conjunto da produção impressa" (MARQUES, 2010, p. 294).[4]

Na Espanha do "século de ouro", segundo Antonio Castillo Gómez (2014, p. 42), "as leituras mais apropriadas tanto aos cavaleiros cristãos como às mulheres deviam aludir a questões morais e de virtude; naturalmente, com prévia prescrição e aprovação das autoridades eclesiásticas", o que parece explicar a constatação de que a bíblia, diversos livros do Frei Luís de Granada e do Frei Pedro de Alcantara, as vidas de santos – notadamente o *Flos Sanctorum* – e obras de Teresa de Ávila estivessem entre as mais lidas.

Para a historiadora portuguesa Ana Cristina Araújo (1997, p. 96), que estudou inúmeros manuais de preparação para a morte, esta literatura religiosa, que "alimenta[va] a reflexão dos homens de Deus",

4. Este historiador analisou os livros religiosos publicados por tipografias portuguesas do século XVI, chamando a atenção para os "tesouros bibliográficos da história cultural portuguesa".

reforçava, ainda, a necessidade do arrependimento dos pecados, atitude tida como fundamental para uma conduta que observava os "mistérios da religião". Este enquadramento dos religiosos e dos fiéis estava diretamente relacionado com os meios considerados eficazes para despertá-los à vida devota, dentre os quais estava o pensamento na morte, as visitas aos cemitérios e aos túmulos, as considerações sobre a imortalidade da alma (ARAÚJO, 1997, p. 147) e os alertas sobre os possíveis sofrimentos eternos das almas pecadoras.

É certo que alguns desses manuais publicados em Portugal e na Espanha nos séculos XVII e XVIII, atravessaram o Atlântico, como evidenciam as "aquisições de manuscritos e impressos feitas pelo clero secular e pelas ordens religiosas, que mantinham essas obras em suas bibliotecas" (ARAÚJO, 1997, p. 147).[5] A historiadora Laura de Mello e Souza já apontava, no final dos anos 1980, para essa circulação de obras religiosas e ideias entre a metrópole e a colônia. Posteriormente, a análise da circulação destas obras na América, ganhou interessante abordagem nos trabalhos de Leila Algranti (1994).

A aquisição e a circulação de obras religiosas entre religiosos e fiéis católicos instalados na América Portuguesa foram também destacadas por Luiz Villalta (1998). De acordo com esse pesquisador, o historiador Alcântara Machado, ao analisar 450 inventários de moradores de São Paulo, no século XVII, verificou que, dos 55 livros que foram relacionados em 15 deles, a maioria era de "obras devocionais", como *Horas de rezar em linguagem, Floro Cristiano* e *Imagem da vida cristã.* Já a historiadora Maria Aparecida de Menezes Borrego (2009) constatou muitos livros religiosos nos inventários *pos-mortem* de alguns comerciantes paulistas. Sabe-se que muitos destes livros integraram acervos de bibliotecas de ordens religiosas, como se pode constatar no inventário da chamada *Livraria* da Fazenda jesuítica de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RIBEIRO; SANTOS, 2013), e no inventário do acervo da biblioteca particular do militar José da Silva Paes,

5. Valer conferir também o levantamento realizado por RIBEIRO; SANTOS, 2013; VILLALTA, 1998.

analisado por Ana Cristina Araújo (1999), que contava com 437 títulos, dos quais 68 pertenciam à categoria "Religião".

Mas o acesso a esses manuais também se dava através do comércio de livros entre a Europa e o Brasil. Ao final do século XVII, este comércio se encontrava nas mãos de negociantes particulares, que, muitas vezes, atendiam às encomendas feitas por leigos católicos. Dentre os que se dedicavam a este tipo de atividade, a historiadora Lúcia Neves (2002, p. 03) destaca o caso do português João Roberto Bourgeois, que chegou ao Rio de Janeiro, em 1782, e se tornou um dos maiores editores no início do século seguinte, como comprovam as notícias sobre "obras novas" disponíveis em sua loja que circulavam nos jornais da cidade.

Os estudos realizados por Villalta (2015) e Neves (2002) revelam que estes manuais ingressaram no Brasil através de editores, comerciantes e de religiosos seculares ou regulares enviados à América no século XVIII e XIX, que constituíram tanto os acervos de seminários religiosos, quanto os de bibliotecas privadas. É sobre algumas destas obras, em especial, as que compuseram as bibliotecas de seminários da ordem jesuíta ou bibliotecas da elite letrada do sul do Brasil que nos debruçaremos na continuidade, especialmente aquelas contidas nos acervos do *Memorial Jesuíta* e da *Bibliotheca Riograndense*.

O *Memorial Jesuíta Unisinos*: origens e composição de seu acervo

Criado em 2008, o arquivo do *Memorial Jesuíta Unisinos* se encontra sob a guarda da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo/RS, e reúne livros que integravam as bibliotecas de diversos colégios e seminários da Ordem.[6] O acervo, constituído de "mais de 200 mil itens, entre os quais um expressivo número de obras raras", contempla, ainda, "coleções de periódicos e

6 O acervo do *Memorial* é constituído das bibliotecas do Colégio Cristo Rei, de São Leopoldo, do Colégio Anchieta, de Porto Alegre, do Colégio Santo Inácio, de Salvador do Sul, do Colégio Gonzaga, de Pelotas, do Colégio Stella Maris, de Rio Grande (ARENDT, 2012).

documentos relativos à memória e à história de atuação dos jesuítas no sul do Brasil" (ARENDT, 2012, p. 472). Dentre os títulos de literatura religiosa, produzida, editada e publicada na Europa entre o século XV e o XX, encontram-se mais de 2.600 títulos. Estas, contudo, não se restringem a publicações produzidas pela Companhia de Jesus, podendo-se encontrar obras publicadas pela Igreja católica e por outras ordens religiosas atuantes na Europa e na América.

As coleções, em vários idiomas (latim, francês, espanhol, inglês, alemão, italiano e português), foram reunidas, "a partir da década de 1840, pelos jesuítas em diversas bibliotecas, necessárias a suas atividades educacionais, pastorais e sociais", portanto, pode-se dizer que o acervo começou a ser formado há cerca de 175 anos. Grande parte do acervo tem, infelizmente, procedência indeterminada, devido à ausência de assinaturas, carimbos ou catalogação prévia, contudo, supõe-se que algumas tenham sido trazidas por jesuítas alemães que se instalaram no sul do Brasil nas primeiras décadas do século XIX.[7]

Cabe destacar que a Companhia de Jesus foi expulsa da América portuguesa em 1759 e oito anos depois dos domínios espanhóis, em um contexto marcado pela política ilustrada adotada pelos monarcas em Portugal e na Espanha. Seus membros foram acusados de atuarem com demasiada autonomia, de serem promotores da desordem social, inspiradores de revoltas e, ainda, de serem contrários ao desenvolvimento econômico dos reinos, razão pela qual a Companhia foi supressa em 1773 (FLECK *et. al.*, 2014, p. 14-15). Apesar de a Ordem ter sido restaurada em 1814, por iniciativa do Papa Pio VII, seus membros retornaram ao Brasil somente entre 1842 e 1845, já durante o Segundo Reinado, ingressando pelo Rio de Janeiro e dirigindo-se, posteriormente, ao sul para atuar em missões populares. A atuação da Companhia de Jesus se dará em uma conjuntura em que a Igreja, reagindo à laicização e à secularização, buscará retomar a

7. Dentre os jesuítas de origem alemã que chegaram ao Rio Grande do Sul (Brasil), em 1849, estão o padre Agostinho Lipinski, o irmão João Sedlach e o irmão Antonio Sonntag.

mística eclesiástica e a ortodoxia doutrinária, litúrgica e disciplinar propostas pelo Concílio de Trento, num movimento que receberá, posteriormente, a denominação de Restauração Católica (RAMBO, 2002, p. 286-287). A fixação dos jesuítas no sul do Brasil se deu, efetivamente, em 1845, mediante solicitação da Província para que atendessem espiritualmente os imigrantes alemães católicos instalados nas proximidades da cidade de São Leopoldo (RODRIGUES, 2014, p. 317).

É acertado afirmar que o acervo do *Memorial Jesuíta* teve início com os livros e manuais de devoção trazidos nas bagagens destes religiosos enviados ao Rio Grande do Sul, número que, seguramente, foi ampliado, nos anos seguintes, através de aquisições feitas para as bibliotecas das escolas e seminários que fundaram entre os séculos XIX e XX. A maioria dos livros religiosos que localizamos neste acervo, conforme poderá ser constatado no levantamento exposto no Quadro 1, foi escrita por autores europeus dos séculos XVII [1630, 1632, 1649] e XVIII [1747, 1761, 1792 e 1794], tendo sido reimpressa e reeditada por séculos. As repetidas edições destas obras parecem evidenciar a importância que elas adquiriram tanto na formação do clero regular e secular, quanto na orientação das condutas dos fiéis católicos, que deveriam *viver e morrer santamente*.

QUADRO 1: Levantamento de livros religiosos no acervo do Memorial Jesuíta Unisinos

Obra	Edições
ALONSO, Rodrigues. *Exercício de perfeição e virtudes cristãs*.	Edições 1886, 1954
BAUDRAND, Barthélemy (1701-1787). *Pensai-o bem, ou, cuidados da alma*	Edições 1869, 1888,
BERNARDES, Manuel. *Direção para ter os nove dias de exercícios espirituais.*	Edições 1725, 1757
BERNARDES, Manuel. *Luz e calor: obra espiritual para os que tratam do exercício de virtudes e caminho da perfeição.*	Edições 1758, 1871
BONETA, Joseph. *Gritos das almas no Purgatório.*	Edição 1869
CALATAYUD, Pedro de. *Doutrinas practicas que costuma explicar nas suas missões o padre Pedro de Calatayud*.	Edição 1747 (4v.)
CASTRO [FRANCO], João. *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente.*	Edição de 1882
CRASSET, Jean. *Retiro espiritual (...) para aqueles que desejam segurar uma boa morte*.	Edição 1851
GRANADA, Luis de. *Guia de pecadores e exortação à virtude.*	Edições de 1794, 1873
LAVIOSA, Bernardo. *Vita di Santa Maria Francesca delle cinque Piaghe di Gesu Cristo.*	Edição de 1866
MARSOLLIER, Jacques. *Vida de S. Francisco de Sales. Bispo e Príncipe de Genebra, Instituidor da Ordem da Visitação de Santa Maria.*	Edição de 1792

Obra	Edições
MARTÍNEZ DE LA PARRA, Juan. *Luz de verdades cathólicas*	Edição 1761
MENDONÇA, Francisco de. *Primeira parte dos Sermões do P. Francisco de Mendonça da Companhia de Jesus.*	Edição 1632-1649
MONTEIRO, Diogo. *Arte de orar.*	Edição 1630
NIEREMBERG, Juan. *Diferença entre o temporal e o eterno.*	Edição 1945
SACRAMENTO, Antonio do. *Ventura do homem predestinado*	Edição 1938
SALAZAR, Francisco de. *Affectos e consideraçoens devotas*	Edição 1750
SALES, S. Francisco. *Introdução à vida devota.*	Edição 1986
SARMENTO, Francisco. *Flos sanctorum ou santuário doutrinal*	Edição 1859
SCUPOLI, Lourenço. *Combate Espiritual*.	Edição 1864
SEGNERI, Paolo. *Mana del Alma.*	Edições 1853, 1867
SEGNERI, Paolo. *Devoto da Virgem maria (El devoto de la Virgen)*	Edição 18??
VILLACASTIN, Tomás. *Manual de Exercícios Espirituais para ter oração mental em todo o discurso do ano.*	Edição 1926
VOZ de Jesus Cristo pela boca dos párocos...	Edição 17??

Fonte: Elaboração dos autores a partir da consulta ao Catálogo do referido arquivo.

A *Bibliotheca Riograndese* e o acervo de obras raras

A *Bibliotheca Riograndense* foi fundada em 1846 pelo português João Barbosa Coelho (1819-1909) e, inicialmente, chamava-se Gabinete de Leitura, uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de associação, mas que, por colocar a consulta ao seu acervo à disposição da população, é chamada de "pública", pelo menos desde a primeira década do século XX. Localizada no centro da cidade do Rio Grande/RS, a biblioteca conta com mais de 450 mil obras, muitas delas raras, especialmente aquelas publicadas entre os séculos XVI e XIX. O setor de Obras Raras conta com um número estimado de 1500 obras, cuja procedência, com exceção dos exemplares que compõem o "Acervo Silva Paes" e que pertenceram ao militar, é desconhecida, bem como a identidade de seus primeiros possuidores.

Em 1886, por ocasião dos 40 anos de sua fundação, circulou um pequeno jornal, o *15 d'Agosto*, no qual foi publicada uma série de textos que tinham por objetivo celebrar o aniversário da biblioteca. O historiador Francisco das Neves Alves (2005, p. 18) reuniu diversos destes artigos, dentre as quais destacamos o texto de um Sr. "E. Vanorden", que dizia possuir esta biblioteca "livros úteis, versando sobre diversos ramos das ciências e das artes e alguns dicionários e enciclopédias modernas que convidam o moço estudioso e até o homem de gabinete a visitarem este estabelecimento com proveito tanto para si mesmo como para as investigações que os ocupam". Dez anos depois, em 15 de agosto de 1896, no cinquentenário da biblioteca, o jornal *Diário do Rio Grande* publicou artigos que relatavam a importância da instituição para a cidade, entre os quais um que destacava as "obras raríssimas pela sua antiguidade, raridade de edições, luxo, etc., verdadeiras preciosidades", consideradas "altamente cotadas pela sua vestutez, raridade e por estarem em edições esgotadas" (ALVES, 2005, p. 28), dentre as quais se encontram *Galerias das ordens religiosas e militares desde a antiguidade até os nossos dias* (1643), *Cirurgia Reformada* (1715), *Memórias da literatura portugueza, 8 volumes* (1702), entre outras.

No setor de obras raras da *Bibliotheca Riograndense* podem ser também encontrados os livros do "Acervo Silva Paes", composto por livros que efetivamente pertenceram ao militar "fundador" da cidade, José da Silva Paes, e que apresentam temáticas bastante variadas, incluindo obras de devoção, de medicina, de história, de engenharia e de aritmética, publicados na Europa moderna e editados em diversos idiomas como português, espanhol, latim, francês, inglês e italiano. O levantamento que realizamos no setor de Obras Raras desta biblioteca aponta, efetivamente, para a difusão das obras, as possibilidades de leitura e os discursos que circulavam e eram compartilhados no século XVIII. Abaixo, o Quadro 2, que apresenta o levantamento de livros religiosos dos séculos XVII e XVIII (ainda que alguns tenham edição no século XIX e XX) publicados na Península Ibérica, e que circularam pela América lusa, e que compõem o acervo da *Bibliotheca Riograndense*. Como no Quadro 1, optamos por apresentar as obras pela ordem alfabética do sobrenome dos autores.

Quadro 2: Levantamento de livros religiosos no acervo da *Bibliotheca Riograndense*

Obra	Edições
(ANÔNIMO), *Pão partido em pequenos para os pequeninos da casa de Deus.*	Edição 1696
(ANÔNIMO), *Diálogo da esfera celeste e terrestre.*	Edição 1751
(ANÔNIMO), *Terremoto destruído, ou, Escudo celestial contra os terremotos, peste, raios, trovoes e tempestades.*	Edição 1757
BARROS, Padre André de. *Vida do apostólico padre Antonio Vieyra.*	Edição 1746
BENEGASSI Y LUXAN, Joseph. *Vida del glorioso San Damaso.*	Edição 1763
BERNARDES, Manoel. *Os últimos fins do homem, salvação e condenação eterna.*	Edição 1728
CASTRO, João Bautista. *Vida do glorioso patriarca S. Joseph.*	Edição 1761
CAUSINO, Padre Nicolas. *La Corte Santa.*	Edição 1670
CUNHA, Troillo de Vasconcelos da. *Espelho do invisível.*	Edição 1714
JESUS, Thomé. *Trabalhos de Jesus (...) & coisas mais notáveis (...) para os evangelhos que se pregam*.	Edições 1666, 1773
LIMA, Luiz de Torres. *Avizos do Ceo.*	Edição 1761
LOREA, Antonio de. *David penitente, en presas Morales, politico cristianas.*	Edição 1673
LOZANO, Chistoval. *David perseguido, y alivio de lastimados.*	Edição 1725
MARQUES, Juan. *El governador Christiano.*	Edições 1652, 1644, 1664
SALAZAR, Francisco. *Afetos e considerações devotas.*	Edição 1743
SALZEDO, Marcos. *Norte de capellanes y guia de militares.*	Edição 1727
SANTA ANNA, Joseph. *Os dous atlantes da Ethiopia.*	Edição 1735

Fonte: Elaboração dos autores a partir da consulta ao Catálogo do referido arquivo.

As potencialidades dos dois acervos para pesquisas sobre história religiosa

A literatura religiosa – como a encontrada no acervo do *Memorial Jesuíta* e na *Bibliotheca Riograndense* – torna-se interessante fonte para pesquisadores interessados em compreender as motivações para a construção de certos discursos religiosos em um dado contexto histórico e em apreender a dinâmica que caracteriza o processo de difusão e recepção desta literatura nos domínios coloniais ultramarinos lusos. Nossa intenção, ao compartilhar os levantamentos realizados nestes dois acervos, é, justamente, a de destacar sua riqueza e apontar para potenciais temas a serem explorados pelos pesquisadores interessados tanto no campo das religiões e das religiosidades,[8] quanto nas práticas de escrita e de leitura e na circulação de discursos religiosos na época moderna.

Obras como *Combate Espiritual,* do italiano Lorenzo Scupoli (1530-1610), *Introdução à vida devota,* do francês São Francisco de Sales (1567-1622) e *Pensai-o bem, ou, cuidados da alma* do francês Barthélemy Baudrand (1701-1787), cujas edições de 1986, 1864 e 1869-1888, respectivamente, se encontram no *Memorial*, nos permitem reconstituir as premissas religiosas católicas dos séculos XVI e XVII sobre temas como devoção, virtude e salvação.[9] Em relação ao estudo das concepções de virtude e de paixão humana (tais como o amor, ódio, tristeza, alegria, inveja, piedade) vigentes no período moderno, destacamos a obra *Exercício de perfeição e virtudes cristãs*, de Rodrigues Alonso (1538-1616), que conta com exemplares das edições de 1886 e de 1954 e também a obra *Afetos e considerações devotas,* de Francisco Salazar, com edições de 1743 e 1750, presentes nos dois arquivos aqui mencionados.

8 No Brasil, o campo de estudos das religiões e religiosidades se expandiu com força nos últimos anos, através das atuações destacadas dos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), que, nas suas diversas regionais, têm promovido eventos (Simpósios, Encontros, Seminários) e, também, através da *Revista Brasileira de História das Religiões* que, desde 2008, tem contribuído para a divulgação da produção acadêmica que contempla abordagens da Teologia, da História, da Sociologia e da Antropologia.

9 Em outra oportunidade, refletimos sobre a devoção e representação da Virgem Maria – a partir dos discursos do manual *Mestre da vida* – como modelo eficaz a ser seguido pelos fieis para a obtenção da salvação da alma no momento da morte, dado o seu caráter maternal e funções de intercessão, mediação e auxílio salvacionista (FLECK; DILLMANN, 2012).

As representações da morte e do morrer também fazem parte dos temas passíveis de serem analisados, pois muitas das obras que se encontram em ambos os acervos se destinavam à orientação do fiel católico sobre como deveriam proceder para ter uma *boa morte*.[10] Dentre os manuais que se dedicavam a estas instruções, destacamos o do francês Jean Crasset (1618-1692), *Retiro espiritual (...) para aqueles que desejam segurar uma boa morte*, que conta com uma edição de 1851, o do padre português João Franco, *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente*, que conta com uma edição de 1882, e o de Francisco Salazar, já apontado.

Como os próprios títulos sugerem, estas obras visavam, prioritariamente, ao regramento das condutas morais e religiosas dos fiéis católicos, de modo a assegurar-lhes a salvação da alma. Os pecados e seu contraponto, as virtudes, eram, por isso, temas recorrentes em muitas das obras que constam no levantamento realizado, dentre as quais destacamos a do padre Manuel Bernardes, *Luz e calor: obra espiritual para os que tratam do exercício de virtudes e caminho da perfeição* (disponível no *Memorial*) e, do mesmo autor, *Os últimos fins do homem, salvação e condenação eterna* (disponível na *Bibliotheca),* além do já citado João Franco, *Mestre da vida.* Esta última obra, aliás, já mereceu nossa análise no sentido de demonstrar as representações dos pecados capitais e as recomendações para combatê-los, a partir de "remédios" que propunham garantir o reconhecimento da culpa, o arrependimento e a salvação (FLECK; DILLMANN, 2013).

Encontramos, ainda, algumas obras que se detinham nos gozos celestes do paraíso, nos sofrimentos transitórios do purgatório e nas penalidades sofríveis do inferno, recorrendo, inclusive, a imagens para melhor descrevê-los. No acervo do *Memorial*, encontramos uma edição de 1869 de *Gritos das almas no Purgatório* [1689], do padre aragonês Joseph Boneta (1638-1741); uma edição de 1945 de *Diferença entre o temporal e o eterno* [1643], do padre espanhol Juan Nieremberg (1595-1658).

10. Dentre as análises relativas às concepções de boa morte e às orientações a serem observadas pelo fiel católico na iminência do passamento presentes em manuais de devoção do Setecentos, destacamos, entre outras, as realizadas por RODRIGUES, 2005; FLECK; DILLMANN, 2015c.

Referências ao demônio e sua presença tormentosa, principalmente aos moribundos, eram também constantes, tanto textualmente, quanto sob a forma de imagens. Portanto, investigações que privilegiem as manifestações do imaginário cristão, as representações dos pecados e dos demônios podem também ser realizadas a partir da consulta e análise das obras que integram os acervos aqui destacados. Para estudos desta natureza, pode-se recorrer ao já referido *Mestre da vida*, já que seu autor descreve os demônios como seres empenhados em promover tentações, especialmente, em situações de maior vulnerabilidade.[11] Para o padre português João Franco, os demônios aproximar-se-iam dos fieis nos momentos de fadiga, de doença, de fraqueza da fé ou na iminência da morte. Para afugentá-los, o manual do dominicano (1882, p. 307) recomendava orações, que deveriam ser feitas "com muita fé para que os demônios se retirem e não o tentem".

Os manuais também podem ser fontes preciosas para os pesquisadores interessados na reconstituição de trajetórias de vida de leigos com aura de santidade ou, ainda, na produção de biografias de homens e de mulheres – ao estilo das hagiografias medievais –, aos quais eram atribuídos virtudes e dons divinos, como o das visões e o de cura de enfermidades. Por se tratarem de biografias de mulheres, alguns desses livros permitem também estudos de gênero, uma vez que reconstituem o cotidiano e a religiosidade de mulheres que viviam na reclusão do recolhimento ou do convento.[12] Dentre os que se enquadram nesta categoria, e que se encontram no acervo do *Memorial*, destacamos os seguintes: *Vita di Santa Maria Francesca delle cinque Piaghe di Gesu Cristo,* de Bernardo Laviosa, com edição de 1866, e *Vida de S. Francisco de Sales. Bispo e Príncipe de Genebra, Instituidor da Ordem da Visitação de Santa Maria,* de Jacques Marsollier, que conta com uma edição de 1792; no acervo da *Bibliotheca*: *Os dous atlantes da Ethiopia,*

11. A partir de outro manual de devoção, já realizamos um estudo sobre as representações do Inferno e dos demônios no século XVIII (FLECK; DILLMANN, 2015b).

12. No Brasil, há produções historiográficas nesse sentido, como: ALGRANTI, 2004; BELLINI, 2006; MARTINS, 2011. Também já nos detivemos na análise da biografia produzida sobre uma mulher religiosa portuguesa, tida como exemplo de virtude e santidade no século XVIII português. FLECK; DILLMANN, 2015a.

Joseph Santa Anaa, com edição de 1735 e *Vida del glorioso San Damaso*, de Joseph Benegassi y Luxan, com edição de 1763.

As evidências da vitalidade editorial e a efetiva presença destas obras em bibliotecas e arquivos brasileiros apontam para a circulação destes livros religiosos entre Portugal e a América portuguesa, ao longo do século XVIII. Os levantamentos que realizamos no *Memorial Jesuíta* e na *Bibliotheca Riograndense*, expostos nos quadros que acompanham este artigo, comprovam não somente a aquisição, por parte de ordens religiosas ou indivíduos leitores, de determinadas versões originais, mas também a circulação destes livros. Ainda que não evidenciem o uso efetivo e, consequentemente, a recepção que tais livros tiveram, os levantamentos que realizamos apontam tanto para a incontestável difusão e circulação de manuais religiosos entre Portugal e América lusa ao longo do Setecentos, quanto para a manutenção dessas orientações morais e religiosas ao longo dos séculos, evidenciada nas inúmeras reedições que certos manuais devocionais tiveram.

O historiador Roger Chartier observou que os objetos impressos podem ser analisados na sua materialidade, no âmbito da circulação em larga escala e das possíveis e numerosas utilizações feitas do texto escrito (CHARTIER, 1998, p. 21). Há, sem dúvida, uma dificuldade em capturar as interpretações que foram feitas destes manuais tanto em Portugal, quanto América portuguesa, e avaliar sua recepção e apropriação pelos fiéis católicos nas duas margens do Atlântico. Se a republicação destes discursos não pode ser tida como termômetro plenamente confiável para se avaliar a apropriação – devido à prática inventiva e própria do compartilhamento de ideias e leituras (CHARTIER, 1998, p. 20) – não devemos minimizar a sensibilidade e o pensamento religioso que eles representavam, e que, em boa medida, era partilhado por muitos sujeitos. Nos discursos veiculados por estes manuais, o maior propósito era o de "influenciar os leitores e levá-los à prática da virtude" (PIRES, 1980, p. 114).

O historiador Roger Chartier (1999) demonstrou que, na França, o público leitor de obras de devoção (instruções religiosas, vidas de santos,

livros de orações) do século XVIII era "muito mais numeroso" do que aquele que lia romances ou a literatura clássica humanista, sendo formado, em sua essência, por pessoas idosas, viúvos(as), e casados de todas as camadas sociais. Era bastante comum que os livros se dirigissem, especificamente, ao leitor feminino ou ao masculino (maridos, homens da casa)[13] e alguns deles, ainda, aos idosos e moribundos. A leitura dos manuais impunha-se como uma necessidade para a resolução de problemas espirituais e sociais, na medida em que orientavam os fiéis católicos, conforme já destacado, a como proceder para auxiliar as almas do purgatório e como desfrutar de uma vida santificada e assegurar uma morte abençoada.

Estes livros religiosos interessavam e atingiam diversos setores sociais tanto na Europa, quanto na América, representando um pensamento religioso católico consolidado no período moderno, que se pautava em discursos morais com a finalidade de moldar as práticas religiosas dos fiéis, de conduzir a determinados comportamentos e práticas tidas como virtuosas, de garantir a boa morte, a brevidade das penas no pós-morte, o apoio espiritual dos santos intercessores e, por fim, assegurar a salvação plena da alma. O êxito editorial, atestado nas reedições e traduções destes manuais ao longo dos séculos, parece comprovar que o seu conteúdo, em especial, o seu teor moralizante e doutrinário, respondia à demanda de um público cristão-católico interessado em garantir a retidão moral em suas vidas e assegurar a salvação de suas almas.

Considerações finais

No século XVIII, muitos livros religiosos foram publicados em Portugal; alguns deles eram escritos originais de religiosos daquela época, outros eram traduções ou novas edições de obras manuais de devoção "clássicas" para os religiosos de então. As traduções, para o português, eram

13. Os manuais dirigiam-se aos leitores para tratar de temas espirituais que também diziam respeito à vida familiar e social. Para a garantia de um bom casamento, por exemplo, havia instruções para homens e mulheres viverem bem e em paz, tal como pregava o sacramento do matrimônio. Sobre esta temática, já realizamos reflexão no seguinte texto: FLECK; DILLMANN, 2014.

feitas de diferentes idiomas, como espanhol, italiano, alemão ou latim ou, então, eram apenas adaptações das versões originais, já que muitas delas sofriam mudanças, supressões ou acréscimos entre uma edição e outra.

Ainda na primeira metade do século XVIII, o discurso moral-religioso mantinha-se muito presente na sociedade portuguesa, razão pelas qual tanto a publicação e o comércio de livros, quanto a leitura encontravam-se muito pautadas pelas ideias cristãs de salvação das almas fundamentadas em filósofos antigos e doutores da Igreja. Livros religiosos compunham, em razão disso, o acervo das bibliotecas dos sujeitos letrados portugueses – leigos ou religiosos –, quer se encontrassem em Portugal, quer na América.

Os discursos impressionistas e amedrontadores se faziam presentes nestes manuais, cuja leitura deveria ser assídua e constante. Guardá-los, carregá-los ou tê-los à mão ou na cabeceira do leito eram comportamentos esperados de um leitor católico, que deveria memorizar os conselhos, exortações e instruções e realizar os exercícios propostos pelos autores, especialmente, de práticas devocionais como a oração. Somente dessa forma, compreendendo a dimensão devota daquela sociedade, somadas, é claro, ao significativo crescimento das atividades editoriais, à ampliação das possibilidades de leitura e a importância atribuída aos livros que podemos entender a relevante proliferação da literatura cristã entre a Europa e o Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Em termos de escrita, os textos religiosos, vale lembrar, possuíam inegáveis pontos de interseção e aproximação, constituindo "um universo aberto a realidades extratextuais (...) e que nele se projetam" e, portanto, "aberto[s] a outros textos que retoma[m], contradiz[em] ou transforma[m]" (PIRES, 1980, p. 11). Considerando que muitos autores de manuais exerceram suas funções religiosas numa mesma época, é bastante provável que lessem uns aos outros ou que recorressem às mesmas publicações das obras dos doutores da Igreja, das quais extraíam passagens e instruções que, assim, se perpetuavam continuamente. Uma das características desses manuais foi a de reproduzirem – quase literalmente – os escritos de doutores da Igreja e de

santos padres, o que, no entanto, não se configurava em plágio, na medida em que tal procedimento era tido como resultante do "espírito científico de investigação". O mais importante era a "finalidade prática" desses manuais tidos como "obras de utilidade", especialmente, religiosa e moral (SOUZA, 1993, p. 74). Assim como muitos outros que circularam entre Portugal e a América portuguesa, as obras apresentavam pequeno formato e estavam divididas em vários capítulos, tornando-se textos bastante didáticos, favorecendo a compreensão das instruções por parte dos fieis leitores.

Como já apontado por alguns historiadores brasileiros,[14] os livros religiosos, como os que se encontram no acervo do *Memorial Jesuíta* e na *Bibliotheca Riograndense*, mais do que um inegável objeto de consumo para certos setores sociais,[15] favoreceram a circulação de ideias e propiciaram a divulgação de mensagens cristãs com fundo doutrinal e moral. A relação entre a circulação da literatura religiosa na América e os significados dos seus discursos para uma determinada expressão da moral católica e de religiosidade, tanto no contexto metropolitano, quanto no colonial, tem merecido, no entanto, pouca atenção por parte da historiografia brasileira, até o presente momento.[16]

Evidencia-se, portanto, a relevância de pesquisas que abordem os discursos morais-doutrinários contidos nestes manuais de devoção e que se dediquem à reflexão sobre as razões de sua manutenção ao longo de mais de dois séculos. Como procuramos demonstrar neste artigo, os historiadores

14 Dentre os historiadores, destacamos Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Tânia Bessone, Maria Beatriz Nizza da Silva, Leila Algranti e Luiz Carlos Villalta. Vale conferir a revisão historiográfica realizada por L. Villalta. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance, Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/> Acessado em 10 dez. 2013.

15 Nesse sentido, para Portugal, ver RIBEIRO, 1999, p. 187-227.

16 É preciso, no entanto, destacar o livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* e *Inferno Atlântico*, de Laura de Melo e Souza, que, publicado no início dos anos 1990, já anunciava essa circulação de obras religiosas e ideias entre a metrópole e a colônia, ainda que sob a perspectiva, fundamentalmente, mas não exclusiva, da demonologia. Posteriormente, na perspectiva de análise da circulação destas obras na América, temos o trabalho de Leila M. Algranti, *Livros de devoção, atos de censura*. O trabalho de Maria Aparecida de Menezes Borrego (2009, p. 235) verificou a circulação de algumas destas obras religiosas em São Paulo do século XVIII, a partir de levantamentos em inventários *pos-mortem* de alguns comerciantes. Enquanto Marília de Azambuja Ribeiro e Luísa Santos (2013) identificaram em inventário da livraria da Fazenda jesuíta Santa Cruz no Rio de Janeiro, datado de 1759, a presença de vários livros religiosos.

simpatizantes do "sabor do arquivo" – na feliz expressão de Arlette Farge (2009, p. 19) – encontrarão no *Memorial Jesuíta* e na *Bibliotheca Riograndense* um número expressivo de exemplares dessa literatura católica da Europa moderna à espera de novas indagações e de originais abordagens.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, Francisco das Neves. *Biblioteca Rio-Grandense:* textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura. Rio Grande: FURG, 2005.

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. In: *Revista de História das Ideias* – O livro e a leitura. Vol. 20. Coimbra, p. 149-185, 1999.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa*: atitudes e representações, 1700-1830. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARENDT, Isabel Cristina. A atuação do historiador junto a acervos universitários: caso do Memorial Jesuíta Unisinos. In: *Anais eletrônicos XI Encontro Estadual de História:* história, memória, patrimônio, 2012, FURG, Rio Grande-RS/Brasil, p. 471-480, 2012.

BELLINI, Lígia. "Penas, e glorias, pezar, e prazer": espiritualidade e vida monástica feminina em Portugal no Antiga Regime. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales (orgs). *Formas de crer*: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI. Salvador: Ed. UFBA, p.81-105, 2006.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista, In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito*: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página*: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHARTIER, Roger. Leituras e leitores "populares" da Renascença ao período clássico, In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, p. 117-134, 1999.

CHARTIER, Roger (org.). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Tradução Ida Boavida. Portugal: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito, *Estudos Avançados,* 8 (21), Brasil, p. 185-199, 1994.

FARGE, Arlete. *O sabor do Arquivo.* São Paulo: Edusp, 2009.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Almas em busca de salvação: sensibilidade barroca no discurso jesuítico (século XVII), *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, São Paulo, p. 255-300, 2004.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Enlaçar mundos. Três jesuítas e suas trajetórias no Novo Mundo.* São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2014.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro . Morta de amor por Deus: a vida exemplar de Dona Thomázia, uma mulher letrada e devota que morreu em Lisboa no ano do Terremoto. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 27, p. 27, 2015a.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. O demônio não é tão feio como se pinta: representações do inferno e dos demônios na obra Desengano dos Pecadores, do padre Alexandre Perier (1724), *Diálogos* (Maringá), v. 19, p. 1161-1191, 2015b.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann ; DILLMANN, Mauro . Se viveres como louco, sabes que hás de morrer sem juízo: as orientações para o bem morrer na literatura cristã portuguesa do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v. 36, p. 1-25, 2015c.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Remédios para amansar a fera: as regras para o bem viver e as orientações para os mal casados viverem em paz em um manual de devoção do século XVIII. *Lócus* (UFJF), v. 20, p. 211-234, 2014.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII. *Topoi,* v. 14, n. 27, Rio de Janeiro, p. 285-317, 2013.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. "A Vossa graça nos nossos sentimentos": a devoção à Virgem como garantia da salvação das almas em um manual de devoção do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v.32, n.63, p.83-118, 2012.

GILMONT, Jean-François. Reformas protestantes e leitura. In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (org.). *História da leitura no mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.

JULIA, Dominique. Leituras e Contra-Reforma, In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, p. 79-116, 1999.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.

LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha. Uma leitura de sucesso no século XVIII: Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente, *Revista Poligrafia*, 3, Portugal, p. 33-40, 1994.

MARTINS, William de Souza. Representações femininas na obra do padre Manuel Bernardes (1644-1710). *Lócus*, Juiz de Fora, p. 35-55, 2011.

MARQUES, João Francisco. O livro religioso, em particular do âmbito da parenética e hagiologia, nos impressos. *Revista da Faculdade de Letras, História,* v. 11, Porto, p. 293-303, 2010.

MORUJÃO, Isabel. Livros e leituras na clausura feminina de setecentos. *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas,* Porto, p. 111-170, 2002.

MORUJÃO, Isabel. Literatura devota em Portugal no tempo dos Filipes: o Memorial da Infância de Cristo de Soror Maria de Mesquita Pimentel. *Via Spiritus,* n. 5, Portugal, p. 177-208, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Basto das. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do Oitocentos, In: X Encontro Regional de História – Anpuh-RJ, História e Biografias, 2002, *Anais Eletrônicos do X Encontro regional de História* - História e Biografias, UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Maria Gabriela. Almas do Purgatório: meditação, devoção, *convertio cordis*. A propósito de alguns sermões de Pe. Inácio Martins S.J. In: Atas do Colóquio Internacional *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVI e XVII,* Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, p. 611-626, 2004.

OLIVEIRA, Maria Gabriela. Horrores breves, horrores eternos. Uma reflexão sobre a obra *Gritos do Inferno para despertar ao mundo do* Padre Joseph Boneta. *Revista Fac. Letras*, Porto 1997, p. 103-111, 1997.

OLIVEIRA, Maria Gabriel. Uma 'irmandade' volante do século XVIII: o folheto 'Lágrimas das almas', Instituto da Cultura Portuguesa, 1991, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2657.pdf>. Acessado em: 22 nov. 2011.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *Para uma leitura intertextual de 'Exercícios Espirituais' do Padre Manuel Bernardes*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1980.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. *História: Questões & Debates,* UFPR, Curitiba, p. 279-304, 2002.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Ideias*, vol. 20, Coimbra, p. 187-227, 1999.

RIBEIRO, Marília de Azambuja; SANTOS, Luísa. A Livraria da Fazenda Santa Cruz. In: AMANTINO, Márcia; ENGEMANN, Carlos (orgs.). *Santa Cruz:* de legado dos jesuítas à perola da Coroa. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além.* A secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. O retorno da Companhia, a partir das missões populares dos jesuítas espanhóis, no extremo sul do Brasil (1842-1867). *Revista História e Cultura,* v.3, n. 2, Franca-SP, p. 316-337, 2014.

RODRIGUES, Cláudia; DILLMANN, Mauro. "Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação": modelos católicos de testamentos no século XVIII, *História Unisinos*, 17 (1), São Leopoldo/RS, p. 1-11, 2013.

SILVA, Innocêncio. *Dicionario bibliographico portuguez*, Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil, Imprensa Nacional, Tomo III, Lisboa, 1859.

SOUZA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico*. Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes*: reformas, censura e contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial, 1998. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acessado em: 12 out. 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance, Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/>. Acessado em: 10 dez. 2013.

VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Ed.Unesp, 2010.

WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?, In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (org.). *História da leitura no mundo ocidental*, Vol. 2, Ática, São Paulo, p. 135-164, 1999.

Os servidores do rei: tradição *versus* reformismo no mundo luso-brasileiro de início do oitocentos[1]

Marieta Pinheiro de Carvalho

Durante a época moderna, a constituição do poder nas mãos do príncipe foi acompanhada concomitantemente pelo surgimento de uma equipe de funcionários, cuja função era auxiliar o rei, levando adiante as medidas por ele propostas na sua ação sobre a sociedade. (DURAND, 1969, p. 47; MOUSNIER, 1980, Tomo II) Tal fenômeno, ocorrido em vários países europeus, assumiu, em cada um deles, características específicas, as quais se vinculam às realidades intrínsecas (SCHWARTZ, 1979, p. X), que variavam conforme uma série de fatores: o tipo de governo estabelecido, a relação deste com a administração, e as "finalidades tidas como metas ou objetivos de interesse público". (PASTORI, 2004, p. 11) Para encaminhar as prioridades do governo, sejam quaisquer que fossem, os reis precisavam contar com o auxílio desse grupo. (RUDÉ, 1988, p.159) Desse modo, os oficiais reais eram instrumentos do monarca no seu esforço de centralização, diante de poderes concorrentes existentes na sociedade, como nobreza, Igreja e oligarquias municipais.

1. Este texto é uma versão, com algumas modificações, de parte do capítulo 1, da tese de doutorado defendida pela autora, intitulada "Estado e administração no Rio de Janeiro Joanino: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1821)". Rio de Janeiro: UERJ/PPGH, 2010.

Em Portugal, a partir do século XVIII, o recrutamento de oficiais em esferas mais baixas da sociedade, e todo o esforço real para dar *status* de nobreza a esse grupo, foi alvo de críticas de setores tradicionais. Ao longo deste capítulo será discutida a importância dos funcionários no contexto luso-brasileiro, tendo por base o empenho da Coroa em ampliar a condição de nobreza no sentido de formar uma nobreza de mérito, que foi recrutada pelo monarca em sua política de centralização do poder. Para alcançar esse propósito, o texto se encontra dividido em duas partes. Trataremos inicialmente de alguns aspectos que contextualizam a importância adquirida pelos funcionários régios durante o setecentos, destacando as ações da monarquia para fortalecer esse grupo, com a criação de uma nobreza de mérito. Em um segundo momento, refletiremos sobre o embate entre as duas concepções de nobreza, a tradicional e a meritocrática, por meio da análise de duas memórias que abordam a temática.

Os servidores do rei

Em Portugal, no período inicial do Antigo regime, a administração da Coroa estava relacionada às várias imagens possuídas pelo rei, bem como as "representações sobre a finalidade de suas atribuições e o modo de as levar a cabo". Assim, coexistiam no monarca diversos corpos, para os quais se adequavam diferentes ideias: "a de 'senhor da justiça e da paz', a de 'chefe da casa' (grande ecónomo), 'protetor da religião' e 'cabeça da república'" (SUBTIL, 1998, p. 157). Também entendido por outras palavras, a Coroa:

> *[...] não era um sujeito unitário, mas sim um agregado de órgãos e interesses pouco articulados entre si, estando longe de funcionar como um pólo homogêneo de intervenção sobre a sociedade, situação que, em parte decorria do fato de, no seio da Coroa, existir uma série de organismos que não faziam derivar a sua identidade jurisdicional de um ato constituinte do rei, mas da sua própria auto-organização. (CARDIM, 2005, p. 53)*

Ainda que a organização administrativa derivasse dessas variegadas imagens, a primazia da justiça se fazia sentir. Dentro da concepção jurisdicionalista do poder, "a justiça era não apenas uma das áreas do governo, mas a sua área por excelência". É nela que

> *dominam os órgãos ordinários do governo (tribunais, conselhos, magistrados e oficiais), com 'competências bem estabelecidas' na lei, obedecendo a um processo 'regulado' de formação da decisão, normalmente 'dominado por juristas' que, na resolução das questões, preferem as razões da iustitia e da prudentia aos arbitria da oportunidade e da conveniência. (SUBTIL, 1998, p. 141)*

Tal lógica administrativa, que transparece na visão atual como uma confusão e transposição de atribuições, ocasionava, muitas vezes, conflitos de jurisdição entre as diversas instituições reais.[2] Mas, era justamente ela que trazia para o rei, a capacidade de concentrar o poder, deixando a seu cargo a última palavra em relação aos atos. (BETHENCOURT, 1998, p. 346) Essa posição do rei, enquanto um "mecanismo equilibrador" de forças, o que nesse aspecto possibilitava a sua própria administração, também perpassava as suas relações com outras esferas do social. Em estudo sobre a Europa, Norbert Elias atentou para esse fato ressaltando que "o rei é sempre um indivíduo incomparavelmente mais fraco do que toda a sociedade", seu poder provinha da ambivalência das relações sociais, nas quais os interesses dos indivíduos "são parcialmente iguais e parcialmente opostos" e "seus atos são simultaneamente ajustados e contrários às necessidades de cada um". Eram as relações interdependentes das forças sociais – entre os indivíduos ou grupos de forma a conseguir mais poder ou diminuí-lo – marcadas pela ambivalência e pelo conflito – uma vez que "nenhum dos lados pode vencer e destruir o outro; não podem solucionar suas divergências porque qualquer fortalecimento de um lado ameaçará a existência do outro" – que permitiam a um único homem o controle de toda a sociedade. (ELIAS, 1993, p. 149-150)

2. Ver, a título de exemplo, o conflito analisado por Pedro Cardim ocorrido entre o Desembargo do Paço e o Conselho Ultramarino, à época de criação deste último. In CARDIM, 2005, p.45-68.

Essa realidade começou a se transformar em Portugal no período final da época moderna, a partir, sobretudo, do século XVIII, quando ideias influenciadas pelo iluminismo levaram a criação de novas estruturas administrativas, dentro das quais, algumas instituições, como as Secretarias de Estado, passaram a gerenciar boa parte da administração, em detrimento dos antigos conselhos e tribunais. Acompanhada de uma intenção de centralizar ainda mais o poder nas mãos do monarca, essa política trouxe para a Coroa uma capacidade interventora.

Nesse processo, desenvolveu-se uma importância ainda maior dos funcionários, como responsáveis por agir em nome do rei e levar à frente as suas propostas. Em Portugal, a formação do corpo burocrático possuiu um caráter diferenciado em relação aos outros países europeus, não sendo apenas a nobreza a única camada na qual o príncipe recrutou seus oficiais. Ainda que ela tentasse monopolizar a concessão de cargos e ofícios, a necessidade de centralização do poder levou a Coroa a procurar apoio na classe mais baixa e nos grupos mercantis, utilizando a administração como instrumento para formalizar essa realização. (SCHWARTZ, 1979; MONTEIRO, 2003*)*

O número de servidores cresceu conjuntamente com a expansão do raio de ação do governo sobre a sociedade. Analisando a área financeira, José Subtil demonstra como o Erário Régio desde a sua instituição em 1761 passou a controlar quase toda a administração fazendária, tendo que contar para a execução de tal atividade com bastantes funcionários, que no final do século XVIII atingia a um quantitativo de 300, dispersos por todo o Reino. (SUBTIL, 2006) De igual maneira, toda uma política foi realizada com várias medidas que tinham o intuito de valorizar ainda mais a relevância desses empregados, que na prática operavam como o "o outro eu do rei". (CARVALHO, 2010, p. 84-113) Nesse sentido, ter um cargo público, em muitos casos, era percebido como um sinônimo de ascensão ao *status* de nobreza, o que foi mal visto pela aristocracia, que acreditava ser a principal detentora dos cargos da administração, conforme o costume.

Em Portugal, a capacidade de fornecer quaisquer tipos de nobreza era uma prerrogativa do soberano que não podia ser desfrutada nem mesmo pela rainha ou príncipe herdeiro (VASCONCELOS, 2003, p. 31; MONTEIRO, 1994, p. 341) "A sua vontade é a única lei por onde se regula a distinção pertencente aos indivíduos do Estado: será honrado todo aquele em quem o rei quer honrar", explicitava Luiz da Silva Pereira de Oliveira, em 1806. (OLIVEIRA, 1806, p. 33) Muito mais do que em outras monarquias europeias, nesse reino, a Coroa atuou num duplo sentido de "abaixar o limiar da nobreza (acompanhado da restrição progressiva dos seus privilégios gerais) e simultaneamente, da constituição de uma aristocracia de corte restrita e claramente separada das restantes categorias nobiliárquicas." (MONTEIRO, 1994, p. 334) Assim, nos finais do Antigo Regime, a definição jurídica de nobre era muito mais diversa e mais vasta do que a de fidalguia. Por fidalgos, compreendia-se apenas a nobreza titular e palaciana portuguesa, um grupo bastante reduzido, dentro da população total. (MONTEIRO, 2003, p. 30)

A análise da obra *Os privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal,* escrita por Luiz da Silva Pereira de Oliveira em 1806, permite perceber o reflexo dessa ação na estruturação social. Nela podem ser encontradas as diversas categorias nobiliárquicas existentes no reino português no inicio dos oitocentos. Apesar de atentar apenas para dois tipos de nobreza, a "natural ou hereditária" e a "civil", nesse segundo gênero, o autor subdivide em diferentes espécies, as quais eram provenientes dos mais diversos meios, sejam de dignidades eclesiásticas, de postos de milícias, ofícios da República, das ciências e graus acadêmicos, da agricultura, do comércio, da navegação e da riqueza.

A nobreza natural ou de linhagem era aquela estabelecida por descendência. Mais tradicional, proclamava uma defesa da identidade social do grupo, por meio de um repertório de restrições de acesso, perpetuados por via casamento, dentro do qual a condição para pertencimento provinha da pureza do sangue, ou seja, da inexistência de convertidos e descendentes

de judeus e mouros, bem como da ausência de ofícios mecânicos até os avós de ambos os lados. (MARAVAL, 1989, p. 41-61) Já a nobreza civil era concedida pelo príncipe em função de algum serviço e compreendia todos aqueles que tinham privilégio de nobreza. De caráter vitalício, não se expandia para gerações posteriores. (MACEDO, 1971)

A atuação da Coroa portuguesa, no sentido de alargamento da condição de nobreza, pode ser denotada desde o século XVII. Por meio da legislação, a monarquia restringiu privilégios corporativos, com a ampliação dos direitos a outros grupos. Marcos importantes deste processo foram "o lançamento do imposto direto e universal da décima, em 1641, e sua revitalização, em 1763." Desse modo, mesmo que o conceito de nobreza civil ou política existisse na literatura anterior a esse momento, foram nos seiscentos que se fez presente uma tentativa de distinção entre ambos os tipos, de forma a delimitar as prerrogativas da nobreza herdada, considerada por muitos autores como a verdadeira. O *Tratado da nobreza hereditária e política*, de Antonio de Villas Boas e Sampaio, de 1676, já fazia essa distinção. (MONTEIRO, 1994, p. 335-336)

A obtenção da condição de nobre trazia uma série de benefícios, como a isenção do alojamento das tropas, o acesso às audiências e beija-mão no Paço, o passaporte especial, o ingresso ao Colégio dos Nobres, postos de cadete e guardas marinhas, a admissão às ordens militares de Cristo, Santiago e de Avis. (VASCONCELOS, 2003, p. 30; HESPANHA, p. 27-28) Agregado ao *status* social derivava também uma série de vantagens econômicas (como a isenção de tributos), de regalias judiciais (dispensa da prisão por dívidas) e liberação do serviço militar. (MARAVAL, 1989, p. 25-126) Porém, até meados dos setecentos, tais benefícios eram exclusivos da nobreza natural, a única que podia ser fidalga da Casa Real e perpetuar através da geração, os títulos, os foros de fidalgo e a distinção por dom. (VASCONCELOS, 2003, p. 30)

Ainda que o esforço da monarquia em tentar tomar para si a regulação do vocabulário social, tenha se iniciado no século XVII, foi

somente a partir de 1750 que tal processo chegou ao ápice. E isso, de certa forma, estava relacionado à política instituída pelo rei d. José I. O final do período antecedente, do governo de d. João V, foi marcado por um distanciamento desse rei no jogo de forças, o que por consequência levou a uma perda pela monarquia do espaço político. Como ressaltou Francisco Falcon,

> *a aristocracia beneficiou-se financeira e politicamente da magnanimidade do monarca, particularmente o 'braço eclesiástico' que viu crescerem o seu prestígio e as suas rendas, em boa parte sob o signo do afluxo aurífero das minas do Brasil. Enquanto isso tinha lugar o estreitamento das relações entre aristocracia e o setor burocrático, com benefícios mútuos, e a primeira aumentava presença e poder de decisão na própria cúpula do aparelho de Estado, ao passo que declinava a importância política da burguesia mercantil tradicional. (FALCON, 1993, p. 371)*

A propensão da balança para o lado da nobreza produziu uma série de insatisfações e críticas da burguesia, resultando num desgaste do poder monárquico, uma vez que se tornava alvo de competição entre os grupos a ele ligados que "o comprometiam e paralisavam em termos reais." (FALCON, 1993, p. 372) Nesse sentido, a política adotada após a subida de d. José I ao trono e a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, ao governo deve ser vista como um esforço centralizador, de modo a retomar, por meio de ações que visavam ao reequilíbrio das forças sociais, a autoridade enfraquecida. Com a repressão aos grupos mais adversos ao controle da monarquia, processou-se a "reformulação de um novo bloco de poder que, beneficiando-se de setores até então excluídos ou relegados a plano secundário, reduzia ou eliminava as vantagens de outros que até então haviam usufruído de grande prestígio e influência". (FALCON, 1993, p. 374-375)

As resistências às novas mudanças provinham essencialmente da aristocracia nobiliárquica e eclesiástica. As relações entre ambos os grupos perpassaram o Antigo Regime, servindo esta última como instrumento

reafirmador da posição da primeira. Um argumento clarificador de tal questão são as diferenças entre cristãos novos e velhos que formavam o eixo de toda uma política e mentalidade, remontada aos séculos XV e XVI, de fortalecimento da nobreza, que, apoiada pela Igreja, reagiu à expansão da burguesia mercantil, utilizando tal medida para manter suas prerrogativas. "Durante os dois séculos seguintes aquela distinção, com todas suas implicações negativas para o desenvolvimento econômico e para a secularização da sociedade, esteve sempre em vigor." (FALCON, 1993, p. 401) Quando da abolição dessa dessemelhança em Portugal, por carta de lei de maio de 1773, foi a nobreza quem mais resistiu a essa medida, pois iria beneficiar a ascensão da burguesia. A determinação do governo pombalino de caráter econômico – uma vez que partia da "antiga suposição de que os capitais de que o reino necessitava para prosperar só poderia afluir com rapidez e multiplicar-se no interior de suas fronteiras, quando aquela discriminação e os perigos materiais que ela encerrava para os bens e os agentes econômicos mais ativos desaparecesse de vez" (FALCON, 1993, p. 403) – acabava por atingir os interesses nobiliárquicos.

Outra providência que reduziu a autonomia aristocrática foi o alvará de 5 de outubro de 1768, que considerava sedicioso o "Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento de Santa Engrácia", pelo qual se estipulou que as alianças matrimoniais da alta nobreza ocorressem apenas entre as casas mais puras. A determinação de 1768 visou atacar o *puritanismo*, uma seita que congregava um reduzido núcleo da nobreza de mais antiga estirpe, cujos integrantes asseguravam não ter qualquer mancha de sangue hebreu, mouro ou negro. Convencionava-se que, dali por diante, os herdeiros de tais casas puritanas deveriam realizar casamentos fora desse núcleo. (FALCON, 1993, p. 401). Acresce-se a esse fato a decisão pombalina de outorgar direitos de nobreza a negociantes de grosso trato, por meio do ingresso à Ordem de Cristo, que se tornou o principal meio de acesso à nobreza. (OLIVAL, 2001). O decreto de agosto de 1791, por exemplo, "retirou do comercio toda a ideia de abatimento e tornou a mercancia de grosso trato compatível com a alta nobreza". (RAMINELLI, 2015, p. 106).

Tal legislação interferiu no eixo emblemático de honra da nobreza hereditária, uma vez que atingiu os pontos nos quais ela era autônoma em relação ao rei. Era nas práticas matrimoniais que se reforçava a identidade desse grupo – constituindo esta numa espécie de fronteira entre quem se encontrava dentro e quem se achava fora – e permitia o monopólio das mercês mais relevantes da Coroa nas mãos dessas famílias. Ressalte-se também que era a admissão às Ordens Militares, o principal instrumento de exclusão àqueles que ostentavam uma nobreza de privilégios concedida pelo rei. Por meio do principio de fechamento da fidalguia, ali só entravam os puros de linhagem e os que não possuíam vileza mecânica. (MARAVAL, 1989, p. 102-103)

O processo contra os Távoras/Aveiro, acusados do atentado sofrido pelo rei em 3 de setembro de 1758, foi mais uma ruptura com a nobreza tradicional. As resistências dessa casa, uma das mais antigas do reino, à prática de Pombal, remontavam ao início do governo e foram sentidas em uma série de acontecimentos dispersos, cujo ápice foi o crime contra d. José I. A punição foi severa, se considerada para uma família de linhagem: incriminados por lesa-majestade, tiveram o corpo decapitado. (FALCON, 1993, p. 377; MAXWELL, 1996, p. 79).

Com todas essas medidas estabelecidas não é difícil afirmar que a renovação da aristocracia nesse período foi muito extensa. "Durante os vinte e sete anos de seu governo, vinte e três títulos foram concedidos e vinte e três foram extintos. Desse modo, cerca de um terço da nobreza compunha-se de sangue novo por volta de 1777." (MAXWELL, 1996) Essa transformação também transparece se for comparada à literatura seiscentista com a desse momento. Nos textos do século XVII, era importante definir a origem do nobre e discutir a relevância que tal fato podia ter nas suas prerrogativas. No final dos setecentos, o primordial era elucidar os benefícios da categoria e como se ingressava nela. (MACEDO, 1971, p. 394)

Tradição *versus* reformismo

As mudanças proporcionadas pela ampliação da categoria de nobreza em Portugal refletem um contexto mais amplo, de crise do Antigo Regime e de alterações na estrutura de concepção das formas do poder do rei diante da sociedade. A análise de duas memórias que tratam do tema da nobreza pode ser bastante elucidativa ao possibilitar a percepção de um embate de ideias entre aqueles que defendiam a permanência da *tradição*, com os principais ofícios nas mãos da nobreza, e os que propunham um *reformismo*, ou seja, a adaptação de Portugal a um novo momento, fruto do clima de mudanças que transcorriam a sociedade e o império luso nesse período. Como representante da primeira, apresenta-se a *Memória sobre o governo*, (ANRJ[3], *Diversos Códices*, códice 807, vol.5) escrita pelo 3º marquês de Alorna em 1803; e da segunda, as *Notas sobre a fidalguia*, (IHGB[4]. DL191 47) redigidas por José Bonifácio de Andrada e Silva, no final da segunda década do século XIX.

D. Pedro de Almeida Portugal, 3º marquês de Alorna, pode ser visto como um exemplo de um nobre de linhagem prejudicado pelas ações da Coroa para reduzir o poder da primeira nobreza na sociedade. Era neto do 3º marquês de Távora – um dos integrantes da conspiração contra o rei em 1758. Tinha quatro anos de idade quando seu pai, d. João de Almeida Portugal, foi preso por sua ligação matrimonial com a filha desse marquês, d. Leonor de Lorena e Távora. Foi criado por familiares, pois seu pai somente retornou à corte, após a declaração de sua inocência, no reinado de d. Maria I. (ZUQUETE, 2000) Como um bom nobre, seguiu uma carreira militar. A sua memória, apesar de ser reveladora de uma defesa aos "bons costumes", não deixa de estar marcada por questões intrínsecas pelas quais passou em função da perseguição a sua família. Pelo documento, fica clara a sua resistência a várias transformações sucedidas ao longo do século XVIII: a crítica à autonomia dos secretários de Estado, a perda da condição social da nobreza e o aumento do poder pelos "enobrecidos".

3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No referente à criação das secretarias de Estado, Alorna afirmava que

> *enquanto [...] houve um só secretário de Estado, então não se experimentava retardo no expediente; – mas desde que houveram (sic) quatro, principiou a falta de tempo, e não se poder dar a vazão às ocorrências – à vista disto é evidente, que se alterou a forma do governo, e que em lugar de se aperfeiçoar, se complicou e se fez mais dificultoso. Até o tempo do Marquês de Pombal, foram simplesmente uns canais por onde subiam os negócios a presença do soberano, presentemente tanto são tudo (sic), que até em linguagem diplomática, já se não trata só do Rei, e se diz sempre o rei e o seu ministério – esta associação de nome denota que participam da soberania; e entre nós tem acidentes que o dão ainda mais a entender, porque a semelhança dos Príncipes, gozam dos maiores privilégios, e distinções mesmo antes de merecerem pessoalmente; a simples nomeação basta para ficarem habilitados a entrar nas ordens, para que a lei requer grandes serviços, e alta nobreza; julgam-se conselheiros de Estados natos; e a força de experiências, tem a seu favor a opinião, de que a sua proteção, é ao menos igual a do soberano – seria muito conveniente examinar, quais são as leis que lhe concedem estas vantagens; mas vista a sua grande influência; segue-se, que a monarquia está trocada em aristocracia. (ANRJ. Diversos Códices, códice 807, vol.5, grifos meus)*

Na visão do nobre, houve uma divisão da soberania real com a criação em 1736 das secretarias de Estado dos Negócios Interiores do Reino, da Marinha e Domínios Ultramarinos, dos Negócios Estrangeiros e dos Negócios da Guerra. Igualmente, em sua opinião, a nobreza perdeu privilégios com o acesso dos oficiais de carreira às Ordens Militares e com o benefício alcançado por estes em participar do Conselho de Estado, antes restrito à fidalguia. O que era visto por Alorna de forma negativa, na verdade, fazia parte de um esforço da Coroa de restabelecer o poder político. O costume de premiar com mercês e distinções os oficiais e secretários de Estado foi gradualmente instituído por meio de leis e práticas e era uma forma de refletir em honra a importância da autoridade monárquica a eles atribuída. (FALCON, 1993, p. 383)

No tocante à nobreza, o marquês de Alorna sustentava a relevância desse corpo como base da monarquia, criticando a ação repressiva do marquês de Pombal. Essa atitude era bem característica de um ressentimento aristocrático, dentro do qual o ministro de d. José I era considerado um novo rico (MAXWELL, 1996, p. 79):

> *a nobreza antiga [...] representa uma grande massa de serviços feitos a Portugal [...] tem um valor, para assim dizer intrínseco neste Reino; e perdem-no se ele deixa de conservar a sua independência [...] "Há cinquenta anos que se trabalha em desautorizar esta classe – não porque os agentes se persuadam que ela é má; mas porque desejam subir para ela de repente, e ficar nela, sem que dê nos olhos, o contraste da antiguidade dos serviços, com a modernice das operações químico-políticas, que fazem de repente, o que a justiça não consegue, se não por largos tempos [...] fazer ocupar os cargos da primeira importância, por quem não tinha raízes fundas no Estado, nem tanta obrigação de lhe ser fiel, como os da primeira classe. [...] Portanto não está contente: mas é preciso advertir que o seu descontentamento difere do das outras classes; elas poderão desejar a diferença na ordem do Governo, e a nobreza só esta diferença é que receia porque morre nela, e só se conserva no estado brilhante da monarquia. (ANRJ. Diversos Códices, códice 807, vol.5, grifos meus)*

A importância da aristocracia em fazer parte do governo, o que de certa forma a define enquanto grupo de poder, é bem defendida por Alorna. O tradicionalismo do seu pensamento torna-se explícito nessa parte, com a ênfase na necessidade de haver uma distinção entre os corpos sociais, cujas funções deveriam ser preservadas – no caso dos nobres ocuparem os principais postos da administração – sendo papel do rei manter tal diferença. Nesse ponto, fica bastante claro o eixo permeador de todo o seu discurso: a defesa por uma concepção jurisdicionalista de poder, em que a principal função do rei era fazer justiça, garantindo o equilíbrio social legitimado pelo direito. Assim, para Alorna, o monarca não deveria igualar indivíduos com origens diferentes, mas prestigiar alguns para manter o

equilíbrio dessa sociedade. Dentro desse contexto compreende-se melhor sua crítica aos "enobrecidos":

> *os serviços ordinários, e para assim dizer, materiais, pagam-se com dinheiro, que se tarifa como qualquer salário à proporção do trabalho: os serviços relevantes, isto é, os que são feitos com perigo de vida, com força de engenho, ou com espírito de patriotismo superior, [...] pagam-se com sinais honoríficos, e distinções, e com títulos, porque se julgam que não tendo preço, se não podem remunerar se não com honra – e segue-se disto que a moeda mais preciosa do tesouro do soberano, é a faculdade de distinguir e honrar porque alcança com ela, o que não pode comprar com o dinheiro. Mas se há facilidade se conceder honras, se se alcançam sem sacrifícios, nem habilidade; nesse caso todos a querem, muitos as conseguem e ninguém fica contente [...] as consequências são, que as distinções deixam de o ser, porque se fazem gerais – que empobrece o tesouro do Soberano, porque a moeda mais preciosa perde o seu valor [...] Com efeito, tem-se vulgarizado as honras, não só a força de concessões avulsas, mas até de tarifas – na divisão das três ordens militares, deram-se tantos hábitos de Santiago, que apesar de ser uma ordem tão respeitável, já ninguém a quer [...] os oficiais da Secretaria, cujo número tem crescido tanto, tem o hábito de Cristo no primeiro ano de serviço, e o foro de escudeiro no décimo – os oficiais do Erário tem o hábito de Cristo. Esta quantidade de tarifas, em muito poucos anos, reduzem os três milhões de habitantes, a três milhões de nobres – neste caso, a maior distinção que pode haver, é não ser nobre; e o meio de a conseguir, é não servindo o Estado de modo nenhum – Parecerá isto um paradoxo; mas a experiência já vai mostrando, que o não é. (ANRJ. Diversos Códices, códice 807, vol.5, grifos meus)*

Assim como Alorna, outros integrantes da nobreza também defenderam essa visão, como por exemplo o marquês de Belas, que em uma representação encaminhada à época da transmigração da corte, defendia a criação de uma super secretaria, ao invés da instituição das quatro existentes, o que ele justificava em função do caráter provisório da permanência da corte. (PEREIRA, 1956, p. 39-41) Outro que advogou por esse ponto de vista foi o conde de Vila Verde, que, criticando o poderio dos

Secretários de Estado, afirmava ser necessário fazer secretários somente "pessoas da mais alta nobreza porque só a estas se costumam fazer estas distinções, que deixam de o ser quando se dão a pessoas de baixa esfera". (ANRJ, *Negócios de Portugal,* caixa 712, pac. 03; ver outro exemplo em: PENALVA, 1804) Boa parte desses homens estavam reunidos em um "clube aristocrático", fundado em 1802, pelo marquês de Alorna ,com intuito de agregar a primeira nobreza, insatisfeita com a redução dos privilégios em detrimento de uma nobreza de mérito, cada vez mais incentivada pela Coroa. O objetivo era "reestabelecer as Casas de conversação que houve sempre na nobreza, e de fomentar nelas a amizade que é natural que haja entre parentes". (SANTOS, 2013, p. 75)

A criação de tal agremiação provocou reações na Corte, sobretudo por membros do governo favoráveis a mudanças nas formas de recrutamento dos servidores do rei. D. Rodrigo de Souza Coutinho, em carta ao prior dos Anjos, criticou a atitude do marquês de Alorna, asseverando que "nada é tão perigoso na monarquia como Sociedades de Classes que se querem arrogar direitos que não tem, e que certamente não são menos perigosas do que as Sociedades Secretas dos Pedreiros livres". A seu ver a iniciativa do marquês era inoportuna e deveriam ser tomadas providências para "extirpar este mal". (SANTOS, 2013, p. 75)

Pelas *"Notas sobre a fidalguia"*, elaboradas por José Bonifácio de Andrada e Silva[5], percebe-se um caminho inverso: as propostas seguem no mesmo sentido das transformações realizadas. As críticas são muito mais em função de um modo de viver *"à nobreza"* – à custa das mercês da Coroa e defendendo a permanência dos privilégios – do que propriamente a um grupo específico desse estamento

> *os que sacrificam a honra e a própria dignidade a títulos e comendas são como selvagens que trocam o seu ouro por grãos de missanga. Não só em França era o partido*

5. Para análise do pensamento de José Bonifácio ver dentre outros: (CERQUEIRA FALCÃO, 1963. 3 v; SILVA, 1999; ANDRADA E SILVA, 1998)

> *dominante o que requeria lugares e títulos. Esta casta de gente só sabe viver do dinheiro do Estado, e indústria nenhuma própria lhes parece modo de viver honrado. [...] Os fidalgos e eclesiásticos tem a arte de chamar jacobino ou incrédulo a quem deseja que o mundo vá melhor do que está. (IHGB. DL191 47)*

O autor propõe mudanças na forma de se compreender a nobreza, a qual deve ser pautada na utilidade, ou seja, ela deve servir à monarquia, não para usurpar benefícios a seu favor, mas para desenvolvê-lo. De igual maneira, criticava a rigidez das categorias que impossibilitavam aos vassalos de origem plebeia a obtenção de graças e honras, em função do *merecimento (*RAMINELLI, 2008, p.175):

> *Seriam nossos pais culpáveis para com os seus antigos quando adotaram o cristianismo e destruíram a escravidão da Europa? Não era isto abandonar a antiguidade para ser moderno? E por que não aproveitaremos-nos das luzes do nosso tempo, porque nossa posterioridade tenha também uma antiguidade que de nós provenha, mas que deixa de o ser logo que os progressos do espírito humano assim o exigir. [...] são passados os tempos em que fidalguia o era o mimo das nações, hoje estas emparelham com aquela e todos se podem chamar de fidalgos, se o ser fidalgo é ser útil e honrado. (IHGB. DL191 47)*

Essa visão de José Bonifácio era compartilhada por outros homens de letras. Silvestre Pinheiro Ferreira, por exemplo, em 1814, em suas *Memórias Políticas* – nas quais propunha um conjunto de providências para reformar o império português diante dos acontecimentos da conjuntura europeia, no contexto das guerras peninsulares e da possibilidade de retorno da família real para Portugal – destacou, dentre elas, um tópico em que tratou da nobreza e dos "grandes do império do Brasil e do reino de Portugal", onde atentava para a importância de maior participação deste corpo da monarquia junto ao rei. Ali ponderava sobre a relevância da nobreza adaptar-se às várias conjunturas do reino, salientando a indispensabilidade de uma fidalguia que se fizesse existir não apenas pelo *nascimento*, mas por *merecimento*:

> *é necessário que das cinzas da antiga nobreza nasça uma outra nova, cujas funções, honras e vantagens sejam mais conformes aos usos e costumes do nosso século. Cumpre combinar a nobreza hereditária com a de aquisição. É justo que o nascimento habilite. Mas é necessário, que, coeteris paribus, o merecimento prefira. (FERREIRA, S/d)*

Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro também estabeleceu críticas nesse viés, em carta escrita ao intendente geral da Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, atentava para o fato de que "é tempo de mudar de sistema, e fazer por escolher os homens para os lugares; e não os lugares para os homens! É tempo de tirar de certas famílias os lugares do Estado, que se devem ocupar por homens do conhecido *merecimento* e probidade". (CARNEIRO, 1821, p. 53, grifos meus) Em outro documento, no qual solicitava um cargo no governo, ressaltou um padrão de recebimento de mercês que deveria ser feito pelo *merecimento*, apontando para a importância da educação como grau de distinção:

> *[...] enfim Senhor! Ele [Heliodoro] tem feito por V.A.R. o que ninguém cá por fora tem feito: além disto o suplicante teve uma educação regular na única universidade dos Domínios de V.A.R.; em que fez bacharel em Matemática; bacharel e formatura em Filosofia; formatura e atos grandes em Medicina. De mais tem tido 10 anos de experiência, e estudos cá por fora, e sobretudo até tem feito ver a sua capacidade por obras e por uma constante, e fiel conduta. Portanto parecia que ninguém mais direito teria que ele para servir V.A.R. Porém quando se tem Tratado de empregar em lugares de consideração honrosos e de [leciro?] Portugueses, tem-se ido procurar sujeitos não só sem educação regular, mas até mesmo alheios aos interesses de V.A.R.! (FBN-Mss[6], C-1061,7)*

Tais autores pertenciam a uma geração formada na Universidade de Coimbra após 1772. Podem ser vistos como produto dos intentos da reforma efetuada por Pombal naquela universidade, dentro da qual se

6. Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos.

tencionava o rompimento do atraso cultural do reino, cujo ensino, até então, era fortemente marcado pela tradição eclesiástica.[7] Com as reformas pombalinas, norteadas por ideais reformistas ilustrados, "inaugurava-se um novo método de estudo – cartesiano, empiricista e eclético – orientado no sentido de unir ciência e técnica para o fortalecimento da nação"; aliado a isso, manifestava-se um propósito de formação moral, "desenvolvendo um suposto caráter adequado ao exercício da vida pública". (SILVA, 1999, p. 139)

Foi desse grupo que provieram os principais homens de letras que sugeririam modificações, para a reorganização da sociedade portuguesa. Influenciados por Voltaire e enciclopedistas franceses, buscavam compreender a realidade do império, procurando mudanças para o seu progresso material. (DIAS, 1968/1969, p. 105-170). Faziam parte de uma elite meritocrática, com uma múltipla circulação em cargos e postos na administração. Conforme afirmou Francisco Falcon:

> *Esses novos intelectuais [...] traduzem em suas formas de pensamento a nova disposição ou correlação de forças, o novo equilíbrio político-social no interior do Estado absolutista. O caráter eclético de suas posições ideológicas e a defasagem muitas vezes real entre a retórica e a prática respectivas revelam com exatidão a natureza contraditória das suas formas de pensamento e de suas 'visões de mundo', cuja tônica é a 'modernização' sem rompimento radical e profundo das formas tradicionais. (FALCON, 1993, p. 431)*

Apesar da existência de uma elite meritocrática e das alterações ocorridas em função das novas ideias que perpassavam o mundo luso-brasileiro na virada dos setecentos para os oitocentos, os principais cargos da administração portuguesa ainda estavam concentrados nas mãos dos *Grandes*, denominação dada àqueles que possuíam títulos de nobreza. Como ressaltou Nuno Monteiro, o alargamento das fronteiras sociais com a concessão de privilégios de nobreza a vários grupos até então excluídos implicou numa gradual delimitação do núcleo dos Grandes, "assim

7. Sobre a Universidade de Coimbra, ver: BRAGA, 1898; RIBEIRO, 1872.

transformado, não só no grupo mais preeminente, mas também no único com fronteiras bem definidas e, tendencialmente, no depositário exclusivo do antigo *status* nobiliárquico. Nos finais do século XVIII, em geral, quando se fala em nobreza ou fidalguia como grupo quer se designar (e quase só) os titulares". (MONTEIRO, 2003, p. 30)

Vale destacar, entretanto, a importância de um número cada vez maior de servidores, integrante da *burocracia diretorial* portuguesa, e, ainda que não ocupassem os principais cargos políticos, a *burocracia política*[8], concentrada nas mãos dos titulares, ganhou cada vez mais uma relevância no poder durante a regência/reinado de d. João (1792-1826), sendo responsável, após a transferência da corte em 1808, por trazer e promover no Brasil a continuidade burocrática da administração lusitana, essencial para a constituição da estrutura do governo no Rio de Janeiro.

Fontes manuscritas e impressas

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. (ANRJ). *Diversos Códices*, códice 807, vol.5.

_____. *Negócios de Portugal,* caixa 712, pac. 03.

CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Cartas dirigidas a S. M. El-Rey d. Joao VI desde 1817. A cerca do Estado de Portugal e Brasil e mais outros documentos escritos.* Londres: Impressão de Mess. Cox e Bayllis, 1821.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro Ferreira. "Memórias políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular, redigidas por ordem do príncipe regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815". In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 47, parte 1.

8. Ambos os conceitos são analisados por Guerreiro Ramos que atribui uma importância fundamental à burocracia na organização e direção do poder. De acordo com este autor, a burocracia não deve ser vista de forma unívoca, apresenta subdivisões para esse grupo, discernidas em diferentes estratos. Considerada a elite administrativa, a "burocracia política" é constituída pelo alto escalão. Para o período de análise, podem ser considerados como membros da burocracia política os secretários e os conselheiros de Estado, bem como os chefes das principais órgãos de poder estabelecidos, nomeados pelo monarca. Já a burocracia diretorial é composta por membros de segundo escalão do governo, Em nosso caso, compreendemos como os oficiais do rei, o conjunto de funcionários das secretarias, conselhos e Tribunais que auxiliaram o rei na tarefa de centralização do poder. (RAMOS, 1966, p. 300)

Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos (FBN-Mss). C-1061,7. *Documentos biográficos*.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (IHGB). DL191 47. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Notas sobre a fidalguia*. [1819-1821] S¤l.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira de. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal.* Lisboa: J. Rodrigues, 1806.

PENALVA, marquês de. *Dissertação sobre as obrigações dos vassalos.* Lisboa: Imprensa Régia,1804.

Referências

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

BETHENCOURT, Francisco. "Câmaras e Misericórdias". In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão portuguesa* – v. 2: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Espanha: Círculo de Leitores, 1998, p.343-360.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* 12 ed. Brasília: UNB, 2004.

BRAGA, Teófilo. *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa.* Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências, 1898.

CARDIM, Pedro. "Administração e Governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime". In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar:* idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 45-68.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Estado e administração no Rio de Janeiro Joanino:* a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1821). Rio de Janeiro, Tese (doutorado), UERJ/PPGH, 2010.

CERQUEIRA FALCÃO, Edgard de (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. v. 3, Santos: Câmara Municipal, 1963.

DIAS, Maria Odila da Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* v. 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, p.105-170, 1968/1969.

DURAND, Georges. *États et Institutions. XVI^e^-XVIII ^e^siècles.* Paris: Librairie Armand Colin, 1969.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* v. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1993.

HESPANHA, Antonio Manuel. "A nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII. In: *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa: Edições Cosmos, n. 12, p. 27-42, 1993.

MACEDO, Jorge Borges de. "Nobreza". In: Serrão, Joel. (dir.) *Dicionário de História de Portugal.* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

MARAVAL, José Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII.* Madrid: Siglo XXI, 1989.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal:* paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Marquês de Pombal:* paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. "Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia". In: MATTOSO, José (dir). *Historia de Portugal.* v. 4, O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 297-338.

_____. *O crepúsculo dos Grandes.* A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal. (1750-1832). 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional¤Casa da Moeda, 2003.

MOUSNIER, Roland. *Les institutions de la France sous la monarchie absolue.* Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno:* honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

PEREIRA, Ângelo. *D. João VI:* príncipe e rei. v. 3. A Independência do Brasil. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo.* Brasil e ultramar hispânico, século XVII e XVIII. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. *Viagens Ultramarinas:* monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Guerreiro. *Administração e estratégia do desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia.* v. 2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1872.

RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII:* a aristocracia e o desafio burguês. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 159.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Palácio de Queluz e o mundo ultramarino:* circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). Niterói: UFF, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. "José Bonifácio: pensamento e ação de um estadista no processo de construção da Nação". In: PRADO, Maria Emília (org.) *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentistas.* Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.

_____. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio*: 1783-1823. Campinas: Editora da Unicamp, 1999;

SUBTIL, José. "Governo e Administração". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Vol.4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998, p. 141-240.

SUBTIL, José. "O governo da Fazenda e das Finanças (1750-1974). In: CRUZ, Mário Pinho da. *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças* Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006.

VASCONCELOS, Francisco de. *A nobreza do século XIX em Portugal.* Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

WEHLING, Arno. "O funcionário colonial: entre a sociedade e o rei". In: PRIORE, Mary Del. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de historia.* Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 139-159.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal.* v. 3 . Lisboa: Edições Zairol, 2000.

Conflitos entre a velha e a nova ordem: o movimento vintista em Pernambuco (1820-1822)

Flavio José Gomes Cabral
Ana Cláudia de Araújo Santos

Introdução

> *Depois das medidas tomadas no Congresso de 5 do corrente, quis o Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General [Luís do Rego Barreto] que, por meio de um periódico, se instruísse o público de tudo quanto se fizesse a favor da causa d'El-Rei e da Nação, predispondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a Augusta Assembleia Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer-se a nossa liberdade política, e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os Direitos da Majestade e os direitos da Nação.*

As palavras acima são de parte do editorial do jornal *Aurora pernambucana,* cujo primeiro número saiu a lume no dia 27 de março de 1821, em formato 25x17, com quatro páginas, redigido pelo secretário do governado Rodrigo da Fonseca Magalhães (NASCIMENTO, 1969, p. 19). O noticioso, diga-se de passagem, o primeiro a ser editado em Pernambuco, foi fundado pelo capitão-general governador Luís do Rego Barreto, nomeado

para o cargo por D. João VI para manter a monarquia absoluta em uma província que ousou desafiá-lo em um movimento iniciado em 6 de março de 1817, e que chegou a instalar uma república inspirada na política norte-americana com repercussão na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O jornal citado era editado na Oficina do Trem (Arsenal da Marinha), confeccionado na mesma imprensa adquirida pelos revolucionários em 1817 para editar proclamações e outros papéis doutrinários da causa revolucionária e que por ocasião do desbarate do movimento foi confiscada pelo governo.

A *Aurora pernambucana* saía em um momento de grandes turbulências políticas motivadas pela deflagração de uma revolução liberal iniciada na cidade portuguesa do Porto em 24 de agosto de 1820 e com grande repercussão em Lisboa e posteriormente no Brasil. A revolução decidiu que D. João VI retornasse imediatamente para Portugal e convocou à sua revelia as Cortes que deveriam se encarregar de elaborar uma Constituição e implementar reformas políticas e administrativas que, na prática, punham em xeque o absolutismo monárquico.

A Revolução do Porto foi resultado de uma espécie de desapontamento quase que generalizado do lusitano diante da situação caótica com que se viu obrigado a conviver desde as invasões francesas e com a "interiorização da metrópole" nos trópicos, de onde as ordens passaram a vir, além da crise econômica em que se viu mergulhado. Sintetizando os sentimentos vividos pelos portugueses a partir da experiência iniciada em 1820, foi um momento em que se falou de liberdade contra o despotismo e de regeneração contra a decadência. Essas seriam as palavras chaves para ilustrar o movimento vintista, nome pelo qual ficou conhecido o pensamento político iniciado em 1820. Em rápidas palavras, o vintismo representou para Portugal seu grito de independência do Brasil, e só em 1822 o Brasil declarou sua independência de Portugal. Não obstante, a proposta dos liberais de 1820 foi promover uma regeneração política e administrativa que pudesse reformar a ordem das coisas substituindo antigas práticas sedimentadas no Antigo Regime pelas do liberalismo, embora sob a ótica das "mitigadas luzes ibéricas" (NEVES in GUIMARÃES; PRADO, 2001, p. 76).

Os liberais portugueses tinham consciência de que o futuro da Regeneração dependia da união de todo o reino, inclusive o Brasil, porque seus produtos tinham lugar de destaque no montante do comércio de todo o império português. Entretanto, segundo Proença (1987, p. 46), parecia impossível harmonizar esses interesses de maneira que o Brasil pudesse participar da regeneração econômica do reino sem renunciar a direitos adquiridos com a chegada da corte ao país. Num momento em que se deslumbrava a olhos vistos o desarranjo das colônias sul-americanas, quando todas elas lutavam pela independência, não se poderia esperar que o Brasil cedesse tais direitos. Para José Honório (1975, p. 31), a Revolução do Porto era conservadora porque não pensou na instalação de uma república e estava associada ao liberalismo econômico. Aliás, um liberalismo que procurou manter as dependências brasileiras, que não via subjugação aos ingleses, impondo regras limitativas ao monarca.

A cultura vintista: sinais de novos tempos

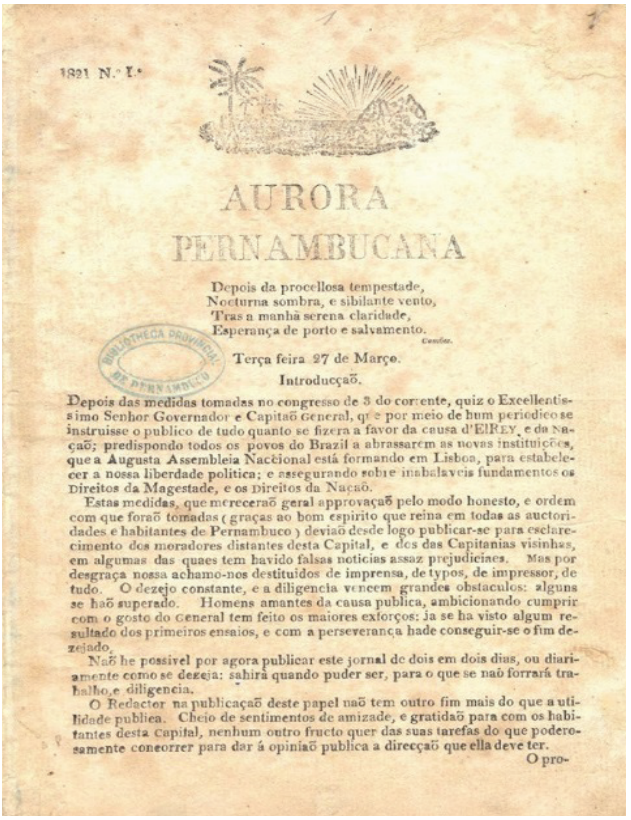
Os liberais de 1820 entendiam ainda que o progresso da nação não poderia acontecer sem livros, órgãos de imprensa e escolas. Pernambuco, a exemplo de outras localidades da América portuguesa, não contava com órgão de imprensa até o ano de 1821. Quanto a essas últimas, atendendo às reivindicações dos congressistas, foram fundadas escolas, em 8 de março de 1822, em várias partes do mundo ultramarino para atender à "educação da mocidade nelas existente" (Apeje. OR. cód. 41, fl. 163). Dando prosseguimento à referida determinação em Pernambuco, são fundadas cadeiras de primeiras letras em Paratibe (distrito de Olinda), Lagoa da Anta (distrito de Igarassu), Pasmado (distrito de Goiana), Bonito, Bezerros, Caruaru, Nazaré (distrito do Cabo), Rio Formoso (distrito de Sirinhaém), Cimbres (comarca do Sertão). Entretanto, alguns percalços, entre eles a distância e a falta de dinheiro para remunerar os mestres, inviabilizaram a abertura de muitas daquelas escolas.

Neste tempo de grandes mudanças o periodismo se tornou um dos principais canais de divulgação das ideias políticas nascidas em 1820 e o ano seguinte foi seu período áureo tanto em Portugal quanto no Brasil. No velho reino foram editadas 39 gazetas, em sua maioria divididas entre os que defendiam a velha e a nova ordem política. Entre 1821 e 1822 foram editados no Rio de Janeiro 20 periódicos, além de alguns que saíram com a função puramente informativa. Em Pernambuco esse número foi bastante modesto. Foram editados na província nove periódicos, alguns de curta duração, e outros que, a exemplo da Gazeta Pernambucana fundada em 1822, se estenderam até 1824 passando pelas mãos de três redatores e com período irregular de circulação. Quanto aos redatores, tratavam-se de letrados ou homens de conhecimento das letras, alguns deles haviam se envolvido no levante de 1817, outros se entrincheiraram a favor da exoneração do governador durante as escaramuças de 1821, que culminaram com a eleição da Junta gervasista.

Periódico	Redatores	Período
Aurora Pernambucana	Rodrigo da Fonseca Magalhães	27.03.1821- 10.02.1821
Segarrega	Felipe Mena Calado	08.12.1821 - 27.10.1823
Gazeta Extraordinária do Governo		22.06.1822
O Relator Verdadeiro	Pe Francisco Ferreira Barreto	13.12.1821 - 25.05.1822
O Conciliador Nacional	Pe. Miguel Sacramento Lopes Gama	04.07.1822 - 25.04.1825
O Maribondo	Manuel Paulo Quintela	25.07.1822 - 01.10.1822
Gazeta Pernambucana	Pe. Venâncio de Rezende Cipriano José Barata de Almeida Manoel Clemente do Rego Cavalcanti	14.09.1822 - 12.04.1824
Gazeta do Governo Temporário		26.09.1822
Gazeta do Governo Provisório		06.10.1822 - 26.10.1822

Fundação Joaquim Nabuco – Recife

O vintismo criara expectativas principalmente em relação ao direito de as pessoas reclamarem contra os diversos estados de coisas que impediam a liberdade, por isso as reformas que se pretendiam realizar permitiram que fossem feitas reivindicações. Pelo editorial do primeiro número da *Aurora pernambucana* se percebe a necessidade de os pernambucanos manterem-se informados sobre o cenário político em curso que, aliás, constituíam uma exigência do Legislativo, mas na realidade não foi o que se observou. Luís do Rego, mesmo prometendo realizar mudanças políticas, se empenhou em impedi-las utilizando as páginas do seu jornal na tentativa de preservar os interesses do soberano.



1821 N.° 1.°

AURORA

PERNAMBUCANA

Depois da procellosa tempestade,
Nocturna sombra, e sibilante vento,
Tras a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento.
Camões.

Terça feira 27 de Março.

Introducçaõ.

Depois das medidas tomadas no congresso de 3 do corrente, quiz o Excellentissimo Senhor Governador e Capitaõ General, q e por meio de hum periodico se instruisse o publico de tudo quanto se fizera a favor da causa d'ElRey e da Naçaõ; predispondo todos os povos do Brazil a abrassarem as novas instituições, que a Augusta Assembleia Naccional está formando em Lisboa, para estabelecer a nossa liberdade politica; e assegurando sobre inabalaveis fundamentos os Direitos da Magestade, e os Direitos da Naçaõ.

Estas medidas, que merecerão geral approvaçaõ pelo modo honesto, e ordem com que foraõ tomadas (graças ao bom espirito que reina em todas as auctoridades e habitantes de Pernambuco) deviaõ desde logo publicar-se para esclarecimento dos moradores distantes desta Capital, e dos das Capitanias visinhas, em algumas das quaes tem havido falsas noticias assaz prejudiciaes. Mas por desgraça nossa achamo-nos destituidos de imprensa, de typos, de impressor, de tudo. O dezejo constante, e a diligencia vencem grandes obstaculos: alguns se haõ superado. Homens amantes da causa publica, ambicionando cumprir com o gosto do General tem feito os maiores exforços: ja se ha visto algum resultado dos primeiros ensaios, e com a perseverança hade conseguir-se o fim dezejado.

Naõ he possivel por agora publicar este jornal de dois em dois dias, ou diariamente como se dezeja: sahirá quando puder ser, para o que se naõ forrará trabalho, e diligencia.

O Redactor na publicaçaõ deste papel naõ tem outro fim mais do que a utilidade publica. Cheio de sentimentos de amizade, e gratidaõ para com os habitantes desta Capital, nenhum outro fructo quer das suas tarefas do que poderosamente concorrer para dar á opiniaõ publica a direcçaõ que ella deve ter.

O pro-

BIBLIOTHECA PROVINCIAL DE PERNAMBUCO

Figura 1: Aurora pernambucana. 27.03.1821. Apeje

Na realidade, as tentativas de ajustar a província de Pernambuco ao quadro político do momento foram realizadas em meio a várias convulsões onde reinaram discórdias, pancadarias e derramamentos de sangue, uma vez que o governador, apesar de ter organizado o processo eleitoral para eleger os deputados para as Cortes lisboetas, [1] somente quando teve conhecimento que D. João VI havia jurado as bases da futura Constituição, procurou manter-se no poder desobedecendo às ordens das Cortes de instalar governo de junta. Diante dos fatos, a província ficou dividida entre dois grupos, os que apoiavam as reformas, então chamados de constitucionais, e os que eram contrários a elas, os absolutistas, os corcundas. Este termo era muito utilizado pelos primeiros para xingar os absolutistas, os áulicos ou pés-de-chumbo, por não se envergarem às reformas.

No Brasil, um dos primeiros efeitos da Revolução do Porto ocorreu em 1º de janeiro de 1824 na província do Pará, que logo aderiu ao movimento liberal, sendo seguido pela Bahia em 10 de fevereiro. Entretanto, em fins de outubro de 1820, Pernambuco se adiantaria àquelas províncias planejando uma sedição urdida nas casas, nos quartéis e nos conventos para destituir Luís do Rego e proceder à imediata eleição de uma junta de governo. Quanto a estes e outros acontecimentos que conturbaram a localidade, razão teve o jornalista Hipólito da Costa em dizer que os eventos ocorridos na cidade do Porto haveriam de ter grande repercussão no Brasil por haver ali desagrado com as velhas práticas coloniais ainda existentes, mesmo estando a corte instalada no país. "Os motivos de descontentamento que se têm alegado

1. A bancada pernambucana eleita para compor o Congresso português era composta pelo padre Inácio Pinto de Almeida Castro (irmão do padre Miguelinho, executado por crime de lesa-majestade por ocasião do levante de 1817), Manuel Zeferino dos Santos (futuro presidente da província), Pedro de Araújo Lima (advogado e futuro regente do império), João Ferreira da Silva (proprietário de engenho e negociante, colaborou em 1817 com o governo republicano), Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (proprietário de engenho, estudou em Coimbra e foi emissário do governo de 1817 nos EUA), padre Francisco Muniz Tavares (formado em cânones na França, revolucionário de 1817 e autor de um livro sobre esta revolução) e Félix José Tavares de Lira (emissário do governo republicano de 1817 em Buenos Aires), padres José Teodoro Cordeiro e Serafim Sousa Pereira. Esse religioso morreu antes da posse, sendo substituído pelo suplente Manuel Félix Veras (funcionário público). (Apeje. R. Pro 7/5, fl.s/nº).

em Portugal existem no Brasil em grau mais sensível" declarava o redator do *Correio Brasiliense,* portanto era preciso levar em conta "a forma de administração das províncias [brasileiras]", que se encontravam governadas por "militares absolutos [...] irresponsáveis por seus atos públicos" (COSTA, 2002, p. 167, v. XXVI). Durante as articulações sediciosas, um panfleto escrito de forma codificada procura cooptar pessoas e instigar a rebeldia contra as autoridades constituídas:

> *Insano, aonde te leva o tal desvario! Que fanáticos prejuízos te roubam a razão? Acaso é para ti mais sagrado sustentar o despotismo de um só homem que contribuir à felicidade da pátria e dos teus compatriotas? Tu abandonaste e destruíste um nascente partido que devias apoiar, crime que devia ser punido e que só por compaixão pode ficar impune. Acorda e pensa que tu podes fazer o teu nome grande sendo eterna a gratidão dos teus compatriotas. Prejuízos de educação te deslumbram e te fazem sacrificar o teu interesse, a tua fama, a tua glória e a felicidade de um país inteiro a um só homem. Reflete. E te sirva de lei esta última advertência, pois, quando insistires no teu desvario, será um homem assassino que te despertará, porém tarde, do letargo em que jazes e que assim alivie a pátria de um filho ingrato que lhe não quer ser útil. Se és homem de bem como deves ser, põe a resposta no mesmo lugar sem ser curioso" (AN. IJJ[9], fls. 187-187v).*

Durante as reuniões sediciosas, em sua maioria organizadas na casa de Marcos Barcelos em Fora de Portas, localidade próxima do porto recifense, falava-se dos acontecimentos portugueses e da importância de conquistar pessoas para a causa bem como se fazer tudo em surdina, por causa da resistência que Luís do Rego "e os oficiais seus apaixonados" podiam fazer (AN. IJJ[9], fl. 205). O principal mentor do movimento, coronel Antônio Morais Correa de Sá Castro[2], tinha desejo que o movimento fosse articulado para rebentar no dia da festa de Santo André, no dia 30

2. Natural de Trás-os-Montes por ocasião da fuga da corte para o Brasil, mudou-se para cá, servindo a Coroa nas tropas da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente foi transferido para Pernambuco passando a atuar como coronel de milícias de Olinda.

de novembro de 1820. A cabeça do governador foi posta a prêmio. Pela façanha, quem praticasse o ato ganharia como recompensa cerca de 50 a 60 mil réis. Tal importância em termos reais seria suficiente para se adquirir um escravo, cujo preço naquela época variava em torno de 70 e 80 reis. Após a morte do general o palácio seria tomado e organizado um governo conforme exigia a revolução vintista. A sedição seria descoberta e seus mentores foram presos e deportados para Portugal.

Após o desbarate do movimento, o governador praticamente perderia as rédeas da província, uma vez que, com o crescimento das discussões em Portugal, o Brasil não ficou isento porque segundo a ótica vintista as pessoas não poderiam ficar fora daquelas discussões. O ano de 1821 foi intenso no que tange a discussões políticas em Pernambuco para desespero de Luís do Rego e outros absolutistas. Carlos Guilherme Mota (1996, p. 42), ao investigar os vários levantes ocorridos na América portuguesa em fins dos setecentos e princípios do século seguinte, percebeu o motim em algumas capitanias já era esperado porque a população muitas vezes se posicionava a favor dos amotinados. Além do disse me disse, tornaram-se constantes, no período em estudo, a ação panfletária e outras manifestações mais difíceis de serem observadas em registro, como vozes, gritos, modinhas e gestos e inclusive as emoções, que tanto preocuparam as autoridades reais e consistem no que a historiadora francesa Arlette Farge (1992) chamou de "opinião pública". Isto faz entender as razões pelas quais o espaço colonial desenvolveu a opressão e por que foram criadas ali condições para que se excedessem os limites que, para a coroa, eram sua própria salvaguarda.

Com o novo estatuto, as pessoas foram liberadas das condições de súditos ou de vassalos do rei e se transformaram em cidadãs por gozarem de direitos políticos. As questões de cidadania no Brasil resultaram em um longo debate uma vez que, diferentemente de Portugal, a escravidão existia e muitos grupos excluídos foram impedidos de votar, inclusive as mulheres, o que limitava seu conceito. Tais discussões atraíram os interesses da

escravaria. Esta havia tomado conhecimento que em Portugal se discutia que todas as pessoas independentemente da cor e do local de nascimento, com o novo estatuto político, haviam se transformado em cidadãs. Essas alocuções geraram rumor e interpretações. No dia 21 de janeiro de 1822 os recifenses foram pegos de surpresa quando viram um grupo de escravos falando pelas ruas que eram cidadãos e, como tal, diziam que eram iguais aos brancos e que tinham direito de exercerem "empregos públicos" (AHU_ACL_CU_015, Cx. 285, D. 19494).

A contenda foi levada para o governador das armas José Maria de Moura que deu a entender nada poder fazer para impedir os negros. Na realidade, as mudanças propostas pela Revolução do Porto deixaram as autoridades embaraçadas porque temiam agir com rigor e serem punidas. Pelas alocuções fica claro que os chamados "homens de cor" ou mesmo outros grupos excluídos não se constituíam grupos amorfos e meros expectadores passivos, uma vez que tinham conhecimento do que se passava, faziam suas interpretações e falavam. Os ares da mudança eram visíveis. Vivia-se um momento diferente quando se assistia boquiaberto à queda dos valores do Antigo Regime e ao nascimento de uma nova política pautada na liberdade e no constitucionalismo. A crítica contra os privilégios, um dos alicerces do velho sistema, tornou-se tensa dando vazão a que muitos que estavam com o que grito de liberdade preso na garganta extravasassem suas emoções cantando hinos patrióticos, panfletando, dando viva à liberdade e à Constituição, pilhando lojas e insultando os absolutistas de corcundas. Nessas escaramuças em que tomaram parte negros, mulatos e brancos, velhas ofensas eram dirigidas aos portugueses reascendendo velhos antagonismos.

Em 1821 muitos dos que haviam contestado o rei por ocasião da Revolução pernambucana de 1817 foram libertados das prisões por determinação da Justiça, diferentemente do que ocorrera em 1818, quando 41 prisioneiros que tomaram parte no dito movimento foram indultados por conta das celebrações da aclamação de D. João VI conservando-se na

prisão aqueles acusados de serem cabeças do movimento. Na realidade, um dos efeitos do vintismo foi pôr um ponto final sobre a questão dos interditos relacionados às questões políticas. A nova política tinha como propósito regenerar a Nação, mas estava posto que esta regeneração fundava-se em um novo pacto, em uma nova Justiça, materializada em um novo sujeito histórico, o cidadão e não mais o súdito (BERNARDES, 2006, p. 482).

Em 26 de maio de 1821 o Recife viu desembarcar em seu porto vários homens vindos da Bahia que haviam deixado suas prisões voltando ao convívio de suas famílias, não sem antes serem recepcionados e carregados pelas ruas sob aplausos. Até então nunca se tinha visto tanta gente recobrar a liberdade e serem ovacionadas pelas ruas como heróis. A recepção do padre Luís José de Albuquerque Cavalcanti Lins, antigo vigário da Matriz de Santo Antônio, foi bastante concorrida. Do cais do porto ele foi conduzido por uma expressiva multidão para tomar posse de sua Matriz, e lá chegando, fora impedido de entrar por grupos contrários, e dada a falta do padre Antônio Luís Inácio de Melo e da irmandade do Santíssimo Sacramento, administradora do templo que, mesmo cientes de sua chegada, não compareceram à cerimônia de posse que foi realizada pelos paroquianos (BARRETO, 1822, p. 36). Na realidade, todas essas manifestações se constituíam ato acintoso para provocar Luís do Rego que ao escrever para o rei dizia nada poder fazer e tinha a convicção de que a presença dos recém-chegados iria certamente contribuir para inflamar os ânimos e acirrar os debates, como de fato aconteceu.

O clima recrudesceu havendo descontentamentos e atos violentos. O capitão-general, em julho de 1821, foi baleado na Ponte da Boa Vista, o que motivou a prisão de 31 suspeitos que foram remetidos a Lisboa para serem julgados, mas que seriam soltos a mando da Justiça por falta de provas. A ação do governador foi considerada despótica, além de pesarem acusações nas Cortes de governar com mão de ferro. Depois de muitos reveses resolveu o governador organizar o governo provincial, constituindo um conselho sob sua presidência que várias vezes foi trocado à medida

que ele se inimizava com os membros. Tal política seria contestada pelos liberais sob o argumento de não ter licitude, porque não havia sido eleita como recomendava o Legislativo, portanto, não se enquadrava dentro das qualidades constitucionais.

Os recém-libertos das prisões baianas, desejosos de desbancar o general e adequar a província aos moldes constitucionais, percebem que dificilmente conseguiriam alguma vantagem estando próximo do mandatário provincial; por isso, alguns deles se descolaram para a Mata Norte onde, longe dos olhos de Luís do Rego, poderiam orquestrar com mais cuidado a resistência. *Concentrados principalmente na Vila de Goiana e contando com o apoio de várias lideranças interioranas, além das milícias daquela vila, de Paudalho, de Limoeiro e de Tracunhaém, no dia 29 de agosto de 1821,* perante o senado da câmara goianense e do juiz de fora, elegeram uma junta provisória de governo que dizia se sujeitar apenas "ao senhor rei D. João VI e às Cortes". [3] Dada a coexistência de dois governos na província, o do Recife e o de Goiana, este não se furtou de enviar ao general ultimato pedindo que abandonasse Pernambuco e se demitisse do governo. Logo após ter recebido Luiz do Rego mensagem do príncipe D. Pedro em 21 de agosto de 1821 em que ordenava que ele organizasse uma junta provisória em Pernambuco com subordinação e obediência a ele como regente do reino do Brasil, imediatamente o general propôs à Junta de Goiana que se unisse a ele para a organização de um único governo, solicitude que não foi acatada pelos goianenses (Apeje, OR. Cód. 41, fl. 136)

E como Luís do Rego não sinalizava se demitir da governança alegando que havia recebido o cargo das mãos do monarca, que era o único que tinha direito de destituí-lo, resolveu a junta goianense, em 12 de setembro de 1821, persistir na invasão do Recife e forçar a saída do general (IAHGP. Coleção Mário Mello, gaveta 2, 1821). Os ânimos se exasperaram.

3. A junta estava constituída por Francisco de Paula Gomes dos Santos (presidente), Felipe Mena Calado da Fonseca (secretário), capitão-mor Joaquim Martins da Cunha Souto Maior, padre Manoel Silvestre de Araújo, Manuel dos Reis Curado, Antônio Máximo de Sousa, José Vitorino Delgado de Borba Cavalcanti de Albuquerque e Bernardo Pereira do Carmo (Apeje. OC. Cód. 1, fl. 335).

A inglesa Maria Graham, futura camareira de D. Leopoldina, testemunhou a invasão do Recife pelas forças da Mata Norte e as trocas de tiros com as forças comandadas pelos soldados de Luís do Rego. Em 4 de outubro, uma comissão composta de várias pessoas foi até a povoação de Beberibe, onde estavam concentradas as forças de Goiana, e, em nome do general, propuseram um pacto (Convenção de Beberibe), que fora acertado no dia seguinte, no qual ficou ajustado que o governo da província ficaria nas mãos dos governos de Goiana e do Recife. Esse último restringia-se apenas à vila do Recife e à cidade de Olinda e o outro incluía todas as vilas do interior até que as Cortes e o rei decidissem como ficaria a administração provincial.

A saída do governador e a eleição da Junta gervasista

Devido a atuação dos deputados pernambucanos nas Cortes ficou decidido que Luís do Rego deveria regressar para Portugal e que entregasse imediatamente o governo a uma Junta Provisória que ficou assim constituído: Gervásio Pires Ferreira (presidente), padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho (secretário), e os vogais do cônego Manuel Inácio de Carvalho, o tenente-coronel Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, Felipe Néri Ferreira, Joaquim José de Miranda e Bento José da Costa (Relator Verdadeiro, 13.12.1821). Luís do Rego, contrariando as decisões da Corte, partiu para Portugal sem comparecer à cerimônia de posse da junta. Sua saída foi bastante comemorada. Uma quadra bastante cantada pelas ruas demonstrava esses regozijos (AMARAL, 1974, p. 96):

Luís do Rego foi guerreiro.
Sete campanhas venceu.
Mas na oitava de Goiana
Luís do Rego esmoreceu.

A posse da Junta ocorreu no dia 27 de outubro de 1821 em meio a grande regozijo. Naquele dia o presidente eleito falou da importância de se administrar a máquina pública com competência e honradez e pôr um final nas discórdias herdadas dos tempos passados e que tanto ensanguentaram a província. O discurso de Gervásio procurava fazer alusão conta a velha ordem maculada pelo servilismo, e a falta de liberdade, entretanto vislumbra-se que os novos tempos assentes na liberdade seriam de esperanças de melhoras uma vez que a Constituição que estava sendo tecida preconizaria esses desejos:

> *Guiados pelo patriotismo constitucional, que nos anima, e pela luz da razão e da experiência do passado, não devemos recear os escolhos que o egoísmo dos áulicos tem sabido espalhar pela estrada da verdade. Devendo, portanto, dar princípio desde logo à nossa tarefa, deixando aos historiadores o cuidado de fazer o triste quadro de nossas passadas desgraças e de transmitir aos nossos vindouros para sua instrução (...). E em vista da proclamação do Soberano Congresso aos povos do Brasil, tendiam, a exemplo dos nossos irmãos de Portugal, a afastar o despotismo de nossas praias e a instalar um governo constitucional como o que se acha [agora] estabelecido (...). Os pernambucanos, qualquer que tenha sido o local de seu nascimento, correspondendo aos sentimentos dos vogais que formaram o seu governo, morreram, primeiro que vejam outra vez o despotismo pisar a praia dos Vieiras, Vidais e Dias; e que, ligados aos seus irmãos de Portugal pelas mais estreitas relações de sangue e mútuos interesses, unem igualmente suas vozes à de seus deputados para protestarem a mais firme adesão e fidelidade às Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, e a el-rei constitucional, o senhor Dom João VI e a sua real família. Vivam a religião, as cortes e el-rei! (ATAS, 1997, p. 41).*

Pelas palavras de Gervásio, a Junta estava investida da tarefa de governo e como tal tinha a função de desenferrujar a máquina pública emperrada pelas envelhecidas práticas marcadas pela velha política que excluía o cidadão de participar desta governabilidade. Havia esperança

de que com a constitucionalização do reino, as estruturas políticas seriam desentravadas se consolidando a nova política, por sinal assente na liberdade, e que seria materializada graças à atuação das Cortes. Após a posse da junta, à noitinha, ocorreu na matriz do Corpo Santo missa em ação de graças. Na nave principal do templo encontrava-se exposto sob dossel o retrato do monarca, diante do qual se perfilaram os membros do governo, da administração, do clero, oficiais, funcionários públicos e a elite local.

A política vintista rompeu com o absolutismo, mas não com o rei. É pertinente observar que se a imagem de D. João VI não foi ultrajada com a implantação da nova política, o mesmo não aconteceu em 1817 durante um movimento revolucionário ocorrido no Nordeste que contestou a política bragantina. Naquele ano, por exemplo, os revoltosos, chefiados por Felipe Neri da Fonseca, ao entrarem na câmara recifense destruíram as insígnias reais e retiraram do salão principal o quadro do monarca (DH, CVI, 1954, p. 145). Miguel Joaquim Sousa de Melo, residente em Olinda, foi mais longe. Ao se infiltrar no meio dos amotinados gritando palavras de que "a lei do rei não era boa porque era carregada de pensões", foi visto arremessando um bastão no retrato de D. João VI, jogando-o contra a parede (DH, CVI, 1954, p. 205). Os atos de rebeldia praticados em 1817 contra os emblemas reais demonstram nitidamente práticas de desafeição ao trono. Ao se contestar a legitimidade do Antigo Regime, impunha-se a necessidade de contestar seus lemas e inventar símbolos que pudessem expressar os ideais e princípios da nova ordem. Em 1817 esses ideais se materializaram principalmente através da bandeira azul e branco da nova república, apresentada ao público em grande ato político e religioso organizado na Praça do Erário, hoje Praça da República. Havia necessidade de se inventar novos emblemas e rituais para que o poder fosse legitimado como muito bem percebeu Hunt (2007, p. 78).

Após a finalização dos atos religiosos em regozijo pela posse da junta ocorrido na matriz do Corpo Santo, ouviram-se tiros da artilharia e de girândolas. Logo em seguida foi oferecido no Palácio do Colégio,

antigo edifício contíguo à Igreja do Espírito Santo, e que desde o atento de Luís do Rego vinha servindo de palácio do governo, baile e comedorias, quando então foi entoado o Hino Nacional seguido de brindes aos "pais da Pátria", isto é, às lideranças do movimento vintista e ao novo governo provincial (Segarrega, 8 dez.1821). Uma das principais preocupações da junta foi tentar organizar a administração, as finanças públicas e o ensino. Neste sentido, em meados de 1822, alguns professores de primeiras letras foram nomeados e seus salários aumentados. Entre outras realizações foi organizada a repartição da inspeção de obras públicas que atuaria na fiscalização das obras do encanamento do rio Beberibe, da ponte do Recife destruída por ocasião dos conflitos de 1821, e da cadeia.

O *Relator Verdadeiro* em sua primeira circulação ocorrida no dia 13 de dezembro de 1821 abriu espaço para falar dos novos tempos e explicava que "tendo desaparecido a turbulenta e carrancuda Aurora", reportando-se ao jornal *Aurora pernambucana*, arauto das "trevas", uma vez que havia se tornado espécie de porta-voz de Luís do Rego, portanto, do absolutismo, e fazia-se necessária a fundação de "um periódico, ditado pelo espírito de retidão e de imparcialidade". A gazeta em evidência prometia ser um órgão propagador da liberdade e dos pensamentos políticos inaugurados em 1820. Para o redator do Relator Verdadeiro,

> *Há mais de quatro anos, que esta província perdeu a significação do vocábulo tranquilidade sumida no abismo voraginoso de todos os males ela tem sido o teatro espaçoso dos déspotas. Tem visto a devastação girar de passo livre em todos os seus ângulos. Tem arrostado, e sofrido a praga dos flagelos, de que a tirania carrancuda se escolta, quando se julga perto do seu baque, abrigo ensanguentado, a que ela recorre frenética como a outros tantos castelos, que a fortificam no seu reino. Nada nos tem faltado de opressão, e desdouro desde o roubo até a guerra civil, desde a escuridão do cárcere até a infância do patíbulo. (RELATOR VERDADEIRO, nº2, 23.12.1821.)*

Como dito, o vintismo sem grandes entraves continuou devotando obediência ao soberano e à sua dinastia (MENDONÇA, 1984, p. 429). O rei governava lado a lado com o Legislativo. Para os absolutistas isso era uma temeridade, uma vez que se encontravam de mãos atadas, isto é, prisioneiros do Soberano Congresso. A junta pernambucana procurou não se afastar do pensamento liberal e mesmo tendo sido criada por ordens das Cortes procurou devotar respeito a D. João VI e ao regente brasileiro D. Pedro, deixando-os a par dos problemas provinciais. O rei chegou a ser interpelado para interceder junto às Cortes quando se percebia que determinações articuladas no congresso prejudicariam os interesses locais, a exemplo do envio de tropas para Pernambuco sob a alegação que elas iriam contribuir para sossegar os ânimos, mas que foram entendidas que tudo não passavam de articulações para intimidar a junta.

Quanto ao regente Pedro, a junta manteve bom diálogo, uma vez que havia ficado no Brasil por determinação do pai, e a ele devotou obediência, inclusive apoiando o Fico de 9 de janeiro de 1822. E quando nesse ano os ânimos começaram a se exaltar, principalmente quando as Cortes se bateram contra o príncipe anulando seus atos, solicitando seu retorno a Lisboa, e decretando medidas que inferiorizavam o Brasil, a junta se posicionou ao lado do regente apoiando-o em suas decisões. Para Bernardes (2001, p. 306) no comportamento da junta havia "uma constante preocupação de respeito às formulas legais, sem, no entanto, deixar prender pelo formalismo das antigas leis, ou das novas decisões do poder que julgava criticáveis ou inaceitáveis".

Vale destacar que o afeto da junta pelo monarca não significava conservadorismo; afinal de contas, como explicado anteriormente, o vintismo continuou respeitando-o, inclusive deu-lhe o título de "Rei Constitucional" ou de "Pai da Pátria". Durante a nova ordem política, D. João VI se tornou alvo de vários tratamentos iconográficos, tanto em Portugal quanto no Brasil, passando sua imagem a ser estampada em retratos, miniaturas, leques, alegorias, litografias, desenhos e quadros.

Uma dessas imagens de autoria do pintor Domingos Antônio Sequeira foi encomendada pela Junta Provisional do Governo de Lisboa e entronizada em sua sala principal. O soberano foi retratado sem ostentar as velhas insígnias da monarquia absoluta, segurando um livro fechado em cuja lombada se lia "Cortes 1821" (VARGUES, 1997, p. 270).

A junta entre as Cortes de Lisboa e a regência do Rio de Janeiro

As divergências ideológicas foram uma das questões que a junta gervasista não conseguiu contornar e tudo nos leva a crer que o fenômeno não se circunscreveu apenas a Pernambuco. Além das dimensões continentais brasileiras que dificultavam de certa forma unir o país, a existência, a partir de 1820, de dois centros de poder nos dois lados do Atlântico (Lisboa e Rio de Janeiro) concorreu para dificultar as relações políticas. Perpassava pelo discurso dos liberais manter a integridade do reino devido à importância dos produtos brasileiros. Entretanto, observou Proença (1987, p. 42) que impasses existiam e parecia impossível harmonizar os interesses de modo que o Brasil pudesse participar da regeneração econômica do reino sem ter que perder direitos conquistados a partir de 1808 com a vinda da corte.

A partida de D. João VI em 1821 restituiu os ânimos dos portugueses, que viam retornar para Portugal a soberania, entretanto, a conservação do príncipe Pedro no Brasil, como regente, foi bem aceita pelo "partido brasileiro" que lutava pela fundação de um projeto de império sediado nos trópicos. A decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil foi recebida nas Cortes com desconfiança e com entusiasmo pelos pernambucanos. A junta enviou para o Rio um de seus membros, Felipe Neri da Fonseca, a fim de apresentar ao príncipe "protestos de amor, fidelidade e obediência" (Apeje. R. Pro 9/1, fl. 136). Ao longo de 1822 os ânimos se acirraram entre o regente e as Cortes, a ponto dessas invalidarem decisões tomadas por D. Pedro em relação ao Brasil e também passaram a baixar decretos que procuravam inferiorizar o Brasil. Essas decisões repercutiram na imprensa como ato de declaração de guerra.

O Segarrega de 9 de março de 1822, em um longo editorial, classificava as deliberações das Cortes em relação ao Brasil de maquiavélicas e denunciava as autoridades portuguesas de pouco olharem para o país porque o que mais lhes interessava eram os produtos que saiam daqui e que contribuíam para equilibrar as finanças lusitanas. Editado pelo português Filipe Mena Calado da Fonseca que chegara ainda criança ao Brasil e se envolveu nas escaramuças de 1817, e ex-secretário da junta de Goiana, o citado periódico era impresso na oficina do Trem de Pernambuco em formato 27x18 e se tornou praticamente arauto da junta. Sob a imagem de uma cega-rega lia-se a seguinte legenda: "Brincando, contarei verdades puras" o noticioso pretendia "narrar fatos despidos de todo o atavio de figuras", como explicava seu editor em 8 de dezembro de 1821. Ainda neste número, no editorial foram divulgadas a Carta Régia e o decreto de 2 de setembro que determinavam a eleição da Junta Provisória da Província, mediante o afastamento do governador régio.

Uma entre outras respostas do príncipe aos atos abusivos das Cortes veio com um decreto de 16 de fevereiro de 1822 que criava no Brasil um conselho de Estado que seria composto por procuradores de todas as províncias (Apeje. OR, 41, fl. 159). A notícia chegou a Recife no dia 26 de março acompanhada de um ofício de José Bonifácio que solicitava empenho da junta na implementação do decreto. Os gervasistas receberam as novas com apreensão porque entendiam que somente as Cortes tinham autoridade de criar tal conselho e também criticavam o direito de os ministros terem nele assento e veto uma vez que temiam o retorno do antigo despotismo ministerial. O posicionamento da Junta não foi bem visto por José Bonifácio que no tempo oportuno escreveu à junta dizendo:

> *Se os ministros de Estado têm, pelo decreto, assento e voto no conselho, longe de ser esta prerrogativa, como receia a junta, um meio de ressuscitar o antigo despotismo ministerial, é antes um providente recurso que habilita os procuradores a inquirir dos ministros, face a face, as razões de qualquer medida tomada ou proposta, a rebater diretamente sem argumentos e*

> *a convencê-los da falsidade dos seus princípios ou da sua má-fé, não sendo ao mesmo tempo de esperar de pessoas que devem ser escolhidas entre as mais distintas em luzes, probidade e patriotismo. (Apeje. OR, 41, 172 v)*

Apesar de toda a celeuma registre-se que não foi apenas Pernambuco que não aplicou o decreto de 16 de fevereiro de 1822, as juntas do Maranhão, do Grão-Pará e da Bahia, mesmo dizendo devotar obediência ao regente, entendiam que não lhes cabia o direito de criar conselhos de procuradores no Brasil (AS JUNTAS, 1973, p. 59). Estes redemoinhos demonstram a fragilidade do poder do príncipe sobre todo o país. Seu comando político "ainda não despertava, especialmente no Norte do Brasil, uma ressonância equivalente àquela produzida pelo Congresso de Lisboa" (NEVES, p. 319). Aliás, D. Pedro tinha conhecimento desses percalços, tanto que, ao se confidenciar com o pai no dia 17 de julho de 1821 dizia que o Brasil "de que eu fiquei regente, e hoje sou capitão-general, porque governo só a província [do Rio de Janeiro]" (CINTRA, 1921, p. 50).

A implicação do ministro José Bonifácio com os gervasistas talvez tenha outro motivo. Não lhe agradava a ideia defendida por aquele grupo sobre a questão da autonomia das províncias. Pernambuco talvez tenha sido a província que mais contestou o projeto do ministro e por isso caiu no seu desagrado. Aliás, sugere Evaldo Cabral que no tempo da Independência, Pernambuco e as províncias vizinhas "constituíram a única região da colônia a haver ensaiado uma experiência de autogoverno, ao contrário do Sul, que só havia conhecido inconfidências esmagadas no ovo" (MELLO, 2004, p. 35). Na realidade a questão federalista estava no sangue. Tratava-se de uma herança da Revolução de 1817. Uma carta do Governo Provisório da jovem república endereçada ao presidente dos Estados Unidos reafirmava com todas as letras tal desejo.

A gota d'água contra os pernambucanos veio quando se tomou conhecimento no Rio que documentos oficiais do príncipe endereçados à junta haviam sido divulgados pela imprensa lusitana. Na realidade,

tais publicações não significavam ação de maledicências, uma vez que o vintismo aboliu a política de segredo dos gabinetes. Cartas de D. Pedro ao rei, principalmente aquelas que externavam desejos de permanecer no Brasil, tiveram plena divulgação na imprensa (AHU_ACL_CU_015, CX,_285, d. 19535). No Rio boatos começaram a circular denunciando a junta de desrespeitar o regente uma vez que havia feito sua opção pelas Cortes. A junta procurou refutar essas acusações dizendo que não poderia desobedecer ao regente, que havia ficado no Brasil por ordem do monarca. E indagava:

> *Teríamos nós, os fidelíssimos pernambucanos, a quem a calúnia tem querido denegrir os brios, e honra, teríamos nós a ousadia de contrariar ordens, que dimanam do Poder Executivo (...). Nós, que no mesmo momento, em que foi instalada a Junta, logo nos dirigimos a Sua Alteza Real; nós que imediatamente fizemos subir à sua real presença mais de cinquenta documentários, que bem mostravam a nossa firme adesão à sua real pessoa. (LIMA SOBRINHO, 1998, p. 38)*

O rompimento de Pernambuco com as Cortes começou a ser delineado a partir das intransigências do Congresso contra o Brasil cuja prática foi severamente criticada pela bancada brasileira. Um desses deputados, ao entrar em contato com o redator do Segarrega, lamentava aquelas intransigências dizendo: "Temos lutado muito e nada temos feito (...). Igualdade de lei e de direitos, reciprocidade, amizade, tudo são palavras que para os deputados [brasileiros] de nada servem". A decisão do príncipe de criar no Brasil sua própria Assembleia Geral Constituinte em 3 de junho de 1822, que somente seria instalada no ano seguinte, estimulou as províncias a elegerem seus representantes sob a expectativa de que com seu próprio Legislativo os problemas locais seriam resolvidos com mais celeridade que em Lisboa (FRANCO, 2003, p. 23). A medida golpeava as Cortes e foi recebida com indignação concorrendo para criar entre os congressistas um clima de insatisfação. Diante das circunstâncias, muitos membros da bancada brasileira pediram dispensa de suas funções.

De uma ou de outra forma o destino da junta gervasista começou a ser tramado na corte carioca tendo como agente principal José Bonifácio, quando ficou acordado enviar para o Recife Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond com a missão de promover discórdias e a cisão do grupo (ANNAES, 1889, p. 16). O jogo de intrigas acelerou depois que boatos circularam em junho de 1822 pelas ruas recifenses acusando a junta de ser independente e de apunhalar o príncipe pelas costas. O Segarrega se posicionou a favor dos gervasistas denunciado em suas páginas que tudo não passava de boatos e de intrigas espalhadas por "dois ou três vagabundos vindos do Rio de Janeiro", fazendo referência a Drummond, Mayer e Cavalcanti de Lacerda que se reuniam em botequins, casas de jogo, e prostíbulos com a finalidade de desestabilizar o governo.

Esta divisão dos grupos políticos concorreu para criar na província "duas facções das elites locais com força suficiente para disputar o poder" (CARVALHO, 2005, p. 895), tudo foi colaborando para que os membros da junta se demitissem do comando provincial, abrindo espaço para a ascensão de um grupo de proprietários de terra e de escravos ao poder. Os demissionários reunidos no dia 13 de agosto de 1822 não entregaram o governo sem antes esclarecem ao príncipe que:

> *Sereníssimo Senhor (...) espírito intrigantes, vindo dessa [corte] têm podido disseminar desconfianças no povo para com o governo, vendo por outro que estas desconfianças, aliás, desmentidas por tantos fatos da mais transcendente prova literal e depoimento de todos os bons cidadãos, têm progredido na baixa classe do povo que se tem procurado iludir em menoscabo da dignidade do governo e segurança pessoal de seus membros; vendo por outro lado que com o sagrado nome de V.A.R. se tem procurado desvairar dos seus deveres oficiais inexpertos e homens de cor. (...) Por estas e outras razões, rogamos a V.S.A. queira mandar que se proceda imediatamente à convocação dos eleitores para o novo governo, pois que, desenganados de podermos conseguir a desejada paz interna e a união da grande família portuguesa. (MELLO, 1973, p. 132, v.1)*

A nova junta chamada de Junta dos Matutos, porque estava constituída por homens do interior, tinha planos centralistas e se alinhava aos planos de José Bonifácio e do príncipe Pedro. Era composta por Afonso de Albuquerque Maranhão (presidente), capitão-mor Francisco Pais Barreto (do morgado do Cabo), capitão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro visconde de Suassuna), e três da Mata Norte: José Mariano de Albuquerque Cavalcanti (secretário), Francisco de Paula Gomes dos Santos, Manuel Inácio Bezerra de Melo e João Nepomuceno Carneiro da Cunha. Apesar da mudança no comando da província, a "pax" não seria totalmente restabelecida. Os atos absolutistas de D. Pedro iriam reacender novas comoções efetivadas em 1824, como a Confederação do Equador, quando a província pagaria muito caro por sua rebeldia.

Fontes

Biblioteca Nacional (BN)

CANECA, Joaquim do Amor Divino Rabelo e frei. *Ofício dirigido a frei Inocêncio das Neves Portugal, irmão do ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal.* Bahia, 24 jul. 1820. 18 páginas, I – 30, 33, 002.

BNRJ. II – 32, 23, 12.

Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (Apeje)

Apeje. OR, cód. 41, 1821-1822.

R. Pro 7/5, fl.s/nº, 1821.

OC. Cód. 1, 1819-1821.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU_ACL_CU_015, Cx,_285, d. 19535).

Instituto, Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

Coleção Mário Mello, Gaveta 2, Revolução de 1821.

Mapa curioso, que contém os nomes dos indivíduos abrangidos na revolta de Pernambuco perpetrada a 6 de março de 1817, dividido em cinco sessões.

Fonte impressa

AS JUNTAS GOVERNATIVAS E A INDEPENDÊNCIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/ Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 1.

ATAS DO CONSELHO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO (1821-1834). Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco/ CEPE, 1997, v. 1.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 183, v. CII.

JORNAIS (Fundação Joaquim Nabuco – Recife)

Aurora Pernambucana, nº 1, 27 março de 1821.

O Relator Verdadeiro, Recife, nº 1, 13 dez. 1821.

Segarrega, Recife, n° 1, 8 dez. 1821.

Segarrega, no 13, 3 jul 1822.

Segarrega, nº 20, 2 nov. 1822.

Segarrega, nº 7, 9 mar. 1822.

Referências

AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações:* fatos da história de Pernambuco. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO 1885-1886. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1889.

BARRETO, Luíz do Rego. *Memória justificativa sobre a conducta do marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco, e presidente da junta constitucional do governo da mesma província.* Lisboa: Typografia de Desiderio Marques Leão, 1822.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional:* Pernambuco, 1820-1822. São Paulo, Hucitec, 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros. In: Jancsó, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário.* São Paulo: Imprensa Oficial: Brasília: Correio Brasiliense, 2002, v. XXVI.

COSTA, Pereira da. *Anais pernambucanos.* Recife: Arquivo Público Estadual, 1958.

DARNTON, Robert. *Poesia e política:* redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

FARGE, Arlette. *Dire et mal dire*: l'opinion publique au XVIII^{e} siècle. Paris: Seuil, 1992.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Introdução. In: *O constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal.* 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA SOBRINHO, A. J. Barbosa. *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador.* 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

MARROCOS, Luís dos Santos. *Memória e cotidiano do Rio de Janeiro no tempo do rei.* Trechos escolhidos das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos entre 1811 e 1821. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência:* o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: 34. ed., 2004.

MELLO, Joaquim Antônio de. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 1973.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *D. João VI e o império no Brasil:* a Independência e a Missão Rio Maior. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1984.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de revolução no Brasil (1789-1801). 4. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

NEVES, Lúcia Maria bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de janeiro: Revan, 2003.

_____. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial*: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

PROENÇA, Maria Cândida. *A independência do Brasil:* relações externas portuguesas, 1808-1825. Lisboa: Livros Horizontes, 1987.

RODRIGUES, José Honório. A independência: revolução e contra-revolução (a revolução política). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira*: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WASSERMAN, Fabio. Revolución. In: GOLDMAN, Noemí (org.). *Lenguaje y revolución:* conceptos politicos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

"Gozam no mercado da fama de bem morigerados e obedientes": Trajetórias transcontinentais mercantis no oitocentos (Barão de Guaíba / de Lisboa ao Brasil Meridional, 1785/1862)

Paulo Roberto Staudt Moreira
Raul Rois Schefer Cardoso
Miquéias Henrique Mugge

O Barão de Guaíba, batizado Manoel Alves dos Reis Lousada, faleceu em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), no dia **08** de julho de 1862. Viúvo (sua esposa Ana Amália falecera, demente, em Lisboa) e sem filhos (seu único filho legítimo morrera antes do pai e um outro, bastardo, nunca foi reconhecido pelo católico progenitor), o Barão distribuiu legados livremente a uma teia de compadres, alforriou 2**3** cativos e dotou órfãs. Somando os cativos alforriados por verbas testamentárias e os que permaneceram em cativeiro, temos 168 indivíduos. O herdeiro da maioria dos bens do Barão foi um de seus compadres, o cirurgião **Antônio José** de Moraes, seu amigo de longa data, nascido na cidade do Porto (Portugal).

Lousada possuía um patrimônio de vulto, concentrado em seu plantel de escravos, alguns bens de raiz urbanos (a casa comercial que possuiu em Porto Alegre não estava mais ativa nesta época), embarcações e algumas propriedades rurais em Taquari: três fazendas às margens do rio

Taquari – denominadas Conceição, Pedreira e Pinhal –, cujas atividades agro-pecuárias e de extração e beneficiamento de madeira e pedras, complementavam-se com a posse de datas de matos.

Pretendemos, neste texto, compreender a trajetória deste indivíduo e a sua mobilidade transcontinental. O itinerário do Barão de Guaíba conectou localidades e praças mercantis diversas (Rio de Janeiro - Lisboa - Porto - Porto Alegre - Taquari) e serve-nos neste momento para entender os desdobramentos territoriais transatlânticos das elites mercantis, os contextos históricos específicos em que estes se davam, as redes sócio-familiares que estes agentes históricos construíram em busca de conforto afetivo e solidez político-econômica. A áura simbólica que coteja o título de Barão não deve deformar nossa visão a ponto de imaginarmos esta trajetória como predeterminada ao sucesso, ao contrário, solidão e dramas familiares perseguiram esse comerciante-fazendeiro enobrecido, que procurou lenitivo na devoção católica e no relacionamento com indivíduos com origem e/ou ancestralidades lusas, com os quais engendrou compadrios, montando consistentes parentescos simbólicos.

Manoel Alves dos Reis Lousada pertencia a uma família de comerciantes de grosso trato, ligada com as cidades do Porto e do Rio de Janeiro. Acreditamos que ele tenha chegado no sul do Brasil no início da década de 1800. Seu pai, Domingos Alves dos Reis Lousada, nasceu na freguesia de Sampaio de Casais, do Conselho de Lousada, bispado do Porto, estabelecendo-se no Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, onde casou com Francisca Maria de Jesus, em 1762.[1] Domingos foi grande negociante no Rio de Janeiro, comercializando principalmente fazendas, e teve oito filhos, sendo o futuro Barão de Guaíba o seu último rebento.

Manoel Alves dos Reis Lousada foi batizado no Rio de Janeiro em 3 de março de 1785, na Paróquia de Nossa Senhora da Candelária[2]. Ele

1. *ACMRJ* - Casamento, Caixa 3178, Notação 78059, contraentes: Domingos A. R. Lousada e Francisca Maria de Jesus - 1762
2. *ACMRJ* - Casamento, Caixa 1832, Notação 28497, contraentes: Manoel Alves dos Reis Lousada e Anna Amália de Espie, 23.12.1816.

permaneceu naquela cidade até os cinco anos, quando se mudou com os seus pais para a cidade do Porto (Portugal), onde possuía parentes que também dedicavam-se ao comércio. Lá ficou por doze anos, mudando-se para Lisboa, onde esteve por um ano, de onde passou para o Rio de Janeiro, transferindo-se quase imediatamente para o Continente de São Pedro. Quando seu pai faleceu em 1800, a bordo do paquete Real, quando voltava do Rio de Janeiro para Portugal, um dos irmãos do futuro Barão de Guaíba, José Alves dos Reis Lousada, já se encontrava no Rio Grande.[3] Assim, certamente a vinda de Lousada para o Brasil meridional não foi à toa, mas um desdobramento das redes comerciais tecidas a partir do Rio de Janeiro e que ligavam regiões periféricas da colônia (sem esquecer a própria metrópole).[4]

Supomos que Lousada tenha se instalado no Rio Grande do Sul em 1803 ou 1804, e já no ano seguinte comprou uma posse de terras nas margens do rio Taquari. Segundo os papéis encontrados, Lousada instalou-se na freguesia de Taquari em 1808, comprando 650 braças de terras de José Caetano Pereira, na margem do rio Taquari, com "*porção de escravos com Agricultura*", e montou, além de roçados, "*uma Fábrica ou Engenho de Serraria de Madeiras, em utilidade sua e desta Capitania*". Junto com as terras comprou "*um escravo de nação Guiné por nome Vicente e alguns bens móveis e de bois*".[5]

Em 1812 arrematou o direito de cobrar pela passagem de um passo no Rio Caí[6]. Em 1816 ofertou 200 mil réis, *voluntária e gratuitamente*, à Sua

3. ANTT - Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 168, n.º 6.

4. Ver: FRAGOSO & FLORENTINO (2001), FRAGOSO, BICALHO e GOUVEA (2001).

5. AHRS – Fundo Requerimentos – 1813, maço 8 (Terras), Maço 6 (Fazenda).

6. AHRS – Fundo Requerimentos, maço 6 e 8. Sobre os arremates de contratos, ver: OSÓRIO (2001). Certamente informado por contemporâneos vaqueanos do interior, quem sabe alguns deles imigrantes portugueses (açorianos e continentais) instalados no Vale do Taquari, o Barão de Guaíba teve a valiosa percepção de que aquela região configurava uma fronteira fundiária e ambiental aberta, com um ótimo acesso fluvial para escoamento da produção, matas densas de pinheirais, reservas minerais. Próximo dali, as charqueadas de São Jerônimo e Triunfo eram propícios mercados consumidores da produção de seus engenhos de serras e pedreiras, além dos escravos que ele importava do centro do país, por sua casa comercial de Porto Alegre.

Majestade, para as despesas da Guerra nesta Capitania contra Artigas[7]. Em 1817, Manoel Lousada requereu e obteve a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, quando se apresentou como:

> Negociante do Rio Grande de São Pedro do Sul [...] estabelecido com Casa de Comércio, cujos fundos consideráveis constituem a sua casa uma das principais daquele Continente, não só pelas suas grandes especulações Mercantis, como pelo crédito que tem merecido, e com que se acha conceituado em todas as Praças Comerciais, sendo por consequência todas as suas transações em proveito do Estado, e da Real Fazenda de Sua Majestade, cujos Interesses o Suplicante tem promovido com assiduidade e zelo, a exemplo de seus Pais e Avós, antigos e acreditados Negociantes desta Cidade [Rio de Janeiro], pelos avultados Direitos com que a sua Casa tem utilizado a mesma Real Fazenda.[8]

Em 1815 ele viajou para a cidade de Lisboa, acompanhado do escravo Antônio Cabinda (de 12 anos), de onde trouxe a sua sobrinha Ana Amália de Espie, com quem casou no Rio de Janeiro, em 1817.[9] Segundo Renato Pinto Venâncio, a intensificação do fluxo migratório português, em decorrência da colonização e exploração de metais em Minas Gerais, trouxe novas preocupações para a metrópole. Segundo consta, mesmo que de difícil mensuração, "entre 1700 e 1760, calcula-se que cerca de 600 mil portugueses desembarcaram na América portuguesa. Cifra gigantesca frente aos 100 mil

7. Gazeta do Rio de Janeiro, 20.12.1817. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1817/gazeta_rj_1817_102.pdf>. COMISSOLI (2011).

8. AHU - Requerimento do negociante do Rio Grande de São Pedro do Sul, Manoel Alvares dos Reis Lousada, ao rei [D. João VI], pedindo para ser condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo. Caixa 20 Documento 14. Ver também: APERS - Comarca do RS, Porto Alegre, Tribunal do Júri, Processo nº: 179. Réus: João (25 anos, Angola, pintor) e Pascoal (30 anos, Cabinda), ambos escravos de Manoel Alves dos Reis Lousada. Vítima: Antônio Joaquim de Abreu. Crime: Homicídio.

9. AHU - Requerimento de Manoel Alves dos Reis Lousada ao príncipe regente [D. João], solicitando passaporte para sair da cidade do Porto (Lisboa) e regressar ao Rio de Janeiro, Caixa 271, documento 18757 – 11.01.1815; e Requerimento de Ana Amália ao príncipe regente [D. João], solicitando passaporte para seguir viagem de Lisboa com destino à Corte do Rio de Janeiro, a fim de casar com Manoel Álvares dos Reis Lousada. Caixa 274, documento 19032. Disponível em: http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php.

estimados em relação aos séculos 16 e 17" (VENÂNCIO, 2012, p. 130). Entre as medidas metropolitanas que visavam diminuir esta sangria populacional, temos em 1720 a "obrigatoriedade do passaporte individual, internamente ao império português. A lei obrigava que, na hora da partida dos navios para o Brasil, se lhe daria busca e seriam 'presos todos os indivíduos encontrados sem passaportes, assentando-se praça aos que tiverem idade para isso e sofrendo os mais seis meses de cadeia e cem mil réis de multa'".

Certamente por este motivo, em 11 de janeiro de 1815, Manoel Alves dos Reis Lousada solicitou ao Príncipe Regente Dom João passaporte para sair da cidade do Porto, em Portugal, e regressar para o Rio de Janeiro, de onde tinha vindo em 15 de abril do ano passado. Segundo o documento expedido, Lousada tinha 30 anos, estatura ordinária, bastante barba e levava em sua companhia o seu escravo Antônio Cabinda, de 12 anos, rosto redondo e lábios grossos.[10]

Desde a promulgação de um alvará de 1761, não era permitido desembarcar cativos no Reino, porém casos excepcionais continuaram existindo, como o alvará de 1776 que abria exceção para os cativos que viessem como marinheiros ou tripulantes de navios (VENÂNCIO, 2012, p. 142). O caso do escravo cabinda Antônio, que acompanhava Lousada provavelmente como serviçal, é curioso. Seu *status* é citado claramente e em nenhum momento as autoridades parecem impor qualquer empecilho a viagem dos dois, o que contraria o alvará de 1761. Na verdade, ficamos na dúvida se Antônio voltou da metrópole, já que temos acesso apenas ao passaporte de saída do Rio de Janeiro.

Lousada deve ter voltado antes de sua noiva de Portugal para adiantar a obtenção de papéis necessários e de hospedagem. Em 2 de abril de 1816 foi expedido passaporte para Ana Amália de Espie, filha de José de Espie e Francisca de Espie, que pretendia deslocar-se ao Rio de Janeiro para casar-se com seu tio Lousada, irmão de sua mãe. Junto com ela, e

10. Projeto Resgate - AHU - Caixa 271, documento 18757 – 11.01.1815. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php.>.

como cabia a uma mulher honesta e solteira, veio Dona Catarina Bibiana de Vasconcelos, viúva de João Crisóstomo de Moraes. O passaporte erroneamente lhe dá como natural de Lisboa, para onde mudou-se com 6 anos, após ser batizada no Rio de Janeiro, na Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Tinha, no momento da expedição do passaporte, 33 anos, estatura ordinária, rosto comprido, cabelos castanhos, olhos pardos, e era moradora na Rua de São Bento nº 134, na capital do Reino de Portugal.[11]

Os Espie

Os Lousadas eram grandes negociantes na cidade do Porto, já os Espie tinham fixado raízes em Lisboa. A irmã mais velha do Barão e mãe de sua esposa, Francisca Espie, morreu em 1847 no Bairro de Santa Catarina, em Lisboa, deixando 7 filhos: Amélia Albertina Bastos (viúva do Doutor Luis Martins Bastos, 50 anos), *Ana Amália*, Antonio Jaches de Espie, Elisa Josefina de Espie (que foi casada com Francisco Maria Rosado Metello), Emilia Adelaide de Espie (45 anos), Ernesto Maria de Espie (casado, 48) e José de Espie (solteiro, 50 anos).

O esposo de Francisca, José Espie, fez requerimento ao Santo Ofício em 20.04.1773, pedindo a sua habilitação, que já havia sido solicitada por seu pai, em 23.12.1737.[12] Por este documento precioso sabemos que ele tinha o mesmo nome de seu pai, fora batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Alecrim, em fevereiro de 1704, e era morador junto a Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa. A família Espie emigrou do sul da França, onde nasceu o avô de José, João Jaques Despie, natural da cidade

11. Projeto Resgate – AHU - Caixa 274, documento 19032. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php>. Este matrimônio endogâmico e com o Barão já em idade madura (cerca de 34 anos), indicam um padrão típico dos imigrantes portugueses e seus descendentes imediatos: "Eram homens que se casaram depois de cumprirem uma trajetória de acumulação de bens econômicos relativamente bem sucedida" (ALMEIDA, 2010, p. 207). A diferença entre este casamento e outros que verificamos nos compadres lusitanos do Barão, é que este foi até a metrópole buscar uma parente próxima, que talvez nos indique que ele pretendesse retornar ao reino, pelo menos em sua velhice.

12. ANTT - Diligência de habilitação de José de Espie. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, maço 43, documento 682. No processo ficou provado que ele era "limpo de sangue, sem raça alguma de infesta nação, não padece infâmia de feito ou de direito, tem bom procedimento".

de Tolosa (Toulouse), capital da Província de Languedoc, Reino de França, e batizado na Freguesia de São Sernim da dita cidade em setembro de 1648. João Jaques ou Jean Jacques faleceu em 07.06.1717 na Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa[13], onde havia casado com Margarida de Jesus, natural de Lisboa ocidental, batizada na Freguesia de São Nicolau em 26.02.1673 e falecida em 14.03.1712 na dita Freguesia dos Mártires.[14]

A transferência dos Espie da França para Portugal deve ter ocorrido no final do século XVII ou princípios do XVIII e provavelmente foi motivada pelo crescimento do Império Ultramarino Português, em boa parte motivado pela descoberta do ouro em Minas Gerais. A grande depressão de 1669-92 foi substituída por um período de prosperidade, que durou pelo menos até a outra crise, de 1766-79. Na França, o reinado de Luiz XIV marcou o apogeu do sistema absolutista, em um país ainda enfraquecido pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Luiz XIV fortaleceu o reino, mas envolveu-se em uma série de conflitos bélicos (Guerra da Devolução, 1667-1668; Guerra da Holanda, 1672-1678; Guerra da Liga de Augsburgo, 1688-1697; Guerra da Sucessão Espanhola, 1701-1713). A transferência dos Espie para Portugal, naquele momento de crescimento econômico, movido principalmente pelo comércio com o Brasil, foi bem-sucedida. No seu requerimento ao Santo Ofício, em 1737, o primeiro Espie nascido em solo lusitano, José, afirmava que era "homem de negócio".

No processo da independência brasileira, Lousada foi membro do Governo Representativo e do Provisório (1822) e do Conselho Geral da Província (1824)[15]. Em 1835 foi eleito suplente de deputado provincial na

13. Era filho legítimo de Jean Jacques Despie e de Jeanne Dardaillon.

14. Filha de Francisco Alberto e Maria Jorge. Padrinho: Luiz Brasse. Francisco Alberto também era francês (natural da cidade de Monteagudo, do Bispado de Agem, onde nasceu em 15.04.1640, falecendo em 25.06.1719). Francisco Alberto casou em Lisboa com a portuguesa Maria Jorge (nascida em Carnide e batizada na Freguesia de São Loureiro, em 18.12.1648. Segundo uma testemunha do processo de habilitação no santo Ofício, "como a referida Maria Jorge fazia cousas e trancinhas de cabelo, e o referido Francisco Alberto era Cabeleireiro, trabalhava para ele e daí se ajustaram a casar".

15. BNRJ - Seção de Manuscritos – Termo de nomeação dos membros eleitos para o Conselho Geral da Província do RS. Porto Alegre- RS, 00.10.1824.

1ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul, em 1847 foi nomeado Oficial da Ordem da Rosa (decreto de 07.09.1847) e em 1855 foi agraciado com o título de Barão de Guaíba.[16]

A trajetória de vida do Barão de Guaíba foi intimamente ligada com as elites políticas regionais e da Corte e resultou em prestígio e acumulo de vasto patrimônio. Em 1862 ele faleceu em Porto Alegre, de hidropericardite, sendo descrito como branco e com 78 anos de idade. Em seu inventário e testamento encontramos um dos maiores plantéis escravos de que temos notícia na província rio-grandense da época, contando 168 indivíduos.

Como dissemos, sua vinda para o sul significou o desdobramento de redes comerciais criadas por sua família, principalmente seu pai – grande comerciante no Rio de Janeiro. Ele herdou do pai não só capital financeiro para instalar-se no Continente, mas também o seu capital imaterial e relacional, constituído pelas relações com outros mercadores e pela confiança que seu pai amealhara, recurso fundamental numa época em que a confiança e a honra eram bases importantes e insubstituíveis nas trocas mercantis, principalmente de longa distância. Nesse sentido, a percepção de que o sul do Brasil crescia em importância, provavelmente fez com que esta família estrategicamente se *interiorizasse* ainda mais, percebendo como se configuravam e consolidavam as relações entre as regiões internas da colônia.

Usamos aqui o termo *estratégia*, localizando-o na confluência entre uma atitude certamente não previamente fadada ao sucesso (afinal, envolve sempre uma atitude revestida de espírito aventureiro e iniciativa), mas também não construída no vazio e no absoluto desconhecimento, já que cimentada por relações e saberes prévios[17]. Ou seja, sabia-se que a economia do Continente de São Pedro crescia e se diversificava e a família do futuro Barão contava com relações no espaço sulino e na praça mercantil

16. BNRJ - Seção de Manuscritos - Localização: C-0802,001,2,3.

17. Usamos a noção de estratégia conforme as perspectivas da micro-história italiana, que a concebe: "para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada". (REVEL, 1998, p. 26).

do Rio de Janeiro para se beneficiar desse benéfico contexto. Claro que nossas informações sobre as relações comerciais da família do futuro Barão ainda são residuais, mas podemos perceber serem amplas o suficiente para tocarem, mesmo que de forma ocasional, o Maranhão, Goa, Pernambuco.

Mesmo que o futuro Barão tenha nascido no Rio de Janeiro, sua história familiar é intimamente relacionada com Portugal, não só por seu pai ter lá nascido, mas porque provavelmente boa parte de seu aprendizado mercantil foi adquirido nas cidades do Porto e Lisboa, com as famílias Lousada e Espie, onde passou parte de sua infância e juventude. Aliás, a trajetória de Lousada e de sua família mostram como eram frequentes os trânsitos no interior do Império colonial português e evidenciam a importância das redes sócio-familiares lusitanas nesta diáspora marítima portuguesa.

Na sua situação de migrante, deslocando-se do Rio para o Continente de São Pedro e considerando sua pouca sorte na conservação da família consanguínea (a demência da esposa-sobrinha e a morte prematura do único filho legítimo[18]), o Barão soube construir uma trama de compadres, com os quais tinha várias afinidades.

Parentesco, intimidade e política

O Barão de Guaíba era um membro proeminente das elites regionais. Sua ascensão política, no entanto, ficou de certa forma prejudicada graças a seus problemas pessoais, começando pela demência de sua esposa e, logo após, a de seu filho único. Talvez esta *loucura familiar* tenha diminuído o seu prestígio junto as demais famílias e este drama familiar o tenha restringido a um circulo mais íntimo de amigos e compadres.

Raramente temos dados suficientes para embasar uma análise plausível que vincule intimidade, família e carreira/trajetória política, mas achamos que no caso do Barão de Guaíba são possíveis algumas

18. APERS – Juízo de Órfãos e Ausentes, Porto Alegre, maço 58, auto 1324. Auto de Justificação de Demência, Justificante: Manoel Alves dos Reis Lousada, Justificada: Ana Amália Lousada (mulher do justificante), 1852.

especulações. A família Lousada foi abalada por problemas mentais relacionados a duas pessoas importantíssimas da família. A esposa do Barão, Ana Amália, abandonou a província sulina por volta de 1829, com sintomas de demência, morrendo em Lisboa em data ainda ignorada.[19] Na capital do continente de Rio Grande, ela foi obrigada a deixar o seu único filho, Antônio, então com aproximadamente 11 anos de idade.[20]

Pouco sabemos de Antônio, único filho legítimo de Lousada, mas documento produzido anos depois da sua separação da mãe, atestam que ele herdou dela os mesmos limites em sua sanidade. Em sessão de 09.02.1845, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre respondeu ao requerimento do irmão Manoel Alves dos Reis Lousada (feito por seu Procurador João dos Santos Castro):

> *[...] pedindo que mediante a gratificação, que se estipulasse, fosse recebido neste Hospital para ser tratado com decência e cuidado seu filho Antônio Alves dos Reis Lousada, atacado de loucura com acessos de furor; resolveu-se pela afirmativa, lavrando-se termo, em que se obrigue o dito Lousada, por seu Procurador, a satisfazer cinquenta mil réis mensais pelo tratamento de seu filho, prestando-lhe mais um escravo, que ajude a pensá-lo[21], roupa necessária, lavagem dela, etc.*[22]

19. ANRJ – Processo de Lúcio Frederico Wittney, Contra: Manoel Alves dos Reis Lousada e sua mulher. Recurso de Revista Civil, enviada pelo Tribunal de Relação da Corte para o da Bahia. 1854. O advogado do autor do processo, Antonio Joaquim da Silva Maia, argumentou que a citação da esposa do Barão era apenas uma forma do réu ganhar tempo: "quer espaçar o mais que pode a concussão da presente causa, pois que há mais de 20 anos que sua mulher saiu desta Província, ignorando-se não só a sua existência, como também o lugar em quem no caso de ainda viver, presentemente reside". O inventário da irmã mais velha e sogra do Barão, de 1847, comprova que Ana Amália se achava "em estado de demência, incapaz de reger e administrar sua pessoa e bens".

20. Antonio nasceu em 21.02.1818 e foi batizado em 07.03.1818, na Madre de Deus de Porto Alegre, filho de Manuel Alves dos Reis Lousada e Dona Anna Amalia Lousada, ambos naturais do RJ. Avós paternos: Domingos Alves dos Reis Lousada (natural do Porto) e Francisca Maria de Jesus (natural do RJ); avós maternos: Jose de Espie (natural de Lisboa) e Francisca de Espie (natural do RJ); padrinhos: Inácio Antonio dos Santos e sua mulher, Dona Maria Angélica dos Santos. Foi anotado na margem do documento: "Pedida certidão a 24.04.1842". AHCMPA - Livro 5 de batismos de livres da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 103.

21. Penso: "O tratamento em comer, vestir e limpeza, que se faz aos homens". (SILVA, 1922, p. 429).

22. CEDOP-SCMPA - Sessão de 09.02.1845. Atas da Irmandade da SCMPA, folha 49 v. Em 15.10.1825, o Barão assumiu como Irmão da irmandade da SCMPA. Tinha, então, quarenta anos, e declarou viver de seus negócios, e dos rendimentos de suas Fazendas.

Sabendo da importância afetiva e política da família no oitocentos, podemos imaginar a situação de vulnerabilidade que esta situação deixou Manoel Alves e como isso prejudicou qualquer estratégia quanto ao seu legado de heranças materiais e imateriais. Mas estas circunstâncias de desamparo e angústia podem ter aproximado o Barão de Guaíba de um de seus mais íntimos amigos e aliados no final de sua vida e que se tornou o seu herdeiro universal – o cirurgião Antônio José de Moraes.

Em 1852, no Auto de Justificação de Demência de Ana Amália[23], prestou depoimento o cirurgião Antônio José de Moraes, homem branco, natural da Cidade do Porto, Reino de Portugal, que vivia de sua profissão de Médico e disse ter cinquenta e nove anos de idade e morador nesta cidade. O *Doutor* Moraes testemunhou que "tem tido deste tempo antigo muitas relações com o justificante, costumando sempre frequentar a sua casa e por isso também teve perfeito conhecimento de sua mulher Dona Ana Amália Lousada e sabe por ver que ela [adoecendo] gravemente foi por conselho dos Médicos por seu marido mandada para a Cidade de Lisboa, em Portugal, para com a mudança de ares [obter] o seu melhoramento".

No processo que investigou o assassinato, em 1º de setembro de 1821, de Antonio Joaquim de Abreu, capataz da chácara do Barão de Guaíba, nos arrabaldes de Porto Alegre, pelos seus cativos João Angola e Pascoal, o cirurgião Moraes já aparece[24]. Nesta oportunidade ele não exterioriza intimidade com o Barão, mas atesta conhecê-lo. Ele depõe viver *de sua arte de cirurgião*, e reconheceu o capataz assassinado "que dizem ser morto pelos próprios escravos do dito Lousada".

Talvez Moraes, nascido no Porto (Portugal), conhecesse por lá a família Lousada e tivesse vindo recomendado aos seus cuidados quando de sua vinda ao continente de São Pedro. Muitos portugueses vinham para

23. APERS – Juízo de Órfãos e Ausentes, Porto Alegre, maço 58, auto 1324, 1852. Auto de Justificação de Demência, Justificante: Manoel Alves dos Reis Lousada, Justificada: Ana Amália Lousada (mulher do justificante) – e o Curador Geral do Juízo o Capitão Francisco Pedro de Miranda e Castro.

24. APERS - Tribunal do Júri, Porto Alegre, 1824, processo nº 179. Réus: João e Pascoal, escravos de Manoel Alves dos Reis Lousada; Vítima: Antônio Joaquim de Abreu.

o Brasil garantidos por laços familiares ou de amizade, com elementos da comunidade lusa já aqui instalados. Traziam cartas de recomendação que os inseriam favoravelmente no mercado de trabalho local, empregando-se ou residindo em casas cujos proprietários eram também *galegos*. Mas talvez, também, os dramas familiares do Barão tenham sido amenizados pelas *artes* médicas e pela discrição de seu *patrício* cirurgião[25].

Em 1845, como já vimos, Antonio Alves dos Reis Lousada foi internado na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, pois tornara-se perigoso para a família e comunidade, "atacado de loucura com acesso de fúria". Como o Hospital São Pedro seria criado apenas em 1884, era comum a presença de doentes mentais nas Santas Casas de Misericórdia e mesmo nas Casas de Correção[26]. A internação do filho do negociante e fazendeiro Lousada não foi registrada nos livros de registros de pacientes daquela instituição. Mesmo que setores remediados também procurassem aquela instituição de cura, certamente as elites não aceitavam que algum parente recebesse o tratamento usual reservado aos *pobres de Cristo*. Antônio, *louco furioso*, foi internado, mas com tratamento especial, incluindo o acompanhamento de um escravo fornecido por seu pai, que devia cuidá-lo e controlá-lo com atenção.[27]

25. Antônio José de Moraes era natural de Alfena (Bispado do Porto), filho de Custódio José de Andrade. Acreditamos que tenha nascido entre 1791 e 1793 e que teria chegado ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro, em 1815, entre seus 22 e 24 anos. Podemos supor que ele não herdou um capital imaterial e relacional em tais dimensões que lhe abrisse portas e encurtasse caminhos tortuosos. Moraes foi casado, em primeiras núpcias, com Constança Perpétua Fernandes de Moraes, de cujo consórcio estão relacionados no inventário 11 filhos, e em segundas núpcias, com Rita de Figueiredo Pinto Viégas. Possivelmente ele tenha chegado em setembro de 1815 em Porto Alegre, pois apresenta às autoridades competentes sua Carta, habilitando-o a exercer a profissão de cirurgião nos domínios do reino de Portugal, assinada pelo Cirurgião-Mor do Reino. A documentação pesquisada até o momento não nos possibilita afirmar quanto tempo ele permaneceu no Rio de Janeiro e quais as motivações que o conduziram a se transferir para Porto Alegre. BNRJ - Localização - C - 0614,012 nº 004 Localização Antiga - C 7,19 Autoridade: MORAES, Antonio Jose de. Título - Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando condecoração com o Hábito de Cristo. Local - [S.L.] Data - 1820-1826 Paginação - 5 docs. Coleção - Documentos Biográficos Assuntos - Militares Notas: Orig. Ms. Moraes apresenta em maio de 1815 no Rio de Janeiro, Carta de habilitação para exercer Cirurgia e Medicina.

26. Ver: WADI (2002)

27. Ver: TOMASCHEWSKI (2007) e WITTER (2007).

Porém, naquele período, o Barão tinha um contato interno na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que certamente ele acionou para que a questão fosse tratada com discrição e que seu filho legítimo recebesse todos os cuidados. O português Antonio José de Moraes foi admitido como irmão daquela Misericórdia em 1848, mas desde 1845 (mesmo ano em que o filho do Barão foi compulsoriamente internado) lá exercia as suas *artes de cirurgião*.[28] Aliás, era comum que médicos se oferecessem generosamente para exercer as suas artes gratuitamente em instituições voltadas a caridade. Claro que a remuneração que recebiam com estes atos de *desprendimento* eram obtidas em forma de prestígio junto às autoridades imperiais, elites locais e clientes potenciais. Geralmente, tais atos justificavam a inclusão dos mesmos nas irmandades que administravam tais instituições, inserindo-os política e simbolicamente no seio das redes das elites locais.

Mas o que queremos argumentar é que as relações pré-existentes entre o fazendeiro-negociante Lousada (posteriormente nobilitado como Barão de Guaíba) e o lusitano cirurgião-doutor Antônio José de Moraes foram fortalecidas pelo drama familiar do primeiro. Discrição e conforto são moedas fortes em um momento delicado como esse, num jogo de reciprocidades difícil de ser equilibrado, o que talvez justifique que o então Barão, ao falecer em 1862, tenha deixado considerável legado patrimonial ao seu compadre, aliado e confidente Moraes.[29]

28. Destaque-se que o próprio Barão de Guaíba era irmão da Misericórdia de Porto Alegre. CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA, 2013. p. 57] Ver: CEDOP-SCMPA - Livro 5º de Atas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1849/1850), p. 189v.

29. O compadrio se estabeleceu quando Lousada apadrinhou a filha de Moraes, Manoela Amália de Moraes e Silva, a quem legou em testamento dois contos de réis. Provavelmente o nome *Amália* fosse uma homenagem a esposa do Barão, Ana Amália. Manoela foi batizada em 1º de outubro de 1821, na Igreja Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, pelo Reverendo Coadjutor José de Freitas e Castro. Ela nasceu em 1º de setembro de 1821, filha legítima de Antônio José de Moraes e de Constância Perpétua de Moraes, natural desta Freguesia, neta paterna de Custódio José de Andrade e de Rosa Bernardes de Moraes, naturais do Porto, e neta materna de Manoel Fernandes Chaves, natural de Chaves, e de Inácia Maria de Jesus, natural desta Freguesia. Foram padrinhos: Manoel Alves dos Reis Louzada e Dona Maria Angélica da Silva, viúva. Manoela Amália de Moraes e Silva, filha de Antônio José de Moraes, casou com José Ferreira dos Santos da Silva. Ela faleceu em 22.02.1898 e em 21.05.1895, "de saúde perfeita, mas temendo a morte que é natural", redigiu seu testamento, onde informou que era filha legítima do Dr. José Antonio de Moraes e Dona Constância Perpétua de Moraes (ambos já falecidos)

Os escravos alforriados no testamento do Barão provavelmente eram seus trabalhadores de confiança, seus arrimos até mesmo na esfera doméstica e afetiva, já que em boa parte de seus dias viveu em estado de viuvez[30]. No dia a dia íntimo da casa, eram eles que suportavam e equilibravam seus humores, sanavam suas moléstias, alimentavam o seu corpo, mantinham sua fortuna e seu *status*.

No momento do passamento do senhor, sempre havia a possibilidade, que tencionava o ambiente, de ruptura de práticas costumeiras. Não que as práticas costumeiras fossem leves e univocamente benéficas para os cativos, mas introduziam no cálculo político a intenção destes agentes e o respeito a algumas de suas reivindicações. O cirurgião Moraes, compadre-herdeiro do Barão, deu continuidade ao absenteísmo de seu antecessor. Absenteísmo não pressupõe falta de controle ou deficientes mecanismos de vigilância, mas a constituição de outras formas de gerenciamento das propriedades e das gentes que ali vivem.

---

e como não tinha filhos deixou como herdeira a sua afilhada Adelaide Amália da Costa Saldanha, filha de João José da Costa e Amália da Costa, casada com Francisco de Mesquita Saldanha. Testamenteiros: 1º a afilhada, 2º o seu marido, 3º Alfredo Saldanha. Testamento aberto pelo Juiz Distrital do 1º Distrito substituto do da Provedoria Aurélio Viríssimo de Bitencourt Junior. José Ferreira dos Santos da Silva faleceu em 28.07.1893, às sete horas da noite, em Porto Alegre, tendo redigido seu testamento três dias antes de morrer, "doente, porém em meu perfeito juízo". Nasceu na cidade do Porto, Reino de Portugal, filho legítimo dos finados José Ferreira dos Santos e Silva e Bibiana de Souza Dias. Destaquemos que Amália ela era filha de um indivíduo nascido no Porto e casou com um sujeito também lá nascido, evidenciando um mercado matrimonial muito ligado a esta *herança lusa*. (AHCMPA - Livro 6º de Batismos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora da madre de Deus, folha 50r; APERS – Juízo da Provedoria, Porto Alegre, maço 73, testamento 2387, 1893, falecido: José Ferreira dos Santos da Silva, Testamenteira: Manoela Amália de Moraes e Silva; APERS – Juízo da Provedoria, Porto Alegre, maço 15, testamento 2542, 1893, falecido: Manoela Amália de Moraes e Silva, Testamenteira: Capitão Francisco de Mesquita Saldanha).

30. Em seu testamento de 23.05.1860, o Barão de Guaíba determinou: "Declaro forros os seguintes meus escravos: Maria, mulher que foi do falecido Manoel Carpinteiro; Tomás Carpinteiro e sua mulher Margarida; João Congo e sua mulher Marta; Antonio Pequeno e sua mulher Ana; José Rebolo e sua mulher Rita; Domingos Cabinda e sua mulher Afra; Cristina que foi casada com João Moçambique; Alexandre e sua mulher Marcelina; Matias e sua mulher Brígida; Antonio Carpinteiro e sua mulher Afra; Jorge e sua mulher Delfina; Josefa que foi casada com o falecido Felipe; Ambrósio e Custódio, que estão na Chácara, e para título dos acima mencionados, nada mais lhes será preciso que fazerem tirar por certidão a verba respectiva: aos mesmos deixo duzentos mil reis a cada um".

Na verdade, o termo "absenteísmo" é complexo e engloba vários processos diferentes. Genovese (1979, p. 41-43), analisando o Caribe Inglês a partir do século XVIII, estudou estruturas produtivas de *plantations*, cuja administração os proprietários deixavam a cargo de capatazes livres. Já Carlos Lima (investigando Castro e Curitiba), encontra outro fenômeno, o qual denomina de "fazendas de absenteístas":

> *[...] unidades que não contavam com a presença de seus donos, mas que também não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta dos próprios escravos. Os senhores às vezes residiam em habitações urbanas. Às vezes, viviam em outras localidades, em certos casos distantes. No caso provavelmente mais frequente, possuíam várias unidades escravistas, o que por sua vez se ligava a um caráter muito expansivo da fronteira agrária nas partes meridionais da capitania/província de São Paulo (*LIMA e MELO, 2004, p. 128*).*

No caso das propriedades analisadas, percebemos que o absenteísmo não se configurava nem da maneira descrita por Genovese ou por Lima. As três fazendas de Taquari, avaliadas como uma unidade única, mas descritas em termos de plantéis escravos, gado e benfeitorias individualmente no inventário *post-mortem*, eram governadas por um único administrador, o qual no testamento do Barão de Guaíba recebeu dois contos de réis (Antônio Gomes Junqueira)[31]. Essa substancial quantia provavelmente tentava recompensar o trabalho, a dedicação e a fidelidade desse imprescindível *empregado*, que devia gerenciar trabalhadores escravos e livres, agregados, a produção e a circulação de mercadorias e várias outras demandas complexas e detalhadas. Ou seja, era um indivíduo que representava o vínculo entre o fazendeiro-comerciante absenteísta e as suas mais importantes propriedades, tanto humanas como materiais.

31. No testamento também recebe um legado de 400$ Ana de Tal, "que esteve na Fazenda, e dizem era barregã de Joaquim Machado, quando o mesmo administrava a Fazenda".

O administrador dos bens do Barão de Guaíba nasceu no Brasil (provavelmente em Taquari ou Triunfo) e desposou Maria do Carmo Pereira (filha de Geraldo Caetano Pereira e Felisbina Joaquina Pereira) em 19 de agosto de 1856, apadrinhado pelos seminaristas Augusto Joaquim de Siqueira e Porfirio Balbino de Souza Bittencourt. O administrador Antônio Gomes Junqueira era filho de Joaquim Gomes Junqueira e da taquariense Maria Leonarda da Costa, ela falecida em 06.02.1878, com 78 anos de idade, e ele em 12.12.1884, de moléstia crônica, descrito como viúvo, agricultor e "brasileiro adotivo", aos 92 anos de idade.[32] Os Gomes Junqueira vieram de Portugal, provavelmente no século XVIII, provenientes da Freguesia de São Simão de Junqueira, Arcebispado de Braga.[33]

Existia ainda um capataz e feitores. Certamente não relacionado diretamente a administração da fazenda, mas representando o Barão nos interesses locais, existia um procurador do mesmo na vila de Taquari. Em uma das verbas testamentárias, o Barão deixa 1:600$ réis para o seu compadre Antônio José Viana e para a filha do mesmo, e sua afilhada, Maria Cândida. Antônio José Viana, além de compadre do Barão, era seu procurador na vila de Taquari, a quem o Barão devia os ordenados de fevereiro de 1858 a julho de 1862 a 300 mil réis por ano, totalizando 1:325$ réis.

Cabe ainda mencionar que este procurador era irmão do Juiz Municipal local. Em 1861, o Barão fez um pedido de embargo, na justiça, contra a medição judicial do Coronel Antônio Israel Ribeiro, dizendo que ele "havia incorporado uma posse sua no lugar denominado Pinhal". Ele reclamava que o escrivão Cândido Miranda e Castro "emprestara" os

32. AHCMPA – Livro 4 de casamentos, folha 3; Livro 5 de óbitos, folha 4 e 64. Ver o casamento, em 22.02.1811, de Antônio Gomes Junqueira (freg. São Simão, Cidade de Braga, filho de José Gomes Junqueira e Maria Antônia) e Ana da Costa (de Santo Amaro, filha de João da Costa Leite e Mariana Perpétua), provavelmente tios do administrador do Barão. AHCMPA - Livro 2 de casamentos, folha 135v. Ela morre em 20/03/1870, com 75 anos, de hidropisia (Livro 4 de óbitos, folha 42).

33. APERS - Processo nº 1265, Inventariado: João Gomes Junqueira, Inventariante: Quitéria Maria da Silva, Data do processo: 1838 - Comarca de POA; Nº do processo: 3509, Apelado: Manoel Alves dos Reis Lousada, Apelante: Antonio Israel Ribeiro - João Gomes Junqueira, Data do processo: 01/01/1852, Processo Judicial/Traslado.

autos para Pedro Antônio Horta, procurador do Coronel. Horta, por sua vez, reclamou que o Juiz Municipal era intimo amigo do queixoso e que Antônio José Viana (irmão do Juiz Municipal) era "íntimo amigo, protegido, compadre e afilhado" do Barão (CHRISTILLINO, 2004, p. 239-240).

O compadrio de Viana e do Barão remonta ao dia 10.11.1847, quando ocorreu na Igreja de São José de Taquari o batismo de Maria (nascida em 21 de julho do mesmo ano).[34] Antônio José Vianna era, na época, Juiz de Paz e era casado com Maria da Assunção Barreto Vianna, ambos consortes naturais da vila de Taquari. Foram padrinhos de Maria, o Oficial da Rosa Manoel Alves dos Reis Lousada e Maria Cândida da Fontoura Barreto[35]. Os compadres Viana e Lousada integravam uma elite da terra, nascidos no Brasil, mas compartilhavam uma ascendência lusa direta. Antônio José Viana tinha o mesmo nome de seu pai, o qual era casado em segundas núpcias com Inês Leonor de Azevedo (natural de Santa Catarina).

O Juiz de Paz Antônio José Viana contraiu matrimônio em 26.08.1846, na Igreja de Taquari. Seu pai já havia falecido e os seus sogros testemunharam apadrinhando o consórcio.[36] Não sabemos quando o pai homônimo desse Juiz de Paz chegou a Taquari, mas sua existência naquela localidade remonta ao início do século XIX. Em 26 de agosto de 1801, o português Antônio José Viana casou na mesma Igreja acima, com Ludovina Inácia dos Anjos, natural de Mostardas e filha de Vicente José Rodrigues e sua esposa Rosa. O pai do compadre do Barão de Guaíba era natural da Freguesia de Santiago de Poiares, Bispado de Braga, Reino de Portugal, filho de Pedro Afonso e Inácia Maria.[37]

Em termos do trato dos escravos e de suas culturas autônomas, Lima & Melo afirmam:

34. AHCMPA - Livro 5, folha 72v.

35. Maria Cândida da Fontoura Barreto era avó materna da batizanda e casada com o Capitão Miguel de Oliveira Barreto (nascido no Rio de Janeiro).

36. AHCMPA - Livro 2, folha 170.

37. AHCMPA – Livro 2, folha 112. Foram testemunhas Manuel de Medeiros e Joaquim José de Andrade.

> *Tendo em vista as particularidades de Castro e de Curitiba, percebe-se que essas fazendas de absenteístas diferiam bastante do modelo caribenho. É bastante provável que as condições de vida dos escravos nelas residentes contassem mais com as "regras escravas" que nas unidades administradas por brancos. Filhos dos proprietários ou capatazes merecedores de sua fé certamente tendiam a por em prática concepções e procedimentos próximos aos, ou mais duros que os dos senhores, tornando talvez as coisas ainda mais difíceis para os cativos. A convivência entre escravos, nessas condições, propendeu a um controle mais intenso e rigoroso. (*LIMA & MELO, 2004, p. 129*)*

No caso das fazendas de Taquari, pertencentes ao Barão de Guaíba, percebemos um sistema de administração e controle intermediário. Mesmo que o Barão não residisse nas propriedades, não era completamente ausente. Objetos de certo luxo existentes na sede da fazenda e na casa na vila de Taquari, arrolados no inventário e portanto pertencentes ao Barão, atestam que ele frequentava o local, não sabemos com quanta assiduidade. A moradia do Barão na capital provincial não se justificava apenas pelo conforto, mas porque naquele sitio ele podia gerenciar a venda e distribuição dos produtos de Taquari, além de situar-se mais próximo aos centros de poder. Os negócios do Barão estavam intimamente entrelaçados e por isso ele não devia desviar os olhos das fazendas ou da fazenda de Taquari por muito tempo. Assim, era absenteísta por não residir nas suas principais unidades produtivas, mas não era alheio ao que ali transcorria.

Respondendo a ofício circular da presidência da província, a Câmara Municipal de Taquari, em 10.08.1854, prestou várias informações, fazendo uma descrição da região sob vários aspectos:

> *[...] ao 1º presentemente a principal indústria neste município é o Taboado de pinho; 14 engenhos de serra, movidos por água, e 1 a vapor, exportam anualmente cerca de nove mil dúzias de tábuas de pinho, inclusive 300 de madeira de lei, porém estas fábricas, que hoje exportam tão crescido valor, em poucos anos ficarão inúteis, ou serão aplicadas a outro fim, porque de dia em dia a matéria-prima desaparece, e não se trata da plantação de pinheiros, ou outra madeira de serrar.*

A erva-mate, além do consumo, é exportada em alguma escala; não se trata de sua cultura, tão importante, antes pelo contrário, a destruição dos paus nativos tem motivado a diminuição de arrobas, comparativamente com outro tempo, em que foi maior a exportação.

As Lages e pedra de Cantaria são objeto de exportação em número de trezentos a quatrocentos dúzias; assim como em bruto as pedras cornalinas[38]*, e outras mais ou menos preciosas, que a dois anos montarão de quinhentos a seiscentas barricas, diminuindo porém sua exportação por falta de compradores.*

A farinha de mandioca é o primeiro ramo de agricultura, seu produto anual porem se não pode calcular; o milho é geralmente cultivado; seu produto, independente do processo industrial porque passa a mandioca, é regular, e está ao alcance de todo o lavrador, e dá outro produto o da criação de porcos; o feijão é igualmente exportado. Eis a produção agrícola deste município, que presentemente faz objeto de exportação.

Houve tempo, não remoto, em que a cana de açúcar sustentou engenhos de aguardente, [adveio] porem esta planta de modo que hoje 1, ou outro a cultiva, na incerteza de seu produto.

O trigo, que outrora fez a riqueza deste município e da Província em geral, deixou de produzir; alguns lavradores ainda o plantão, porém suas colheitas dão cinco por um, e em geral nada produz.

O algodão há muito cultivado dá regularmente, mas este ramo tão importante, é substituído por outras plantações, já mencionadas, certamente não é calculada sua vantagem, porque não há quem o vá comprar a porta do lavrador, como acontece com o milho, feijão, etc.

*2º - A cidade de Porto Alegre é o principal mercado onde vai ter a exportação deste município; porém a farinha de mandioca, e algum Taboado procuram diretamente a Campanha, em carretas, e a cidade do Rio Grande, e Pelotas, em Iates, que aqui recebem os carregamentos. (*AHRS – Autoridades Municipais – maço 277, caixa 151*).*

38. Ágata avermelhada semitransparente.

Dos 23 alforriados no testamento do Barão, 21 estavam envolvidos em relações afetivas estáveis, sacramentadas na Igreja. Apenas Ambrósio e Custódio, cativos que trabalhavam na chácara em Porto Alegre[39], onde provavelmente o Barão de Guaíba morava, aparecem como *solteiros*. Ou seja, quase todos os alforriados em testamento eram envolvidos em relações consagradas pela Igreja, mas nem todos os casados foram libertados. Parece existir uma percepção senhorial mais extensiva sobre os escravos, considerando suas trajetórias de vida de forma mais minuciosa.

Entre 1830 e 1861 temos 44 casamentos religiosos envolvendo escravos e forros na Igreja de Taquari. No inventário não consta indícios de casamentos, mas recorrendo aos registros eclesiásticos, encontramos 9 matrimônios envolvendo cativos deste Barão. Talvez por compor um bom mercado matrimonial, verificamos 100% de endogamia nestes casamentos, que envolviam noivos do mesmo senhor e sempre das mesmas fazendas. Com estes dados, voltamos ao inventário e assim conseguimos cartografar 21 casais. Dos 168 escravos listados, temos 53 crianças (assim considerados os entre 1 e 10 anos), o que perfaz 31,55% do total. Com mais de 14 anos, os adultos são 109, ou 64,88%. A presença de escravos envolvidos em relações afetivas estáveis consagradas pela Igreja é considerável: 33,95% dos adultos! Isso, porém, não nos parece envolver todos os relacionamentos estáveis, já que indícios apontam a existência de afetos consensuais.

Um detalhe importante, mas que ainda precisa de aprofundamento, é que muitos dos casais de crioulos são filhos legítimos de africanos, o que parece constituir uma hierarquia de senzala onde vítimas da diáspora ocupam lugares de certa distinção.

Observando o inventário do Barão, percebemos a pouca importância, em termos de capital acumulado, dos "instrumentos de trabalho na composição do patrimônio"; em contrapartida nota-se a "grande importância dos bens imóveis e dos escravos", o que indica "uma

39. "Uma chácara além da Ponte do Riacho, com cinquenta braças de frente ao Caminho de Belas, e fundos ao Riachinho, com casa de vivenda e uma cocheira ao lado, avaliamos por dez contos de réis".

economia muito mais dependente das constantes incorporações de terras e mão de obra para o seu funcionamento do que do aprimoramento técnico. Ou seja, um sistema econômico caracterizado pela forma extensiva de produção" (ALMEIDA, 2010, p. 132). Claro que devemos mencionar que as benfeitorias estão somadas aos bens de raiz, mas mesmo assim notamos uma produção cujo crescimento ou a mera continuidade baseava-se em pouquíssima inversão tecnológica e sim na aplicação de uma atividade danosa em termos ambientais (devastação de florestas de pinheirais) e humanas (escravos com muitas doenças).

A casa comercial de Lousada era imprescindível para a potencialização de sua produção rural, distribuindo seus produtos para um mercado interno (provincial principalmente) amplo. O Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos, chefe da comissão exploradora do Alto Uruguai enviou, em 26 de maio de 1862, ao Presidente da Província, um detalhado relatório de 26 páginas sobre a "Exploração dos Rios, Lagos e Baías, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul".[40] Elencando os rios mais importantes da província, ele assim descreveu o rio Taquari:

> *É efetiva a navegação deste rio em todas as estações do ano, desde a capital até a vila de Taquari. Efetuada em vapores, iates e lanchões, durante todas as épocas do ano, ela é uma das mais importantes e futurosas linhas de navegação existentes na província. [...] Os produtos agrícolas da indústria e das fabricações manufatureiras são levados por esta navegação até a capital. Entre os diferentes ramos de comércio, encontra-se a exportação que faz esta vila das madeiras e taboados preparados em seus engenhos. Grandes e formosos pinhais bordam as proximidades de suas margens, dando origem a um importante ramo de comércio. Quando a colonização estender-se pelas margens férteis do Taquari, e quando as colônias da Estrela, dos Conventos e Monte Alverne, e outras que breve serão estabelecidas, tiverem este incremento e prosperidade que*

40. Fala dirigida á Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, na 2ª sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre, Tip. do Rio-Grandense, 1867. (AHRS – A.7.09)

> *lhes compete pelas condições favoráveis à cultura, ao comércio e a indústria, que oferecem as terras de Taquari, esta linha de navegação será uma das mais importantes da província.*

Notamos a diferença de preço possibilitado pelo escoamento fluvial, que permitia que a madeira, já transformada em tábuas nos engenhos de serrar, fosse transportada até aglomerações urbanas como Porto Alegre, Triunfo e São Jerônimo. A exportação das madeiras e pedras de Taquari pelo porto de Porto Alegre dimensiona o alcance de seus negócios, expandindo-os pela província e não apenas na esfera local. Ou seja, era provavelmente um *mercado interno*, mas de dimensões provinciais. Nesse sentido, o espectro mercantil dos produtos do Barão era amplo, e para isso contribuía a casa comercial instalada em Porto Alegre e a embarcação com hábeis marinheiros que singrava o Jacuí e o Taquari, transportando produtos diversos.[41]

No afã de melhor entendermos o funcionamento das fazendas de Taquari que pertenceram ao Barão de Guaíba, fomos beneficiados por uma ampla discussão que tomou conta do inventário, entre o Procurador Fiscal Interino Antônio Pereira Prestes e o advogado e filho do testamenteiro e herdeiro universal, o Advogado Antônio José de Moraes Junior.[42] Conhecedores da realidade política e econômica provincial, ambos tentaram analisar com parcialidade o contexto da época, fornecendo-nos interessantes subsídios de análise. O Procurador Fiscal Interino da Fazenda Antônio Pereira Prestes reclamou do Juiz as avaliações das escravas e demais propriedades do Barão, solicitando que fossem reavaliados e seus preços majorados. A discussão se estendeu por vários meses e ofícios mútuos, cheios de argumentos e ironias. Selecionamos os trechos que se relacionam as discussões sobre os preços das terras e dos escravos.

41. Segundo BARICKMAN (2003, p. 30): "Não se pode, portanto, classificar a agricultura e o comércio de abastecimento como atividades meramente subsidiárias, simples acessórios da economia de exportações, ou mesmo, na linguagem cepalina, como 'efeitos para trás'".

42. APERS - 2º Cartório do Cível, nº 355, maço 13, Inventariado: Barão de Guaíba, Inventariante: Antonio José de Moraes, 1862.

Respondendo ao Procurador Interino da Fazenda, que pedia (o que foi aceito pelo juiz) que os preços das terras fossem aumentados, o advogado e filho do inventariante argumentou que o campo da fazenda era "sujeito a inundações" e que o "estabelecimento denominado Pinhal [tinha] apenas pinheiros de serra para dois anos, e o da Conceição para sete, quando muito, trabalhando os Engenhos como presentemente". Isso referindo-se a um despacho de 5 de dezembro de 1859, data em que foi realizado o inventário da Baronesa de Guaíba, que não foi localizado.

> *As datas de terras denominadas – Morro Bonito – avaliadas por três contos de réis, sombreadas de pinheirais - como pinta o Doutor Procurador Fiscal - são no centro da serra, distante cinco ou seis léguas do ponto de embarque por caminhos inacessíveis, escabrosos e impossíveis de uma estrada de rodagem: além de que informaram-lhe mal, só uma dessas datas é que tem pinheiral, as outras que ficam contiguas não tem.*
>
> *O Governo com efeito vende, e tem vendido terras a real a braça, porém próximas do porto de embarque, a máxima parte delas a beira-rio ou de arroios navegáveis, e se pela conta do Doutor Procurador Fiscal essas terras valem 6:705$000, como pede ele que esse valor seja elevado a dez contos de réis? É na realidade jocoso este argumento. As madeiras de lei, as de construção, enfim, sempre valeram e valem mais que o pinho, porém situadas como estão, não podem com facilidade serem conduzidas ao mercado, nada valem, poderão servir as terras para plantações, isso mesmo com grande sacrifício e dispêndio de tirar em cargueiros os mantimentos e se fosse possível a extração dessas madeiras, já há muito lá estaria um Engenho montado, por que são bem escassas as madeiras da Fazenda.*
>
> *Quando muito fosse possível a condução pelo sistema seguido na província de arrastar a bois esses paus – a uma distância de seis léguas – imagine meritíssimo julgador por que preço chegaria ao mercado, depois de beneficiado no engenho! Uma só tábua valeria tanto ou mais que uma dúzia de outro qualquer tabuado.*

Isso aponta a utilidade dos 162 bois mansos que constam no inventário, ou seja, além de trabalhar na lavoura, arrastar as toras de madeira das datas de terras, distantes, até os engenhos de serrar, que ficavam a margem do Taquari. Ali, transformados em tábuas, depois eram conduzidos pelo rio até Porto Alegre ou outras vilas, para sanarem as demandas urbanas crescentes de material de construção.[43] Em uma nova petição, o Procurador Fiscal da Fazenda reforça e mantém os seus argumentos, dizendo:

> *A fazenda avaliada a folha 39 em quarenta e três contos de réis (43:000$) julgamos que vale sessenta contos de réis (60:000$), não só porque semelhante estabelecimento está situado nas margens de um rio navegável, como também porque contém grandes pinheirais, que mantém em continuo trabalho rendosos engenhos de serrar - acrescendo que o tabuado da pré-citada fazenda é reputado nesta cidade como de superior qualidade, tanto que em concorrência com o tabuado de outros estabelecimentos tem sobre este grande vantagem no preço. Falo por informações que colhi acerca de todos os pontos deste meu ofício. Espero que o meritíssimo julgador fará justiça elevando o valor da referida fazenda àquele algarismo que indiquei, isto é, à 60:000$.*

Segundo o historiador Christillino (2008), a elite do Vale do Taquari, na segunda metade do século XIX, havia perdido importância para a fronteira oeste, mantendo-se prestigiada politicamente, mas desafortunada economicamente. A crise era contrabalançada pela valorização das terras pelo processo imigratório: expansão das colônias do Vale do Rio dos Sinos em

43. Uma correspondência oficial, de 1861, relata que as 13 léguas que separavam Taquari de Porto Alegre eram percorridas, de vapor, em 6 horas de viagem. (ANRJ. Coleção Caxias, Ministério de 1861, Rio Grande do Sul, pasta nº 18, documento nº 21) Sobre a utilização de bois mansos no transporte, HAMEISTER (2002, p. 76), relata: "Acrescenta-se aqui mais um dado, para indicar serem estes animais produzidos para o abastecimento de meio de tração e carga para regiões mais centrais da Colônia: por características de relevo, os muares jamais foram utilizados em grande escala no Rio Grande de São Pedro. Para a tração de carretas com carga através dos terrenos relativamente planos da pampa sulina os bois mansos eram animais mais eficientes, capazes de tracionar um peso muito maior do que o que seria possível para os muares. Encontram-se em Simão Pereira de Sá referências a comboios de carros de boi carregando couros no território entre a Colônia do Sacramento e a Barra da Lagoa dos Patos".

direção ao Rio Caí. Esse processo foi potencializado pela fundação das Colônias de Santa Cruz (1854) e Monte Alverne (1859), intensificando-se o processo de "enxaimagem": o aumento populacional das colônias fazia com que esses colonos e principalmente seus descendentes se espraiassem pela província.[44]

> *No período de 1850 a 1890 se concentraram no vale do Taquari o maior volume de comercializações fundiárias do RGS, foram criadas 1 colônia oficial de imigração (Monte Alverne) e 27 particulares, o maior número da Província, sem contar o grande número de linhas e picadas não registradas como tais. (*CHRISTILLINO, 2004, p. 170*)*

O impacto deste fenômeno chegou até a discussão do inventário do Barão, principalmente quando se discutiu o preço dos trabalhadores escravos. O Procurador da Fazenda Provincial alegava que os avaliadores, apesar de bem intencionados, haviam subavaliado os cativos, pedindo atenção especial para as mulheres:

> *Atentas estas qualidades e segundo a comum estimação, os valores a que aludimos são baixos, especialmente os das escravas, que na época atual hão atingido preços excessivos, já pela grande concorrência de compradores, já pela raridade delas. Felizmente, a importação africana cessou; e o colono, que, parece, deveria substituir o braço escravo, pela facilidade da aquisição de terras vai roteá-las por sua conta, abandonando o serviço de empreitada ou de salário nos campos, e principalmente a ocupação de criado. Dai, uma procura instante de escravos, com particularidade para o serviço doméstico. Acresce, na espécie vertente, que os escravos da herança inventariada gozam no mercado da fama de bem morigerados e obedientes, predicamentos que influem na elevação do preço.*

44. "A *enxaimagem* é a metáfora utilizada por Jean Roche (1969) para descrever a expansão das áreas coloniais, quando os filhos dos primeiros colonos eram obrigados a se deslocarem para novas regiões em busca de terras parta cultivar, o que já não poderiam realizar nas primeiras áreas em função da divisão do lote familiar entre vários herdeiros. Desta forma a pressão demográfica obrigava-os a buscarem novas áreas, a exemplo do que fazem as abelhas na sua *enxaimagem"*. (CHRISTILINO, 2008, p. 146)

Antes de tecer qualquer comentário, nos alongaremos um pouco mais nos comentários (muitos deles falaciosos) dos contemporâneos. Retrucou o advogado do herdeiro do Barão:

> *Note o meritíssimo Juiz, que se pede valor crescido na atualidade, por bons e largos serviços no futuro!! Como se fosse dado avaliar esses serviços futuros!*
>
> *Exagera-se a demanda de escravas prestimosas destinadas ao serviço doméstico, para se exigir igual valor de escravas brutas que trabalham na roça, e nada sabem e entendem desses serviços domésticos; isto é, cozinhar, bordar, coser, lavar, engomar, etc.*
>
> *Por estas escravas é que se tem dado um conto e duzentos, um conto e quatrocentos, um conto e oitocentos mil réis conforme o préstimo, a idade e moralidade: mas por uma escrava bruta, que apenas sabe pegar numa enxada, ou mover uma roca, é realmente desconhecer a razão para tal exigir-se!!*
>
> *O inventariado viveu sempre como solteiro, alguma escrava mais prestimosa daquelas que tinha em sua companhia, e davam-se a esse serviço doméstico, libertou-as, como é público e notório. Portanto, não há uma nessas condições, e se o meritíssimo julgador dignar-se examiná-las convencer-se-á que sendo crioulas - parecem africanas boçais – como vulgarmente se diz. Só o exame pode solver a questão. Nestas condições, o agravo dá-se para com o herdeiro instituído, e não para com a Fazenda que exige de um valor crescidíssimo 20%, sendo de notar ainda que pela diferença da moeda toma-se maior para sobre esse mesmo valor pesar mais oito, ou nove por cento, égio da moeda legal – pois que a Fazenda não recebe moeda comercial. Além de que o preço atual dos escravos em geral, é baratíssimo, abundam no mercado, a imprensa quotidianamente anuncia por preços muito baixos, e não há compradores. Como, pois, se diz que há grande concorrência de compradores, em uma crise horrível, onde falta dinheiro e abundam os gêneros? É por que há coisas bonitas de dizer-se e difíceis de provar-se: nestas matérias não se poetisa, fala-se a linguagem da lógica que é áspera e convincente.*

> *Uma outra razão levou o Doutor Procurador Fiscal a ser exigente – a fama que os escravos gozam no mercado de bem morigerados e obedientes – o meritíssimo Juiz estará lembrado que ainda há pouco teve o nosso Constituinte de socorrer-se da força publica para aquietá-los, os jornais desta Cidade noticiaram o levantamento, eles encarregaram-se de provar o contrário do alegado por parte da Procuradoria Fiscal: esta circunstância bem como o da introdução dos colonos de que serve-se o Doutor Procurador Fiscal provam demais, e em direito, o que prova demais não presta.*
>
> *A emigração tem depreciado a escravatura, a Lei exclui das obras públicas o braço escravo para proteger o braço livre. Elevou-se a taxa ao quádruplo, e assim tem a escravatura gradualmente diminuindo de valor, isto também por que convém mais colonizar que rotear as terras por braços escravos, além de tudo diminuiu-se o número dos compradores: ao Colono é vedado possuir escravos: logo estas razões servem para concluir o contrário do alegado pelo Doutor Procurador Fiscal.*
>
> *Todos os escravos dos diversos estabelecimentos, a exceção do nº 25 a f40v avaliado por um conto e trezentos mil réis, não tem ofício algum, são escravos roceiros – a maior parte deles velhos, e outros por muito crianças não valem mais do que foram estimados pelos avaliadores.*

Em resposta à arguição do advogado, respondeu o Procurador:

> *Admira-se o ilustrado advogado que no arbitramento dos escravos levássemos em conta a possibilidade de prestação de serviços no futuro, por parte dos mesmos escravos. Mas não vejo aqui nada que surpreenda! Por que é que se diz - "o escravo velho vale menos, que o escravo moço"? A mocidade é a força, é o vigor: força e vigor queremos dizer mais trabalho, maior soma de utilidades; – mais valor, por conseguinte.*
>
> *Não é por escravas prendadas, como afirma (a folha 94) o ilustre advogado, que nos mercados desta cidade e província, se oferecem as altas somas de 1:500$ e 1:800$: dão-se essas quantias por escravas que só tem figura vistosa e boa saúde; que as prendadas custam mais caro.*

> *Quando me referi (a folha 88) aos colonos, foi para fazer sentir que apesar da afluência deles para esta província, todavia não é tanta que nos forneça braços para a nossa lavoura e para o serviço doméstico, misteres em que ainda hoje empregamos os escravos, por que os colonos que chegam à província – não se prestam ao trabalho de empreitada, ou ao serviço doméstico, – pela facilidade na aquisição de terras; concorrendo isto com a cessação do tráfico para a alta dos valores dos escravos. Até aqui, e não além, vão estas reflexões. Os argumentos que dessas reflexões naturalmente decorrem e que consignamos à folha 88, tem um valor lógico e isento de defeito que lhes notou (a folha 94v) o advogado do Inventariante.*
>
> *A imigração não tem depreciado o valor dos escravos, como afirma o ilustre advogado, a folha 94v: para ser exata a sua proposição era preciso que o colono concorresse com o escravo no mesmo gênero de serviço. Raríssimos são os colonos que se hão sujeitado ao mister de criados. Compram terras e lá vão amanhá-las à sua custa. Nas obras públicas admitem-se hoje indistintamente escravos e homens livres. Houve tempo em que eram os escravos excluídos das obras publicas, por força de lei que já caducou.*
>
> *A lei, que elevou a taxa dos escravos, tinha por fim afugentá-los das cidades e centros populares: não conseguindo, porém, o seu intento. O senhor pagou o imposto – dobrado, - e não retirou o escravo para o campo.*

Nos trechos acima, percebemos ambos – a Fazenda Provincial e o representante do herdeiro-compadre – distorcendo a realidade conforme suas próprias necessidades, mas podemos captar várias pistas interessantes. Percebe-se que o senhor moço e advogado do inventariante usa como critério, de modo a favorecer os interesses senhoriais, a própria desordem reivindicatória dos escravos da fazenda Conceição. Ou seja, de uma certa forma, o senhor serve-se da mobilização coletiva de seus cativos, rotulando-os de desobedientes e com isso justifica a baixa avaliação feita. Salienta-se aqui através da escrita do Procurador Fiscal da Fazenda a opinião social sobre aquela comunidade negra de senzala, que ao longo de décadas vinham conquistando direitos costumeiros que formataram a exposição de uma imagem positiva mesmo entre a sociedade livre.

O argumento de que os colonos não podiam possuir escravos é absolutamente ardiloso, uma vez que o advogado e senhor moço conhecia muito bem a realidade da Colônia alemã de São Leopoldo (já naquela época transformada em vila). Nessa localidade, conforme a família Moraes muito bem sabia, os imigrantes europeus não se privaram de adquirir e usufruir do braço escravo (MOREIRA; MUGGE, 2014). A preocupação do Procurador com as escravas e a menção ao elevado preço que atingiam é uma referência certa à necessidade do ventre escravo para a reprodução endógena dos plantéis; numa época em que o tráfico internacional não existia, embutido no preço da escrava estava a sua capacidade reprodutiva.

Encerrando, já mencionamos anteriormente, mas devemos reforçar, que Lousada não era *apenas* fazendeiro, mas possuía uma casa comercial na capital da província. Segundo Sheila Faria: "o enriquecimento, tanto no período colonial quanto no imperial, dava-se principalmente pelo comércio, lugar por excelência da acumulação de capital" (FARIA, 1995, p. 70). Esta historiadora também chama a atenção de que, apesar de rendosas, essas atividades não amealhavam aos seus detentores prestígio equivalente a suas fortunas, por isso muitos deles investiam também em terras.

Talvez o rótulo de fazendeiro-capitalista (ou fazendeiro-comerciante) lhe sirva, pensando naqueles que não viviam "exclusivamente de suas atividades agrícolas" (FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 199). O Barão tinha interesses diversificados, marcados por um forte investimento imobilizado em escravos, não um plantel de cativos, mas uma comunidade auto-reprodutiva. Assim, esse membro empresarial da elite econômica provincial conseguiu mesclar com habilidade a manutenção de um status hierárquico baseado na posse de (muitos) escravos e a conservação de um patrimônio marcado pela diversificação de investimentos produtivos[45]. Se

45. Já é usual considerar que os negociantes também eram capitalistas, no sentido de emprestar dinheiro à juros. Os inventários post-mortem são bons documentos destas práticas. O Padre Francisco de Paula Macedo faleceu em Porto Alegre, em 1856, deixando como inventariante de seus bens a irmã. Entre as dívidas que possuía aquele religioso, muito envolvido com negociatas mercantis terrenas, temos uma com Manoel Alves dos Reis Lousada, de 500 mil réis, a juros de 1,5% ao mês. APERS – Cartório da provedoria, Porto Alegre, maço 8, auto 145. Inventariado: Padre Francisco de Paula Macedo, inventariante: Rita Castorina da Silva.

ele via *tão longe* que nos permitisse achar que almejava transformar seus cativos, após a abolição, em trabalhadores dependentes, não sabemos.

No caso de Lousada, percebemos que no seu pedido do Hábito de Cristo, ele se apresenta desavergonhadamente como "*negociante do Rio Grande de São Pedro do Sul [..] estabelecido com Casa de Comércio*", mas o pedido desta mercê se baseou, principalmente, mas doações que fez ao esforço de guerra da Coroa.[46] Segundo Faria, "os maiores empresários dos oitocentos foram, quase sempre, 'fazendeiros-capitalistas', pois associavam à atividade de fazendeiro, negócios comerciais e financeiros (empréstimo a juros)" (FARIA, 1995, p. 71). Nos parece que isso descreve, dentro do possível, a inserção econômica e política deste Barão naquela sociedade oitocentista.

Abreviaturas

ACMRJ - Arquivo da *Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro;*

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre;

ACHCSC - Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Porto Alegre;

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa);

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa/Portugal);

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;

46. "É não menos digno da Alta Contemplação de Sua Majestade o zelo e patriotismo com que o suplicante voluntariamente ofereceu e contribuiu com uma prestação voluntária de 200$000 para as despesas da Guerra atual, que lhe foi aceita e agradecida nos termos mais enérgicos e lisonjeiros que se patenteiam dos Documentos Nº 2º e 3º: concorrendo assim o Suplicante, por todos os meios que ficam ao seu alcance, para o bem do Estado, promovendo com zelo inimitável os Interesses da Real Fazenda, e o Comércio Nacional; circunstâncias que unidas a uma conduta sempre regular e compreensível, o constituem um Vassalo fiel, útil e benemérito, e o tornam recomendável à Real Beneficência de Vossa Majestade, em cuja Piedade e Alta Grandeza confiado o Suplicante ainda muito mais que nos seus serviços, humildemente implorei a V. Majestade se Digne por [rasgado] Efeitos de Sua Real Munificência condecorá-lo com a Mercê do Hábito da Ordem de Cristo; Graça que servindo de estímulo honroso ao Suplicante o [rasgado] mará a prestar-se a todos os objetos do Real Serviço com aquela fidelidade e honra, que o caracterizam".

BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

CEDOP-SCMPA - Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e Pobres em Minas Gerais*. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano*. *Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*: histórias reveladas III. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2013.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro & RIOS, Ana Maria Lugão. Um Empresário Brasileiros no Oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate – Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GENOVESE. Eugene. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2002.

LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A. V. de Melo. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Asia* (UFBA), Salvador, v. 31, p. 127-162, 2004.

MOREIRA, P. R. S., MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo - RS : Oikos, 2014.

OSÓRIO, Helen. As Elites Econômicas e a Arrematação dos Contratos Reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.).*O antigo regime nos trópicos*: *a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (edição fac-símile da 2ª edição, de 1813 / 1ª edição: Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789).

TOMASCHEWSKI, Claudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência*: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS: 1847 – 1922. Porto Alegre – RS, Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Cativos do Reino*. *A circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19*. São Paulo: Alameda, 2012.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para Guardar Doidos*. Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias*: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Intelectuais e instituições culturais em tempos de autoritarismo: experiência de uma pesquisa histórica

Diogo Cunha

Introdução

No dia 13 de janeiro de 1898, o jornal *Aurore* publicou uma carta de Émile Zola endereçada ao presidente da República Francesa Félix Faure. Sob o título de "Eu acuso" – sugerido por Georges Clemenceau –, o escritor protestava contra a condenação, fundada em provas falsas, do capitão Alfred Dreyfus, acusado de fornecer documentos confidenciais aos alemães. Nessa carta, o célebre autor dos *Rougon-Macquart* exigia a revisão do processo em nome da verdade e da justiça. Na França, essa data marca o "nascimento" do *intelectual*, ou seja, o momento em que essa palavra passa a designar aqueles que, oriundos do domínio da criação ou da mediação cultural, passam a se engajar no debate público. Contudo, se essa definição de *intelectual* só se cristalizou no final do século XIX, cada sociedade teve, ao longo de sua história, indivíduos que exerceram uma função equivalente.

Se existe uma "história dos intelectuais sem intelectuais", para utilizar uma expressão de François Dosse (DOSSE, 2003, p. 15), e se filósofos e sociólogos do século XX elaboraram belas concepções acerca de qual seria o papel do intelectual na sociedade (GRAMSCI, 1978; BENDA, 2003; MANNHEIM, 1968; SARTRE, 1972; FOUCAULT, 2002; SAÏD, 2006), o que poderíamos considerar como um campo de pesquisa sobre esse ator da vida política, com regras e métodos de funcionamento próprios, não se constituiu antes do final do século XX. Para Jean-François Sirinelli, esse desinteresse estava ligado a dois fenômenos: o estatuto da história política e as representações do intelectual (SIRINELLI, 2003, p. 233). Foi apenas com o retorno do político como dimensão fundamental para a compreensão do processo histórico e com a explosão do número de intelectuais ao longo do século XX, assim como à sua dessacralização, que uma história dos intelectuais pôde se constituir e que os parcos trabalhos já existentes sobre o tema ganharam respeitabilidade.

No Brasil, os estudos sobre os intelectuais iniciaram-se precocemente, por volta do final da década de 1970, e, como em países a exemplo da própria França, lugar de "nascimento" do intelectual, ou o México, para citar outro exemplo de país latino-americano, destacaram-se por sua quantidade, qualidade e diversidade de abordagens. Os limites deste texto impedem uma revisão historiográfica sobre o tema, por mais sumária que seja, onde figuram, entre os principais nomes, os de Sérgio Miceli, Daniel Pécaut, Angela de Castro Gomes, Mônica Pimenta Velloso, entre outros. Apesar da profusão das pesquisas, os estudos estão longe de ter esgotado os distintos aspectos da história dos intelectuais e das instituições culturais.

Entre 2008 e 2014, desenvolvemos uma pesquisa que resultou numa tese de doutorado sobre a relação da Academia Brasileira de Letras (ABL) com o regime militar (1964-1979), temática que se insere

no campo da história dos intelectuais[1]. O objetivo desse capítulo é discutir, a partir da nossa experiência de pesquisa, possíveis caminhos teóricos, metodológicos e empíricospara o estudo dos intelectuais. Mais particularmente, para o estudo desses atores políticos e das instituições culturais em contextos de autoritarismo. Para isso, dividimos o texto em partes que correspondem ao desenvolvimento da pesquisa. Discutiremos o uso das fontes disponíveis, das categorias de análise e dos referenciais teóricos utilizados, bem como da historiografia existente sobre o tema; voltaremos também à formulação da problemática que permitiu que construíssemos uma narrativa coerente para trazer algumas modestas contribuições para a história dos intelectuais brasileiros e, particularmente, de suas relações com a ditadura militar brasileira.

O problema das fontes

A historiografia é por natureza lacunar. É o termo utilizado por Paul Veyne no seu clássico *Comment on écrit l'histoire* (1971), publicado há pouco mais de quarenta anos. A história não trata de um período ou de um acontecimento específico, mas do que as fontes permitem saber sobre esse período ou sobre esse acontecimento. "Uma vez que não podemos fazer

1. A ideia de criar uma academia de letras foi aventada pela primeira vez no Brasil em 1889 pelo jornalista Medeiros e Albuquerque, então diretor geral da Instrução Pública. Contudo, o clima de instabilidade política que se seguiu à proclamação da República obrigou a abandonar o projeto. Em 1896, uma nova tentativa foi feita pelo poeta e ministro do Supremo Tribunal Federal Lúcio de Mendonça que, apesar do apoio do meio literário, não conseguiu convencer as autoridades. Foi necessário, portanto, esperar até 1897 para que um grupo de escritores que frequentava a redação da *Revista Brazileira* decidisse retomar o projeto e fundar, sem qualquer apoio oficial, a ABL. Durante muito tempo a criação dessa instituição foi analisada como uma consequência da decepção dos intelectuais com os acontecimentos que ocorreram após a proclamação da República em 1889. Segundo essa interpretação, a instabilidade, o militarismo e a violência teriam levado os intelectuais à se afastar da política e a se refugiar em uma torre de marfim. Entretanto, Angela de Castro Gomes mostrou que a criação da ABL estava mais ligada a uma tentativa de rearticular o campo intelectual sobre novas bases, afastadas dos engajamentos políticos e culturais dos anos 1870 e 1880 (GOMES, 1999, p. 48). Para aqueles que portavam o projeto, tratava-se de fundar uma associação nos moldes das academias de letras europeias, tendo como objetivo a profissionalização do escritor. Ao longo do século XIX, a ABL e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram os lugares de sociabilidade e de consagração intelectual mais importantes do país e eles conservaram esse status durante a ditadura militar, apesar das mutações que se seguiram à Revolução de 1930 e do surgimento dos intelectuais-universitários nos anos 1960 e 1970 terem, em parte, enfraquecido seu prestígio.

a história dizer mais do que dizem as fontes, não nos resta mais do que escrevê-la como nós sempre a escrevemos: com desigualdades de *tempo* que são proporcionais à desigual conservação dos traços do passado" (VEYNE, 1971, p. 31). Essa natureza lacunar se acentua quando pesquisamos sobre temáticas cujas fontes são opacas – caso da ABL – ou confidenciais – caso das Forças Armadas. Encontramo-nos, assim, confrontados a uma dupla limitação: os atores sobre os quais trabalhamos integravam uma instituição cujo funcionamento interno – eleições, interesses pessoais, alianças, acordos, a política de bastidores, negociações ou conflitos – não aparecem nos documentos que emanam da instituição. Essas questões deviam absolutamente permanecer secretas a fim de preservar certos traços características do *ethos* acadêmico: a tolerância, o apolitismo, a cordialidade. Esse sentimento lacunar tem algo de paradoxal na medida em que os intelectuais, através das suas formas de expressão por excelência – a tomada de palavra pela escrita na esfera pública – deixam enormes quantidades de vestígios. Desde o início da pesquisa, percorrendo outros arquivos, nos vimos confrontados a uma enorme quantidade de fontes. Assim o cruzamento dos documentos da ABL com outros arquivos foi incontornável para trazer respostas às problemáticas que nos colocávamos.

Antes de mergulhar nos arquivos da ABL, a primeira etapa da pesquisa consistiu em *identificar* os atores. A questão mais imediata era a seguinte: *quem* fazia parte dessa instituição entre 1961 e 1979? Por isso, as memórias e autobiografias formaram o primeiro conjunto de fontes examinadas, pois são imprescindíveis para a reconstituição dos itinerários. Embora relegados às margens pela historiografia, ao menos no período que nos interessa, os intelectuais que analisamos deixaram muitas fontes biográficas. Em geral, um membro da ABL já tinha adquirido um importante reconhecimento no momento de sua eleição, embora não necessariamente no domínio intelectual. Consequentemente, dispomos de numerosas informações sobre a vida de cada uma das setenta e uma pessoas que ocuparam uma cadeira na instituição entre 1961 e 1979. Além do mais, uma parte era considerada "memorialistas", sendo as

memórias consideradas como um gênero literário respeitável e autônomo: os acadêmicos escreveram vários volumes e foi a esse gênero que alguns deviam sua reputação de escritores.

Uma pequena parte deles não deixaram memórias, mas tiveram seus biógrafos. Foi o caso de Assis Chateaubriand, eleito para a ABL para ocupar a cadeira de Getúlio Vargas em 1954: sua vida foi magnificamente contada em uma biografia que se tornou um best-seller (MORAES, 2002). Resta a ínfima minoria daqueles que nem escreveram suas memórias nem tiveram seus biógrafos. Para retraçar seus itinerários, recorremos a dicionários biográficos, como o *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*, organizado pelos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas. Finalmente, para os acadêmicos menos célebres caídos no esquecimento, utilizamos, como último recurso, o site da ABL que fornece, para cada um dos membros que passou pela instituição, um verbete biográfico. Assim sendo, não encontramos dificuldades para obter informações sobre as trajetórias dos intelectuais que pesquisávamos. Ao contrário, foi o tratamento de uma imensa quantidade de informações que se revelou difícil.

Uma vez identificados os atores, nos debruçamos sobre os arquivos da própria instituição. Quatro conjuntos de fontes foram examinadas: (a) as atas das sessões ordinárias, (b), a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, (c) os discursos acadêmicos, (d) os arquivos dos acadêmicos.

As atas são as transcrições das sessões, aparentemente tal como elas ocorreram, onde nada foi acrescentado nem suprimido, a não ser, no cabeçalho da ata, a lista dos acadêmicos presentes. As sessões ocorriam da seguinte maneira: inicialmente, haviam as "comunicações da presidência", momento em que o presidente anunciava a agenda da ABL e as atividades dos acadêmicos em outras instituições, como conferências, homenagens que eles iriam fazer ou receber; as personalidades que iriam visitar o *Petit Trianon* – sede da ABL –, em geral embaixadores, escritores, e, algumas vezes, políticos. Seguiam as efemérides: um momento rápido, mas que, simbolicamente, era um ritual muito importante para os acadêmicos, pois era a certeza da "imortalidade" na medida em que seus nomes e datas de

nascimento eram repetidas *ad infinitum*. Vinha na sequência o "registro de publicações", durante o qual um ou dois acadêmicos apresentavam uma obra e ofereciam-na à biblioteca da ABL. A sessão se encerrava com discussões que não estavam necessariamente inscritas na ordem do dia. Nesse momento, se homenageavam "confrades" ou outras personalidades, recebiam-se visitas ou evocavam-se temas diversos: de estado de conservação da Biblioteca Nacional à questão dos direitos autorais, por exemplo. Encontram-se também nessas transcrições breves conferências dadas por um acadêmico em homenagem a um de seus pares – vivos ou mortos – por ocasião de seus aniversários de nascimento ou de eleição na ABL.

Assim, encontramos várias informações, umas mais úteis do que outras. Mas as atas se revelaram sobretudo um importante "mapa da mina". Nas "comunicações da presidência", Austregésilo de Athayde anunciava os artigos dos acadêmicos que iriam ser publicados em jornais ou revistas, as entrevistas que eles tinham dado ou iriam dar, ou as conferências que eles iriam pronunciar em diferentes instituições. Essas comunicações permitiram também saber quem, dentre os acadêmicos, tinham ocupado cargos no segundo ou terceiro escalão da burocracia durante a ditadura, ou ainda quem se deslocavam para prestar homenagem aos militares e aos ministros de Estado no *Itamaraty* ou no Rotary Club.

A *Revista da Academia Brasileira de Letras* é uma publicação semestral que reúne uma parte do que se encontra nas atas das sessões semanais, além de artigos, entrevistas, conferências ou homenagens que podem ter eventualmente sido publicados em outros meios. Os trinta e cinco volumes que vão do nº 101, de janeiro-julho de 1961, ao nº 140, julho-dezembro de 1980, foram examinados. A *Revista* provou ser uma fonte indispensável para entender como a política operava no cotidiano da ABL. Em outras palavras, se não encontramos a política no sentido estrito do termo no interior da instituição, como tomadas de posição, engajamentos a favor ou contra o regime, essas fontes mostram o que é, do nosso ponto de vista, uma maneira de fazer política "apoliticamente": através de homenagens, convites, exaltação da memória de certos personagens históricos, etc.

Os *Discursos acadêmicos* reúnem os discursos de posse e de recepção. Entre 1964 e 1979, catorze homens e, pela primeira vez, uma mulher, foram eleitos para a ABL. A recepção é um momento altamente simbólico e de grande importância pois é um dos mais "visíveis" aos olhos da sociedade. As mais altas autoridades marcam presença – ou enviam representantes –, inclusive o presidente da República, e a cerimônia obedece ao mesmo ritual desde a fundação da instituição: o novo membro pronuncia um discurso onde elogia os acadêmicos que o precederam na cadeira que ele irá doravante ocupar; em seguida, um outro acadêmico, em geral aquele que fez campanha pelo novo eleito, faz um discurso de recepção onde ele o congratula e faz um histórico de sua vida e sua obra; finalmente, o novo eleito recebe um colar e uma espada de um terceiro "confrade". Poderíamos pensar que esses discursos não têm nada a revelar, se limitando a uma entediante lista de elogios. É frequentemente o caso. Contudo, é possível identificar um conjunto de valores comuns aos acadêmicos e ao regime militar. É sob este ângulo que os analisamos sem deixar de situá-los dentro do contexto em que foram pronunciados: quem foi convidado, quem esteve presente entre as personalidades do regime, como ocorreu a cerimônia, quais foram as repercussões na imprensa, etc.

Finalmente, examinamos os fundos individuais. Esses fundos são compostos de documentos textuais originais, manuscritos ou datilografados, de jornais, revistas, documentos sonoros ou visuais, fotografias, diplomas, cartas de visita, testemunhos, discursos e correspondências. Apesar dessa diversidade, a maioria dos documentos disponíveis são formados pelo que era publicado nos jornais de todos o país sobre o acadêmico em questão a partir da data da sua eleição para a ABL. Diversos fundos foram analisados. A imprensa, fonte fundamental para as pesquisas sobre o regime militar e sobre os intelectuais em particular, foi, portanto, analisada pelo viés dos arquivos dos acadêmicos.

Os arquivos das Forças Armadas – não aqueles confidenciais, aos quais não tivemos acesso, mas as revistas, conferências, homenagens ou

registro de comemorações depositados nas diferentes instituições ligadas às Forças Armadas – foram de grande utilidade, particularmente graças à várias conferências proferidas por acadêmicos disponíveis na biblioteca da Escola Superior de Guerra (ESG). Elas têm uma importância que não pode ser negligenciada para se conhecer a relação da *intelligentsia* com o regime militar. A ESG teve um papel crucial enquanto lugar de sociabilidade entre civis e militares que apoiavam a deposição do presidente João Goulart, mas também como centro de formação de uma elite destinada a ocupar cargos nas altas esferas do Estado. Contudo, é o conteúdo dessas conferências que mostra o papel político e a circulação de uma certa concepção da "cultura brasileira". Pareceu-nos necessário determo-nos nessa documentação. Além de temas propriamente políticos, as reflexões em torno do "campo psicossocial" da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) davam aos conferencistas a possibilidade de abordar temas que faziam referências à questão da cultura: a língua portuguesa, a literatura brasileira – abordada pelo viés dos "grandes escritores" –, a história, a formação do povo e sua psicologia, a identidade nacional, as aspirações nacionais ou os elementos que constituiriam a nação.

Uma última fonte escrita que permitiu estudar o engajamento dos intelectuais são suas obras. Selecionamos unicamente as obras sobre o regime publicadas durante o próprio regime. O que os contemporâneos julgaram é evidentemente distinto do que permite o distanciamento temporal da História. Essa escolha respondia melhor aos nossos objetivos de identificar os engajamentos dos acadêmicos durante o período: trata-se de escritos mais "refletidos" que os artigos de imprensa, mas sem o recuo temporal e as influências da memória construída *a posteriori*.

Para concluir essa reflexão sobre as fontes da pesquisa, um comentário sobre certas escolhas e delimitação se faz necessário. Em particular as razões de *não* haver utilizado uma delas: os depoimentos orais. A maioria dos escritores é eleita para a ABL em uma idade avançada. Assim, todos os que integraram a instituição durante os anos 1960 e 1970 já eram falecidos quando começamos a pesquisa em 2008. Fizemos contatoentão

com aqueles que hoje fazem parte da ABL. Apesar do acolhimento cordial, nos demos conta rapidamente de que eles não tinham grandes revelações a fazer – ou não queriam fazê-las. Eleitos recentemente, ou eles não sabiam o que tinha ocorrido nos anos 1960 e 1970, ou eles reproduziam o discurso oficial da instituição: "Não se faz política na ABL, você não encontrará nada"[2]. Paramos na quinta entrevista. A única exceção foi o poeta Lêdo Ivo com quem cruzamos por acaso nos corredores do Palácio Austregésilo de Athayde. Candidato derrotado pelo general Aurélio de Lyra Tavares em 1969 e eleito em 1986, ele contou um pouco dos bastidores dessa eleição que transformou em "imortal" o chefe da Junta que governou o país entre a doença de Costa e Silva e a investidura de Emílio Médici.

Os intelectuais, seus meios e a política: categorias de análise

Reconhecer que a "história dos intelectuais" é tributária dos aportes da historiografia francesa não significa diminuir a produção das diversas historiografias nacionais.No que se refere especificamente à nossa pesquisa, tomamos emprestadas várias "ferramentas" metodológicas de autores como Jean-François Sirinelli, Pascal Ory e Michel Winock para analisar os intelectuais brasileiros. As noções de itinerário, de sociabilidade e de geração, amplamente empregadas e debatidas por Sirinelli, foram instrumentos de investigação utilizados ao longa da pesquisa. As reflexões de Michel Winock, por sua vez, foram bastante úteis para pensar a noção de geração, tratada pelo autor em relação com as de "classe de idade" e de "evento-fundador". São categorias de análise úteis para os estudos sobre os intelectuais independentemente do período ou do país analisado e, por isso, pensamos ser importante tecer aqui alguns comentários sobre elas.

Jean-François Sirinelli examinou a noção de *itinerário* em *Le hasard ou la nécessité* (1986), texto em que ele afirmava que a revelação dos itinerários tornaria possível o desenho de mapas mais precisos dos grandes engajamentos

2. Frase do acadêmico Cícero Sandroni, na época presidente da ABL, em entrevista concedida ao autor na sede da instituição no dia 26 de julho de 2011.

intelectuais no século XX. Eles poderiam ser obtidos de duas formas: pelo estudo das biografias individuais ou de um grupo provindo de uma matriz homogênea. O estudo comparado das biografias, contudo, exige ir além dos grandes nomes. Ou seja, é imperativo "descer" para os estratos intermediários daqueles que adquiriram menos notoriedade em vida e que Sirinelli chama de "*éveilleurs*", ou seja, "aqueles que despertam" (SIRINELLI, 1986, p. 102).

Alguns anos mais tarde, em sua contribuição à obra de René Rémond (2003), Sirinelli destaca as objeções possíveis ao estudo dos itinerários. A primeira seria proceder a uma abordagem estritamente "bourdieusiana". Embora ele reconheça os méritos do sociólogo francês, Sirinelli adverte que tratar os intelectuais em termos de campo, insistindo unicamente em suas estratégias, deixaria pouco espaço para outros aspectos primordiais: a contingência, o inesperado, o fortuito. Os meios intelectuais, diz ele, são muito complexos para serem reduzidos à um mecanismo cuja única mola seria a estratégia (SIRINELLI, 2003, p. 248). Esse método ignora que os meios intelectuais se ordenam também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade de conviver. A segunda objeção feita por Sirinelli é que a descrição das trajetórias deve ir além de sua revelação e balizamento, exigindo uma interpretação. Tal é a condição para que essa noção seja um instrumento de investigação válido. Entretanto, ele adverte que as "generalizações apressadas" e as "aproximações duvidosas" devem ser evitadas. As situações individuais são extremamente diversas, o que interdita toda explicação globalizante (SIRINELLI, 2003, p. 247).

A *sociabilidade* é outra categoria de análise que nos parece bastante útil. Trata-se de um conceito fundamental da vida política moderna. Foi em Maurice Agulhon que Sirinelli buscou uma definição: "um domínio intermediário entre a família e a comunidade de pertencimento cívico (político?) obrigatório" (in SIRINELLI, 1986, p. 103). Esse "domínio intermediário" variaria segundo as épocas e os objetos estudados e, no que concerne o meio intelectual, ele se constitui em espaços muito restritos no interior dos quais os laços se tecem.

A sociabilidade tem uma dupla acepção, pois no interior desses espaços se formariam o que Sirinelli chamou de "microclimas". Assim, haveria as "redes" que "estruturam" e os "microclimas" que "caracterizam um microcosmo intelectual particular" (SIRINELLI, 2003, p. 253). Nesses "microcosmos", a atividade e o comportamento dos intelectuais apresentariam características específicas e se definiriam por uma vida relacional própria. Já as "redes" são fundadas sobre elementos de contornos difíceis de identificar. No mundo intelectual, a simpatia e a amizade ou a hostilidade e o rancor têm um papel mais decisivo do que, por exemplo, as clivagens políticas.

Finalmente, a noção de *geração* suscita opiniões mitigadas. Entretanto, estudos recentes atestaram sua eficácia, especialmente, como notou Sirinelli, quando se reduz a escala de análise a um grupo particular, no caso, o meio intelectual (SIRINELLI, 1989, p. 72). As reflexões de Michel Winock sobre a questão geracional complementam, do nosso ponto de vista, os trabalhos de Sirinelli. Ele trata o problema das relações entre as noções de "geração" e "classe de idade" que, naturalmente, não coincidem. No passado, outros autores estabeleceram o surgimento de novas gerações a partir de um hiato temporal fixo. Para Winock, isso é problemático, uma vez que é necessário esperar algum tempo depois do evento-fundador para ver aparecer a nova geração. É precisamente dessa elasticidade que ele busca dar conta ao enfatizar a relação entre um evento e o "período de emergência" (DILTHEY in WINOCK, 1989) de uma nova geração, o que permitiria incluir os casos individuais que "escapam" às suas supostas gerações (WINOCK, 1989, p. 18).

Winock propõe então a noção de *comunidade de sistema ideológico*. Como se sabe, uma geração não pode se reduzir nem a um evento-fundador nem a uma coorte demográfica. Além disso, ela não é composta apenas de pessoas que sentem e pensam da mesma forma, ao contrário, as divergências e oposições são abundantes. O que pertence a todos é a questão dominante do momento, a que surge nesse "período de receptividade". As respostas

filosóficas e políticas a essa "questão dominante" podem ser divergentes ou contraditórias, formando, portanto, um sistema (WINOCK, 1989, p. 19).

Essa noção provou ser bastante útil em nossa pesquisa. Como expusemos em outro artigo (CUNHA, 2015), a geração de intelectuais que integraram a ABL nos anos 1960 e 1970 "surgiu" do acontecimento que foi o movimento modernista, a Semana de Arte Moderna de 1922 sendo entendida aqui apenas como o ponto culminante de um processo longo e complexo (GOMES, 1993, p. 66; VELLOSO, 2003, p. 353). Isso criou um caso particular, pois ao considerar o modernismo como um processo, estamos trabalhando com um "evento-fundador de média duração". Ou seja, desde o final do século XIX, os intelectuais brasileiros, apesar de profundas diferenças de conceitos e abordagens, estavam mobilizados em torno de uma problemática comum: compreender o "nacional" em um contexto caracterizado pela entrada do país na modernidade (VELLOSO, 2003, p. 382). As criações artísticas, por conseguinte, deveriam cessar de ser uma imitação de modelos europeus e isso teve efeitos políticos. Doravante, vários intelectuais defenderam a instalação de regimes políticos "adaptados à realidade brasileira". *O que define o nacional?* Tal era a "questão dominante" que marcou de forma indelével a geração intelectual nascida entre o final do século XIX e o início do século XX, e que integrou a ABL durante os anos 1960 e 1970. Muitos deles justificaram suas tomadas de posição em favor da ditadura militar pela afirmação de que seria o regime mais "adaptado" à realidade brasileira e, assim sendo, o guardião da "verdadeira" cultura brasileira.

Há, como se pode constatar, diversas categorias de análise disponíveis para os historiadores, discutidas e testadas para as pesquisas sobre os intelectuais e seus meios.Contudo, uma vez que o foco desse texto é o estudo desses atores e das instituições culturais em contextos autoritários a partir de um estudo de caso, não poderíamos deixar de abordar outras referências teóricas não necessariamente associadas ao estudo dos intelectuais, mas à relação entre a sociedade, da qual os intelectuais fazem parte, e as ditaduras.

As formas da acomodação: um paralelo entre a França de Vichy e a ditadura militar brasileira

Em seu magnífico trabalho *La France à l'heure allemande* (1995), Philippe Burrin abre novas perspectivas para os estudos sobre a França durante a Segunda Guerra Mundial, ao examinar os comportamentos dos franceses durante esse período. Para isso, ele cria a noção de *acomodação*visando a dar conta da complexidade das relações sociedade-regime autoritáriopara além dos polos *colaboração/resistência*. Como o autor afirma, com razão, no verão de 1940 os resistentes não podiam ser mais do que uma minoria – dos quais alguns haviam partido para Londres para se juntar a Charles de Gaulle enquanto outros passaram para a zona livre – e a maioria não tinha outra opção a não ser esperar que uma força superior viesse libertá-los. Tratava-se, para o autor, de uma "acomodação de necessidade" mesmo se, como ele adverte, essa forma de acomodação implicava um compromisso difícil de distinguir de um comprometimento (BURRIN, 1995, p. 8). Uma outra acomodação, "escolhida" e "voluntaria" segundo as definições de Burrin, se fará igualmente presente entre 1940 e 1944. Ainda menos gloriosa que a "necessidade" de se acomodar, essa segunda forma de acomodação foi marcada pela complacência pelos poderosos do momento, pela procura de um acordo ou de um entendimento, pela oferta de serviços. Se para alguns, essa adaptação era oportuna em um momento em que a vitória alemã parecia certa, e que por isso era necessário resignar-se, para outros uma aliança com os antigos inimigos era indispensável. Nesse sentido, a colaboração seria a terceira forma de acomodação, evidentemente mais "acentuada". O autor se propõe a dar conta das diversas formas de adaptação para distinguir suas gradações e identificar suas especificidades. Ao retraçar a diversidade dos comportamentos e a complexidade de seus motivos ele pôde restituir a vasta "zona cinzenta" que é, na verdade, "a cor predominante no quadro dos *années noires*[3]" (BURRIN, 1995, p. 9).

3. Anos negros.

A análise de Burrin abarca três setores da sociedade francesa que formavam uma mesma realidade global e mostra variações em seu ajustamento face à presença do ocupante. A cada um, sua própria lógica com um ritmo próprio em seu processo de acomodação. Um exame detalhado do conjunto da obra ultrapassaria os objetivos deste capítulo; contudo, a segunda parte do livro, a que tem justamente como título "acomodações", merece um comentário mais aprofundado. Ao longo de onze capítulos, a sociedade francesa é passada pelo crivo do autor, na diversidade de seus grupos e de seus comportamentos. Os indivíduos se acomodaram sem necessariamente ter um horizonte de entendimento político, mas frequentemente com sentimentos misturados e confusos e opiniões contrárias. Isso não impede Burrin de discernir ao menos quatro elementos que motivam seus movimentos: o sentimento de coação, o interesse material, a complacência pessoal e a conivência ideológica (BURRIN, 1995, p. 183).

O autor analisa o comportamento de numerosos indivíduos ou grupos sociais, como, entre outros, grandes empresários, capitães de indústria, grandes editores ou homens de letras e cientistas, entre os quais Frédéric Jolie-Curie e Lucien Febvre, cuja ambiguidade dos comportamentos não passaram desapercebidos. A análise da Igreja Católica sob a Ocupação chamou nossa atenção dado o paralelo que é possível estabelecer com a ABL durante a ditadura militar brasileira. Burrin assinala com razão que toda organização tem a vontade de durar, procura não apenas impor sua presença e ação, mas deseja reforçá-las e desenvolvê-las (BURRIN, 1995, p. 216). Dito isso, uma questão se impõe: seria necessário renunciar a essa "vontade" por causa de uma ocupação estrangeira ou de uma ditadura?

Burrin afirma que a Igreja Católica na França defendia seus interesses de uma forma que a tornou "acomodada". Ela era uma potência social e espiritual, e mesmo política, ligada ao regime de Pétain "de maneira muito mais forte do que requereria sua tradição de obediência ao poder estabelecido" (BURRIN, 1995, p. 223).O regime de Vichy, prossegue o autor, foi além de todas as expectativas do clero: orientação escolar católica

e subvenção das escolas privadas; medidas de restauração dos costumes e de retorno à terra que satisfazia antigas aspirações; enfim uma ideologia autoritária em contraste com o pré-guerra. Assim a Igreja reencontrou no regime de Vichy os princípios que a definiam: a autoridade e a hierarquia. Ao se alinhar à Pétain, ela fez a exemplo de outras Igrejas, como as da Itália e da Alemanha, que tinham aceitado a ditadura graças as escassas promessas dessas últimas de manter seus direitos e liberdades; aceitação não desprovida de ilusão, fundada sobre o reconhecimento de inimigos comuns, sobre a realidade de convergências parciais, sobre a esperança de restabelecer uma sociedade cristã (BURRIN, 1995, p. 223).

Apesar das enormes diferenças entre as duas situações históricas, o comportamento da Igreja durante os *années noires* corresponde ao da ABL durante os anos de ditadura. A "Casa de Machado de Assis", como também é conhecida, é uma instituição que, como qualquer outra, defende seus interesses. Podemos dizer que os anos do regime militar foram aqueles em que ela mais os defendeu. Não somente graças a Austregésilo de Athayde, presidente extremamente ativo e dinâmico na defesa dos interesses da instituição (CUNHA, 2014), mas também porque esse jornalista autoproclamado "liberal" estava consciente, do nosso ponto de vista, do momento propício em que o país se encontrava para negociar e receber, da parte do poder, um importante reconhecimento assim como ganhos materiais consideráveis. Não é um acaso que foram durante esses anos que a instituição recebeu uma doação da parte dos militares que a transformouem uma das instituições literárias mais ricas do mundo[4]. Certamente a instituição não era, ao contrário da Igreja, uma potência social, espiritual ou política.No entanto, ela era ainda nessa época uma instituição prestigiosa e respeitável que acolhia os homens de letras e os "arautos da cultura brasileira". Podemos afirmar que, embora a ABL se proclamasse "apolítica", ela compartilhava com a ditadura um conjunto de valores e uma visão da nacionalidade bastante

4. Em entrevista concedida ao autor, o acadêmico Lêdo Ivo afirmou: "Eu viajei muito, visitei muitas instituições literárias no mundo e eu nunca vi uma academia tão rica como essa". Em comparação com a nossa, a Academia de Ciências de Lisboa parece um pequeno cinema de periferia". Entrevista concedida ao autor no dia 26 de julho de 2011 na sede da instituição.

conservadora, fundada na mesma base, cuja referência maior era Gilberto Freyre. Podemos afirmar que havia uma "harmonia preestabelecida"[5] entre a ABL e a ditadura militar brasileira.

Como a Igreja Católica francesa na sua relação com o regime de Vichy, a ABL fez prova de discrição, não tendo jamais apoiado "oficialmente" a ditadura dos generais. Nos momentos mais graves, o silêncio foi quase onipresente entre os acadêmicos mais conservadores e mesmo entre aqueles considerados "progressistas". Mas insistimos, o apoio – às vezes aberto, as vezes ambíguo – ocorreu, como veremos, ainda que de maneira indireta.

Naturalmente, o Brasil do regime militar não era um país ocupado por uma potência estrangeira e somos conscientes da especificidade da situação francesa de 1940-1944. Contudo, pensamos que isso não invalida a aplicabilidade da noção de "acomodação" em outra experiência autoritária. Durante duas décadas, as brasileiras e os brasileiros viveram sob uma ditadura militar que eles contribuíram a instalar. Ainda assim, cada brasileira e cada brasileiro se acomodaram em uma das três formas identificadas por Burrin: por necessidade, por interesse ou por afinidade ideológica. Consideramos que essa lógica da acomodação da população ocorreu igualmente na escala reduzida do mundo intelectual e, numa escala ainda mais reduzida, das personalidades que compunham a ABL.

Acomodações e colaboração da sociedade: renovação historiográfica eformulação da problemática

Elaborar uma problemática significa uma maneira de desenvolver uma pesquisa e trazer resultados que ampliem o conhecimento sobre um determinado objeto. Seja qual for o tema, ele dissimula sempre a possibilidade de um questionamento que deve ser colocado em destaque.

5. Expressão que Pierre Bourdieu tomou de Leibniz (BOURDIEU, 1980, p. 99) e que foi em seguida reutilizada por Gisèle Sapiro para definir a relação da Academia Francesa com o regime de Vichy (SAPIRO, 1999, p. 249).

Esse questionamento não é uma simples reformulação do tema, mas uma maneira de abordá-lo, de interpretá-lo da forma mais inteligível possível. A problemática é por conseguinteuma chave para se compreender o tema e acessoriamente o meio de mostrar uma capacidade detrata-lo, dando-lhe sentido e profundidade.

É importante destacar que a formulação da problemática resulta diretamente das etapas iniciais da pesquisa, particularmente da leitura de um certonúmero de documentos primários e da bibliografia sobre o tema. Essas leituras preliminares devem permitir identificar um problema ligado a uma tensão, uma contradição ou um paradoxo no âmago da temática; problema que deve em seguida ser reformulado sob a forma de uma questão explícita e central que será o eixo da pesquisa. Nesse sentido, a problemática é indispensável: uma pesquisa sem uma problemática bem elaborada não tem possibilidade de ser bem-sucedida, pois é ela que fornece a perspectiva da resposta aos questionamentos, delimita o campo do seu desenvolvimento, lhe dá coerência. Finalmente, a problemática é mais um ponto de partida do que um ponto de chegada, donde a importância de ela ser formulada como uma interrogação. Ela poderá assim melhor estruturar o desenvolvimento da pesquisa e da argumentação construídos como uma resposta a essa questão.

Do nosso ponto de vista, qualquer estudo na área da história passa por três etapas preliminares, que não obedecem necessariamente a uma ordem cronológica, podendo inclusive serem feitas simultaneamente, antes que a pesquisa possa ser desenvolvida de forma plena. A leitura preliminar de um certo número de documentos relativos a pesquisa, que examinamos no início desse texto, é uma dessas etapas necessárias para a formulação de uma problemática. Uma outra etapa é a leitura de referências teóricas e metodológicas, igualmente discutidas acima. Finalmente, uma terceira etapa – talvez a primeira em termos cronológicos – é a leitura da bibliografia existente sobre o tema. Convém, portanto, fazer alguns comentários sobre a produçãobibliográfica acerca do regime militar brasileiro.

Ao contrário de sociólogos, cientistas políticos, jornalistas e historiadores norte-americanos – os *brazilianists* –, os historiadores brasileiros permaneceram ausentes dos estudos e debates sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar até o final dos anos 1970. Como se sabe, as pesquisas sobre a história contemporânea e suas relações com a memória são recentes e emergiram lentamente. Na França, para citar o exemplo de um país que influenciou os historiadores brasileiros, elas ainda estavam ausentes nas três grandes obras sobre a Nova História publicadas a partir de meados da década de 1970 (LE GOFF; NORA, 1974; LE GOFF, 1978; FURET, 1982). As pesquisas sobre a história contemporânea e suas relações com a memória começaram a ser feitas no final da década de 1970 e início da de 1980, ligadas ao retorno do político, à chegada de uma nova geração de historiadores e ao impacto de novas demandas sociais (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 15). No Brasil, o fenômeno foi similar. Numa obra publicada em 1976, José Roberto do Amaral Lapa deplorava que os estudos sistemáticos de história contemporânea não existiram antes dos anos 1960. À ideia consagrada segundo a qual a distância temporal era necessária para se colocar o objeto em perspectiva e se fazer uma análise "imparcial", se acrescentava o fato de que ela não era uma prioridade nos programas escolares. Tudo isso configurava, segundo ele, uma "conspiração anticontemporânea" (LAPA, 1976, 32).

Quando os historiadores brasileiros começaram a estudar o período da ditadura militar brasileira nos anos 1980, eles privilegiaram as esquerdas e os grupos de oposição ao regime. Duas razões explicam esse movimento historiográfico. Primeiro, a preeminência do marxismo no meio universitário que, além de encorajar as pesquisas sobre as esquerdas e as oposições ao regime, tinha como corolário a difusão de um certo preconceito com relação aos estudos sobre os militares: aqueles que queriam pesquisar essa temática eram imediatamente acusados de "reacionários". Não obstante, um outro movimento, mais profundo, estava ocorrendo. Tratava-se de um lento deslocamento da sociedade em direção à defesa das instituições democráticas e do início da construção de uma memória coletiva sobre a ditadura.

Uma data importante nesse processo foi 1974 por duas razões. Por um lado, foi o ano da investidura de Ernesto Geisel, que propunha uma transição controlada para a democracia; e, por outro lado, foi também o ano da esmagadora vitória da oposição nas eleições senatoriais. O período que segue testemunhou um deslocamento progressivo da sociedade e das elites políticas em direção à defesa dos valores democráticos. Um segundo momento-chave foi 1979, ano que viu a revogação do Ato Institucional nº5 e a proclamação da lei de anistia. A sociedade brasileira começou então a elaborar uma memória do regime, estruturada em torno do mito da resistência e fundada sobre a imagem de uma sociedade fundamentalmente democrática, em oposição ao arbítrio do regime e que teria combatido destemidamente os militares (ROLLEMBERG, 2010, p. 102). Ao mesmo tempo influenciados pela memória coletiva, mas também vetores de sua constituição (ROUSSO, 1990), os historiadores, durante os anos 1980 e 1990, se voltaram para osoponentes do regime: os movimentos sociais, o MDB, as formações de extrema-esquerda, a luta armada, etc. (CARONE, 1984; MARTINS FILHO, 1987; KINZO, 1988; GORENDER, 1987; AARÃO REIS, 1990; RIDENTI, 1993).

Foi diante desse quadro que Daniel Aarão Reis, entre outros, começou a insistir na necessidade de deslocar o olhar dos polos repressão-resistência e de direcioná-los para o que se encontrava entre os dois: toda uma zona cinzenta compreendendo indivíduos, instituições e organizações cuja ambiguidade e ambivalência haviam permanecido na sombra. Ou pior, que haviam se metamorfoseado em *resistentes* nas reconstruções acadêmicas e memoriais que se seguiram à transição democrática. Era preciso, portanto, que os historiadores dessem conta da complexidade das relações entre o regime e a sociedade para poder desconstruir essa memória coletiva, bem distante dos comportamentos da maioria dos brasileiros durante os anos de ditadura (AARÃO, 2005).

O trabalho de Maria Helena Moreira Alves *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* (2005) ilustra o modelo a ser superado. Embora ela dê, desde 1985, uma importante contribuição ao conhecimento do período,

a autora limita a história do regime a um Estado de Segurança Nacional, de um lado – privilegiando as diferentes fases de sua institucionalização –, controlado pelos militares "a serviço" do capitalismo e, de outro lado, núcleos de resistência. A Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) adquirem a aura de "pilares da resistência". Para Alves, a Igreja Católica havia sido "a voz dos que não tinham voz" (ALVES, 2005, p. 155), a OAB estava "particularmente adaptada ao seu papel de defensora dos direitos humanos" (ALVES, 2005, p. 160) e a ABI teria "protegido e encorajado a formação de vários comitês e grupos que lutavam contra a censura e [...] com a força e a autoridade de sua tradição, ela teria legitimado o trabalho de grupos que não teriam sobrevivido sem sua proteção" (ALVES, 2005, p. 166).

Ora, recentemente um certo número de pesquisas matizaram essas proposições e ofereceram uma compreensão mais sutil do regime militar. Entre os numerosos trabalhos sobre as relações da Igreja Católica com o regime, o de Kenneth Serbin (2001) mostrou, a partir da revelação de reuniões secretas entre a hierarquia da Igreja e a cúpula do regime, que houve uma tentativa concreta da parte dos religiosos de colaboração; uma vez fracassada essa tentativa, as reuniões secretas continuaram como um espaço de diálogo com o objetivo de se evitar a deterioração das relações entre a Igreja e as Forças Armadas.

Novos estudos também foram consagrados à OAB e à ABI. Denise Rollemberg comparou a trajetória das duas principais associações cívicas durante os dez primeiros anos doregime e desconstruiu a ideia de que eles haviam "resistido ferozmente" à ditadura (ROLLEMEBERG, 2009; 2012). Essa pesquisa de Rollemberg remete à de Beatriz Kushnir, publicada sob o título de *Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (2001). Se é inegável que Carlos Fico já havia dado uma importante contribuição para o conhecimento da construção e do funcionamento do que ele chama de "pilares da repressão" – espionagem, perseguições, censura e propaganda (FICO, 2001) – Kushnir lançou um novo olhar,

particularmente sobre a censura, privilegiando as redes nas quais diversos autores estavam inseridos – jornalistas, censores, homens de negócios, policiais, militares –,assim como sobre sua circulação. Ela mostrou como eles passavam de um campo a outro, os censores exercendo às vezes um papel de jornalistas e os jornalistas o papel de censores.

Essas pesquisas atestam o esforço para se compreender os fundamentos do autoritarismo brasileiro. Mas elas assinalam igualmente, sobretudo durante os últimos dez anos, a vontade de desconstruir certos mitos ainda presentes e difusos. O interesse pelo papel e o comportamento dos distintos atores durante esses anos foi certamente melhor acolhido após a chegada de uma nova geração de historiadores cujas lembranças pessoais remontam no máximo à época da redemocratização e para quem era difícil compreender porque tão poucos brasileiros tinham lutado contra um regime considerado "abominável".

À medida que examinávamos as fontes coletadas e a bibliografia sobre o tema, e munidos das ferramentas metodológicas que permitiam analisá-las, elaboramos uma problemática que consistia emquestionar *se a ABL poderia ter sido uma instância de legitimação para a ditadura militar*.

Solucionando a problemática: a construção da narrativa

Nesta seção, abordaremos a forma como estruturamos a narrativa a partir da problemática elaborada na etapa anterior. Essa construção da narrativa foi uma escolha entre outras possíveis e, recordamos, nosso objetivo é oferecer, a partir de uma experiência de pesquisa específica, possíveis vias para o desenvolvimento de outros estudos sobre os intelectuais. O caráter imóvel e hermético da ABL nos impôs a elaboração de um plano temático – e não cronológico – que dividimos em três partes. No primeiro capítulo, fizemos uma apresentação da historiografia sobre os intelectuais e a ditadura, discutimos nossas referências metodológicas e concluímos com uma discussão das fontes utilizadas. Essa apresentação tinha por objetivo dar conta das relações entre os intelectuais e o poder na

longa duração e tentar identificar a especificidade do intelectual brasileiro em sua relação com o político. No segundo capítulo, retraçamos a história da ABL buscando atingir três objetivos. Tratava-se inicialmente de restituir o lugar dessa instituição na história intelectual brasileira. Revelamos em seguida o que poderíamos qualificar de "universo acadêmico", regido por valores que foram capazes de juntar grandes nomes das letras brasileiras em torno da missão oficial que eles se tinham atribuído, a saber, a defesa da língua portuguesa e da cultura brasileira. Enfim, propusemos uma visão de conjunto do campo da cultura no Brasil durante a ditadura militar, colocando em relevo o papel da ABL e dos acadêmicos nesse contexto. A partir dessa análise nós esboçamos uma tipologia dos intelectuais brasileiros dos anos 1960 e 1970, tipologia à qual corresponde três campos de ação, relativamente compartimentados apesar de alguns pontos de contato: um primeiro formado por artistas e intelectuais de esquerda, gozando de um prestígio crescente desde os anos 1950; um segundo compreendendo intelectuais de um novo gênero no Brasil: os universitários especialistas; um terceiro formado por intelectuais que poderíamos qualificar de "tradicionais", majoritariamente conservadores, que ocupavam o que chamamos de "estrutura cultural conservadora", compreendendo a ABL, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Conselho Federal de Cultura (CFC). Essas três instituições, embora em declínio em termos de prestígio e visibilidade, eram portadoras de um discurso conservador profundamente enraizados nas representações sociais.

A segunda parte do estudo é consagrada aos atores. O terceiro capítulo estabelece um perfil do acadêmico dos anos 1960 e 1970 que corresponde, com algumas exceções, ao intelectual "tradicional" descrito no capítulo anterior. Para isso, fizemos uma prosopografia do grupo que ocupou uma cadeira na ABL entre 1961 e 1979, identificando suas origens sociais, suas formações, seus *métiers* e seus engajamentos políticos. Pudemos assim fazer um "retrato" do grupo e identificar as redes que eles haviam tecido desde a juventude com outros membros da elite cultural, mas também da elite política. O estudo detalhado dos itinerários fez aparecer

intelectuais brasileiros de perfil conservador desconhecidos ou esquecidos em detrimento da "hegemonia cultural da esquerda". Essa análise revelou também um grupo muito mais homogêneo do que fazia crer a aparente diversidade das origens e dos percursos. O intelectual "tradicional" dos anos 1960 e 1970 nasceu entre o fim do século XIX e o início do século XX, estudou direito, foi autor de uma vasta produção bibliográfica e teve várias atividades: jornalista, advogado, diplomata, professor universitário, político profissional. Ele viveu a Semana de Arte Moderna de 1922 como um evento fundador e ocupou vários cargos nas altas esferas do Estado.

Uma vez os "imortais" assim caracterizados, estudamos no quarto capítulo o cotidiano da ABL durante a ditadura militar e a maneira como a política operava em seu interior. O exame aprofundado dos arquivos da instituição indicou que houve de fato uma separação entre a "torre de marfim" e a "rua". O que não quer dizer que devamos aceitar a ideia de uma instituição "apolítica", sobretudo porque ela era formada por pessoas profundamente engajadas politicamente. "Constrangidos" pelo apolitismo oficial, seus membros não faziam política senão num plano simbólico. Dito de outra forma, as sociabilidades entre acadêmicos e representantes da ditadura, reveladas nas cerimônias de posse ou nas visitas oficiais, o papel da instituição na exaltação dos "heróis da nação" e na construção de uma identidade nacional e de uma memória oficial, a exaltação do civismo e do patriotismo, o papel da instituição como um *locus* em uma espécie de "correia de transmissão" por onde circulavam as elites políticas e culturais conservadoras, assim como um discurso conservador, tudo isso permitiu a ABL exercer um papel político efetivo.

Austregésilo de Athayde, célebre jornalista, merecia um capítulo nem que fosse pela posição de presidente da ABL que ele ocupou entre 1959 e 1993 e do seu papel em benefício da "Casa de Machado de Assis". Ele assumiu a direção de uma instituição que, embora instalada, estava constantemente com falta de dinheiro. Ele se dedicou inteiramente à ABL e buscou abri-la à sociedade civil com iniciativas como cursos de literatura gratuitos. Por outro

lado, ele reorganizou suas finanças e deixou, quando faleceu, uma instituição financeiramente robusta. Para conseguir atingir esse objetivo, ele obteve dos militares a doação de um terreno e uma ajuda para financiar a construção de um grande edifício. Esse processo de doação, que se estendeu durante todo o período da ditadura militar, está relacionado com a eleição para a ABL do general Lyra Tavares, em 1969, e a derrota de Juscelino Kubitscheck, em 1975. O exame dessa doação mostra as relações entre um regime político e os intelectuais sob um prisma frequentemente negligenciado: o das vantagens materiais que esses últimos podem obter com a sua colaboração.

A última parte do trabalho é dedicada ao modo de engajamento dos acadêmicosa título individual. Analisamos no sexto capítulo uma série de conferências por eles proferidas na Escola Superior de Guerra (ESG). O conteúdo dessas conferências destinadas a uma elite política e administrativa mostra a circulação de uma certa concepção da "cultura brasileira". As reflexões sobre o "campo psicossocial" da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) davam aos conferencistas a possibilidade de abordar temas que faziam referência justamente à questão da cultura. Ao fazê-lo, os acadêmicos contribuíram para legitimar a ditadura, inscrevendo-a no que eles estimavam ser a "tradição brasileira" e apresentando-a como o único regime capaz de preservar a unidade nacional e a cultura brasileira contra as ameaças que representavam o marxismo e o comunismo.

Essas representações da história do Brasil e de uma cultura brasileira "autêntica" transpareciam igualmente nas obras que alguns acadêmicos publicaram durante a ditadura e que analisamos no último capítulo. Parecia crucial tirar da sombra a produção dos intelectuais de direita sobre o momento que eles atravessavam. É verdade que essa produção não é muito rica, mas ela oferece as explicações e as justificações da direita parao golpe de Estado de 1964 e a ditadura que se seguiu. As obras de Miguel Reale e de Luís Vianna Filho, por exemplo, são fontes inestimáveis para compreender a forma como os intelectuais de direita viveram, interpretaram e explicaram o golpe de 1964 e o regime militar.

Palavras finais : os resultados da pesquisa

Concluímos este texto com um breve exame dos resultados da pesquisa e, por conseguinte, das contribuições para a história dos intelectuais brasileiros e da ditadura militar. Nossa escolha de estudar a ABL durante o regime se explica por duas razões principais. A primeira é a ausência de trabalhos sobre essa instituição secular que teve entre seus membros numerosos escritores e intelectuais de grande porte. A segunda razão é que a "Casa de Machado de Assis" é fundamentalmente conservadora. Através da ABL, pudemos ter acesso ao "pequeno mundo" dos intelectuais de direita, completamente apagados da memória e da historiografia em proveito dos intelectuais e artistas de esquerda que dominaram a paisagem cultural durante os anos 1960 e 1970. É inegável que esses últimos foram muito mais inovadores, quer fosse nas letras, no cinema, no teatro ou na música. Mas isso não deveriam deixar na sombra uma direita cultural e intelectual bastante ativa. Ao intitular meu trabalho *Os intelectuais conservadores entre o cultural e o político: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979)*, o objetivo foi priorizar esses atores, fazer aparecer o "retrato"de um grupo bastante representativo das direitas desde Vargas: meios católicos, educados, tendo poder nos meios de comunicação e, portanto, sobre a opinião pública, tendo também acesso aos cargos políticos e administrativos de maior relevo. Essa é, do nosso ponto de vista, a principal contribuição da pesquisa.

A segunda foi reinserir a ABL na história intelectual brasileira. A "Casa de Machado de Assis" se inscreve em uma história de longa duração das instituições cujo início se situa no momento da chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808. A transferência dos órgãos estatais de Portugal para o Brasil, assim como a criação de instituições culturais e de ensino, seguindo a ideia de "civilizar" o Brasil, foi um processo lento e difícil. Museus, jardins de aclimitação, faculdades de medicina e de direito, teatros, IHGB, escolas de engenharia foram criadas ao longo do século XIX. A partir do final dos anos 1880, os literatos começaram a se organizar

para obter, eles também, uma instituição subvencionada pelo Estado com o objetivo de profissionalizar seu *métier*. Apesar das dificuldades iniciais, a ABL sobreviveu e se afirmou ao longo do século XX como o principal *locus* de consagração intelectual do país antes de conhecer um progressivo declínio a partir dos anos 1950.

A terceira contribuição dessa pesquisa foi mostrar que a ABL integrava o que chamamos de "estrutura cultural conservadora", lugar de elaboração de um discurso que circulava, levado por intelectuais conservadores, para outras instituições mais abertas a públicos diferentes. A sociabilidade entre os acadêmicos e os responsáveis da ditadura militar foi intensa durante todo o período do regime. Por um lado, os militares marcavam presença em grande número em cada cerimônia de posse, homenagens ou comemorações organizadas pela ABL; por outro lado, no momento das homenagens e comemorações organizadas pelo regime, vários acadêmicos estavam presentes. No dia seguinte, os jornais reportavam esses eventos, confortando seus leitores com a ideia de que a ordem social do país era aprovada pelos "melhores". Essa sociablidade e as relações estreitas entre acadêmicos e militares eram em si uma forma de legitimação do regime sem que fosse preciso falar de política: uma maneira de mostrar que a ditadura era a ordem "natural" das coisas, "ordinária", "normal".

A quarta contribuição foi mostrar que para além de um discurso conservador tipicamente militar fundado na DSN e na sua teoria da guerra, do desenvolvimento econômico e do inimigo interior, havia outro, mais sofisticado, fundado sobre as grandes interpretações do Brasil dos anos 1930, em particular as de Gilberto Freyre. Esse discurso veiculado por intelectuais conservadores, em primeira linha os acadêmicos, propunha um certa leitura da história do Brasil e buscava nos elementos de uma suposta "cultura brasileira" as justificativas para apoiar o regime militar contra as ameaças à"nossa cultura e civilização". Ao evocar o "caráter" do homem brasileiro, a religião, a língua portuguesa, a literatura e a mestiçagem, os acadêmicos apresentavam e faziam circular esse discurso

conservador enquanto discurso "apolítico", lugar neutro do senso comum. Essa representação da história do Brasil e do povo brasileiro é ainda hoje presente no imaginário social.

Voltemos agora, para encerrar essa reflexão sobre a experiência de uma pesquisa histórica particular, à questão que serviu de eixo central: em que medida a ABL pôde ter sido uma instância de legitimação para a ditadura militar? Pensamos que as análises desenvolvidas nos diferentes capítulos não deixam dúvidas: a instituição criada por Machado de Assis no final do século XIX concorreu para legitimar o regime instaurado em 1964. Contudo, essa legitimação não se fez através de uma "colaboração" aberta, quer dizer, por declarações diretas de apoio aos militares. Embora certos acadêmicos tenham efetivamente colaborado com a ditadura, foi o comportamento do conjunto de seus membros, seus silêncios, seus diferentes graus de acomodação, a proximidade que mantinham com os representantes do regime, manifestada numa intensa sociabilidade, a elaboração, difusão e circulação de um discurso conservador retomando as noções de civismo e patriotismo, que tiveram um papel mais importante nesse processo de legitimação.

Pouco mais de cinquenta anos se passaram desde o dia em que os militares tomaram o poder, meio século durante o qual o Brasil mudou bastante. Entrentanto, o legado da ditadura militar é profundo. A crise que o país atravessa atualmente – desde meados de 2015 até o momento, meados de 2016 – mostra que nossa democracia é mais frágil e está menos consolidada do que muitos pensavam até a eleição presidencial de 2014. Isso nos impele a reconhecer que importantes continuidades com a época da ditadura persistiram nos planos político, econômico, social e cultura. Um olhar global do século XX brasileiro coloca em causa a ideia segundo a qual a ditadura militar teria sido um simples – e triste – parênteseda história. Afrontar esse passado incômodo, identificar as rupturas e continuidades entre ditadura e democracia, desconstruir a memória social desses anos, falsa sob muitos aspectos, é um exercício fundamental para se compreender os fundamentos do autoritarismo brasileiro, seu profundo enraizamento na sociedade e sua persistência ao longo da história do país.

Esperamos que esse texto, necessariamente limitado e despretencioso sobre a experiência de uma pesquisa específica no campo da história dos intelectuais, particularmente sobre a relação de um setor da *intelligentsia* com um regime autoritário,contribua de alguma forma para,por um lado, abrir possibilidades para o estudo dos intelectuais e das instituições culturais, e, por outro lado, ampliar o conhecimento e a reflexão sobre a ditadura militar brasileira e sua relação com a sociedade.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.

BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Grasset, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BURRIN, Phillipe. *La France à l'heure allemande.* Paris: Éditions du Seuil, 1995.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Phillipe. *Questões para a história do tempo presente*, São Paulo, Edusc, 1999.

CUNHA, Diogo. "De la 'Semaine révolutionnaire' à la 'Révolution de 1964': itinéraires, réseaux et lieux de sociabilité de la "génération de 1922". *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, 8 nov. 2015, p. 215-241.

_____. "Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979)". *História Unisinos*, v.18, n. 3, 2014, p. 544-557.

DOSSE, François. *La Marche des idées*. Histoire des intellectuels - histoire intellectuelle. Paris: Édition de la Découverte, 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar:* espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder in _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 1-14.

FURET, François. *L'atelier de l'histoire.* Paris: Éditions Champs Flammarion, 1982.

GOMES, Angela de Castro. "Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo ». *Estudos históricos*, , *6* (11),1993, p. 62 - 77.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. As esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de prison*. Paris: Éditions Gallimard, 1978.

KINZO, Maria D'Alva. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. .

LAPA, José Roberto Amaral. *A história em questão.* Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

LE GOFF, Jacques (org.). *La nouvelle histoire.* Paris: Éditions Complexes, 1978.

_____, NORA, Pierre (sous la direction de). *Faire de l'histoire*. vol. 3. Paris: Gallimard, 1974.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar:* 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

MORAES, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp,1993.

ROLLEMBERG, Denise. "As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)" in ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (org.), *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 97-144.

_____. "Défendre la modernité de l'État Brésilien face aux réformes de base: l'Ordre des Avocats du Brésil pendant la dictature (1964-1974)" in ROLLAND, Denis, AARÃO REIS, Daniel. *Modernités Alternatives*. L´Historien face aux discours et représentations de la Modernité. Paris: L´Harmattan, 2009, p. 253-288.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome Vichy, de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

SAÏD, Edward. *Des intellectuels et du pouvoir*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

SAPIRO, Gisèle. *La guerre des écrivains (1940-1953)*. Paris: Fayard, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *Playdoyer pour les intellectuels*. Paris: Gallimard, 1972.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. "Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels". *Vingtième siècle. Revue d'histoire,* 9 (9), 1986, p. 97-108.

_____. "Os intelectuais". in RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-270.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "O modernismo e a questão nacional" in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano 1.* O tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 351-386.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

WINOCK, Michel. "Les générations intellectuelles". *Vingtième siècle, revue d'histoire* (22), 1989, p. 17-38.

Cidade e instituições

Os Cárceres de uma Cidade

Luís Manuel Domingues do Nascimento

> *Essa pirâmide, esta pirâmide que é a geometria dramática do Estado social. No vértice, o Poder. Embaixo, as bases. Depois os labirintos intrincados das mediações classistas. Tudo isto no teatro. Pois sim, a cidade e a selva. Brasília é o Eldorado, aquilo que os espanhóis e outros visionários perseguiam. Você tem fome? Ele pergunta se você tem fome, você olha pra câmera e diz: "Tenho".*
>
> *(Fala de Glauber Rocha, no filme Idade da Terra, de Glauber Rocha).*

Nos áureos anos do ufanismo do "milagre econômico", no Brasil, entre 1969 e 1974, a classe média brasileira passou a deter para si um lugar ao Sol quanto às possibilidades de obter postos de trabalhos que atendiam as suas ambições meritocráticas e de *status* social. A ocasião se assentava num desenvolvimento econômico que proporcionou aos setores médios novas oportunidades de empregos com o incremento das novas atividades de produção, de serviços, de comércio, de planejamento e de administração, abrindo postos de trabalhos relacionadas às funções gerenciais, administrativas, financeiras, técnicas, tecnológicas, mercadológicas e tantas outras exigidas com o desenvolvimento do setor produtivo, de serviços, de comércio e de finanças, subordinadas a lógica da internalização da produção capitalista calcadas na indústria de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), bens intermediários

(aço, cimento, fertilizantes, insumos) e construção civil voltada para obras de infraestrutura.

Os indicadores do período (1969 a 1976) demonstram como foi significativa essa internalização da produção. Comparando 1976 com 1964, temos os seguintes dados: a potência instalada para a geração de energia elétrica se expandiu de 6.840.000 megawatts para 20.827.000;[1] a produção de cimento pulou de 5,4 para 19 milhões de toneladas;[2] a produção de veículos automotores cresceu de 183.707 unidades para 986.611, a produção de automóveis de passeios variou de 104.710 para 765.291 unidades[3]; a produção de papel saltou de 0,65 para pouco mais 2 milhões de toneladas[4]; a produção siderúrgica cresceu de 1.945.605 milhões de toneladas, em 1968, para 6 934 363 toneladas, em 1976, incluindo a expansão e diversificação da produção siderúrgica (aço em lingotes, ferro gusa, ferro-ligas, laminados planos, laminados não-planos e semi-acabados).[5]

Já em 1976, a produção de televisores estabeleceu a marca de 1.872.000 unidades produzidas e a produção de geladeiras chegou a 1.276.000 unidades. Na parte relacionada com obras de infraestrutura, a taxa anual de construção de estradas saltou de 12%, entre 1964-67, para 25%, entre 1968-72, e a média anual de pavimentação teve um crescimento anual de 33%, contra os 6% anuais do período anterior. (BAER, 1978, p. 73)

As novas oportunidades de empregos permitiram a alguns setores das camadas médias urbanas comporem uma nova categoria de assalariados, praticamente concentrada nos grandes polos urbanos do Brasil. Esta fração

1. Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual., v. 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
2. Sindicato Nacional da Indústria do Cimento. Tabela extraída de: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.
3. Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira 2001. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2001. Ano-base 1957-2000.
4. Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose. Tabela extraída de: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.
5. Instituto Brasileiro de Siderurgia e Associações Brasileiras dos Produtores de Ferro-Ligas. Tabela extraída de: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.

da classe média estava vinculada às funções burocráticas e tecnocráticas do Estado, à universidade, ao setor de transportes, ao sistema financeiro, ao processo de monopolização do comércio (supermercados e cadeias de lojas), ao setor administrativo e produtivo das grandes empresas, e, no mais das vezes, era detentora de um leque de aptidões e dotes intelectuais e técnicos reconhecidos e recompensados materialmente pela modernização capitalista no país, o que lhes servia de suporte para a sua promoção social por meio da aquisição e posse dos novos brasões da riqueza e símbolos de *status* – os bens de consumo duráveis com as suas marcas portadoras de valor emblemático de ascensão social na sociedade de consumo.

A emergência dessa categoria de assalariados era a principal vitrine do sucesso de um país que seus governantes procuravam a todo custo atualizá-lo com as modernas sociedades industriais e de consumo, informando uma ruptura antecipada com um passado histórico recente. A vitrine era o anúncio da emergência de uma nova nação, fundada numa sucessão de eventos e instantes reveladores que pretensamente inauguravam outra era com outra ordem diferente no curso dos acontecimentos. Os conteúdos do passado passaram a ser pautados como imagens e não mais entendidos como resíduos de um passado que persistia na realidade do presente. Os resíduos históricos passaram a receber um tratamento de forma estilizada, a-local e a-histórica, servindo como exemplos de referencial e de expressão do qual se operou um salto quântico entre o passado e o presente, onde o presente se coloca de forma comedida e descontínua em relação aos resíduos históricos e sociais do passado, segundo uma reflexão de Fredric Jameson. (JAMESON, 1992, p. 13-14)

No romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, através de ocorrências extraídas dos noticiários, Osman Lins detecta essa empreitada de estilização da realidade histórica e social do país, como no trecho abaixo do romance, onde a situação e existência de uma senhora com idade secular, com uma história de vida atravessada por infortúnios, reveses e insucessos, são tratadas por um telejornal como uma ocorrência inusitada e um signo particular que aparece como caso individual, destacando-se

como algo anômalo que não pertence à ordem de atualização pela qual passava o Brasil.

> *Vejo-a no Jornal Nacional, da TV Globo. Casou com 13 anos e trabalhou na lavoura a vida quase toda, sem saber até hoje o que é usar sapatos. Quatro filhos se foram nos seus braços: punha uma vela na mão do agonizante e deixava-o morrer. Que se recorde, nunca chorou. Assistiu a morte do marido; e a da mãe, envenenada por uma cascavel.*
>
> *- A mim, as cobras não mordem: se enrolam nos meus braços e eu seguro assim a cabeça delas.*
>
> *Atualmente faz bonecas de pano e tem saudades da enxada.*
>
> *Chama-se Gertrudes Maria da Conceição, nasceu em Guaratinguetá, Minas Gerais, a 19 de janeiro de 1842 e só agora, com 133 anos, está solicitando aposentadoria ao I.N.P.S. (*LINS, 1976, p. 141*).*

As ocorrências do passado são apropriadas como contingentes, onde se expurgam os seus conteúdos que integram uma realidade histórica ainda vigente no país (a senhora secular é algo excêntrico e está a margem da atualização modernizante no país), sobressaindo-se só em sua forma (ela é mais um prontuário de informações desprovido de experiência histórica), para, assim, servir a título de exemplo que podia confirmar ou demonstrar as mudanças e modificações na estruturação e condução do país na direção de uma sociedade moderna (o I.N.P.S. como uma instituição estatal modernizada capaz de reparar os malogros do passado). Nesses termos, a senhora secular é apreendida como um mero fenômeno, portando uma capacidade irrefletida sobre o contexto histórico do presente e o desenvolvimento econômico em curso, que se pressupõe terem sido mutuamente acordado entre o governo e a sociedade, devendo, portanto, o caso da senhora secular ser isolado e limitado em sua repercussão para não ecoar e não alterar o equilíbrio do curso dos acontecimentos no presente, em que a sua principal expressão é a vitrine estilizada com os adornos compostos pela nova categoria de assalariados da classe média.

A vitrine emergia, assim, como uma exposição e composição uniforme da sociedade brasileira no período, servindo como mostruário dos segmentos médios ávidos por estarem em dia e atualizados com o padrão de vida e de consumo das sociedades industrializadas dos países centrais, exercitando uma espécie de *update* à época. Mesmo aos que ainda pareciam excluídos, anunciava-se que dias melhores viriam com o progresso e o acúmulo de riquezas que em breve seriam repartidos entre todos. Entretanto, nem para certos setores das camadas médias urbanas, que podemos classificar como não-assalariados, os prenúncios da modernização eram tão promissores como para a nova categoria de assalariados emergentes nas camadas médias urbanas.

Entre eles estavam a pequena burguesia que à época sofria restrições quanto as condições de reprodução das suas esferas de produção e circulação de mercadoria, assentadas na pequena e média empresa (comerciais, industriais e de serviço), assolada pela inflação que contraía as suas taxas de lucros, pela concorrência engendrada pelo processo de monopolização que lhes retiravam mercados, pelo encarecimento do crédito que promovia uma sangria de seus recursos e pela restrição de acesso às novas tecnologias que lhes limitavam a capacidade de competir com as mercadorias produzidas pelas grandes empresas oligopolistas com seus altos índices de produtividade. (SILVA, 1990, p. 353)

Outros segmentos eram os profissionais liberais, compostos principalmente por advogados, médicos, dentistas, engenheiros, contabilistas e outros que passaram, ao longo da década de 1970, a sofrer uma concorrência com o número crescente de profissionais alocados no mercado de trabalho pelas universidades e pelo processo de proletarização com a constituição de grupos empresariais no setor de saúde, na construção civil e nas grandes firmas de advocacia e serviços, principalmente, a partir da segunda metade dos anos de 1970 e durante os de 1980, que diluíram caráter autônomo de seus préstimos e os subordinaram à lógica das relações de produção capitalistas. (SANTOS, 2002)

No caso específico do Recife, podemos averiguar que as oportunidades de novos empregos e melhores salários foram ampliadas consideravelmente para as camadas médias urbanas com a ampliação e o estabelecimento na cidade de um leque diversificado de grandes empresas voltadas para o comércio e a produção de bens de consumos não-duráveis, duráveis e intermediários. Já em 1968, é possível identificar no Recife um conjunto de estabelecimento de grandes empresas produzindo e/ou comercializando por atacado produtos desses setores industriais.

Manuel Correia de Andrade, no livro *Cidade e campo no Brasil*, mostra-nos à época o Recife como um centro metropolitano com importantes estabelecimentos de comércio e de produção que atendiam às demandas das cidades vizinhas, detendo para si um conjunto de 506 estabelecimentos de produção e/ou comércio por atacado, com 79 dos estabelecimentos investigados e relacionados tendo uma influência em estados vizinhos e na Região Nordeste (44 empresas), outras empresas estendiam a sua influência tanto para a região nordestina como para outras regiões (14 empresas), algumas tinham a sua influência se estendendo para o Brasil (9 empresas), outras para o Nordeste, Brasil e exterior (7 empresas) e, por fim, para o Grande Recife e Pernambuco (5 empresas). As 506 empresas empregavam 5.167 pessoas, contra 17.044 empregados pelas 7.881 empresas voltadas para comércio de varejo estabelecido na cidade. (ANDRADE, 1974, p. 41-62)

No Quadro 01, temos um resumo dos ramos de atividade e do número de firmas do Recife selecionadas por Manuel Correia de Andrade, que estendiam o seu comércio e a sua produção de bens de consumo não-duráveis, duráveis e intermediários para o estado, a região, o país e o exterior. No Quadro 02, poderemos averiguar um crescimento do número de estabelecimentos entre 1969 e 1975, confirmando a tendência nacional da economia com um crescimento sustentado no processo de internalização da produção capitalista no Brasil, onde o Recife estava inserido. A cidade e o estado de Pernambuco podem não ter tido a expansão industrial nos

setores de produção de materiais não-metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transporte, química e plásticos, verificados na região Sudeste do país, mas estava integrado ao processo nacional como polo regional difusor da circulação e fornecedor do consumo dessa produção, adquirindo uma importância urbana crescente e diversificando as suas atividades e funções, possibilitando novas oportunidades de empregos e remunerações para os integrantes da classe média.

QUADRO I: Firmas estabelecidas no recife e seus ramos de atividade (1968)

Ramos de comércio e/ou produção dos estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos
Tecidos, confecções e artigos têxteis	14
Ferragens e material de construção	04
Produtos químicos, insumos industriais e derivados de petróleo	08
Insumos e materiais para construção civil	06
Máquinas (escritório, indústria, agricultura), ferramentas, peças, pneumáticos, instrumentos óticos e médico-científicos	14
Automóveis, peças, acessórios para veículos, eletrodomésticos, móveis	10
Bebidas, produtos alimentícios, cigarros e material de limpeza doméstica	19
Loja de departamentos	1
Jóias e artigos para presente	1
Publicação e edição	1
Telecomunicações	1

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, pp. 44-47, 50-53, 56-55.

Tomando como base os indicadores do Censo Comercial – Pernambuco, de 1975, podemos averiguar o nível da importância da inserção e articulação do Recife no desenvolvimento e na diversificação do polo urbano-industrial no país. Conforme o quadro abaixo o setor comercial da cidade (varejo e atacadista) possuía um significativo número de estabelecimentos, que proviam as demandas de consumo por bens com funções na produção, de bens necessários à produção de outros bens, relacionados ao consumo de outros bens e destinados ao consumo final de quase todos os tipos de consumidores.

QUADRO II: Número de estabelecimentos comerciais no recife (1975)

Comércio Varejista – Gêneros de Comércio	
Ferragens, produtos metalúrgicos, material de construção, artigos sanitários, cerâmico, vidros e louças	386
Máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas industriais, comerciais e de uso técnico e profissional – inclusive peças e acessórios	72
Máquinas e aparelhos não elétricos de uso doméstico; máquinas e aparelhos eletrodomésticos; material elétrico e de eletrônica; aparelhos e equipamentos de comunicação – inclusive peças e acessórios	191
Veículos, peças e acessórios	224
Móveis, artigos da habitação e de uso doméstico	177
Papel, impressos e artigos de papelaria, livraria e de escritório	175
Produtos químicos e farmacêuticos	269
Combustíveis e lubrificantes	321
Tecidos e artefatos de tecidos	127
Artigos e vestuários e de armarinho	851
Produtos alimentícios	4.909
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria	380
Mercadorias em geral – inclusive produtos alimentícios	51
Mercadorias em geral – inclusive produtos alimentícios	36
Artigos diversos	445
Artefatos de borracha e de plástico e de produtos similares	28
Artigos usados	165

Comércio Atacadista – Gêneros de Comércio	
Produtos extrativos e agropecuários – inclusive produtos alimentícios	11
Ferragens, produtos metalúrgicos, material de construção, artigos sanitários, cerâmicos, vidros e louças	80
Máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas industriais, comerciais e de uso técnico e profissional – inclusive peças e acessórios	38
Máquinas e aparelhos não elétricos de uso doméstico; máquinas e aparelhos eletrodomésticos; material elétrico e de eletrônica; aparelhos e equipamentos de comunicação – inclusive peças e acessórios	41
Veículos, peças e acessórios	36
Móveis, artigos da habitação e de uso doméstico	4
Papel, impressos e artigos de papelaria, livraria e de escritório	37
Produtos químicos e farmacêuticos	76
Combustíveis e lubrificantes	21
Tecidos, artefatos de tecidos e fios têxteis	21
Comércio Atacadista – Gêneros de Comércio	
Artigos do vestuário e de armarinho	24
Produtos alimentícios	587
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria	28
Mercadorias em geral – inclusive produtos alimentícios	6
Artigos diversos	16
Artefatos de borracha e de plástico e de produtos similares	8
Artigos usados	28

Fonte: Censos Econômicos – 1975, Censo Comercial – Pernambuco, IBGE.

Em 1975, esse comércio movimentava uma receita de 15.172.522 (mil cruzeiros), sendo 15.019.498 (mil cruzeiros) com a venda de mercadorias, 509.239 (mil cruzeiros) para o pagamento de salários e 950.297 (mil cruzeiros) para despesas diversas, demonstrando que o setor era significativo para a economia da cidade e que, junto com o setor de serviços, da administração pública, do ensino, da atividade financeira, da indústria e das atividades de profissionais liberais, puderam gerar e compor no Recife um segmento de trabalhadores compostos de estratos médios

que se diversificaram em relação ao trabalho e ao nível de renda. Nelas estavam incluídos os pequenos e médios empresários, os profissionais liberais e a nova categoria de assalariados das camadas médias urbanas da cidade que passaram a ocupar os postos de trabalhos proporcionados pela modernização capitalista na cidade e no país (desenvolvimento do setor administrativo das empresas, do setor bancário, do setor de serviços, do setor de ensino, principalmente, o superior, e da administração pública voltada para uma maior intervenção do Estado na economia).

Nas Tabelas I e II, averiguamos que entre 1970 e 1980 cresceu o número absoluto de pessoas desse segmento de trabalhadores, obtendo cada vez mais uma renda apreciável e sua inserção como consumidor numa sociedade de consumo. Em contrapartida, podemos verificar uma concentração na distribuição da renda nos extratos médios para cima, com o inverso ocorrendo para os extratos compostos pelos trabalhadores em geral. Em 1970, só 5% dos assalariados tinham uma renda superior a Cr$ 1.001,00 ao mês, e, em 1980, a situação pouco variou. Uma década depois, dinamismo da economia só acresceu em 1% o número de pessoas que tinham uma renda superior a 10 salários mínimos.

TABELA I*:* Região metropolitana do recife: distribuição por classe de renda (1970)

Classe de Renda (Cr$)			Número de Pessoas	Freqüência (em %)	
				Relativa	Acumulada
Até		100	140.972	27,3	27,3
101	-	200	194.270	37,7	65,0
201	-	300	69.421	13,4	78,4
301	-	500	50.485	9,8	88,2
501	-	1000	34.976	6,8	95,0
1.001	-	1.500	10.652	2,1	97,1
1.501	-	2.000	6.800	1,3	98,4
2.001	E	mais	8.215	1,6	100,00
Total			515.791	100,0	-

Fonte: Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife. Recife: CONDEPE, 1974, p. 11. (volume 2a)

O contraponto dessa concentração de renda se dava com a quase manutenção da massa de indivíduos com rendimentos inferiores a três salários mínimos e/ou sem rendimentos, que perfaziam um total de 87,16%, em 1980, contra 88,2%, em 1970, para os que ganhavam até Cr$ 500,00[6], com uma diminuição de 1,04%.

TABELA II: Rendimento médio mensal por distritos no recife (1980)

Distrito	Rendimento Médio Mensal por Salário Mínimo								
	Até 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 5	+ 5 a 10	+ 10 a 20	+ de 20	S/Rend.	Total[1]
Recife	97	155	98	81	8	8	-	66	513
Santo Antonio	268	172	106	104	42	22	16	283	1.032
São José	4.450	2.103	916	633	371	142	29	6.198	14.944
Boa Vista	5.199	3.227	2.017	2.567	2.606	1.489	647	8.461	26.453
Santo Amaro	7.421	3.789	1.711	1.561	1.391	742	281	12.284	29.281
Graças	4.550	1.358	888	1.539	2.295	2.300	1.675	8.017	22.665
Encruzilhada	10.112	4.695	2.461	2.723	2.671	1.667	608	16.260	41.371
Afogados	25.004	16.604	7.536	6.639	4.699	1.396	210	53.535	115.987
Madalena	10.182	5.499	2.672	2.669	2.890	1.775	672	19.100	45.586
Tejípio	15.636	12.525	5.405	3.392	1.799	393	46	41.134	80.466
Boa Viagem	34.251	21.070	9.827	9.641	9.845	6.166	3.877	75.513	170.549
Poço	4.897	3.011	1.221	1.031	944	839	557	9.615	22.043
Casa Amarela	35.498	20.831	7.237	4.855	2.847	1.244	572	62.396	135.664
Várzea	20.971	13.328	5.926	5.126	3.988	1.795	436	43.914	95.702
Beberibe	29.696	16.606	6.801	4.087	1.970	587	124	55.571	115.056
Total[2]	208.242	124.831	54.102	46.648	38.366	20.565	9.750	412.347	917.312
Participação (%)	22,70	13,61	5,90	5,08	4,18	2,24	1,06	44,95	-x-x-x-
Acumulado (%)	22,70	36,31	42,21	47,29	51,47	53,71	54,77	99,72	-x-x-x-

Fonte: Recenseamento Geral –1980, Censo Demográfico – Pernambuco, IBGE.

(1) Este total inclui pessoas com rendimentos não declarados, excluídos da tabela.

(2) Estes totais apresentam uma ligeira diferença para mais no somatório dos distritos que segundo o censo são pessoas que não declararam o distrito de domicílio.

6 Este valor equivale ao valor de quase três salários mínimos no final da década, 2,88%, quando deduzimos a queda do poder aquisitivo real do salário mínimo ao longo da década de 1970.

Integravam essa massa de indivíduos aqueles da categoria à qual pertencia uma das personagens centrais do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osman Lins, Maria de França, e tantos outros que cruzam a sua história e outros sujeitos removidos dos relatos jornalísticos para as páginas do romance. Para esses indivíduos, o trabalho que executavam ainda tinha o significado de algo que era penoso e não obtinha muito apreço ou estima em qualquer que fosse a escala dos referenciais de meritocracia adotados à época pela sociedade. Os seus trabalhos e dias ainda eram sinônimos de tortura, ecoando ainda o significado original do vocábulo latino que deu origem à palavra trabalho – *tripallium*, que designava um instrumento de tortura na Roma Antiga.

Para a protagonista Maria de França o trabalho estava longe de ser um fundamento de toda a sua vida, não constituía nem uma tendência inata que dava sentido a sua vida e muito menos lhe garantia alguma remissão com a qual pudesse compensar o seu infortúnio. Na maioria das vezes o trabalho se apresentava para ela como um *afazer,* um *que fazer* ou um *biscate*, uma ocupação ou serviço eventual obtido, quase sempre de curta duração e nem sempre regular. Era na maioria das vezes um trabalho ou um emprego secundário, de onde procurava obter alguns parcos rendimentos para garantir a sobrevivência. Às vezes a personagem auxiliava a mãe no serviço de lavar as roupas dos outros, uma das atividades cabíveis para as pessoas consideradas humildes, de condição modesta e sem qualquer preparo para exercer uma outra atividade que exigisse qualquer de mérito.

> *Maria, havendo ingressado na escola primária, falta à aula quando quer, não aprende nada e, "perdida entre irmãos", fica definitivamente em casa. Seu maior prazer, observar a transformação da roupa suja: sob as mãos da viúva, lençóis e camisas ficam limpos, lisos, "com um cheiro que a gente nunca sabe se é de capim ou de tijolo novo". Observa que as chuvas e o bom tempo, tão importantes no cultivo da terra, continuam a afetar, na cidade, o trabalho de limpar a roupa que os donos encardem. (*LINS, 1976, p. 11*)*

Nesse trecho, Osman Lins nos anuncia o fardo que o desenvolvimento econômico do "milagre econômico" do "Brasil Grande" reservou para aqueles que foram excluídos do acesso aos seus êxitos materiais. À massa imensa de Marias de França só foi reservado o estatuto de serem dedicados, sóbrios e dóceis e a tarefa de suportarem as condições de trabalho degradante e as baixas remunerações pelos serviços que podiam prestar. Distintos daqueles que puderam reter para si aptidões intelectuais através do sistema educacional e desenvolver competências e habilidades para gerenciar a produção de riquezas e viabilizar o seu depósito nas mãos dos que detinham o controle da produção, circulação e consumo.

Sendo assim, restou a Maria de França, aquela não garantiu para si um nível de conhecimento ou saber no sistema educacional que pudesse agregar méritos a si, viver em seu gueto e executar o mais simples de qualquer trabalho para outrem. No máximo, qualquer saber adquirido só lhe serve para tomar ciência da instrumentalização de sua vida e lhe anunciar o fim e/ou começo dos intervalos regulares que se sucedem no tempo cíclico de sua vida até que um novo acontecimento instaure para si outro tempo cíclico.

> *Ensina Maria de França a cantá-los e matricula-a na escola gratuita que fundou e orienta, apesar de analfabeto e pobre, com obrigações familiares. Ela, na fábrica de tecidos, chora de alegria quando assina pela primeira – e última – vez, o recibo: demitem-na a seguir, para não completar o chamado "período de carência". O fato é decisivo para a tecelã e para o livro. Volta a trabalhar como doméstica – ominoso retrocesso – e a ouvir sob o leito a advertência de que alguém tenciona destruí-Ia. Uma tarde, aguando o jardim, tem o primeiro acesso violento de loucura. (*LINS, 1976, p. 16)

Os percursos de Maria de França pelo sistema educacional não eram uma mera ocorrência ou um caso fortuito, de caráter individual e isolado. A situação de Maria de França era o indício que anunciava com exatidão a crítica situação de acesso à educação formal para as classes

subalternas. Para uma compreensão desse contexto apresentamos alguns indicadores sobre a educação formal na Região Metropolitana do Recife. Em 1977, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios constatou que 30,98% de sua população não eram alfabetizadas, sendo que entre as que eram consideradas alfabetizadas 33,82% tinham até quatro anos de estudos, 19,14% estudaram de 5 a 8 anos e, por fim, 11,84% chegaram a ter de 9 a 17 anos de estudos. A situação ainda era mais desequilibrada quando se verifica a relação entre os que frequentavam a escola e as séries e graus que cursavam. De um total de 584.325 indivíduos que tinham acesso à instrução no sistema educacional, o quadro o seguinte: 6,41% estavam no ensino superior, 13,77% estavam no 2º Grau e 79,82% cursando as séries do primeiro grau. (PNDA, 1997, v. 2, t. 13, 15-17)

A desigualdade era, também, latente quanto ao acesso ao sistema educacional superior. Tomando por base os dados do concurso de vestibular unificado de 1975, verifica-se que os candidatos classificados com renda de até Cr$ 1.000,00 representavam 27,4%, 22,4% e 24,9% dos classificados para as áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes; Ciências Exatas e Tecnologia e Biociências, respectivamente, sendo que a grande maioria dos classificados tinha uma renda que ia de Cr$ 1.001,00 a Cr$ 6.000,00. Outro indicador revela que entre os classificados o nível de instrução do pai era de 6,73% para os que não tinham nenhum estudo; 50,67% para os que só tinham o primário; 29,03% para os que tinham cursado o secundário e 11,63% para os que tinham o nível superior.[7]

Os indicadores acima demonstram que a garantia de uma educação continuada até o nível superior, capaz de garantir ao indivíduo condições de desenvolver competências e habilidades em áreas de conhecimento e profissões com melhores salários no mercado de trabalho, era uma condição adstrita aos que tinham uma estrutura econômica e social apta a prover um planejamento e investimentos em sua formação educacional e profissional.

7. Para o nível de instrução do pai, trabalhamos com a média das três áreas de ensino a partir dos indicadores recolhidos na **Súmula de Dados Estatísticos da RMR**, Recife: CONDEPE, 1974, p. 88 e 89. (volume II)

Na Tabela III podemos averiguar que as colocações acima não são meras suposições. Quanto menor era o número de anos de estudos mais baixo era a remuneração percebida pelos indivíduos entrevistados na pesquisa. Isto é, 60,55% dos indivíduos entrevistados eram analfabetos ou tinham no máximo cinco anos de estudo e ganhavam menos que dois salários mínimos em 1973, à época com um valor de Cr$ 312,00.

TABELA III*:* Região metropolitana do recife: grau de instrução por níveis de renda (1973)

Anos de Estudo	Total		
	Pessoas Remuneradas		Renda Média Mensal
	Nº	%	
Total	2.560	100,00	991,212
Analfabetos	363	14,18	331,250
1 – 5	1.187	46,37	582,620
6 – 9	426	16,64	829,610
10 – 12	352	13,75	1.363,235
13 – 17	225	8,79	2.871,626
18 e mais	6	0,23	6.666,666
Não Declarados	1	0.04	1.500,000

Fonte: **Súmula de Dados Estatísticos da RMR**. Recife: CONDEPE, 1974, p. 75. (volume II)

Nos anos de 1970, Carlos Langoni publicaria um estudo, a partir de uma análise do Censo Demográfico de 1970, intitulado *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, onde apontava que o desequilíbrio na distribuição de renda no Brasil estava condicionado à relação entre a oferta e a demanda por mão-de-obra qualificada. Ou seja: analista apontava como razões para a baixa remuneração da grande maioria dos trabalhadores a sua baixa escolaridade, sendo que esta situação seria automaticamente corrigida ao longo dos anos na medida em que os trabalhadores tivessem acesso ao sistema educacional formal e pudessem elevar o nível de escolaridade e qualificação.

A análise de Carlos Langoni tinha o mérito de expurgar algumas das teses do liberalismo clássico de que a pobreza era um produto do fracasso pessoal, isentando a sociedade e o Estado da responsabilidade de sua existência, já que todos eram livres e iguais e podiam gerar riquezas através de seu trabalho em condições acessíveis a todos. Para Langoni, caberia ao Estado e ao setor privado alocar e garantir condições para que todos tivessem oportunidades para que se procedesse uma autocorreção nas desigualdades, disponibilizando, assim, um sistema educacional que permitisse uma elevação da escolaridade e qualificação dos trabalhadores, atendendo tanto à pressão dos mesmos como à maior complexidade produtiva dos setores modernos do desenvolvimento econômico.

O problema da análise de Langoni estava em de converter a educação numa variável indispensável e essencial na resolução das desigualdades de distribuição de renda no país, uma quase entidade portadora de poderes e autoridades excepcionais capazes de viabilizar a resolução do problema: *Educação continua sendo a variável mais importante na explicação das diferenças individuais de renda e, além do mais, a magnitude de sua contribuição tende a aumentar quanto mais dinâmica for a região*. (LANGONI, 1973, p. 211) Quanto ao nível da distribuição de renda no país, segundo o autor, ela seria fruto de uma transição de setores tradicionais, que *quanto maior o nível de renda, maior também o grau de concentração*, (LANGONI, 1973, p. 212) para setores modernos, *esta correlação tende a ser negativa*. Portanto, continua Langoni, *não há qualquer tendência inexorável a um agravamento perpétuo da distribuição de renda com o processo de desenvolvimento econômico*, pois isso *tenderia a ocorrer somente na fase de transição*. (LANGONI, 1973, p. 213) No linguajar da época, tão comum ao proselitismo governamental, isso significava o tradicional deixar o bolo crescer para depois ser repartido entre todos.

Obviamente, Carlos Langoni não ignorava as condições alocadas e o modelo adotado e imposto para crescimento e o desenvolvimento econômico do Brasil como fatores que determinavam a desigualdade

na distribuição da renda. Na compreensão do autor, a correção dessas desigualdades viria por uma expansão da oferta da educação formal, pressionada pelos trabalhadores, e por uma qualificação profissional da mão-de-obra patrocinada pelo setor privado em associação com o sistema educacional formal.

> *Em particular, com relação ao mercado de trabalho existem forças poderosas, tanto do lado da oferta como do lado da demanda, atuando no sentido de corrigir os ganhos excessivos de salários de certas qualificações de mão-de-obra. Em primeiro lugar, na medida em que os indivíduos respondem à sinalização fornecida pelo mercado, haverá estímulo para investimentos adicionais em capital humano em geral e, particularmente, no treinamento específico para as ocupações a qualificações em que maior é a expectativa de aumentos de demanda. Em nível de educação formal, esta pretensão pode evidentemente esbarrar na rigidez da oferta pelo setor público: de qualquer maneira, é razoável esperar-se que, sendo suficientemente forte a pressão da demanda, até mesmo as instituições (ainda que com certo atraso) respondam às necessidades da economia.*
>
> *Por outro lado, a limitação da oferta de certos tipos de mão-de-obra significa aumento de custos para a firma individual, criando conseqüentemente incentivos para que também o setor privado invista relativamente mais no treinamento específico a até mesmo aumente suas transferências para o sistema de educação formal.* (LANGONI, 1973, p. 190)

Na prática, isso significava enunciar que o fracasso e o sucesso dos indivíduos não estava condicionado as suas qualidades e virtudes, mas sim se saberiam ou não aproveitar as oportunidades ofertadas para o desenvolvimento de suas competências e habilidades e, consequentemente, de poderem se inserir de forma produtiva numa economia moderna em troca de melhores condições de trabalho e rendimentos. O fracasso agora não era mais visto como uma ausência de graça e sim de atitude.

Quando, em 1975, as estatísticas educacionais do país revelaram um alto índice de evasão escolar, as análises fundamentadas na existência ou não por parte dos indivíduos de habilidades para tirarem partido do sistema educacional no país e obter uma formação para sua ascensão econômica e social ruíam ante dados que revelavam uma escola muito mais apta a sentenciar e medir se o discente estava ou não apto e se possuía ou não qualidade para o acesso a uma formação educacional. Esse aspecto era revelado em uma reportagem intitulada *Estatística revela índice de evasão na escola*, do Diário de Pernambuco, de 10 de abril de 1975, que apresentava os resultados de uma pesquisa educacional na qual as entrevistas feitas com os adolescentes que abandonaram os estudos revelavam que os motivos para o abandono escolar estavam relacionados ao fato de não suportarem os propósitos primordiais de sentenciar e medir do sistema educacional:

> *Estatísticas recentes revelaram que de cada 100 adolescentes que abandonaram os estudos, 75 o fizeram-no por não suportar a escola – sistema educacional organizado em torno do exame e do diploma, feito para aprovar ou reprovar e não para formar. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 abr. 1975, p. 12, 2º Caderno*).*

Na mesma reportagem, o professor Fernando Antônio Gonçalves, da Universidade Católica de Pernambuco e presidente da Coordenação Regional para o Desenvolvimento das Unidades de Educação do Ensino Superior do Norte e Nordeste do Brasil (Cordene), alertava para a incompatibilidade da estrutura do sistema educacional e da formação educacional institucionalizada para com as demandas da sociedade, o desenvolvimento econômico do país e a rejeição da sociedade aos produtos que oferecia. Até então a educação formal ofertada primava, por um lado, por uma educação que procurava alimentar e reproduzir um modo de vida, uma moral, uma ética e os valores de uma sociedade que ainda guardava em si traços significativos de uma estrutura fundada na autoridade e no prestígio do patriarca e numa organização social agonizante que pretendia manter em vigor a autoridade paternal e, por outro lado, uma educação provedora de méritos e formação profissional para uma elite estabelecida em sólidas

estruturas econômicas e sociais. Disso se apercebe, em meados da década de 1950, Julia Marquezim Enone, outra personagem central do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, que, após concluir o seu Curso Normal, passa a antever que a formação educacional lhe havia preparado para ser mais uma Penépole, aquela que devia se submeter a Ulisses e administrar a sua casa, provendo-lhe herdeiros, preservando a sua fidelidade para com ele, mesmo ele estando ausente e sem a certeza de se algum dia regressaria, recusando, assim, as ofertas alheias de matrimônio por longos anos e uma possível satisfação ante a sua condição de solitária e reclusa que lhe fora instituída para com o propósito de preservar o patrimônio (moral, ético, econômico e social) e o poder do patriarca (Ulisses).[8]

Julia Marquezim Enone descobre que outros fins poderia destinar à apropriação e ao domínio que fizera dos conteúdos e práticas da aprendizagem que lhe ofereceram no sistema educacional: ampliar o seu conhecimento sobre o mundo, traçar o seu destino e colocar os seus préstimos a disposição das lutas das classes subalternas, atuando, dessa forma, como uma intelectual orgânica. (GRAMSCI, 1981, p. 21-28)

> *Põe-se a ler tudo que encontra, passando às vezes o dia inteiro no quintal, com um livro. Termina o curso na Escola Normal e parece inteiramente sem objetivo. De repente, começa a sair muito, as ausências se alargam, certas noites não volta e não precisa onde esteve, o pai insulta-a, algum homem?, investiga e descobre: muitas das cartas recebidas nesse tempo por administradores e proprietários de engenhos, intimando-os a comparecer aos Sindicatos Rurais, sem o que terão de vir "na marra e no cacete", são redigidas por ela. Participa, taciturna, os pés descalços, para fazer número, tendo à mão uma foice, de manifestações de lavradores no Cabo, em Aliança e em Vitória, inclusive no Engenho Galiléia, isso antes que o Governo de Pernambuco o expropriasse para dividir entre foreiros sublevados. É então que o pai, lutando por uma autoridade em que talvez não acredite mais, decide enviá-la para longe do Estado e ocorre o último encontro com Heleno. (*LINS, 1976, p. 132-133*)*

8 Sobre a condição da mulher no mundo homérico, da Grécia antiga, consultar: FINLEY, M. I. **O mundo de Ulisses**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 51-60 e 84-89. (Biblioteca de Textos Universitários, 1)

O professor da reportagem citada já diagnosticava que aquele tradicional sistema educacional que vigorou para Julia Marquezim Enone não mais continuaria a ser hegemônico com as metas traçadas pela Lei nº 5.692/71, que havia reformado o ensino nos níveis fundamental, médio e superior no país. Contudo, ele alertava que as metas se mostravam incapazes de serem alcançados em virtude dos escassos recursos destinados às unidades educacionais, quando relacionados com os vultosos recursos destinados para os setores considerados estratégicos, e as poucas dotações orçamentárias para adequação e qualificação dos profissionais da educação e para a alocação de novos recursos humanos e materiais. Acrescentava, ainda, o professor outros fatores que podiam agravar a situação do ensino "(...) o fluxo de alunos, a penúria acentuada dos recursos, o crescimento dos custos, a inadaptação dos produtos, a ineficácia e a inércia." (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 abr. 1975, p. 12, 2º Caderno).

O que em 1975 já era um fato, em 1969 ainda era um indício com a ausência de esmero e preeminência que a educação recebia nas políticas públicas definidas pela Prefeitura do Recife. Em fevereiro desse ano, após a posse do prefeito Geraldo Magalhães, o dirigente da Fundação Guararapes, entidade responsável pela política educacional da cidade, exonerava 53 professoras e prometia para breve a rescisão de outros contratos, justificando que tal medida advinha de não poder *continuar com uma despesa além de nossa capacidade financeira, quando sabemos que existe gente demais na organização*. Mais adiante, o dirigente, Lucilo Ávila Pessoa, premeditava *que a quantidade já afastada não atingiu nem a metade das rescisões que se tornaram necessárias para o bom andamento dos trabalhos na Fundação e da organização administrativa.* Quando questionado sobre a possibilidade de faltar professoras para atender os alunos, o dirigente imediatamente alegou que as afastadas eram excedentes e *se ocorrer a falta de atendimento a qualquer aluno da Fundação* (...)*, será matriculado em grupo escolar do Estado.* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25 fev. 1969, p. 2, 1º Caderno)

No centro da decisão do dirigente da Fundação Guararapes estava uma disputa política entre a administração recém-empossada e a anterior,

do ex-prefeito Augusto Lucena (1964 a 1969). A administração de Geraldo Magalhães alegava que as demissões eram por motivos financeiros e uma medida para dissipar o empreguismo praticado na administração anterior. Em contrapartida, o ex-prefeito Augusto Lucena questionava as demissões por prejudicar o plano escolar. Por outro lado, a acuidade do ex-prefeito para com o plano escolar era questionada na Câmara Municipal de Recife pelo líder da Arena e representante do prefeito na casa, vereador José Magalhães de Melo, irmão do prefeito, que exibia documentos mostrando os débitos que a Fundação Guararapes tinha contraído na gestão anterior com o INPS e o FGTS, com o seguro de acidentes de trabalho e com a arrecadação do Imposto Sindical. O débito totalizava NCr$ 1.035.697,80, equivalente a 7.991,50 salários mínimos à época. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22 abr. 1969, p. 3, 1º Caderno)

Esses entreveros demonstravam, por um lado, que na gestão de Augusto Lucena as obrigações financeiras para com os tributos e os direitos trabalhistas eram secundárias, devendo os recursos para tais fins aguardar outras oportunidades para o repasse enquanto são aplicados em outras inversões que a edilidade considera mais apropriada no momento e, por outro lado, a falta de critérios profissionais na escolha dos recursos humanos para o exercício da docência no ensino público, onde vigorava mais o critério da reciprocidade político-eleitoral para a contração dos trabalhadores. Na gestão de Geraldo Magalhães estava evidente que a educação não era uma política pública que merecesse qualquer esforço de investimento e/ou de alocação de recursos. Ela deveria se contentar com o mínimo estabelecido e, quando se apresentassem problemas quanto ao cumprimento da oferta e resolução de problemas (alunos sem professoras), seriam tomadas medidas paliativas ou imediatistas independente das condições (moradia e locomoção) ou predisposição (nível e situação de aprendizagem) dos que deveriam ser atendidos.

Nesse sentido, o acesso à educação não estava relacionado a disposição ou maneira de agir dos indivíduos que nela poderiam ingressar, mas as condições estruturais e das políticas públicas educacionais. Dessa

forma, retornando a relação da personagem Maria de França com o sistema educacional vigente, a sua inserção e a situação no sistema educacional formal não poderia ser explicada, conforme Carlos Langoni, como uma ocorrência resultante da sua atitude (*havendo ingressado na escola primária, falta à aula quando quer, não aprende nada*). Essa lógica só servia para contornar a situação crítica e de caráter estrutural pela qual passava e passaria o sistema de educação formal no país naqueles anos e nas décadas seguintes, principalmente no Recife e na sua Região Metropolitana, e fazer prevalecer à ideia de que as deficiências na formação educacional eram muito mais o resultado de comportamentos individuais e isolados.

Os indicadores da educação, em 1970, mostravam justamente o oposto dessa ideia que se tentava firmar. Naquele ano, o número de indivíduos, de 15 anos e mais, que haviam completado a primeira etapa do ensino formal era de 28,7%, contra 22,6% em 1950. Para a população alfabetizada, a evolução no período havia sido de 10,7%, o que representava que mais de um terço da população ainda era considerada analfabeta (37,7%). (CONDEPE, 1974, p. 165-168). Os indicadores demonstram que a atitude de Maria de França não era individual e isolada e um resultado de sua disposição. A sua situação era comum a muitos outros da sua estirpe social e deitava suas raízes na estrutura existente no sistema de educação formal.

Segundo o *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, em 1973 havia um déficit agudo na oferta aparente e bruta de vagas para o 1º e 2º graus, sendo que boa parte das vagas era ocupada por pessoas acima da faixa etária. No 1º grau, 23% das vagas foram ocupadas por pessoas fora da faixa (7 a 14 anos) e, para o 2º grau, as matrículas correspondiam a 46,76% de pessoas fora da faixa (15 a 19 anos). O déficit bruto e aparente era de 8,2% e 29,2%, respectivamente, para o 1º grau, e para o 2º grau havia apenas uma oferta de 35,5 mil matrículas para uma população de 221,9 pessoas situadas na faixa etária de 15 a 19 anos. (CONDEPE, 1974; 172) Ao déficit se juntava o problema conhecido como "fenômeno de inchação", que se traduzia num número excessivo de matrículas na 1ª série do 1º e

2º graus, extrapolando a oferta oferecida. Outro problema ainda era o da evasão, relacionado diretamente com o problema da repetência. Para resolução deste último, buscou-se na época uma solução com o recurso do sistema de promoção automática, reduzindo artificialmente os índices de reprovação e se produzindo, assim, muito mais uma resolução mitigada. (CONDEPE, 1974, p. 177-178)

O déficit no número de matrículas, principalmente para o 2º grau, considerado alto *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, fazia com que se tivesse uma apreciação distorcida da relação aluno professor, que se apresentava com uma média de 1 professor para 15 alunos. Segundo esse documento, tal relação era mais um resultado da pouca oferta de matrículas, 38.608 oferecidas em 1973, em relação ao número de professores, 2.693, que poderiam atender a um número maior de matriculados.[9]

Com relação ao corpo docente do 1º grau, considerando o aspecto quantitativo, a Região Metropolitana do Recife tinha em 1973 uma relação aluno/professor que poderia ser considerada satisfatória, com uma média de 29,2 alunos para cada professor. Quanto aos aspectos qualitativos, levando-se em conta a formação pedagógica, a situação era inversa: 22% do professores não tinham habilitação para o exercício do magistério, 11% tinham apenas o curso primário, 55% tinham o curso normal e só 23% o curso superior. Para o ensino no 2º grau, 53% dos docentes tinham alguma habilitação para licenciatura, destes 43% tinham o curso superior e 5% o nível médio, já 19% dos docentes tinham apenas o primário. (CONDEPE, 1974, p. 182-189) Esses dados levaram a que os próprios formuladores do *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife* formulassem a seguinte avaliação:

> *Essas informações permitem a elaboração de hipóteses bem pouco otimistas quanto às qualidades do ensino oferecido. Sem uma educação pedagógica e formal adequada, é evidente que o*

9. Idem, p. 182. Tomando por base a relação de 30 alunos por professor, poderíamos ter naquele contexto uma oferta de até 80 mil matrículas para o ensino do 2º grau.

> *nível das aulas ministradas por esses professores fica bastante comprometido, no que se refere à didática e ao conteúdo das informações transmitidas ao aluno. (*CONDEPE, 1974, p. 189*).*

A situação dos equipamentos disponíveis para atender às necessidades educacionais apresentava também uma insuficiência. Dos 1.318 estabelecimentos da Região Metropolitana do Recife apenas 185 tinham uma biblioteca e só em 87 havia laboratórios. Outros equipamentos, como auditórios, ginásios esportivos, museus, oficinas e praças de esportes, também eram escassos e os existentes estavam concentrados em algumas unidades escolares no município do Recife, consideradas modelos. (CONDEPE, 1974, p. 190) Por parte da Prefeitura do Recife, no período de 1969 a 1975, foram poucas as intervenções no sentido de propiciar unidades escolares que fossem dotadas de equipamentos para todas as atividades e práticas que englobavam o ensino. Na realidade, as intervenções só não foram nulas em virtude da construção do Colégio Municipal do Recife, localizado na Rua Jornalista Trajano Chacon, na Boa Vista, posteriormente, nomeado Reitor João Alfredo, constituindo-se num prédio imponente que destoava das demais unidades escolares da Prefeitura do Recife. A descrição de seu espaço, feita em reportagem do Diário de Pernambuco, mostrava como era uma unidade escolar à parte entre as existentes na cidade:

> *Construído em quatro pavimentos, o CMR dispõe de 22 salas de aula inclusive laboratório para pesquisas, biblioteca, salões de jogos, além de auditório para conferências e reuniões culturais e área de recreação, num total de sete mil metros quadrados de área construída. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12 mar.1975, p. 3, 1º Caderno*)*

Essa unidade escolar, que comportava em sua fachada um painel cerâmico de Francisco Brennand, era tão atípica, que nos anos de 1980, durante a primeira gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos, 1986 a 1989, aproveitou-se o prédio para ali instalar diretorias, departamentos e repartições de serviços da Secretaria de Educação e Cultura do Recife, com

os alunos sendo removidos para um prédio construído ao seu lado e que obedecia às mesmas características arquitetônicas das demais unidades escolares construídas ou reformadas nos anos 1980.

As demais intervenções da Prefeitura do Recife para prover ou melhorar as condições de ensino das unidades escolares da cidade se restringiam, basicamente, à obrigação de reposição do material básico de ensino, execução de serviços de manutenção e obras para a ampliação da área física destinada às salas de aula. Na maioria das vezes, como quando da ampliação do Grupo Escolar Padre José de Anchieta, no bairro da Mustardinha, em outubro de 1972, só eram acrescidas como equipamento novo mais algumas áreas de galpão para a instalação de novas salas de aula.

> *Igualmente, foram feitas reformas gerais da cozinha, levantamento dos galpões laterais, conserto de cadeiras e carteiras das classes, quadro-negro e portas. Toda a instalação elétrica foi substituída e o sistema de iluminação recebeu novas lâmpadas fluorescentes e refletores. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15 out. 1972, p. 3, 1º Caderno*).*

Quanto às novas unidades escolares, eram muito mais espaços aproveitados e convertidos em unidades escolares ou edificações construídas similares a um galpão com paredes e divisórias em alvenaria destinadas as salas de aula, direção da escola, banheiros, cozinha, almoxarifado e sala de professores, conforme as notícias sobre a inauguração das unidades escolares construídas no período que, com exceção do Colégio Municipal do Recife, se restringiam somente a informar sobre o ato de inauguração e a uma descrição sucinta do espaço mínimo para uma unidade escolar.[10]

Outro problema que se apresentava ao sistema educacional era a relação aluno/salas de aulas, cerca de 43 por sala, muito acima do padrão estabelecido de 30 alunos por sala pelo Conselho Estadual de Educação à

10. Fazemos aqui a observação de que foram poucas as unidades escolares construídas e inauguradas no período, cerca de cinco, apesar de haver a informação de que existiam 200 unidades escolares à época. Contudo, a maioria eram espaços aproveitados para sediar núcleos de alfabetização para o programa de erradicação do analfabetismo, em convênio com o MOBRAL.

época, havendo ainda uma subtilização das salas de aula por turno, pois só 28% dos estabelecimentos funcionavam apenas com um turno e 36% com dois turnos, havendo, desse modo, um índice de 64% de equipamento ocioso para plena utilização. (CONDEPE, 1974, p. 190) No entanto, as escolas mais concorridas e situadas em áreas de maior concentração populacional chegavam a oferecer de quatro até cinco turnos diários, constituídos nos intervalos entre os turnos da manhã e tarde, no horário de 11h30min às 13h30min, e entre o da tarde e da noite, entre 17h e 19h, que ficariam conhecidos, posteriormente, como "turnos da fome".

Quanto ao ensino profissionalizante instituído pelo Sistema Educacional de Educação, através da reforma do ensino de 1972, que tinha por objetivo oferecer ao ensino um caráter final com a criação de uma estrutura que pudesse oferecer ao aluno uma formação profissional, capacitando-o para o trabalho, a oferta e a estrutura ainda dependia dos antigos cursos profissionalizantes. No geral, havia 7 estabelecimentos oferecendo o ginasial/comercial, 6 o ginasial/industrial, para o 1º grau, e, com relação ao 2º grau, 63,1% ofereciam o curso cientifico, sendo que 63,1% se voltava para a preparação do aluno para o ingresso na Universidade, e apenas 2,4% ofereciam o curso de contabilidade. Para o curso normal, destinado à formação de professores para o 1º grau, havia apenas 28,7% de estabelecimento oferecendo essa formação. O ensino profissionalizante ainda dependia da antiga estrutura educacional e contava com poucos estabelecimentos para poder contemplar as metas preconizadas pela reforma educacional.

Na realidade, só a partir de 1972 passaram a existir centros educacionais capacitados a atender as metas do ensino profissionalizante e este era o caso do CIPAM (Centro Integrado Professor Agamenon Magalhães), com formação voltada para habilitações no setor secundário. A partir de 1973 começaram a funcionar outros centros capacitados (Centro Integrado do Instituto de Educação de Pernambuco, Centro Inter-escolar Almirante Soares Dutra, Centro Integrado Santos Dumont), que ofereciam habilitações em sua maioria voltadas exclusivamente para o

setor terciário. Segundo os próprios analistas do *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife,* a implantação das propostas da reforma do ensino eram lentas:

> *Vê-se, assim, que as modificações propostas pela reforma do ensino estão sendo implantadas, lentamente, na RMR e que, no ensino regular, é basicamente através do 2º grau que se está oferecendo alguma formação profissionalizante. No que se refere ao sistema estadual de ensino, essa formação está sendo promovida de maneira mais sistemática – segundo dados da SEC – em 3 Centros Inter-escolares que oferecem habilitações nos setores secundário e terciário, e um Centro Integrado com habilitações apenas no setor terciário, todos situados no Recife. (*CONDEPE, 1974, p. 194*)*

Pode-se ver, pela situação descrita, que o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo sistema de educação formal não dependeria muito da atitude dos interessados, pois a própria estrutura e condições de ensino tinham muito pouco a oferecer quanto a uma formação contínua para alocar e/ou elevar o nível de escolaridade e qualificação daqueles que procuravam os seus préstimos.

Em relação a educação formal oferecida pela Prefeitura do Recife, podemos constatar, ainda, que as ações planejadas e executadas no sentido de oferecer ao estudante uma formação mais ampla ficaram restritas a implantação de práticas esportivas estimuladas através da instituição e realizações de competições esportivas (Jogos da Mocidade do Recife e Jogos Esportivos das Praias do Recife); comemorações de efemeridades e eventos culturais; implantação da disciplina Educação Moral e Cívica, sob supervisão direta das esferas do poder federal; atividades culturais e esportivas conjuntas entre as escolas e os centros comunitários; atividades extra-escolares permeadas pelo patriotismo e ufanismo em relação aos grandes vultos da História do Brasil. (DIÁRIO DEPERNAMBUCO, 11 abr. 1970, p. 3 e 8, Caderno Especial; 07 ago. 1971, p. 7, 1º Caderno; 29 ago. 1970, p. 5, 1º Caderno; 03 nov. 1970, p. 5, 2º Caderno; 07 ago. 1971, p. 7,

1º Caderno) Ações que pouco acrescentavam a uma formação educacional e profissional dos estudantes, servindo muito mais à constituição de uma cultura ideológica sintonizada com a necessidade de legitimação política e social do regime autoritário instalado no pós-1964.

No entanto, não era só a estrutura de ensino que determinava a relação entre o indivíduo e o sistema de educação formal; outras condições se revelaram também como fatores condicionantes para a crítica situação de acesso à educação pelas classes subalternas, como a estrutura e organização curricular e a concepção que permeava o ensino, instituídos a partir da Reforma do Ensino, Lei nº 5.692/71, que se voltava muito mais para preparar um indivíduo apto a atender às demandas de produtividade do desenvolvimento econômico e a sua inserção como cidadão consumidor e utilitário no mundo urbano-industrial. Tais propósitos ficaram bem claras na *Proposta Curricular Ensino – 2 Grau*, de 1976, da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco:

> *Para fazer face à complexidade desse mundo urbano-industrial, à demanda cada vez mais crescente de maiores níveis de produtividade, à determinada carência, em alguns setores, de um controle social formal mais eficiente, o homem moderno partiu para a racionalização progressiva de suas atividades, planejando-a e adaptando-a, sempre que possível, ao processo de mudança social pela qual passa a sociedade moderna que está sempre a exigir-Ihe: eficiência, racionalidade, criatividade, espírito de equipe, produtividade, capacidade de adaptação às mudanças, mobilidade social. (*PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO, 1976, p. 15*).*

A funcionalidade curricular e a sua metodologia recorriam aos tradicionais questionários, aulas expositivas subsidiadas por apontamentos expostos em lousas, um uso muito restrito de livros didáticos, escassos recursos didáticos, ambientes escolares deficitários em equipamentos, professores com pouca formação profissional e políticas públicas que estavam muito mais voltadas para iniciativas educacionais que servissem

para exposição publicitária dos governantes.[11] Para este caso, citamos a construção e inauguração pelo Prefeito Augusto Lucena, em 8 de março de 1975, do prédio que passou a abrigar a sede do MOBRAL/RECIFE, situado no bairro da Boa Vista, na Praça Chora Menino, com condições físicas e equipamentos adequados para receber uma administração burocrática, (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08 mar. 1975, p. 3, 1º Caderno) constituindo-se para a administração municipal em um orgulho por ser a primeira sede própria do Brasil para a entidade no país, (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09 mar. 1975, p. 30, 1º Caderno) em contraste com as improvisadas e deficitárias salas de aula destinadas à alfabetização de jovens e adultos espalhadas pelo Recife.

O MOBRAL/RECIFE era de fato a principal peça publicitária de divulgação de alguma ação da municipalidade na área de educação, onde, volta e meia, anunciava-se contratação de professores para a alfabetização em massa, destinação de recursos para ampliar as metas de alfabetização e indicadores de ampliação dos números de alunos matriculados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05 nov. 1971, p. 6, 1º Caderno; 08 ago. 1972, p. 1, 2º Caderno; 20 dez. 1973, p. 2, 1º Caderno), passando a ideia de uma parceria que somava esforços para erradicar o analfabetismo no Recife.[12] Anos mais tarde, em 1975, essa parceria e outras pelo país afora se mostraram

11. Pelo que podemos averiguar, as notícias relacionadas à educação, publicadas no Diário de Pernambuco, entre 1968 e 1975, estavam mais relacionadas à inauguração e expansão física de unidades escolares. Sendo raras ou quase inexistentes notícias referentes às melhorias no sistema educacional formal, como: capacitação dos professores, alocação de recursos didáticos, melhorias nas condições do ensino. Na prática, só encontramos duas notícias: uma informando que as escolas iriam receber livros para ampliar o acervo de suas bibliotecas (Diário de Pernambuco, 10 abr. 1975, p. 12, 2º Caderno) e outra anunciando que um professor, aproveitando a experiência de uma visita às escolas na Inglaterra, iria capacitar profissionais da educação municipal com cursos de educação sanitária. As outras notícias davam conta das questões, discussões e projetos para a implantação das reformas educacionais preconizadas pela Lei nº 5.692/71.

12. Alguns dirigentes nacionais do MOBRAL vieram ao Recife para firmar convênios entre governos municipais e o estadual. Entre as visitas em destaque, sobressaiu a do sr. Mario Henrique Simonsen, presidente da entidade, no auge de divulgação e implantação do programa de erradicação do analfabetismo, em 11 de maio de 1971, quando palestrou sobre o funcionamento do órgão, a metodologia de ensino, as metas a serem atingidas, o perfil da administração do organismo e a importância do acesso à educação para todos os indivíduos. Dentre as metas, o presidente do MOBRAL teria afirmado que o objetivo era alfabetizar cerca de 6,4 milhões de analfabetos ao ano, de um total de 16 milhões, erradicando o analfabetismo no país em até três anos. Sobre estes fatos, consultar: DIÁRIO DE PARNAMBUCO, 12 maio 1971, p. 3, 1º Caderno.

incapazes e só tinham a apresentar um malogro para com a pretensão de erradicar o analfabetismo, tanto que, contrastando com as manchetes e reportagens ufanistas de anos anteriores, uma outra, de 24 de setembro de 1975, sentenciava em sua chamada de forma precisa o *débâcle* do MOBRAL:

> *O baixo índice do rendimento do programa de alfabetização do Mobral, a regressão ao analfabetismo, o volume de recursos aplicados em programas que extrapolam os limites de sua competência, são algumas críticas feitas ao Movimento.*
>
> *(...) Uma comissão parlamentar de Inquérito – CPI – foi constituída, pelo Senado Federal, e terá dias para investigar as atuações do Mobral. (*DIÁRIO DE PARNAMBUCO, 24 nov. 1975, p. 6, 1º Caderno*).*

Afora as iniciativas vinculadas ao MOBRAL e algumas intervenções no sistema educacional do município, o segundo governo de Augusto Lucena (1971 a 1975) esteve voltado para políticas relacionadas com a execução de obras viárias e de reurbanização e/ou reordenamento urbano. Só com o governo de Antônio Farias (1975 a 1979), já num contexto de maior mobilização e pressão política por parte da sociedade, foi que a educação passou a ocupar um espaço mais relevante na administração pública, tendo sido anunciado no primeiro ano de seu governo que a administração havia refeito o orçamento do município para aumentar os recursos destinados à educação e passando este item a ser uma prioridade da nova gestão municipal. (DIÁRIO DE PARNAMBUCO, 05 nov. 1975, p. 3, 1º Caderno) O próprio Antonio Farias, anos mais tarde, fez um resumo do papel e da ação da Prefeitura da Cidade do Recife para com à educação, só alterado por força de lei e pressão social:

> *Houve na época em que eu estava na prefeitura, uma lei que passou à atribuição da prefeitura municipal todo ensino do primeiro grau. O governador de então, através de seu secretário de educação a cultura, nos dizia que as escolas de primeiro grau existentes em Recife seriam mantidas pelo governo estadual, mas as necessidades novas, o aumento da rede escolar para o primeiro grau, teriam que ser suportados*

> *pela prefeitura da cidade do Recife. É um peso muito grande. Então tivemos que construir novas escolas de primeiro grau. Até então, naquela época, só funcionava da quinta à oitava série, o Colégio Pedro Augusto. Então tivemos que ampliar, passamos a ter em diversas escolas o primeiro grau completo – da primeira à oitava séries. Para isto tivemos que reformular a Fundação Guararapes, o órgão gestor da educação municipal, fazendo também ali uma reclassificação, procurando pagar condignamente às professoras e todos àqueles que lá serviam.*
>
> *Para os senhores terem uma idéia das dificuldades da prefeitura da cidade do Recife, basta dizer que, quando assumimos, existiam ainda pensionistas percebendo cinqüenta cruzeiros por mês. E melhoramos substancialmente, demos aumentos muito grandes, mas sentíamos ainda, que não estávamos fazendo a justiça necessária àqueles ex-servidores municipais. (IAB-PE/CEP, 1982, p. 93)*

No geral, a questão do ensino era tão deficitária que levou o médico Nelson Chaves, mesmo alegando fatores extra-escolares (alimentação, nível cultural, meio ambiente e social) para o fracasso escolar, a apontar as deficiências no sistema de educação formal como as razões para o insucesso daqueles que a ele recorriam.

> *O problema do pré-escolar tem sido objeto de muita discussão em mesas-redondas, seminários, etc., porém pouco tem sido feito no sentido de solucioná-lo. A idade de 0 a 6 anos é mais vulnerável às boas e más influências; é a etapa de formação da personalidade e do caráter, sendo a mais adequada para a educação e a profilaxia da deficiência física e mental. As crianças pertencentes às famílias pobres, que vivem em microambientes onde praticamente não há saneamento básico e onde predominam a desnutrição, a infecção, a promiscuidade e a deficiência de estímulos sensoriais, intelectuais e afetivos, têm quase sempre, um destino sombrio; a maior parte morre antes dos 5 anos de idade; outras, talvez paradoxalmente as mais bem dotadas geneticamente, as mais resistentes, ativas e hábeis, sobrevivem graças a um mecanismo de seleção natural, mas têm a rua como escola e sofrem a influência de delinqüentes que as encaminham para a criminalidade infanto-juvenil; são*

> *recolhidas em reformatórios, casas de correção, juizados de menores, onde se tenta reeducá-las e reajustá-las, o que é muito difícil, mesmo porque a metodologia utilizada nem sempre é a melhor. Outras, pertencentes a famílias menos pobres, chegam à idade escolar, mas como são portadoras de deficiência física e mental não conseguem aprender. Grande é o número de repetentes e desistentes da escola nas camadas de menor nível sócio-econômico; em diversos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento tem-se observado que 80% ou mais das crianças que iniciam o curso primário não o terminam. Isto as incapacitam a lutar pela vida ao lado dos bem dotados física e mentalmente; o resultado é a marginalização. (*DIÁRIO DE PARNAMBUCO, 02 nov. 1975, p. 3, Caderno Recife*).*

A marginalização já era um fato do qual Julia Marquezim Enone, quando professora de uma escola da periferia do Recife, tinha conhecimento. O que Nelson Chaves descobre através de seus estudos como uma possível fatalidade que se quer naturalizar entre as crianças e adolescentes das classes subalternas, a personagem descobre por experiência e se converte numa das marcas de sua vida para que ela sempre traga a sua memória e para que um dia possa celebrar aos outros para a omissão não virar uma forma natural de conduta e atitude entre os indivíduos.

> *Falo, principalmente, das duas funções que exerceu depois que saí, pela segunda vez, do Hospital de Alienados: durante um ano e meses, entre 1961 e 1962, mestra de uma escola primária no Alto José do Pinho, onde alunos de dez anos apareciam armados de faca; funcionária, por concurso, do Instituto Nacional de Previdência Social, sendo demitida com cinco anos de serviço, em meados de 67, por abandono de cargo, após uma carreira irregular, com faltas sucessivas. (*LINS, 1976, p. 188*)*

Para Julia Marqeuzim Enone a omissão a ninguém é permitido usufruir. Ela é própria daqueles *que até hoje venceram* [e] *participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chã.* Compartilhar com a omissão significaria produzir uma empatia com o vencedor e a *empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores*.

(BENJAMIN, 1987, p. 225). Julia Marquezim Enone rejeita a omissão e a empatia e ao mesmo tempo delega a si e aos seus a tarefa da transgressão, da insurgência e de fazer alguma coisa ante não fazer nada e se prostrar perante o mundo como expectador e conveniente com os rumos do cortejo dos dominadores. Nada para ela serve subterfúgio para outra coisa não fazer, por isso ela coloca no corpo, na boca, no espírito e na vida de um personagem do seu romance, Maria de França, a *luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais*. (BENJAMIN, 1987, p. 223).

> *Não é aqui o lugar onde tentarei analisar a inquietação, a necessidade de indagar (mas indagar o quê?) que em mim provoca certo personagem, Rônfilo Rivaldo, surgido no capítulo III e conhecido no bairro como Espanador-da-Lua: é alto e magro. Flutuando entre a ação social, o espiritismo, a superstição franca e o protestantismo, diz ter um guia do astral, Alberto Magno de Titivila, "arcebispo, inquisidor, cigano e mártir"; não obstante a orientação arquiepiscopal, deixa crescer a unha do dedo mínimo para cortar o azar e sabe de cor inúmeros hinos evangelistas. Ensina Maria de França a cantá-los e matricula-a na escola gratuita que fundou e orienta, apesar de analfabeto e pobre, com obrigações familiares. (LINS, 1976, p. 16)*

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974.

Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira 2001. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2001. (Ano-base 1957-2000).

BAER, Werner, Crescimento Brasileiro e a experiência do desenvolvimento: 1964-1975, *in* ROETT, Riordan (org.). *O Brasil na década de 70*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. I)

CONDEPE. *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*. Recife: CONDEPE, 1974.

CONDEPE. *Súmula de Dados Estatísticos da RMR*, Recife: CONDEPE, 1974. (v. II)

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Diários Associados, jan. 1969 a mar. 1978.

FINLEY, M. I. *O mundo de Ulisses*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988. (Biblioteca de Textos Universitários, 1)

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil:* séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual., v. 2, v. 3. Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IAB-PE/CEP. *CICLO de Debates:* Política Urbana, Planejamento e Democracia. Recife: IAB-PE/CEP, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* – 1977, Rio de Janeiro: IBGE, 1978. (v. 2, t. 13.)

Instituto Brasileiro de Siderurgia e Associações Brasileiras dos Produtores de Ferro-Ligas. Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. (v. 2)

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LINS, Osman. *A rainha dos cárceres da Grécia*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1976.

Proposta Curricular Ensino – 2º Grau. Recife: Secretária de Educação e Cultura de Pernambuco, 1976. (v. III – Estudos Sociais)

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil:* mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira, A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984, *in* LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. ver. atual. São Paulo: Editora Campus, 1990.

O trabalho penal na Casa de Correção de Porto Alegre (1855-1921)

Tiago da Silva Cesar
Ivone Szczepaniak

Introdução

A burguesia triunfante do século XIX lançou mão de uma miríade de instituições disciplinares e de controle social para formar um novo modelo societário pautado em seus princípios e valores. Não é preciso uma longa introdução para chegar à constatação de que não foi antes de sua arribada ao poder e com a implosão da sociedade do Antigo Regime que se pode colocar a *liberdade* como um dos novos pilares e, por sua vez, sua privação, como uma forma legítima de punição.

A sociedade burguesa se encarregou, portanto, de estabelecer um inovador modelo punitivo por meio de códigos criminais que, além de procurar defender a pessoa física e a propriedade privada, impusesse ainda práticas penais – como o trabalho penal – que assegurassem mudanças comportamentais muito caras ao seu *corpus ideológico*. Sem ter que ir mais longe, basta lembrar de que nosso primeiro código imperial de 1830

contemplou a pena de prisão com *trabalho*[1] para uma grande variedade de crimes e delitos, reforçando a ideia, senão consensual, mas ao menos muito compartilhada então, acerca de seu importante papel como agente moralizador e de regeneração social.

Filha de seu tempo, essa pena se instaura, não obstante, antes mesmo de se ter locais físicos idôneos para o seu cumprimento. Contudo, o interessante a ser observado aqui é o fato de que, enquanto as elites de vários países europeus ficaram discutindo ainda por muito tempo seus projetos penitenciários nos salões e em certos círculos ilustrados, as nossas levaram prontamente ao terreno legislativo e logo ao executivo para a materialização daquelas ideias em pedra e cal. Primeiramente no Rio de Janeiro e São Paulo, e à continuação, e de forma simultânea, nas principais capitais provinciais do Império.

A Casa de Correção de Porto Alegre durante o Império

Para o caso sulino, documentalmente falando, a primeira menção concreta respeito à criação de oficinas no recinto carcerário, a encontramos na discussão do próprio projeto que viria resultar na Lei n.º 2 de 27 de junho de 1835, a qual mandava estabelecer duas Casas de Correção, uma no município de São Francisco de Paula (Pelotas) e outra em Porto Alegre.[2] Na sessão do dia 30 de maio de 1835 se discutiu os pontos orçamentários necessários para a continuação das obras do estabelecimento de São Francisco, então em andamento, a fim de nele se poder acomodar 10 oficinas entre as de marceneiro, alfaiate, sapateiro e outros ofícios que a Câmara Municipal bem entendesse e achasse conveniente. No projeto original, pelo que se depreende da referida discussão, a ideia era estabelecer uma

1. Conforme o artigo 46 do Código Criminal: "A pena de trabalho obrigará aos réos a occuparem-se diariamente no trabalho que lhes fôr destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das Sentenças e dos Regulamentos policiaes das mesmas prisões". Segundo observação complementária, dita pena "deve começar a contar-se, nos lugares onde houver casa de correção, depois que a ella fôr effectivamente recolhido o condemnado" (CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRASIL, 1857, p. 24).

2. Tanto a lei, como o regulamento da Casa de Correção de 1857, foram consultados no E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001.

Casa de Correção não só nas duas localidades mencionadas, mas também em Alegrete, surgindo até mesmo uma contraproposta para em lugar desta última, se optasse por Caçapava.[3]

Estes dados não são meramente informativos, fruto do gosto pelos detalhes, pois revelam a absorção e a amplitude do pensamento reformista entre as elites políticas do período, que, apesar de pouco factíveis para a época, nem por isso deixam de ser relevantes para a análise histórica. Sabe-se que na futura Pelotas não se pôs em marcha as ditas oficinas durante os primeiros anos de funcionamento (AL-ALAM, 2007, p. 60), e nada leva a crer que este estado tenha mudado ao longo do período imperial (AL-ALAM, 2013).

Quanto ao estabelecimento porto-alegrense, mesmo não tendo sido observado em sua construção o *riscado* dos planos originais, como igualmente o reconheceram alguns governantes, o certo é que suas dimensões e atribuições não deixavam dúvidas quanto às características modernas do estabelecimento, fazendo jus à denominação *Casa de Correção*. A obra que em 1850 já se encontrava com os alicerces avançados (BUENO, 1850, p. 52), acabou ainda se arrastando por longos anos, vindo a ser inaugurada apenas em 28 de fevereiro de 1855, quando 195 presos que "enchião o porão do quartel do batalhão 13" (SINIMBU, 1855, p. 13), foram trasladados para o prédio novo, todavia inacabado.

Não obstante, e apesar de descrito com adjetivos como "espaçoso, arejado, e seguro", não foi possível adaptá-lo, inicialmente, para dar cabida ao "systema Penitenciario" que, em palavras de Sinimbu, "foi sempre minha intenção ensaial-o em parte, ao menos estabelecendo n'elle algumas officinas de trabalho, com que podesse fornecer ao Arsenal de Guerra objectos de sapateiro, alfaiate, e trançadores". E concluía seu pensamento afirmando

3 Memorial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Ata de 1835-1836, Sessão de 30 de Maio de 1835, p. 47. No termo de abertura lemos: "Este livro he o primeiro que ha de servir para o lançamento das Actas das sessões da Assembléa Legislativa desta Provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul; vai numerado singelamente, e rubricado com o Appelido [ilegível] de que uzo, e leva no fim o termo de enserramento. Porto Alegre 20 de Abril de 1835. [firma] Presid.te da Assemblea".

que "assim não sómente se preencheria uma das condições do nosso systema penal, como se alliviaria o cofre Provincial da avultada despeza, que faz com alimento e vestuario de tantos homens inuteis" (SINIMBU, 1855, p. 13).

Em virtude da clareza das palavras do governante, não nos é difícil localizar onde recaía o interesse manifestado. Apesar de demonstrar preocupação pela falta de espaços acordes para o cumprimento da pena de prisão com trabalho, conforme estipulava o artigo 46 do Código Criminal, por outro lado, seja por convencimento ou para convencer, certo é que enfatiza o hipotético retorno lucrativo do empreendimento e não o contrário. Repare-se que na fala nem sequer se faz referência aos supostos benefícios disciplinares e moralizadores da pena sobre os reclusos.

Houve que se esperar ao sucessor de Sinimbu, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, para que os fins disciplinares fossem melhores casados à justificação econômica do projeto. Com efeito, Bello foi o responsável pela organização e abertura das primeiras oficinas do correcional sulino, nomeando para isso a dois empregados, um responsável pelo depósito provincial e um amanuense (BELLO, 1855, p. 1-6). Embora não nos seja possível aprofundar nas diferenças de pensamento entre os dois presidentes em questão, vale ao menos lembrar que ambos eram nascidos em Porto Alegre e formados em direito, o primeiro na Alemanha e o segundo em São Paulo. Sinimbu era liberal e teve sua trajetória política fora do Rio Grande do Sul, enquanto Bello, conservador, havia ocupado cargos de desembargador e deputado na capital da província sulina, onde viria a falecer. Em seu relatório se encontra a seguinte passagem dentre as mais ilustrativas sobre o assunto no período:

> *Sou o primeiro a reconhecer que não é completo esse trabalho, por ter sido subordinado à pouca propriedade do edifício, e à necessidade de combinar a administração especial das officinas com a administração geral da cadêa. Mas nelle se achão ao menos estabelecidas as regras principaes, e attendidas as primeiras conveniências do regimen das casas de correção; e se*

> *fôr bem executado, não deixará de preencher as vistas, unicas, que o produzirão, de moralizar os condenados por meio do trabalho; de prover ao futuro de indivíduos, que se hoje são réos por haverem infringido as leis, e offendido os direitos sociaes de seus concidadãos, amanhã poderão ser membros uteis da sociedade, e de aliviar em fim os cofres provinciaes de parte ao menos, senão de todas as despesas que ora fazem com as cadêas da província, abrindo-lhes uma fonte de renda, que se a principio não poderá deixar de ser exigua, será consideravel para o futuro (*BELLO, 1855, p. 38*).*

Não restam dúvidas de que moralizar e tornar os indivíduos úteis à sociedade eram objetivos perseguidos com a introdução das oficinas no recinto penal, destinadas, conforme o *Regulamento de 1855*, a todos aqueles sentenciados a penas com trabalho, não importando o tempo da condena, mas também a homens e mulheres condenados pelas autoridades policiais, a escravos (quando não reclamados pelos donos no prazo de seis meses), a mendigos e vadios nas formas da lei, incluindo condenados à prisão simples, se assim o desejassem (BELLO, 1855, p. 3-4).

Repare-se no público alvo dessa penalidade: além dos propriamente sentenciados, se visava homens e mulheres enquadrados pela polícia, certamente pobres, escravos, mendigos e vadios, incluindo presos condenados apenas à prisão simples. Em suma, gente dos estratos mais populares da sociedade gaúcha, a quem se devia estender um controle e uma transformação de hábitos e costumes.

Assim, à retirada de circulação de populares molestos, à emenda pelo trabalho, ao uso de braços onerosos para fazer frente não só aos gastos da Correção, mas também às despesas de toda a rede carcerária da província, a tudo isso parece completar-se tal como a cereja do bolo, com a inserção de valores e práticas burguesas através da constituição de um pecúlio por meio da poupança forçada.[4] Poupança, por certo, requerida ao Presidente

4. Para uma análise mais detida relativo ao articulado do já citado *Regulamento das Oficinas da Cadeia Civil* (1855), ver: MOREIRA, 2009, p. 137-138.

da Província em 8 de janeiro de 1863 pelo preso Manoel Fernandes, ex-praça do 8º Batalhão de Caçadores, que provou ter trabalhado nove meses de Oficial de Alfaiate na "extincta casa de correcção ou d' officina, que na mencionada cadêa foi aberta em 1855". Segundo Manoel, seu "limitado selario era depositado no cofre da Nação duzentos réis diários, para lhe ser entregue com as formalidades da lei; e até hoje o supp.e se acha no desembolso".[5]

Ao fim e ao cabo não deixa de ser interessante o paradoxo: o trabalho sendo apresentado como algo positivo numa sociedade escravista. Mas lembre-se que tal idealização não estava à contracorrente do pensamento liberal burguês vigente, onde "ser hombre es idéntico a ser trabajador", de maneira que "negar al preso el derecho al trabajo es negarle su esencia humana… algo incompatible con el humanismo de la sociedad burguesa" (MIRANDA, 1989, p. 137).

Em pleno regime escravagista, não seria desconhecido às classes políticas e abastadas que laborar com as mãos, dava tudo menos dignificação aos homens e muito menos aos "bons". Mas bem mirado, se perceberá que não era precisamente essa classe de indivíduos que desembocava recorrentemente na Correção, mas sim um bem sortido e nutrido número de homens, principalmente, que conheciam profundamente o mundo do trabalho extenuante e braçal, já fosse em fazendas, campos, charqueadas, olarias, em trabalhos marítimos ou em diferentes ofícios realizados mais propriamente na cidade, sem falar de ex-policiais e militares, também oriundos majoritariamente das mesmas camadas subalternas (MOREIRA, 2009, p. 58-70). Esses indivíduos é que se tinha, inequivocamente, em mente.

5. Desejando receber o pecúlio que lhe cabia, ante a possibilidade de ser remetido para "alguma Fortaleza da Corte do Imperio em qualidade de ex-praça do Exercito", Manoel propôs inclusive que lhe pagassem em "pequenas quantias" os doze mil oitocentos quarenta e dois réis acumulados no tempo das oficinas. Pois sendo preso pobre, o que lhe interessava era dispor o antes possível do dinheiro para "suas primeiras necessidades na cadêa em que se acha". Não obstante, em despacho exarado no mesmo requerimento, sabemos que o solicitado não lhe fora concedido "visto não haver resolução acerca de remoção de que trata". AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 105. Segundo o artigo 24 do regulamento das oficinas de 18 de agosto de 1855, devia-se fazer a entrega do pecúlio apenas quando o preso fosse posto em liberdade.

A adequação resultante em nosso caso, que à primeira vista poderia parecer excludente, acabava constituindo um tipo particular de arranjo que refletia claramente um dos "dilemas" tupiniquins à época, utilizando a cara expressão do antropólogo Roberto DaMatta (1979), ao conjugar, por um lado, valores e práticas hierárquicas da sociedade escravista brasileira, com os novos valores e práticas liberais, por outro.

Não adentraremos em discussões mais profundas sobre o trabalho coercitivo, porém assalariado das cadeias, mas se deve dizer que há atualmente uma discussão acerca da ideia do trabalho manual ser depreciativo. Em linhas gerais, pode-se afirmar, em nosso caso, que depreciativo era desde o ponto de vista institucional, mas não socialmente, pois cabe lembrar que a estrutura social, mesmo colonial, não era completamente rígida e tinha que aceitar certas maleabilidades, considerando as estratégias de mobilidade social e as realidades locais. De forma que, em última instância, o depreciativo era o trabalho para outro, não o assalariado.[6]

Mas qual era a situação carcerária por volta de 1855? Segundo o mesmo governante, havia por então 200 presos sentenciados a diversas penas, sendo a maior parte "condemnados à prisão com trabalho". Uma população penal que vivia "em completa ociosidade, sobrecarregando os cofres provinciaes com uma despeza de cerca de 20:000$000 rs. annuaes com o seu sustento, e vestuario" (BELLO, 1855, p. 37).

Corroborando o que já vimos advertindo, foi então a possibilidade de economia dos cofres públicos que fez subir o fiel da balança em favor da abertura de nove distintas oficinas: alfaiates, sapateiros, correeiros, carpinteiros, tamanqueiros, trançadores, tanoeiros, marceneiros e costureiras. Agora, não é difícil dar-se conta que algo não fechava com o diagnóstico apresentado pelo presidente Luiz Bello. O cômputo de presos-trabalhadores alcançava escassos 55 dos 200 mencionados, ou seja, apenas 27,5% da população carcerária referida (BELLO, 1855, p. 38). E isso que se afirmou que a maioria deles eram sentenciados a penas com trabalho.

6. Sobre essas questões historiográficas que diminuem a questão da depreciação do trabalho manual, ver: GUEDES, 2008.

Por esse motivo, talvez não seja de estranhar que o seu sucessor, o Barão de Muritiba, valendo-se de suas prerrogativas, ordenasse o fechamento das respectivas oficinas. De fato, o ato acabou sendo justificado em virtude do baixo número de presos condenados "a trabalhos", que por então não excedia 43, ao qual também se tinha que somar o irrisório rendimento do "produto" das manufaturas que não "fazia face à maior parte das despezas". E, por último, estava o edifício que "não se presta ao systema, ao menos em quanto não fôr concluído no seu todo" (MURITIBA, 1856, p. 37).

O efêmero funcionamento das oficinas demonstra assim onde estava realmente assentado o interesse correcional dos reclusos, durante o período imperial. Desprovida de uma contrapartida que tornasse a empresa ao menos auto-sustentável, não tardou para que fosse considerada inviável pelo investimento que acarretava, ainda mais quando havia todo um arquipélago carcerário que criar ou melhorar na província de São Pedro.[7]

Todavia, se deve dizer que, embora não tenha caído no esquecimento por parte de alguns governantes, o certo foi que, deste então, as oficinas tiveram que esperar tempos mais propícios para a sua reefetivação, como no caso de João Sertório, que, assombrado ante a "aglomeração do crescido numero de presos" e a "excessiva despeza que com sua alimentação e vestuario" ocasionava ao cofre provincial, expressou em meados de 1870 a conveniência de se "restabelecer [...] o systêma penitenciario adoptado por nossas leis penaes" (SERTORIO, 1870, p. 41). Repare-se em sua proposição que não se faz nenhum tipo de menção a uma possível instrumentalização "corretiva"; pelo contrário, a potencial autofinanciação parece ser o único fim.

7. Na Casa de Detenção de Recife, segundo Albuquerque Neto, as oficinas de ferreiro, carpinteiro e sapateiro só funcionaram durante sete anos (1862-1869), sendo posteriormente desativadas "devido às dificuldades na sua manutenção, à falta de investimento e de regulamentação pelo governo provincial e à má gestão de Rufino de Almeida – idealizador das oficinas – acusado de exploração, em seu benefício, da mão-de-obra dos presos". Resumo, VII Colóquio de História da UNICAP, 2013. Durante a apresentação do trabalho intitulado "A implementação do trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1889)", no seminário temático nº 6 sobre as Instituições Punitivas e Disciplinares, o pesquisador também respondeu ter pesado mais o afã econômico depositado nas oficinas da instituição que no propósito estritamente correcional. Comunicação realizada no dia 12/11/2013.

É importante lembrar que a ideia de lucro e autofinanciação não era exclusividade dos governantes sulinos, nem mesmo do sistema penitenciário brasileiro. Como diria Santos (1999, p. 308) sobre a situação carcerária discutida pelos governantes lusitanos a meados do XIX:

> *A organização do trabalho tornara-se de uma premente necessidade, não só como veículo de moralização, há tantos anos defendido, mas também como forma de proporcionar aos presos meios de sustento, para si e suas famílias, de quem frequentemente eram o único sustentáculo enconómico. Simultaneamente, utilizar o trabalho do preso também em proveito do Estado permitiria equilibrar as despesas anuais da prisão.*

No Ceará, das oficinas ao uso da mão de obra presidiária em trabalhos públicos, o que realmente estava em jogo, a finais do mesmo século, não era "sua regeneração moral, como [se pregava] em alguns discursos de anos anteriores, mas simplesmente [a] economia propiciada aos cofres públicos" (MARIZ, 2004, p. 58). Analisando o trabalho penal na Casa de Correção de São Paulo através da mesma tipologia documental, Gonçalves concluiu igualmente que "a perspectiva financeira transparecia na maior parte dos relatórios" (2013, p. 94). E, segundo pesquisas acerca do trabalho realizado nas oficinas da Casa de Correção da Corte, nem mesmo o Ministério de Justiça abria mão de com ele se lograr dois fins a um só tempo: conceder um meio de sobrevivência honesto aos presos e indenizar o Estado em pelo menos parte dos gastos, ou, em palavras de Sant'Anna (2009, p. 300): "um dos objetivos do governo imperial com o trabalho nas oficinas da prisão era gerar rendas que, no mínimo, custeassem o estabelecimento".

Com efeito, quando tal interesse não se cumpria, não se deve estranhar que muitas oficinas fechassem ou, como no caso da Casa de Correção rio-grandense, nem chegassem a ser implementadas. Em um processo de 1880, Moreira (2009, p. 144) comenta ter encontrado referências a uma "oficina de carpinteiro", porém não podemos afirmar com certeza se a mesma era, de fato, fruto de medidas verticais, demonstrando com isso interesse estatal, ou, pelo contrário, se tratasse de uma iniciativa dos

próprios presos, amparados pelas autoridades, visto que nada se registra ao respeito nos relatórios provinciais. E tanto é assim que, em sua fala de 1883, José Antonio de Souza Lima ainda vislumbrava a criação de duas ou três oficinas num "futuro próximo" (LIMA, 1883, p. 42).

E, em 1886, encontramos Henrique Pereira de Lucena dizendo em sua fala da necessidade de "terminar a outra metade do edificio projectado, respeitando o projecto quanto as suas dimensões principaes, e corrigindo-o de modo a realisar-se o estabelecimento de boas condições hygienicas, de moralidade e de trabalho, pela creação de officinas [...]" (LUCENA, 1886, p. 161). Por fim, no relatório de Bento Luiz de Oliveira Lisboa, se anexa uma prestação de contas do diretor da Repartição das Obras Públicas Provinciais, onde este funcionário comenta que na parte da cadeia concluída com a partida de 49:088$974, havia sido ordenado pelo antecessor de Lisboa que se levasse a cabo novas obras e que se "fizesse com a 'máxima urgência' officinas [...]" (LISBOA, 1887, p. 55).

A Casa de Correção de Porto Alegre durante a República Velha

Com a passagem do Império para a República, a ordem do dia passou a ser a recomposição e reordenação do Estado. Para uma ruptura com a herança imperial, se fazia necessário promover a modernização dos antigos modelos institucionais, incluindo reformas administrativas sempre que indispensáveis para moldar a sociedade à nova cultura política do país. No caso do Rio Grande do Sul, onde era inegável a influência positivista, "ordenar para progredir" tornou-se a pedra de toque do governo, principalmente a partir de 1895, quando Júlio de Castilhos assume o poder.

Já em 1896, Borges de Medeiros, então Chefe de Polícia, propôs uma reforma nos regulamentos da então Cadeia Civil de Porto Alegre. A partir da aprovação da nova legislação, o nome da instituição também mudaria, pois ainda que a Lei nº 2 de 27 de junho de 1835 estipulasse a criação de *Casas de Correção* em São Francisco de Paula e Porto Alegre, é apenas agora que a prisão modelo rio-grandense passaria, finalmente, a

ser reconhecida e chamada por tal denominação. O processo de mudança teve início em 29 de fevereiro de 1896, quando Júlio de Castilhos aprovou o Ato n.º 24.[8] Baseado no projeto elaborado pelo advogado Germano Hasslocher, o referido regulamento, ainda provisório, determinava que o estabelecimento passasse a se chamar Casa de Correção de Porto Alegre.[9]

O novo regulamento contava com mais de 210 artigos, os quais, buscando sanar falhas deixadas pelo anterior, trataram de ampliar o quadro de funcionários e regrar pontos que não haviam sido citados ou bem definidos, como, por exemplo, os processos burocráticos de recepção e ingresso do condenado, quais seriam os direitos e obrigações dos presos, as normas para as visitas, as recompensas e castigos em função do comportamento, a criação de uma biblioteca, a ampliação do quadro de oficinas, assim como os tipos de trabalhos a serem nelas executados, etc. No âmbito funcional-administrativo, a Casa de Correção também passaria por modificações importantes, acaso cumpridos à risca todas as disposições do articulado, começando pela nomeação de um administrador, um escriturário e um médico, sem olvidar dos guardas para a vigilância interna.[10]

Além da nomeação de um cargo específico de *administrador*, o qual ficaria imediatamente subordinado ao Chefe de Polícia, se percebe claramente como as responsabilidades da máxima autoridade na prisão, digam-se de passagem, sempre complexas e não sempre reconhecidas pelo Estado, haviam ainda aumentado exponencialmente durante a virada do século, sobretudo com a inflação da população penal e com a implementação das políticas carcerárias positivistas. Se durante o período imperial os carcereiros buscaram manter um certo equilíbrio muitas vezes negociado de ordem e controle no recinto penal, ao administrador republicano, segundo as disposições legais, lhe caberia um importante papel na questão disciplinar dos encarcerados.

8. AHRS, Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1896. Porto Alegre: Oficinas gráficas d`A Federação, 1926: 317/344. L-627.

9. AHRS, SIE 03-003, 1895.

10. Artigo 6º do regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

O administrador havia de interagir positivamente, realizando visitas diárias em suas células, observando seu procedimento e índole, e, dentro do possível, atendê-los em suas reclamações, buscando harmonizá-las, aconselhando-os e fazendo reflexões que lhes fortificassem o ânimo, a fim de que suportassem resignados à sua situação e se dispusessem à regeneração. Nesse sentido, não deve estranhar a permanência da antiga determinação de o carcereiro/administrador ter que estabelecer moradia no recinto prisional, do qual, conforme o regulamento atual, não poderia ausentar-se por mais de seis horas, sem prévia licença.[11]

Não obstante, a regulamentação da Casa de Correção de Porto Alegre só veio finalmente a se oficializar com o Decreto n.º 2.012, de 22 de agosto de 1913, durante o governo do então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros.[12] Depois de ter servido *provisoriamente* por mais de dezessete anos, o seu sucessor composto por 208 artigos, sem apresentar grandes mudanças, apenas atualizou o quadro funcional do estabelecimento correcional rio-grandense, dentre outras melhorias em relação ao regulamento anterior. Contava então a maior e mais importante prisão gaúcha, além do administrador, com 1 médico, 10 guardas, 2 escriturários, 1 ajudante do administrador, 1 guarda-livros, 1 almoxarife, 1 farmacêutico, 2 guardas mandantes, 3 cocheiros, os mestres necessários para as oficinas e 1 professor.

Não nos foi possível verificar precisamente quando foram criadas e postas em funcionamento as primeiras oficinas da Casa de Correção do período republicano. No regulamento de 1896 (o chamado provisório), figuravam apenas quatro tipos, a saber: sapateiros, carpinteiros, canteiro e chapelaria.[13] Todos os detalhes de ampliação e funcionamento das oficinas passaram a ser igualmente regulamentados, assim como o custeamento e o produto dos trabalhos, obrigações dos presos, etc.

11 Artigos 12-19 do regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

12 AHRS, Decreto nº 2012, 22/08/1913, L-653.

13 Artigo 61 do regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

Antes, porém, de passarmos ao estudo pormenorizado de seu articulado, vale a pena realizar algumas considerações sobre a fonte utilizada. Para começar, qualquer conjunto de leis ou normas, para um entendimento mais dinâmico do comportamento humano, deve ser lido a contrapelo. Isto significa ter como premissa básica, que o estabelecimento de proibições fala mais do que se fazia cotidianamente, do que realmente se cumpria. Nesse sentido, os regulamentos penitenciários podem ser vistos como peças privilegiadas para analisar, por exemplo, os valores que se buscavam infundir na população carcerária. A manipulação consciente de valores caros às elites governantes, por meio de objetos, gestos e comportamentos, acaba por deixar visível a que tipo de gente se dirigia, assim como o lugar que lhes reservava.

Como um autêntico livro de etiquetas do portar-se em sociedade e saber o seu lugar, o regulamento de 1896 estipulava que nas oficinas o preso devia guardar o mais profundo silêncio, polidez e disciplina. Chega inclusive a ser gracioso pensar em homens e mulheres oriundos em sua grande maioria das camadas mais populares da sociedade sulina, falando e se comportando numa oficina de cadeia, como se de fato estivessem num salão de um clube de abastados, onde o ruído mais perturbador fosse o das taças de champanhe.

> *Artigo 46 - Todo o preso que sem causa valiosa furtar-se ao trabalho, será posto a pão e água por três dias, sem prejuízo de outra pena em que houver incorrido.*
>
> *Artigo 62 - Todo o condenado, findo o tempo de reclusão é obrigado a trabalhar enquanto durar a sua condenação.*
>
> *Artigo 64 - Na falta de condenado capaz de ser mestre de oficina, o administrador poderá contratar pessoa idônea para ensinar o ofício.*
>
> *Artigo 66 - O trabalho se executará debaixo do mais rigoroso silêncio, apenas falando-se o necessário para a transmissão de ordens e consultas indispensáveis.*

> *Artigo 83 - Durante o trabalho só poderão os presos falar com os fins designados no artigo 66.*
>
> *1º - Para isso, os que aprenderem algum ofício, aproximando-se do mestre far-lhe-ão o pedido à meia voz.*
>
> *2º - Os outros pedirão licença ao guarda mais próximo, e este chamará o mestre, a quem então os presos farão o seu pedido, respeitosamente e em voz baixa.*
>
> *3º - Enquanto um preso estiver falando com o mestre, não pode outro interrompê-lo.*
>
> *4º - Nas passagens das oficinas para os outros lugares ou destes para aquelas, devem os presos guardar completo silêncio.*[14]

Trabalhar e fazê-lo em silêncio, falar unicamente o necessário, ter modais ao pedir licença, mostrar polidez ao não interromper a conversação de seus superiores e indicar com o tom de voz o seu lugar na hierarquia da prisão, tudo isso demonstra, mais que nada, as ganas das classes dirigentes em promover o que Elias (1939) chamou de processo civilizador, buscando transformar a sociedade à sua imagem e semelhança. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de uma aprendizagem cívica muito real e dolorosa, mas certamente nunca exatamente como gostariam seus idealizadores, já que uma falsa submissão, por trazer à baila um único exemplo, costuma(va) ser a forma mais recorrente de resistência por parte dos mais miseráveis.

Quanto ao produto líquido do trabalho realizado nas oficinas, se estabeleceu uma divisão em cinco partes: duas destinadas aos presos e depositadas em seu nome na Caixa Econômica; outras duas para o Estado; e uma quinta para pagar as custas do processo e quaisquer multas que tivessem sido atribuídas ao condenado. No caso de não haver multa nem custas a pagar, a quinta parte seria dividida entre o condenado e o Estado.[15] Ficava ainda estipulado que o condenado não receberia seu pecúlio até sua

14. Regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).
15. Artigo 100 do regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

soltura, mas poderia dispor de até metade dele para atender as necessidades de sua família.[16]

Tudo indica, de ser verdade o recolhido no articulado referido aos horários de trabalho nas oficinas, que as jornadas laborais eram intensas e extenuantes, somando cerca de 12 horas diárias. Verifica-se um controle metódico do tempo, ele *per se* é a medida e o regulador do ritmo das atividades, desde o toque de despertar, até o recolher-se às celas. A continuação se poderá observar como se distribuía e se ocupava o dia do encarcerado:

> *Artigo 74 - O trabalho começará de manhã em todas as oficinas, meia hora depois do toque de despertar.*
>
> *Suspender-se-á à hora do almoço e a de jantar e cessará ao toque de ceia.*
>
> *Artigo 75 - O toque de despertar terá lugar nos três meses do verão de novembro, dezembro e janeiro, às cinco da manhã.*
>
> *Nos três meses do inverno de maio, junho e julho, às 6 horas.*
>
> *Nos outros meses, fevereiro, março, abril, agosto, setembro e outubro, às cinco e meia.*
>
> *Ao toque da chamada seguirão os presos para o trabalho.*
>
> *Artigo 76 - O toque de ceia terá lugar, nos três meses de verão, às seis horas da tarde, nos três meses de inverno às cinco; e nos demais às cinco e meia.*
>
> *Artigo 77 - Introduzidos nas oficinas, à voz do respectivo mestre, tomarão os lugares que lhes forem designados, e daí só poderão sair aos toques de que tratam os artigos subseqüentes.*
>
> *Artigo 78 - Ao toque de almoço deixarão o trabalho e os guardas os conduzirão das oficinas para as células, onde terá lugar a refeição.*
>
> *Findo o almoço, a novo toque, regressarão às oficinas.*

16. Artigo 101 do regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

> *Artigo 79 - Ao toque de jantar são de novo levados pelos guardas às respectivas células, onde depois da refeição, repousarão; voltando à hora competente, anunciadas por outro toque, às oficinas.*[17]

Em 1898, o Chefe de Polícia Cherubim Febeliano da Costa, em relatório ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Abbott, elogiava as reformas que estavam ocorrendo na Casa de Correção de Porto Alegre desde o regulamento de 1896. Tratando da produção das oficinas, salientou como ponto positivo, mais que o ganho que os próprios condenados tinham com ela, a economia que o lucro dos produtos reportava aos cofres do Estado e no tocante aos investimentos na instituição.[18]

Entretanto, observa-se que, embora tenha aumentado o número de oficinas (como se verá mais adiante), trabalhadores, produtos e lucros, não se documenta, por outra parte, investimentos na prisão. Os relatórios apresentados anualmente pelos responsáveis da Casa de Correção trazem contínuas solicitações de verbas para reparos no prédio, o qual permaneceu inacabado e com problemas de insalubridade durante toda a sua existência.[19]

A especialização das oficinas tornou-se evidente já no ano de 1901, quando uma exposição estadual conferiu vários prêmios às manufaturas produzidas na Casa de Correção.[20] Foi dada uma medalha de prata para os trabalhos de marcenaria, outra de bronze para os de ferraria, e uma menção honrosa aos de chapéus e vassouras de palha, sapataria, objetos em chifre e fotografias que retratavam vistas do edifício desde vários pontos da cidade.

Pode ser que ante o bom resultado e destaque do trabalho realizado pelos presos na exposição estadual tenha contribuído para a duplicação

17. Regulamento de 1896 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

18. AHRS, SIE 03-006, 1898.

19. Sobre alguns consertos realizados pelos presos, entre outras melhorias exigidas em: AHRS, SIE 03-004, 1897. Problemas com a iluminação e canalização de gás em: AHRS, SIE 03-006, 1898. Sobre a necessidade de ampliação das celas e oficinas em: AHRS, SIE 03-013, 1904.

20 AHRS, SIE 03-010, 1901.

do seu número. Conforme o regulamento de 1913, suprimidas as oficinas de canteiro e chapelaria, às demais preexistentes se somaram as de artes gráficas, serralharia, marcenaria, alfaiataria (onde homens em mulheres trabalhariam separadamente), de telas de arame, mosaicos, e uma padaria.[21]

O texto regulador dizia que "haverá as seguintes oficinas", mas ante a falta de provas documentais, temos que ser cautelosos em afirmar que todas realmente acabaram ganhando pavilhões e orçamentos próprios. Em todo caso, sabemos pelo administrador Frederico Ortiz, em relatório apresentado no ano de 1914, que o regulamento aprovado em 1913 havia dado uma feição mais moderna aos trabalhos em conformidade aos preceitos pensados para a Casa de Correção.[22] De fato, a criação de novas oficinas continuou e, em 1915, além das citadas, surgiram as de tanoaria, espelhação, gravuras, e uma usina elétrica, responsável pelo fornecimento de energia elétrica ao Quartel Geral da Brigada, 1º Batalhão da mesma milícia e Chefatura de Polícia.[23]

Algumas oficinas se destacaram nos anos seguintes, como o caso da padaria da Casa de Correção que, em 1919, durante uma greve de padeiros na Capital, acabou suprindo as necessidades da população por cerca de 6 dias. Tenha-se ainda em conta que o fornecimento de pão já era feito regularmente ao Colégio Militar e a grandes hospitais, além do consumo interno.[24]

Por outra parte, a oficina de marcenaria também vinha apresentando crescimento e especialização, sendo a responsável por várias encomendas do Governo do Estado. No ano de 1915, já haviam elaborado carteiras no estilo das norte-americanas para as escolas públicas.[25] E, em 1919, lhe fora destinada a tarefa de confeccionar novos móveis destinados ao Palácio do Governo.[26]

21. Artigo 46 do regulamento de 1913 (E-Book do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, Anais de 4-6 de out. de 2001).

22 AHRS, SIE 03-023, 1914.

23 AHRS, SIE 03-025, 1915.

24 AHRS, SIE 03-031, 1919.

25. AHRS, SIE 03-025, 1915.

26. AHRS, SIE 03-031, 1919.

Visto isso, não estranha que a produção da Casa de Correção passasse a incomodar os interesses das indústrias privadas. No ano de 1915, em relatório ao Secretário de Negócios do Interior e Exterior, o administrador da prisão chegou a registrar queixas apresentadas pelos industriais da cidade, embora as considerando infundadas. Segundo o máximo funcionário, os queixosos alegavam que os preços baixos dos produtos produzidos pelos presos em obras de idêntico acabamento que as suas, lhes reduzia os lucros.[27]

Em outros trabalhos sobre o trabalho penal em importantes prisões brasileiras do século XIX, se constata, curiosamente, um silêncio em relação à produção carcerária e sua potencial concorrência com o mercado livre. Analisando as possíveis causas do declínio das oficinas na Casa de Detenção do Recife, a partir de 1865, e, especialmente a de sapataria, Maia (2001, p. 218) chegara à conclusão de que não havia

> *indícios de que a concorrência causada pela mão-de-obra barata dos presos tenha causado irritação entre os artífices livres, como ocorreu na França, o que parece natural ao se pensar que o trabalho escravo, bem mais predatório ao trabalhador livre, era normalmente utilizado sem gerar questionamentos por parte desse grupo social.*

Debruçando-se sobre aquela mesma instituição, porém se aprofundando na questão do "trabalho penal" ali desenvolvido entre 1862 e 1879, Albuquerque também remarca a falta de registros que "demonstrassem o descontentamento de comerciantes com a concorrência da mão-de-obra prisional" (2015, p. 87).

Quanto aos produtos manufaturados nas oficinas da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, Trindade (2012, p. 63) afirma ter os mesmos concorridos com o mercado de Salvador, graças ao baixo custo assegurado pela "exploração da mão de obra dos presos", embora não tenha podido documentar "manifestações nem notas no jornal que demonstrassem o

27. AHRS, SIE 03-025, 1915.

descontentamento de mestres de ofício da cidade com a concorrência da mão de obra prisional".

Em sua célebre obra *Vigiar e Punir* (1975), Foucault também resgatou os confrontos ocorridos entre a produção particular e a carcerária na França da primeira metade do século XIX, durante um período de crise econômica na Europa que gerava intensa agitação operária. Com efeito, jornais operários acusavam o governo de favorecer o trabalho penal como forma de baixar os salários livres (FOUCAULT, 2003, p. 202). Para esse mesmo país, Perrot (2006, p. 296) acrescenta que as queixas não vinham apenas do movimento operário de meados do século XIX. Desde 1820 juntas comerciais e corporações de alfaiates, gráficos e cordoeiros engrossavam a voz dos descontentes, e, certamente, não foram os únicos em toda Europa.[28]

Um contraponto aos êxitos manufatureiros trazidos até agora foi o da Casa de Correção de São Paulo, onde "o trabalho carcerário não conseguia produzir a preços competitivos e nem com a qualidade que as fábricas passaram a desenvolver, especialmente no final do século [XIX]" (GONÇALVES, 2013, p. 101). Este caso nos leva, inclusive, a pensar o fenômeno no âmbito norte-americano. Segundo Melossi e Pavarini, em seu clássico *Carcere e Fabbrica*, os protestos e agitações contra a produção penitenciária continuaram praticamente até 1930, embora o problema da competência entre a produção penal e livre já tivesse praticamente arrefecida a finais dos Oitocentos. Conforme ainda os autores:

> *Las razones del fenómeno son dos: por un lado la creciente dificultad que encuentra el capital privado para industrializar el proceso productivo de las cárceles de manera que siguiera siendo*

28. No sul da Espanha, precisamente na cidade de Córdoba, as autoridades provinciais temendo uma potencial disputa entre o que se produziria na cadeia com a "industria libre", chegaram inclusive a afirmar, em 1861, que "la única ocupación que sin detrimento de la industria de esta provincia y sin peligro de facilitar recursos para una fuga o para males de consideración, es la de labrar esparto" (CESAR, 2010, p. 234). Perceba-se que nem se colocava a questão da disputa entre trabalhadores honrados *versus* delinquentes, mas sim, diretamente, a premissa da não concorrência. Os labores com o esparto, matéria prima utilizada na confecção de cordas, capachos, esteiras, etc., seria assim uma saída para lutar contra a ociosidade reinante, mãe de todos os vícios, sem chocar com os interesses privados.

> *competitivo cuando se estaba dando la renovación tecnológica en el mundo de la producción libre, y por el otro el peso creciente de las organizaciones sindicales en la vida económico-política norteamericana (*MELOSSI; PAVARINI, 1980, p. 187*).*

Não obstante, e apesar de enfrentar problemas junto aos industriais no tocante a preços e produção, algumas das oficinas da Correção sul-rio-grandense se consolidaram e cresceram através do estabelecimento de estreitas relações com outras empresas privadas. Pensamos aqui, sobretudo, na oficina de serralheria que mantinha desde 1910 contrato com a empresa Pedro Wallig, a qual, segundo dá a entender o administrador Frederico Ortiz em relatório de 1916, fora responsável pela implantação de novas ferramentas e aperfeiçoamento do ofício entre os presos.[29]

Pelo visto, o resultado dessa especialização técnica não tardou em se notar na área produtiva, ao ponto de Ortiz não recomendar a renovação do contrato, embora reconhecesse que "a firma contractante muito tenha se esforçado para o desenvolvimento dessa officina, tornando-a em pouco tempo a primeira do estabelecimento, como também do Estado". Para bons entendedores, o que ele realmente estava dizendo, era que, com pessoal habilitado e com equipamentos adequados, talvez não fosse mais interessante ao Estado continuar dividindo lucros, havendo condições idôneas para tocar o negócio de forma independente.

Podemos assim afirmar que algumas oficinas se tornaram autênticas empresas prisionais, levantando interessantes dividendos por meio de parcerias e utilização de uma reserva de mão de obra cada vez mais abundante e fácil de ser explorada. Com efeito, no mesmo relatório se buscou justificar a excessiva carga horária de trabalho penitenciário, afirmando-se que "não é tal modo de proceder uma originalidade do nosso Estado, pois o systema penitenciário moderno, recommenda a occupação diária do detento, o maior número de horas possível".[30]

29. AHRS, SIE 03-026, 1916.
30. AHRS, SIE 03-025, 1915.

Não nos foi possível averiguar se Ortiz havia sido por isso criticado anteriormente, o que explicaria melhor a justificativa apresentada ao seu superior, mas é importante lembrar que apesar dos reformadores do sistema prisional recomendassem a máxima ocupação diária do encarcerado, esta deveria ser distribuída entre educação e trabalho. A escolha de se enfatizar a produção em detrimento da educação é, portanto, fruto de uma livre interpretação do modelo. Durante o período imperial, trabalho, educação e religião constituíam os ingredientes do coquetel disciplinar pensado pelos reformadores prisionais, com o objeto de civilizar homens abomináveis e transformá-los em trabalhadores morigerados. Nem uma coisa, nem outra, excetuando às atenções espirituais, fora implementada com êxito durante a monarquia, e agora, pelo que parece, a questão se coloca em termos de importância. Dispõe-se a essa altura de uma escola e de um professor reconhecido pelo organograma estabelecido pelo regulamento de 1913, mas o projeto civilizador/ressocializador não goza do mesmo apoio e interesse que se demonstrava pelo lucro propriamente dito.

É muito sintomático, nesse sentido, que dos 400 condenados existentes em 1915, segundo relatório apresentado pelo administrador Frederico Ortiz, apenas 10% frequentassem as aulas. Naturalmente, tendo o horário de aprendizado estipulado entre às 12:00 e 14:00 horas, isto é, durante o período de almoço e descanso dos penados, raro seria se uma imensa maioria demonstrasse disposição em atender às aulas.[31]

Por outra parte, fica a dúvida de se realmente o aumento da produtividade em algumas oficinas, e, consequentemente, dos lucros, acabasse também sendo repassado proporcionalmente aos reclusos, conforme a divisão das cinco partes analisada linhas atrás. Em relatórios apresentados pelo administrador da Casa de Correção, Frederico Ortiz, entre os anos de 1915 e 1916, o nominado funcionário chegou a sugerir uma revisão sobre o referido rateio dos lucros, alegando que o aumento da produção também gerava a elevação das despesas. Ao contrário das duas

31 AHRS, SIE 03-025, 1915.

partes destinadas aos presos que era depositada em seu nome na Caixa Econômica, Ortiz propunha que 4/5 do lucro dos produtos das oficinas passassem ao Estado e apenas se reservassem 1/5 ao encarcerados.[32]

Não obstante essa ênfase no lucro, o discurso de defesa do trabalho penal continuou fundando-se numa linguagem-imagem de regeneração e moralização dos indivíduos, dando a entender ser essa a sua maior contribuição para a sociedade. No ano de 1921, o administrador da prisão se referia à questão do trabalho correcional da seguinte forma: "Encaramos o trabalho do condemnado não como um castigo que se lhe impõe e sim como meio de readaptação, procurando assegurar-lhe, ao ser posto em liberdade, uma maneira de viver honestamente, na sociedade".[33] No mesmo relatório, afirmava ainda que: "O trabalho carcerário regularisando as funcções da vida psychica e orgânica do condemnado, constitue o agente moralisador mais importante a que se pode recorrer nessa lucta intelligente em que povos civilisados se empenham contra o crime".

Mais que mantê-los simplesmente ocupados durante o tempo de privação de liberdade, o trabalho deveria preparar homens e mulheres para sua reinserção, cientes, porém, de seu lugar, e da importância da reprodução das convenções, hábitos e costumes das classes abastadas. Não bastava apenas aprender um ofício, havia de se aprender também a se comportar civilizadamente, isto é, interiorizando toda essa aprendizagem cívica de uma sociedade hierarquizada, repressora e desigual como a brasileira do Império à República. Naturalmente, não para mudar ou questioná-la, mas para aceitá-la como si tal ordem fosse natural.

À guisa de conclusão

O fato de não ter vingado o "sistema penitenciário" baseado no uso quase terapêutico do trabalho na Casa de Correção de Porto Alegre, durante

32. AHRS, SIE 03-025, 1915.
33. AHRS, SIE 03-035, 1921.

o Império, não significa que a mão de obra reclusa tenha sido totalmente desaproveitada. O *economicismo* que ditou a sorte das oficinas em 1855, não deixou, em nenhum momento, de prestar atenção na possibilidade de ocupar parte dos presos em diferentes reformas e construções realizadas no estabelecimento, ou mesmo em obras externas não vinculadas ao penal (CESAR, 2015, p. 131-134).

Isso demonstra, claramente, que tanto o interesse em gerar pecúlio com o suor presidiário nas oficinas, como o de lançar mão de seus corpos em diferentes obras e serviços públicos, se assentava menos na nova concepção disciplinaria amiúde discutida nos Congressos Penitenciários do XIX, que naquela ainda oriunda dos reformadores de finais do século XVIII, defensores do utilitarismo ilustrado.

Segundo Foucault, estes últimos "queriam fazer da prisão ou um exemplo para o público, ou uma reparação útil para a sociedade" (2012, p. 227), enquanto que a nova utilidade do trabalho penal, conforme assevera o mesmo autor, "não é o lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção" (2012, p. 230).

Algo que, diga-se de passagem, se distanciava muito da realidade sul-rio-grandense e brasileira quanto ao desenvolvimento industrial na região, e, por conseguinte, do tipo de interesse punitivo demonstrado pelas elites oitocentistas em relação às classes subalternas. As elites governantes imperiais quando fecharam as oficinas pouco depois de inaugurado o primeiro pavilhão da Correção, a fez alegando falta de lucro e gastos excessivos aos cofres provinciais.

É curioso observar que, se em um princípio o escasso número de presos condenados a trabalho serviu de justificativa para a não implementação das oficinas, a partir da década de 70, com o visível aumento da população reclusa (CESAR, 2015, p. 135-138), aquela desculpa deixava de explicar a completa inércia das autoridades competentes. Isso significa

que o interesse não residia na ideia *corretiva* propriamente dita, assim como a manutenção das penas de galés e do oferecimento de oportunidades de trabalhar em obras públicas demonstrava quão arraigada estava em nossa cultura penal o uso de braços sentenciados para o bem do Estado, por meio do trabalho forçado e exemplar, a saber, não remunerado.

Com o advento da República e a conclusão das obras da Casa de Correção que se arrastavam desde sua inauguração em 1855, houve finalmente a introdução permanente de oficinas dentro do recinto penal. Algumas delas, tomando um lugar de destaque, não tardou em induzir uma inversão de papeis, tal como tinha ocorrido durante o período imperial. Como diria Foucault, o trabalho penal aparece, não como tendo o objetivo de lucro, nem mesmo como formação de uma habilidade útil, mas servindo à constituição de uma relação de poder, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção, ou seja, o preso tinha de compreender qual era o seu lugar na hierarquia social.

O efeito econômico do trabalho na prisão seria, então, o de produzir indivíduos mecanizados, segundo as normas gerais de uma sociedade industrial, mas isso, novamente, não foi o que sucedeu com a experiência laboral na Casa de Correção gaúcha. Embora existissem vários e especializados tipos de oficinas, o trabalho, entendido aqui como meio de disciplina e docilização operacional, não esteve tampouco durante a República Velha por cima do lucro (SZCZEPANIAK, 2006, p. 79-89). Perceba-se, então, a configuração de um modelo correcional à brasileira, só que em vez de uma mera terapêutica laboral, se buscou, indubitavelmente, a obtenção de vantagens econômicas com o trabalho penal. Segundo essa lógica, o trabalho como simples elemento disciplinador de condutas e hábitos morigerados não serviria como justificativa para a implementação e conservação das oficinas, mas sim os dividendos de seu produto.

Em todo caso, é importante salientar que não apenas uma oportunidade de reinserção laboral de homens e mulheres foi buscada com o trabalho prisional, também ia inclusa nessa política penitenciária

uma proposta de regeneração moral. As velhas ideologias correcionais oitocentistas não havia morto, assim como tampouco o pensamento de que o trabalho dignificava o homem, tão caro às elites conservadoras.

Nesse sentido, o oferecimento de pequenas parcelas do lucro amealhado aos presos, funcionava mais como animação ao trabalho do que como um salário propriamente dito. Nessa transação, a moeda não valia tanto por seu importe, como por seu valor simbólico adquirido (FOUCAULT, 2003, 204). Acreditava-se que a aprendizagem de um ofício tornaria os indivíduos aptos para a vida em sociedade, e que um trabalhador morigerado estaria mais afastado do mundo da criminalidade.

Havia uma fé em que o ex-presidiário, uma vez em liberdade e dispondo de uma ocupação, fizesse às vezes de um agente que combateria automaticamente a propagação da miséria econômica e social, causa do desvirtuamento dos costumes e aquisição de vícios perniciosos. No entanto, o que se *esquecia*, já então, eram os estigmas que a passagem pelo cárcere deixava, se tornando muitas vezes decisivo na hora da reinserção, fosse ela plena ou capenga, à vida em liberdade.

Referências

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra forca da princesa*: Polícia, Pena de morte, e Correção em Pelotas (1830-1857). Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. "*Palácio das Misérias*: Populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)". Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, RS, 2013.

ALBUQUERQUE NETO, Flavio de Sá Cavalcanti de. *Punir, recuperar, lucrar*: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879). Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2015.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica*: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888). São Leopoldo: Oikos/ Editora Unisinos, 2015.

CESAR, Tiago da Silva. *La cárcel y el control del delito en Córdoba durante el cambio de siglo (1875-1915)*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2010.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na primeira República. In: MAIA, Clarisa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, vol. II, p. 7-45.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 2, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 1, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 40 ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. *Cadeia e correção*: sistema prisional e população carcerária na Cidade de São Paulo (1830-1890). São Paulo: Annablume, 2013.

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativeiro*: trabalho, família e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2008.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 203-224.

MAIA, Clarrisa Nunes. *Policiados*: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2001.

MARIZ, Silvana Fernandes. *Oficina de Satanás*: a cadeia pública de Fortaleza (1850-1889). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2004.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcel y fábrica*. Los orígenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX). 1ª ed. español, Mexico: Siglo XXI, 1980.

MIRANDA, María Jesús. Bentham en España. In: BENTHAM, Jeremy. *El Panóptico*. Madrid: La Piqueta, 1989.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarisa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, vol. II, p. 283-314.

SANTOS, Maria José Moutinho. *A sombra e a luz*. As prisões do liberalismo. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SZCZEPANIAK, Ivone. *A busca pelo cárcere perfeito*: Casa de Correção de Porto Alegre, 1835-1913. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, RS, 2006.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

Fontes impressas e manuscritas

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Relatorio com que o vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a presidencia da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Barão de Muritiba no dia 26 de Setembro de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855.

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Regulamento provisorio para o deposito de objectos provinciaes, e regimen das officinas estabelecidas na cadêa civil d'esta capital. In: *Relatorio com que o vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a presidencia da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Barão de Muritiba no dia 26 de Setembro de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855, p. 1-6.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Relatorio do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, O Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de Outubro de 1850*. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, 1850.

CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRASIL, augmentado com as leis, decretos, avisos e portarias que desde a sua publicação até hoje se tem expedido; explicando, revogando ou alterando algumas de suas disposições por Josino do Nascimento Silva. Nova edição consideravelmente augmentada por J. M. P. de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1857.

LIMA, José Antonio de Souza. *Falla dirigida a Assemblea Legislativa pelo presidente Conselheiro José Antonio de Souza Lima, na 1º Sessão da 21º Legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1883.

LISBOA, Bento Luiz de Oliveira. *Relatorio apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villa Nova Vice-presidente da província do Rio Grande do Sul pelo conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 25 de Abril de 1887*. Porto Alegre: Officinas Typographicas do Conservador, 1887.

LUCENA, Henrique Pereira de. *Falla apresentada a Assemblea Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo Presidente da Província o Exm. Sr.*

Desembargador Henrique Pereira de Lucena ao instalar-se a 2ª Sessão da 21ª legislatura em 7 de Março de 1886. Porto Alegre: Officinas Typographicas do Conservador, 1887.

MURITIBA, Barão de. *Relatorio com que o conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidencia da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Presidente e Commandante das Armas, Conselheiro, e General Jeronymo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856.

SERTORIO, João. *Relatorio com que o Excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio Presidente d'esta Província passou a administração da mesma ao Exmº. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-Presidente, no dia 29 de Agosto de 1870*. Porto Alegre: Typographia do Rio Grandense, 1870.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatorio com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello no dia 30 de Junho de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Relatórios de Secretaria do Interior e Exterior e Legislação

- SIE 03-001 = Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário interino do Estado dos negócios do Interior e Exterior, Dr. Possidônio M. da Cunha Junior – 1893.

- SIE 03-003 = Relatório apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior – 1895.

- SIE 03-004 = Relatório apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior – 1897 – Em anexo Relatório do Dr. Sebastião Leão. AHRS

- SIE 03-006 = Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior, Dr. João Abbott – 1898.

- SIE 03-008 = Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior, Dr. João Abbott – 1900.
- SIE 03-010 = Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior, Dr. João Abbott – 1901.
- SIE 03-019 = Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior – 1910.
- SIE 03-023 = Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior, pelo Dr. Firmino Paim Filho Director Geral – 1914.
- SIE 03-025 = Relatório apresentado ao Ex. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior – 1915.
- SIE 03-026 = Relatório apresentado ao Ex. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos negócios do Interior e Exterior – 1916.
- SIE 03-031 = Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior – 1919.
- SIE 03-035 = Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior – 1921.
- L-570 – Lei nº 2 de 27 de Junho de 1835
- L-627 – Ato nº 24 de 29 de Fevereiro de 1896
- L-653 - Decreto n.º 2.012, de 22 de agosto de 1913

Por que escolher tutelar ao invés de adotar?

José Carlos da Silva Cardozo

Os anos iniciais do século XX foram anos em que a sociedade brasileira, assim como a mundial, estava em completo estado de euforia promovido pela ciência, ideia de modernidade e progresso, que o novo século estava a ofertar. Mas, para usufruir de toda a "prosperidade" que o novo tempo estava a trazer era necessário mudar hábitos e costumes da população, principalmente daqueles de origem popular.

A nova sociedade desejada não deveria reproduzir os antigos costumes da sociedade monárquica que administrara o Brasil por longos anos, assim, no centro de toda essa organização da sociedade, estava à família e, principalmente, seu pequeno integrante, a criança. Regrando o núcleo fundamental de qualquer sociedade se estaria regrando a sociedade por completo. Dessa forma, com a atenção direcionada para a estrutura familiar, as elites buscavam reorganizar os hábitos e os costumes da população porto-alegrense, e uma das instituições que contribuiu para que isso ocorresse foi o Juizado Distrital da Vara de Órfãos de Porto Alegre, ou simplesmente, Juízo dos Órfãos[1], que direcionou suas atenções para os

1. O termo órfão não deve ser entendido estritamente, pois pode representar menores órfãos de pai e mãe como também os "órfãos de pais vivos", ou seja, representava igualmente aqueles que tinham seus progenitores vivos.

menores que passavam por algum tipo de desestruturação familiar e que necessitavam de um amparo legal para suas necessidades.

O Juízo dos Órfãos foi uma instituição jurídica que teve sua origem em Portugal, em decorrência das Ordenações Manuelinas, que formaram o código jurídico do Império Luso a partir de 1512, ganhando importância com as Ordenações Filipinas (Ord. Fil.) a partir de 1580. Até o século XVIII, esse cargo era exercido pelo Juiz Ordinário, que não tinha formação em Direito. Com o crescimento da população colonial, em maio de 1731, foi regulamentado o cargo de Juiz de Órfãos no Brasil e, assim, a partir dessa data, as questões relacionadas aos menores passaram a ser de sua responsabilidade[2]. Em Porto Alegre já havia Juiz de Órfãos, desde 1806, criado pela Real Resolução, transpôs o período Imperial chegando até a República, quando houve a criação em 1927 e a substituição em definitivo deste Juízo pelo Juizado de Menores[3], em 1933.

Neste sentido cuidar dos menores de idade era um dos principais objetivos da sociedade e do Estado que por meio de suas instituições procurara zelar pela saúde, alimentação, educação e moradia para as crianças. Quando uma criança estava a enfrentar alguma situação de risco proporcionada pela ausência de seus pais ou responsáveis, o Juizado de Órfãos agia com vista a promover o bem-estar do menor, atribuindo-lhe um novo responsável que tivesse obrigações legais para com esse pequeno integrante da sociedade.

Este foi o objetivo de Manoel Escobar quando ficou sabendo o que ocorrera com a pequena Eulina.

---

2. AZEVEDO, Gislane Campos. *Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX*. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.historica. arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2009.

3. Sobre o Juizado de Menores em Porto Alegre, ver o artigo de ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História.* Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 225-243, 2003.

"Papai"

Tudo corria bem entre a mãe da menina e seus patrões, mas, "*em novembro do ano passado* [1923], *a mãe da menor pediu-a para, em visita, leva-la à casa dos avós*", e não voltou mais, nem ela, nem a menor. Não havia motivo aparente para isso, mas talvez os avós tivessem reconsiderado sua posição anterior e acolhido mãe e filha.

A família Escobar ficou entristecida com as ausências, principalmente da menina, por quem tinham muito carinho e afeto. O Desembargador chegou a cogitar em retirar a menina da mãe, mas "*embora soubesse da pobreza da mãe para educar a filha*", deixou Eulina *"ficar em poder dela*[4]".

Contudo, os eventos que se sucederam após a visita de Eulina e sua mãe à casa dos avós, em novembro de 1923, culminando com o falecimento de Julieta, às 14 horas do dia 5 de junho de 1924, por tuberculose, na Rua do Caminho do Meio, alterariam os dias das famílias Escobar e Barcellos Pinheiro – pois agora havia uma criança, órfã de mãe, a ser cuidada.

A notícia da morte de Julieta foi o estopim para Manoel Escobar pedir a guarda de Eulina. Procurou a menina na casa dos avós e ficou sabendo que esta se encontrava na casa da tia materna, casada com Bruno Pieleski, empregado na Usina Fiat-Lux, residente na Avenida Chicago, número 10.

O Desembargador procurou reaver a criança por conversa com os familiares, mas sem sucesso, "em prejuízo da menor, que não pôde receber do tio, nem do avô, a mesma educação e outros benefícios que lhe oferece o suplicante para a mesma", para tanto, afirma que "esses senhores são pessoas paupérrimas", pelo local onde residem. Que o único objetivo dele é de "educar e beneficiar, por outros meios, a menina que por sua senhora, fora criada desde os primeiros meses de sua existência[5]".

4. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 2v.
5. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 3.

A família Escobar apegara-se afetivamente à menor, pois, desde os tenros meses de vida, haviam cuidado dela, principalmente a esposa, que tomava cuidado quando a mãe fazia os afazeres domésticos. Dessa forma, com base na alegada incapacidade dos familiares de cuidarem de Eulina, o Desembargador pediu a tutela da menina.

Em 11 de outubro, redigiu um pedido para tutelar a menor Eulina Barcellos Pinheiro, filha da falecida Julieta, então com 6 anos de idade, e o apresentou, dois dias depois, ao Juizado de Órfãos da 3ª Vara. Para reforçar seu pedido, anexou uma foto da menor, quando esta ainda estava sob seus cuidados, em 1922, acompanhada do atestado de óbito da mãe, para confirmar suas afirmações.

O Desembargador mencionou, na petição, que ele e "*sua senhora criaram*" a menor Eulina, desde o ano de 1918, quando a menina tinha apenas 2 meses de vida. Declarava que ela estivera "*sempre aos cuidados do suplicante e de sua senhora*"; mesmo quando adoentada gravemente por "*typho*[6]", ele havia custeado o seu tratamento, feito pelos doutores Ignácio Capistrano Cardoso e Raul Moreira, o primeiro, homeopata[7], com consultório na Rua dos Andradas, número 605, e o segundo, professor de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina, com consultório na mesma Rua dos Andradas, no número 246, "[a]*os quais pagou regular quantia de honorários*".

6. Doença infecciosa, muito comum no período, que preocupava o governo do Estado. Caracteriza-se por cefalalgia (dores de cabeça), prostração (cansaço), febre e dores generalizadas. Designa-se uma febre contínua, contagiosa e sistêmica, causada por bacilos transmitidos pelas mãos, alimentos, moscas e bebidas contaminadas. "Quando detectados casos da febre, devia-se isolar o doente, ficando em contato com ele apenas uma ou duas pessoas, que deveriam seguir rigorosamente as medidas 'profiláticas': a esterilização dos materiais e das roupas, o recolhimento de todos os dejetos do doente, combate às moscas, uso da vacinação e notificação à Diretoria de Higiene". WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria/RS: Editora da UFSM; Bauru/SP: Edusc, 1999, p. 86.

7. A Homeopatia é uma doutrina médica, criada por um médico alemão, Cristiano Hahnemann, que procurava o equilíbrio entre a "força vital e o organismo", com a ingesta de substâncias em doses ínfimas visando à cura do paciente como um todo. Essa doutrina chegou ao Brasil em 1840; de início, houve disputas entre os médicos alopatas e os homeopatas, contudo muitos médicos aderiram à Homeopatia como forma de cura e esta era buscada pela sociedade (WEBER, 1999).

A menina havia sido batizada e, "*por convite do suplicante*[8]", os padrinhos eram o médico José Ferreira Escobar, sobrinho do Desembargador, e a senhorita Zélia Santos Benício, filha do ex-deputado federal João Benício da Silva.

O Juiz do caso foi o Doutor Amado da Fonseca Fagundes que, no dia 15 de outubro, pediu vista do Curador Geral de Órfãos Doutor Waldemar de Vasconcellos. No mesmo dia, de forma rápida e direta, respondeu com as iniciais "*F. J*[9]." (Faça Justiça), ou seja, que se atribuísse o cargo de tutor ao suplicante.

No dia seguinte, o processo voltou ao Juiz que, também imediatamente, determinou que fosse lavrado e assinado o Termo de Tutela e Compromisso a favor de Manoel Ferreira Escobar Júnior.

Diante da impossibilidade de reaver a menina com os tios, Manoel Escobar redigiu uma nova solicitação, que foi juntada ao processo no dia 20, pedindo que a menor, que estava na casa dos tios, lhe fosse entregue. No mesmo dia, foi lavrado o mandato de Apreensão da menor Eulina, que foi realizado, no dia 22, pelo Oficial de Justiça Alcides Francisco da Rosa, o qual fez a entrega da menor no Juízo dos Órfãos ao tutor.

Dessa forma, em 22 de outubro de 1924, a menor Eulina Barcellos Pinheiro voltou ao lar da família Escobar.

Menos de 10 dias, a contar da abertura do processo, a criança já estava com a família Escobar. Mas o caso estava longe de ser encerrado.

Cinco dias após a apreensão da menor, o advogado Jayme da Costa Pereira, procurador de Leonardo Barcellos Pinheiro, avô de Eulina, apresentou um pedido de Termo de Agravo, em relação à tutela da menor Eulina, concedida a Manoel Ferreira Escobar. Referiu que seu cliente

8. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 2.
9. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 9v.

somente tivera "*ciência* [da tutela de Eulina] *pela apreensão*[10]" desta; dessa forma, o advogado Jayme Pereira recorreu ao Artigo 1.009, do Código Civil e Comercial do Estado (1908), no capítulo II, referente aos Agravos. Reivindicou a admissão do Agravo baseado nos seguintes incisos do artigo:

> *§ 26. Dos despachos que nomearem, destituírem ou não os tutores, curadores, inventariantes, testamenteiros, liquidantes de sociedades mercantis, síndicos de sociedade anônimas em liquidação forçada e quaisquer depositários judiciais; [...] § 42. Dos despachos proferidos contra literal disposição deste Código* [11].

No mesmo dia, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes admite o Agravo "*com fundamento tão somente no §26 do Art. 1.009 citado*[12]". No dia 29 de outubro, foi juntado ao processo a Minuta de Agravo.

O procurador iniciava o Agravo questionando a decisão do Juiz ao referenciar que "*o meritíssimo Juiz agravado, certamente* ***olvidou***[13] *da disposição clara do art. 409 e seus números, do Código Civil*". Segundo esse artigo, os familiares devem ser as primeiras pessoas a serem chamadas para assumir a responsabilidade legal sobre uma criança.

O avô da menor afirmava que havia ficado sabendo que sua neta fora tutelada por Manoel Escobar Júnior somente quando esta fora apreendida, "*pois não foi intimado para tomar parte no processo, que ocorreu a sua revelia*". Esclareceu que sua filha Julieta, mãe da menor Eulina, havia "*deixado, durante algum tempo, a referida menor em companhia do Dr. Escobar, pois trabalhava em sua casa como doméstica*". Mas informava que, *"depois de algum tempo*", Julieta voltara a morar com ele e havia trazido a menina "*para viverem juntos*".

---

10 RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 19.

11 RIO GRANDE DO SUL. *Codigo do processo civil e commercial do estado do Rio Grande do Sul*: Lei n. 65 de 16 de janeiro de 1908: (edição official). Porto Alegre: Officinas Typographicas d' "A Federação", 1908, p. 197-198.

12 RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 19v.

13 Grifo nosso.

A mãe da menor falecera meses depois e ele, como avô, ficara com sua neta. Porém, como Julieta, "*antes de falecer*" pedira "à sua irmã, casada com Bruno Pieleski, que velasse pela menor, pois o casal não tinha filhos, como não tem até agora", entregou Eulina para ser criada pela irmã e cunhado, esclarecendo o porquê de a menor "*várias vezes* [ter sido] *encontrada em casa de sua tia materna*[14]". Para completar, afirma que a mãe da menina "nunca pretendeu fazer tutor da menor Eulina, o Dr. Escobar, e tanto que foi buscar a referida criança de sua companhia, trazendo para a casa do agravante[15]".

O senhor Leonardo Barcellos Pinheiro, avô da menor, apesar do que alegava a outra parte, não era alguém desprovido de trabalho e recursos. Ele era funcionário público, por isso possuía uma renda regular. Mas, mesmo que isso não fosse mencionado no processo, somente o fato de seu procurador ter datilografado a Minuta de Agravo, já evidenciaria que ele possuía recursos para custear os serviços de um advogado, e um advogado caro, por sinal, pois a grande maioria dos processos, do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, no período, eram redigidos à caneta, uma vez que não era habitual, nem à Justiça nem aos advogados, disporem de máquinas de escrever.

O Agravo é terminado com as seguintes afirmações:

> *O agravante, como funcionário público, que é, não tem em conta de rico, porém não pode ser classificado como indigente e, mais, julga ter o necessário para manter e educar sua neta,* ***de acordo com sua posição social****.*
>
> ***Não são, somente, os ricos aqueles que sabem e podem dar educação aos seus filhos ou tutelados*** *(Grifo nosso)*[16]*.*

14 O processo não apresenta o nome da tia materna, somente que esta é casada com Bruno Pieleski.

15 RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 21.

16 RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 21; 21v.

Dessa forma, o advogado termina o Agravo relativizando o posicionamento de que somente aquelas pessoas que possuíam mais recursos poderiam oferecer o melhor a uma criança. O avô poderia, como funcionário público, criar sua neta, talvez sem todas as "benesses" que um Desembargador poderia ofertar, mas, como este afirmava, "*de acordo com sua posição*", levando a questionar a postura de que somente aqueles que têm recursos ou posição social distinta é que teriam o privilégio de criar uma criança.

No dia 30 de outubro, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes pediu que os autos fossem baixados ao Cartório para que a eles fossem juntados um requerimento e documentos, que foram, naquele dia, entregues pelo Desembargador Manoel Ferreira Escobar Júnior. O documento intitulado "*Histórico da menor Eulina*[17]" trata da história de Julieta Pinheiro, Eulina e dos cuidados que a família Escobar deu a elas.

Neste "Histórico", Manoel Escobar informa todo o cuidado e afeto dispensados com a menina, dessa forma, o Desembargador e sua esposa foram "*dedicando-lhe a afeição fraternal, como se filha fosse, empregando minha senhora todos esses cuidados... no bem estar da mesma que, a mais, começou a chamar de 'papai*'[18]". O casal dispensava carinho pela criança, já que não possuíam filhos. Quando ficou sabendo da morte de Julieta Pinheiro, tentou, por várias vezes, conseguir, mediante conversa com os familiares, que estes lhe "*entregassem a criança para educá-la e fazer-lhe outros benefícios de que seus parentes não podiam dispor, não ficando ela privada de os verem em qualquer tempo, tudo de balde*". Não obteve resposta afirmativa; porém,ao saber que Eulina se achava na casa dos tios, foi à Avenida Chicago e lá encontrou a "*pobrezinha*[19]" indo a uma venda

17. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 24.

18. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 24.

19. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 25v.

próxima comprar pão[20]. Dessa forma, sem sucesso nas conversas, foi ao Juizado de Órfãos e requereu sua tutela.

A tutela da menina foi dada ao Desembargador, que solicitou a sua Apreensão. O Oficial de Justiça encontrou-a na casa dos tios; a entrega de Eulina não foi feita diretamente ao senhor Manoel Escobar, mas em audiência, no Juízo dos Órfãos, pelo Oficial de Justiça, que reportou que os tios acusaram a família Escobar de maus-tratos para com a criança. Na versão do senhor Escobar, a criança estava vestida com "*farrapos que, talvez os filhos dos mendigos não usem. Com certeza, os tios supunham que, com as insinuações caluniosas, ela voltaria à casa deles, pois, do contrário, teriam pedido um prazo maior para entrega enquanto lhe fizessem uma camisinha*[21]". Contra as calúnias, o Desembargador afirma que as

> *acusações, porém, que, por si próprias, destroem, desfazem-se como bolas de sabão no ar; porque, nem eu, nem minha senhora temos infligido maus-tratos às crianças em nossa companhia. Temos, pelo contrário, sido carinhosos e beneficentes para as mesmas como os podem dizer as pessoas que nos conhecem*[22].

Relembra que ele e sua senhora já haviam cuidado de duas meninas, que já estavam casadas, reafirmando as capacidades de bom encaminhamento que a família Escobar dava para aquelas de quem havia cuidado.

Como jurista experiente e de influência, menciona que quem irá "*decidir de sorte dessa pobrezinha* [é] ***um magistrado que me conhece há***

20. Segundo a moralidade em voga, no período, não era aconselhado que uma família permitisse que um menor, em especial do sexo feminino, andasse desacompanhado de um adulto pelas ruas e locais públicos (ESTEVES, 1989; VARGAS, 2004). Nesse caso, o Desembargador se apoia na moralidade para apontar o risco que a menor, de apenas 6 anos de idade, corria ao estar indo comprar pão, sozinha, com o consentimento de seus familiares, demonstrando, assim, a inaptidão desses responsáveis em zelar pelo cuidado de Eulina.

21. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 26v.

22. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 25v.; 26.

longos anos[23]*, o Sr. Dr. João Baptista Gonçalves, ilustrado Juiz de Comarca*", o qual realizou o casamento das duas meninas "*em nossa casa*[24]", sendo que de uma delas foi, "*por iniciativa do Desembargador André da Rocha, nomeado tutor pelo Juiz Distrital de São Borja*[25]", quando lá residiam, pois a mãe da menor casou-se em segundas núpcias. Assim, recorre, como desfecho final, ao seu *capital social*, para comprovar sua índole e capacidade de criação de uma criança, que, para as menores, era conduzi-las até um honroso casamento.

Aproveitando que o processo estava no Juizado de Órfãos, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes teceu algumas considerações sobre sua decisão anterior. Pelo fato de este parecer ser elucidativo, o apresentaremos em sua íntegra:

> *Não fiz agravo ao agravante em o despacho agravado, e como* ***as razões da minuta não me convencem*** *do contrário,* ***mantenho o despacho de nomeação de tutor*** *à menor órfã Eulina. Esta, como se vê nos autos, foi para a casa do Desembargador Escobar Júnior com dois meses de idade e daí saiu com cinco anos, tendo sido cuidada, carinhosamente, pelo casal Escobar, que a assistiu em sua doença, dando-lhe médicos e remédios, tendo mandado batizá-la e lhe dado padrinhos duas pessoas distintas.*
>
> *Morta a mãe da dita menor, seu avô, atual agravante, a deixou em casa da sua tia – a senhora de Bruno Piesleki – até o dia em que foi ela procurada para ser entregue ao tutor, como se vê da inicial da certidão do oficial de justiça a fls. 21 e 15 [sic], sem com mesma menor se preocupar.* ***A menor, sendo ouvida pelo juiz, declarou, terminantemente, que não quer sair da casa do "Papai"****, que é como ela trata o atual tutor,* ***porque na casa deste é bem tratada, senta-se a mesa com ele, não***

23 Grifo nosso.

24. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 26.

25. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 26v.

> ***é mandada à venda, como quando estava na casa da tia, e o Papai já lhe mostrou o colégio para onde ela deve ir instruir-se,*** *sendo que sua tia nada disso fez.*
>
> *Ora, entre seu* ***avô que não pode****, como funcionário público, que é de, categoria inferior,* ***prover folgadamente a subsistência da neta****, educando-a e instruindo-a, tanto que a entregou a uma filha,* ***e uma pessoa como o tutor nomeado****, que não tem filhos e* ***possui bens capazes de lhe garantirem à dita menor, não só os meios de subsistência, educação e instrução, como também um futuro****, como se vê da inicial, fls. 3,* ***é claro que deve ser preferido o último, tendo-se em vista o bem estar presente e futuro do tutelado****. É verdade que o Código Civil manda chamar, em primeiro lugar, os parentes para o exercício do encargo porque aos parentes incumbe os deveres decorrentes dos laços de parentescos e dos vínculos de sangue; mas,* ***se os parentes do menor, por mais capazes que sejam para assumir tais responsabilidades, não podem, por suas condições de fortuna, garantir o futuro do menor, e de uma outra pessoa, idônea por todos os títulos, o garante, o Juiz não pode vacilar e é obrigado, pelos deveres decorrentes da sua função, a não cortar o futuro da criança, impondo-lhe uma tutela de parente.***
>
> *É o que penso; entretanto o meritíssimo Sr.Dr. Juiz de Comarca resolverá como for de direito confirmando o despacho agravado ou dando provimento ao recurso ora interposto.*
>
> *Sejam os autos conclusos ao meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Comarca no prazo legal (Grifos nosso)*[26].

Dessa forma, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes expressa sua opinião sobre o caso, mantendo a decisão anterior sobre o destino da menina Eulina. Além de justificar sua decisão anterior no parecer, algo não comum se apresentou em sua resolução. Quando a menina teria sido ouvida pelo Juiz? Tal questionamento se faz necessário uma vez que o processo, em nenhuma parte, faz referência à sua fala; o único momento

26. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 35; 35v.; 36.

em que a voz dela é descrita, por terceiro, foi no "Histórico" que o próprio Desembargador Manoel Escobar havia redigido, no qual, segundo ele, que ela o chamava de "*Papai*". É possível que, ao ser entregue ao seu tutor, pelo Oficial de Justiça, no Juizado de Órfãos, o Juiz tenha trocado com ela algumas palavras informais. Cremos que, mesmo assim, não haveria tempo para o tutor ter lhe mostrado o colégio onde iria estudar, a não ser que o próprio Juiz tenha recebido essas informações ao frequentar a casa da família Escobar, de maneira informal e amistosa.

Para além dessas conjecturas, o processo chegou às mãos de quem iria decidir sobre o caso no dia 05 de novembro de 1924. O Juiz de Comarca João Baptista Gonçalves foi mais econômico nas palavras do que o Juiz Distrital, porém bem mais direto ao mencionar que "*não tomo conhecimento do agravo interposto a fls. porque no caso sujeito não se trata mais de uma nomeação de tutor e sim de um tutor nomeado e já compromissado, o qual, só poderá ser destituído pelos meios de direito. Custas pelo Agravante*[27]". O Juiz de Comarca não acolheu a ação movida pelo avô da menor, Leonardo Pinheiro, pelo fato de o motivo alegado no Agravo ser o questionamento da nomeação do tutor. O Juiz interpretou, de forma conveniente aos interesses de seu amigo Desembargador, que a ação deveria versar sobre a remoção de uma tutela, a qual deveria apresentar motivos de caráter social e econômico que impossibilitariam o tutor Manoel Escobar de exercer a tutela, ou mesmo motivos que colocariam em risco a menor se esta permanecesse sob a guarda de seu tutor. Assim, o Juiz de Comarca ratifica a permanência da menor Eulina com a família Escobar.

No dia 11 de novembro, todos os envolvidos no processo o assinam, confirmando que estão cientes da decisão do Juiz da Comarca e, depois dessa data, a família de Eulina paga as custas e não recorre mais da decisão de manter como tutor o Desembargador Manoel Ferreira Escobar Júnior. Após 3 anos, em 1927, o tutor de Eulina apresenta, de forma voluntária, os

27. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 38.

comprovantes dos gastos com escola, médico, dentistas. Também apresenta o boletim escolar da menina nos dois primeiros anos, evidenciando o progresso escolar da menor, que, em um ano, dentro de um escore de 1 até 5, salta de 3, regular, para 4, boa, na avaliação, mantendo sua "*conduta*" com nota máxima nesses dois anos. O Juizado de Órfãos julgou todas as contas e ações corretas.

Dessa forma, o processo da menor Eulina foi encerrado.

Tutelar ou Adotar?

Como este processo de tutela, outros foram abertos no município de Porto Alegre, entre 1900 a 1927, com a finalidade de cuidar e educar uma criança. Neste período, foram iniciados 823 autos de tutela, correspondendo a 1.290 menores tutelados, por 857 adultos, sendo que a maioria destes do sexo masculino (83%) (CARDOZO, 2013).

A função de tutor pode ser considerada social, pois ela era dada a pessoas adultas para cuidarem de um menor, pobre, rico ou mesmo exposto[28] que, pelas vicissitudes da vida, não poderia mais continuar com seus progenitores (Ord. Fil. Liv. 1º, tit. 88). A nomeação desse adulto era feita no Juizado de Órfãos em até 30 dias, a contar do dia em que o menor havia ficado órfão (Ord. Fil. Liv. 4º, tit. 102 §7).

A tutela poderia ser dada, até mesmo, se os pais do menor estivessem vivos, no caso de estes serem reconhecidos como incapazes ou proibidos de administrar os bens do menor (Ord. Fil. Liv. 1º, tit. 88 §6), sendo necessária a nomeação de uma pessoa idônea para zelar pelo menor.

O tutor tinha para com o menor e o Juízo dos Órfãos, segundo o Novo Roteiro dos Orphãos de 1903, os seguintes deveres:

> a) *Educar os órfãos, e fazê-los assoldadar quando for o caso.*

28. Os expostos, diferentemente dos outros órfãos, poderiam alcançar a maioridade aos 20 anos e, assim, emancipar-se.

> b) *Administrar-lhes os bens, como o faria um bom e prudente pai de família.*
>
> c) *Dar conta exata dos respectivos rendimentos.*
>
> d) *Dar-lhe indenização dos anos e prejuízos, que por sua culpa lhes provierem.*
>
> e) *Autorizá-los e representá-los em tudo o que for de interesse deles* (p. 26-27).

Dessa forma, segundo esse direcionamento baseado nas Ordenações Filipinas, havia uma série de compromissos que o tutor deveria se responsabilizar em assumir, bem como deveres que ajudavam a salvaguardar os bens, caso algum menor os possuísse, do interesse de uso de seu tutor em proveito próprio.

O cargo de tutor, por sua grande responsabilidade, tanto pelo cuidado para com o menor quanto pela questão pecuniária, poderia causar grandes danos a ele em virtude da não apresentação de algum comprovante de despesa. Caso houvesse alguma improbidade financeira verificada pelo Juiz de Órfãos, o tutor poderia até ser preso[29].

Assim, como a história desse processo acima, uma inquietação ficou em aberto ao se analisar os 823 processos de tutela do município de Porto Alegre no período de 1900 a 1927. Se havia grande responsabilidade jurídica sobre os adultos que tutelavam os menores e se a argumentação daqueles que requeriam a tutela de um menor era que desejavam cuidar deste, a questão que se impõe é: Por que escolher tutelar ao invés de adotar?

Em muitos casos, percebemos que havia totais indícios de intenções benéficas dos adultos para com os menores; como no caso acima em que a palavra "papai" foi atribuída a menor em relação ao seu tutor. Dessa forma,

29 Essa prestação de contas, na verdade, era mais requisitada para aquelas crianças que possuíssem algum pecúlio ou patrimônio, pois os tutores eram obrigados a realizar depósito de hipoteca legal, quando o menor possuísse bens, como forma de garantir que, se algo fosse apropriado indevidamente dos bens do menor, estes seriam devolvidos, em Juízo, por meio da hipoteca legal do tutor.

se em alguns casos havia tanto afeto entre tutores e tutelados, por que os adultos não escolhiam adotar o menor?

Acompanhado o processo da menor Jandyra[30], de oito anos de idade, podemos verificar que havia alternativas no período para proteger os menores, que não só a tutela.

O senhor Mazarino Moraes, no dia 21 de dezembro de 1911, informou ao Juízo dos Órfãos que

> *há sete anos o supl. tomou a si a criação e educação da menor Jandyra, filha natural de Amália Antonia, já falecida, sendo que naquela época dita menor tinha apenas um ano de idade;*
>
> *que no dia 21 de agosto do corrente ano [1911] faleceu nesta cidade a esposa do supl, obrigando a recolher ao 'Colégio Rio Branco', por sua conta, como interna a referida menor;*
>
> *que em face do exposto e atendendo a circunstâncias de ter o supl. de ausentar-se temporariamente desta capital, torna-se necessária a nomeação de um tutor provisório à referida menor. Cumpre que fique consignado [sic] que todas as despesas com a aludida menor correrão por conta do supl.* [31]

No dia seguinte, o Juiz Hugo Teixeira nomeou o senhor Octaviano Manoel de Oliveira, mas o processo não indica se a menor ou Mazarino Morais possuíam qualquer tipo de relação com o tutor nomeado. O Termo de Tutela e Compromisso foi assinado em 29 de dezembro de 1911.

Até aquele dia, o processo correra como os outros, sem maiores novidades, porém a situação mudou em 04 de janeiro de 1912, quando foi anexado o seguinte pedido de Mazarino de Morais:

> *O infraescrito, tendo, de acordo com as escrituras públicas juntas* ***adotado como sua filha****, a menor impúbere Jandyra,*

30. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS.

31. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 2.

> *cuja filiação consta na certidão do registro de seu nascimento, também junta, vem para o efeito de serem ultimadas todas as formalidades legais exigíveis, completando-se 3 que já das aludidas escrituras consta, pedir que lhe seja mandado passar a competente carta de adoção, depois de ser esta, bem como os documentos que a acompanham, juntos ou apensados aos autos de nomeação de tutela, em que são partes como tutor Octaviano Manoel de Oliveira e tutelada a menor Jandyra de quem nesta se trata (Grifo nosso)*[32].

Nesse pedido, verifica-se algo ausente no restante dos casos analisados; dos 823 processos estudados, somente em um foi apresentado o pedido para se adotar um menor! No dia 10 de janeiro de 1912, depois de ouvir o Curador Geral, que escrevera "*nada a requerer*[33]", o Juiz Hugo Teixeira solicitou a avaliação do Juiz de Comarca. Dois dias após, o Juiz de Comarca Manoel Pereira de Escobar Junior pediu que o "*peticionário*" provasse sua cidade de nascimento e idade, pois essas informações não constavam nos autos, para assim este poder deferir o pedido de adoção da menor. Além disso, foi pedido que fossem "*reavaliado*[s][34]" os selos da escritura de adoção, ou seja, que fosse confirmada a autenticidade do documento.

Mazarino Morais, no dia 5 de fevereiro, informara que tinha 44 anos de idade e que havia nascido "*na cidade de Santa Maria da Boca do Monte a quatorze de agosto do ano de 1917*[35]". Os autos sobiram, novamente, ao Juiz de Comarca que, em 20 de fevereiro, apontou: "*confirmo a adoção*[36]". Após esse dia, Jandyra tornou-se a filha de Mazarino Morais.

---

32. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 4.
33. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 10v.
34. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 11.
35. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 15.
36. RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 16v.

Há outros casos de adoção no município de Porto Alegre, como o da menor Aramita[37], de nove anos de idade, que foi adotada, no 1º Tabelionato de Porto Alegre, pelo senhor Arlindo Brasil e sua esposa Maria Emilia Brasil. Eles, no dia 27 de agosto de 1901, "*de sua livre e espontânea vontade*", "*reconheceram por sua filha adotiva a menor Aramita*", pois "*não tendo eles herdeiros necessários, ascendentes ou descendentes,* ***adotaram*** *e perfilharam a referida Aramita* ***para todos os efeitos jurídicos e particularmente para suceder-lhes em seus bens, direitos e ações como se filha legítima fosse*** [...]"[38].

Considerações Finais

O motivo que levava os adultos a optarem pela tutela, em vez da adoção, talvez residisse nos custos que esse tipo de ação poderia acarretar, mas, verificando os processos de tutelas do mesmo período, percebemos que esses eram de custos mais elevados dos que os de adoção. Nos processos de tutela, só na petição inicial, eram cobrados, em média, 400 réis, fora os outros gastos até o final do processo; já a escritura de adoção tinha valor fixado em 300 réis.

Podemos imaginar, então, por meio dessa escritura de adoção, que os adultos que tutelavam menores optavam pela tutela ao invés da adoção, por conta, talvez, da partilha dos bens, pois esses menores adotados teriam todos os direitos legais de um filho biológico[39].

Além disso, acreditamos que, ao escolher a tutela, poderiam ser evitados julgamentos e que, além disso, seriam concedidos maiores benefícios para os adultos do que, propriamente, para os menores, pois vale recordar que o tutor poderia "se desfazer" da guarda do menor no momento que achasse mais oportuno e por motivos variados, como ter que

37 RIO GRANDE DO SUL. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Contractos nº 22. *Escriptura de Adopção.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1901. Localização: APERS.

38 RIO GRANDE DO SUL. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Contractos nº 22. *Escriptura de Adopção.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1901. Localização: APERS. f. 25. (Grifos nosso).

39 Diferentemente daqueles filhos reconhecidos em testamento, essas crianças adotadas, muito antes da hora da morte de um adulto, se tornavam membros dessa família e assim herdeiros de um nome e de bens.

se retirar da cidade, referido no caso da menor Jandyra, ou mesmo, evitar que o patrimônio familiar fosse dilapidado.

Não podemos esquecer que a adoção, no Brasil, somente foi regulamentada com o Código Civil de 1916 (1917), que foi promulgado no ano seguinte, em que a adoção poderia ser revogada, por desrespeito do adotado ou de comum acordo entre as partes, mas, mesmo com essa possibilidade de separação, a adoção trazia maior proteção aos menores, dando-lhes um nome e um sobrenome e, quem sabe, um patrimônio que poderia garantir-lhes um futuro melhor[40]. E isso transparece no levantamento das Escrituras de Adoção do município de Porto Alegre, nos anos de 1900 a 1917, pois havia adoções de menor de 1 mês de vida, como da pequena Thereza[41], e até de adultos com 29 anos de idade, como o caso de Adolfo João Heinrichs[42], o que pode apontar para a preservação dos bens de uma família. As escrituras de adoção, que não são processos judiciais, como atualmente, revelam que, apesar de terem sido acionados quase 10 vezes menos que os processos de tutela, demonstram uma alternativa que a população porto-alegrense tinha para cuidar de um menor, assim, podemos verificar que a opção pela tutela ao invés da adoção poderia estar residindo na questão patrimonial dos adultos.

40. O Código Civil estabelecia que somente as pessoas sem filhos legítimos teriam o direito a adotar, a idade mínima para do adotante seria de 50 anos e não haveria limite para a idade do adotado, porém deveria se ter, pelo menos, 18 anos de diferença entre elas. A adoção tinha caráter revogável. A filiação do adotado era considerada aditiva, ou seja, parentesco civil entre o adotante e o adotado, sem romper por completo o vínculo biológico. Caso houvesse filhos legítimos depois da realização da adoção, o adotado terá direito a metade do que couber ao legítimo.

41. RIO GRANDE DO SUL. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Contractos nº 22. *Escriptura de Adopção*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1901. Localização: APERS. f. 41.

42. RIO GRANDE DO SUL. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Contractos nº 31. *Escriptura de Adopção.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1910. Localização: APERS. f. 62v; 63.

Referências

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado do rei D. Philippe I.* 14. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/ filipinas/>. Acesso em: 11 mar. 2011.

ALVES, João Luiz. *Código Civil*: da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgado pela Lei n. 3071, de 1 de janeiro de 1916. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1917. Localização: Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS (BIBDIR-UFRGS).

AZEVEDO, Gislane Campos. *Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX*. São Paulo, 2007. Disponível em: <http:// www.historica. arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2009.

CARDOZO, José Carlos da Silva. *Enredos tutelares*: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense. São Leopoldo: Oikos, Editora UNISINOS, 2013.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NOVO ROTEIRO DOS ORPHÃOS: ou guia pratica do processo orphanológico no Brazil: fundamentado na legislação respectiva, e illustrado pela lição dos praxistas, contendo muitas disposições novas a aréstos dos tribunaes, até ao presente, com o formulário de todos os processos. 3. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1903. Localização: BIBDIR-UFRGS.

RIO GRANDE DO SUL. *Codigo do processo civil e commercial do estado do Rio Grande do Sul*: Lei n. 65 de 16 de janeiro de 1908: (edição official). Porto Alegre: Officinas Typographicas d' "A Federação", 1908. Localização: BIBDIR-UFRGS.

VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre, início do século XX: imprensa, "ânsia de civilização" e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; *et al*. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 247-272.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria/RS: Editora da UFSM; Bauru/SP: Edusc, 1999.

ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História.* Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 225-243, 2003.

Fontes

RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 780 de 1924.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS

RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 587 de 1911.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS.

RIO GRANDE DO SUL. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Contratos nº 22. *Escriptura de Adopção.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1901. Localização: APERS.

RIO GRANDE DO SUL. 1º Tabelionato de Porto Alegre. Livro de Contractos nº 31. *Escriptura de Adopção.* [manuscrito]. Porto Alegre, 1910. Localização: APERS.

A estruturação do ensino agrícola em Pernambuco na primeira metade do século XX

Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Bruno Melo de Araújo

O ensino agrícola em Pernambuco vivenciou diversos momentos que estão intimamente ligados às possibilidades do seu tempo histórico. Os anos que se seguem pós-Proclamação da República revelaramum novo cenário para o ensino agrícola brasileiro (MENDONÇA, 1997, 2010). Com o decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910 é apresentada uma estruturação dessa modalidade de ensino em todos os seus níveis e modalidades. Esse decreto propunha um modelo de Universidade que deveria nortear as demais instituições que objetivassem tal *status*.

Em nossa análise empreendida nas páginas subsequentes nos deteremos nas décadas de 1930 e 1940 para observar como foi construída essa modalidade de ensino em Pernambuco. Para tanto, buscaremos nos documentos normativos vislumbrar como se realizou a criação de instituiçõesde ensino agrícola e o sentido de sua organização.

Para alcançar esse intento, organizamos a história do ensino agrícola em Pernambuco em quatro momentos. A primeira corresponde ao estudo das primeiras instituições de ensino agrícola do estado, explicitando

o seu caráter e funcionalidade. A segunda está na análise da Escola Média de Agricultura e sua posterior incorporação a Escola de Engenharia de Pernambuco. Esse tema nos faz adentrar nos caminhos traçados para o ensino superior agrícola com sua organização inicial realizada pela Ordem Beneditina e sua posterior encampação e estadualização. Na sequência apresentamos os regulamentos da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco - ESAPE em comparação com o regulamento nacional. Por último discutiremos o sentido das transformações do ensino agrícola em Pernambuco, levando-nos a perceber o que o conjunto de dispositivos legais proporcionou para as Ciências Agrárias e o mundo rural pernambucano.

Utilizamos, notadamente, como fonte para essa análise o regulamento do ensino agronômico de Pernambuco, criado pelo ato nº 730 de 28 de agosto de 1928; os regulamentos da ESAPE e os decretos estaduais referentes ao ensino agrícola superior nas décadas de 1930 e 1940.

Primeiros passos do Ensino Agrícola em Pernambuco

A primeira tentativa de implantação do ensino agrícola em Pernambuco remete ao Orphanato Izabel criado pelo Barão de Lucena nas terras da antiga colônia militar de Pimenteiras situado no município de Palmares[1]. Esse era um estabelecimento que tinha como objetivo recolher os "orphãos abandonados, para lhes dar os conhecimentos agrícolas"[2]. Os recursos dessa instituição provinham de uma subvenção do governo imperial e dos rendimentos da exploração de seus bens. O regulamento do ensino agrícola de 1928 aponta ainda que essa escola agrícola "possuía 250 alumnos, alguns dos quaesoccuparam e occupam posição de destaque na política e nas administrações publicas e particulares"[3].

1. *Regulamento do ensino agronômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928, p. 02. Coleção de leis do Estado de Pernambuco.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.
2. *Regulamento do ensino agronômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928, p. 13. Coleção de leis do Estado de Pernambuco.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.
3. *Regulamento do ensino agronômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928, p. 15. Coleção de leis do Estado de Pernambuco.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Foi essa instituição, pelo que nos consta em documentação consultada, que realizou pela primeira vez em Pernambuco o ensino prático da agricultura. Ela iniciou suas atividades no ano de 1874; teve seu funcionamento encerrado vinte anos após seu início, em 1894, quando, por motivo de um decreto estadual, de 16 de julho, mudou de denominação e foi transformada em Escola Industrial Agrícola Frei Caneca.

A instituição toma uma nova roupagem na década de 1920 com a finalidade de realizar "o ensino pratico, precedido das indispensaveis noções theoricas de agricultura, zootechnia, physica e chimicaindustriaes"[4]. Na sua estruturação contava com "dous cursos: um preliminar de estudos preparatórios, em 3 annos e outro profissional de estudos technicos, em 5 annos"[5].

O Governador Barbosa Lima, percebendo a importância da organização do ensino agrícola, buscou a alternativa de contratar profissionais especializados que pudessem ministrar esse conhecimento para a população pernambucana. Segundo relatório de governo de 1928, essa escola foi bem frequentada e inspirava a confiança dos agricultores. Ainda no mesmo se afirma:

> *Os agricultores viam não só um completo apparelhamento, devido á grande competência de seu corpo docente, composto de notáveis profissionaes, cujos estudos iniciaes, relativos á selecção da canna e do algodão, bem como sobre as moléstias do gado, principalmente a tristeza, constituíram notável contingente para a solução de certos problemas do Estado*[6].

4. *Regulamento do ensino agronômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928, p. 15. Coleção de leis do Estado de Pernambuco.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.
5. *Regulamento do ensino agronômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928, p. 17. Coleção de leis do Estado de Pernambuco.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.
6. *Regulamento do ensino agronômico de Pernambuco. Ato nº 730 de 28 de agosto de 1928. Coleção de leis do Estado de Pernambuco*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Manoel Paulino Cavalcanti, autor do relatório, constrói uma visão bastante positiva da instituição e da sua recepção pela sociedade. Outras fontes não foram encontradas para se corroborar com o relator sobre a competência do corpo docente e aplicabilidade de seus estudos. No entanto, sabemos, através desse mesmo relatório, que nessa escola apenas três alunos frequentaram-na até o seu encerramento. Com a sua extinção, os alunos foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde na Escola Politécnica terminariam seus estudos.

Com essas duas escolas, Pernambuco lançou as bases do ensino agrícola. Com relação ao seu fundamento, o primeiro tinha um caráter de ensino prático ou primário e, o segundo, um caráter teórico-prático ou secundário. Deve-se salientar ainda que o primeiro curso citado tinha como finalidade dar assistência aos menores desprovidos de meios de subsistência (MIRANDA, 2008).

É importante frisar que apesar das frustradas tentativas de organização do ensino agrícola nos fins do século XIX, foram lançadas as sementes na qual se registravam a necessidade da organização e implantação dessa modalidade de ensino no Estado.

Da Escola Média de Agricultura para a Escola de Engenharia

Em 11 de março de 1911, pela lei nº 940, foi fundada na antiga propriedade de Socorro, localizada no município de Jaboatão, a Escola Média de Agricultura. Ela foi criada na gestão do governador Herculano Bandeira e tinha como finalidade "formar profissionaes instruídos e capazes, de organisar, administrar e explorar um estabelecimento agrícola"[7].

Em seus dois anos iniciais, teve como diretor Manoel Paulino Cavalcanti, responsável pela organização do programa, pela formação de gabinetes e pelos trabalhos iniciais da escola. Segundo

7 *Regulamento da Escola Média de Agricultura de Pernambuco, 1928, p.13 Imprensa Oficial: Recife.* Memorial da UFRPE

o diretor "A escola formou tres ou quatro turmas de Agronomos, os quaes desempenham em vários cargos technicos do ministério da Agricultura, de emprezas particulares e de departamentos do Estado, funções de destaque"[8].

Na estruturação curricular, esse curso organizava-se em três anos e eram divididos em semestres, assim como foi proposto na lei nº 8.319 de 20 de outubro de 1910[9].

Mesmo obtendo resultados positivos na formação de agrônomos, essa escola também passou por uma curta temporada de existência. Manoel Paulino destaca esse fato no regulamento do ensino agronômico de 1928, criticando a falta de políticas públicas voltadas para desenvolver esse setor:

> *A existência, entretanto, dessa escola, como V. Excia. sabe, foi relativamente curta, devido em grande parte a má orientação dos governos posteriores, que não comprehendendo a sua utilidade, logo a extinguiram sem fundamento plausível. Os serviços prestados ao Estado, apesar de poucos, representam sob o ponto de vista prático, um grande contingente*[10].

A Escola Média de Agricultura foi incorporada pelo governador de Pernambuco, José Rufino Bezerra Cavalcanti a Escola de Engenharia de Pernambuco, que tinha seu funcionamento regido pela lei nº 704 de 26 de janeiro de 1905 e a lei nº 1439 de abril de 1920. Sua anexação processou-se pelo ato do governo do estado de 20 de julho de 1921.

A partir dessa data, a escola passou a funcionar na Rua Visconde de Camaragibe (Atual Rua do hospício, n. 371) em edifício próprio. A mesma era subvencionada tanto pelo governo do Estado, quanto pela união[11] e era

8. *Regulamento da Escola Média de Agricultura de Pernambuco,* 1928*, p.15 Imprensa Oficial: Recife.* Memorial da UFRPE.
9. *Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910. Brasília, DF: Senado Federal.* Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-norma-pe.html>.
10. *Regulamento da Escola Média de Agricultura de Pernambuco,* 1928. P.09 Imprensa Oficial: Recife. Memorial da UFRPE
11 *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. *04 de dezembro de 1923. Coleção de leis do Estado de Pernambuco*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

equiparada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por meio do decreto federal nº 5709 de 09 de outubro de 1905 e Portaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 12 de agosto de 1918, sendo fiscalizada por um delegado do Departamento Nacional de Ensino[12].

A escola de engenharia possuía "gabinetes e laboratórios apropriados ao ensino que ministra, uma bibliotheca de obras technicas e um campo de experiências e de demonstração de culturas"[13]. A Escola de Engenharia de Pernambuco, no período da anexação do curso de agricultura, tinha como diretor o Dr. Manoel Antônio de Moraes Rego; vice-diretor, Dr. Heitor da Silva Maia; tesoureiro, Dr. Armando Xavier Carneiro de Albuquerque e secretário, Dr. Luiz Gonzaga de Almeida Araújo.

O seu corpo docente após sua anexação em 1921 era composto por 34 professores: 18 engenheiros civis, 2 professores de desenho, 7 agrônomos, 2 bacharéis em direito, 3 engenheiros químicos, 1 médico e 1 médico veterinário[14].

Em 1922, matricularam-se no curso de Agronomia 16 alunos; em 1923, 14 alunos; em 1924, 09 alunos; e em 1925, 07 alunos (TORRES FILHO, 1926, p.26). Em 1925, o então diretor da escola, Dr. Manoel Antônio de Moraes Rego, declara sobre o ingresso dos estudantes na instituição: "Não são muitos os alunos do curso (...) principalmente pela dificuldade de sua matrícula. Os moços que podem vencer onze preparatórios e prestar, além disso, um exame vestibular de mathemáticas preferem seguir carreiras de mais brilho e maiores probabilidades" (In: TORRES FILHO, P.105).

A fala do diretor da escola indica-nos as dificuldades vivenciadas no curso, na medida em que o exame de seleção constava de um longo

12. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 04 de dezembro de 1923. Coleção de leis do Estado de Pernambuco.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.
13. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 04 de dezembro de 1923. Coleção de leis do Estado de Pernambuco*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.
14. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 04 de dezembro de 1923. Coleção de leis do Estado de Pernambuco*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

processo avaliativo igual de outros cursos (Engenharia, Direito, Medicina) que tinham um prestígio maior em relação às Ciências Agrárias. Dessa forma, o desinteresse por esse setor pode ser visualizado tanto pela fala do diretor, quanto pela queda no número de matrículas no curso de Agronomia.

Os pré-requisitos para ingressar no curso de Ciências Agrárias eram os seguintes:

> *Para requerer matrícula, no primeiro anno, em qualquer um dos cursos, os candidato deverão provar: idade mínima de 16 annos, idoneidade moral, pagamento da taxa escolar e aprovação no exame vestibular. Para engenharia agronômica, constará o exame vestibular de uma prova oral de álgebra, geométrica e trigonométrica, apresentando o candidato certificados de approvação nos exames de Portuguez, Francez, Inglez, Geografia Geral e Geografia do Brasil, Physica, Chimica e Historia Natural. Arithmetica, Algebra, Geometria em estabelecimentos officiaes ou equiparados*[15].

As exigências de acesso ao curso de agronomia podem ser identificadas como uma das primeiras iniciativas de constituição de campo das Ciências Agrárias em Pernambuco. Estabelecê-la ao mesmo *status* dos cursos de prestígio social, como Medicina, Direito e ainda inseri-la no conjunto das engenharias e no edifício da Escola pode ser visualizada como uma tentativa de estabelecimento de um *Habitus* (BOURDIEU, 2009) compartilhado por esses cursos e que deveriam ser inseridos também na Agronomia.

No entanto, localizado no centro da cidade do Recife, o curso não dispunha de espaços para atividades práticas de agricultura. Na escola não havia pocilgas, estábulos, sementeiras, canteiros experimentais. Essa situação foi criticada por Manoel Paulino Cavalcanti no Regulamento do Ensino Agrícola em 1928:

15. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. *04 de dezembro de 1923. Coleção de leis do Estado de Pernambuco*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

> *A extincta Escola de Socorro, passaram os seus remanescentes a funccionar na Escola de Engenharia do Estado, onde se instituiu um curso de Agronomia, eivado de graves defeitos technicos e com funcção puramente livresca e decorativa. O seu programma, era constituído por um amontoado de matérias, sem organização didática compatível com o ensino agronômico; era uma organisaçãorachitica, incapaz de dar algum fructo proveitoso aos nossos interesses economicos*[16].

Nada foi encontrado nos arquivos do Ministério da Agricultura e Ministério da Educação, com relação ao fim do curso de Agronomia na Escola de Engenharia de Pernambuco.

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento – ESAMVSB

Em 03 de novembro de 1912, em Olinda, no Mosteiro de São Bento, o abade D. Pedro Roeser propôs a fundação de uma Escola Agrícola. Reunindo-se em uma primeira sessão no Mosteiro: "A congregação da Escola Agrícola e Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda, sob a presidência do Exmº e RevmºSñr D. Pedro Roeser, O.S.B., fundador da dita Escola, seu Diretor e D.D. Abade de São Bento, de cuja propriedade é a escola"[17].

Nessa oportunidade, o diretor congratulou a todos os presentes na reunião e posteriormente foram discutidas questão de adoção, pela escola, dos programas de escolas superiores congêneres. A congregação aprovou o que se segue:

> *Foram tomadas por base os programmas da Universidade de Munich e o previsto pelo governo federal de taes institutos. Em seguida são escolhidos os Sñrs Hermann Rehaag, Johann*

16. *Regulamento da Escola Média de Agricultura de Pernambuco, 1928, p.14 Imprensa Oficial: Recife*. Memorial da UFRPE.

17. *Ata da primeira reunião da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 03 de novembro de 1912, p. 02.* Acervo Memorial da UFRPE.

> *Nikolaus e D. João Klauss para em comissão, sob a presidência do Exmº Snrº Diretor, tratarem da redação dos estatutos*[18].

Nessa sessão estiveram presentes, além do abade, que presidiu a reunião: cinco monges e dois leigos alemães especialmente contratados na Alemanha e diplomados em Berlim – Dr. Hermann Rehaag e Dr. Johann Ludwig Nikolauss. Nessa reunião também foi decidido que os lentes da instituição seriam os próprios monges. Os alemães contratados tinham a missão de prepará-los para o magistério superior da Agricultura e da Veterinária.

Além de trazer profissionais especializados nas Ciências Agrárias e necessárias para formação dos monges, alguns desses últimos foram enviados para Europa para se especializar em diversas áreas, visto que eram eles que ministravam todas as disciplinas.

Os profissionais alemães, embora participassem das reuniões da congregação e fossem apontados como professores, não apareciam em nenhuma das atas da congregação como professores responsáveis por uma disciplina específica. Uma explicação simples para o fato pode ser dado pelo problema em relação ao idioma e à consequente dificuldade de comunicação. Ainda com relação aos professores alemães, esses foram contratados por um período de três anos. No entanto, o Dr. Johann Ludwig Nikolaus despediu-se da congregação no dia 1º de março de 1915[19], 16 meses após sua contratação; o professor Hermann Rehaag despediu-se em 28 de janeiro de 1916[20], após pouco mais de dois anos no cargo. O mesmo ocupou posteriormente o cargo de professor na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em Minas Gerais (CAPDEVILLE, 1991, p.79).

---

18. *Ata da primeira reunião da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 03 de novembro de 1912, p. 04.* Acervo Memorial da UFRPE.
19. *Ata da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 19º reunião. 01 de março de 1915.* Acervo Memorial da UFRPE.
20. *Ata da Congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 26º reunião 28 de janeiro de 1916.* Acervo Memorial da UFRPE.

No dia 01 de fevereiro de 1914 foram iniciadas as aulas na ESAMVSB. Em 05 de fevereiro de 1914, foi realizada a solenidade de inauguração da Escola Agrícola e Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda. O momento teve sua importância ressaltada pelo diretor D. Pedro Roeser:

> *Eis o que para mim é prova evidente de que em boa hora, acertei nos desejos do glorioso povo pernambucano com o fundar desta instituição. A reflexão iluminada pela graça de Deus e confirmada pelos altos pareceres de meus superiores deu-me a ver claro que a missão a seguir nesta nossa abadia olindense era justamente aquela mesma de que o nosso Pai S. Bento tantas vezes nos adverte em incisos de sua santa Regra: A cultura do Solo. O admirável progresso que fizeram as ciências naturais em nossos dias produziu uma completa revolução na Agricultura. Ora o agricultor hoje em dia não pode mais guiar-se pelos processos de antanho, a criação do gado com a seleção artificial, que o melhora, entrou por estradas completamente novas, o tratamento dos animais domésticos e rurais já se faz por novos horizontes, que as luzes da ciência vão dia a dia dilatando, então que fazermos para cumprirmos à letra a Regra Santa da nossa Ordem Caríssima? Abrir uma dupla Escola de Veterinária e Agricultura, sujeita a todos métodos modernos que a ciência requer*[21].

D. Pedro Roeser destaca em sua fala a importância da adoção de práticas modernas na agricultura. Os avanços observados nas mais diversas ciências deveriam ser incorporados para que o mundo rural pernambucano pudesse viver melhores dias. Esses dias mais prósperos seriam subsidiados pela nova instituição.

Passados os primeiros anos de atividade da instituição, observaram-se as dificuldades com referência às atividades práticas dos alunos a congregação. Na 32º reunião da congregação, os beneditinos decidiram pela transferência de edifício da escola para o Engenho São Bento. O seu

21. *Ata da reunião da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 03 de novembro de 1916, p . 04*. Acervo Memorial da UFRPE.

novo edifício localizava-se a oito quilômetros da Estação Tapera da Estrada de Ferro Central de Pernambuco no município de São Lourenço da Mata.

É valido salientar que a discussão acerca de um terreno conveniente para a realização de atividades práticas foi realizada em 06 de maio de 1913[22]. Adquirido o terreno e iniciadas as construções das novas instalações, em 13 de dezembro de 1915[23], a congregação aprovou a mudança da Escola Superior de Agricultura para o Engenho São Bento para o ano letivo seguinte, em 1916.

No entanto, as restrições orçamentárias e atrasos na obra adiaram a transferência da Escola de Agricultura[24]. Sua transferência foi efetivada em 07 de janeiro de 1917 e, as aulas foram iniciadas em 03 de março no novo prédio. A nova instalação tratava-se de um prédio de dois andares construído com fins escolares. A partir de 03 de abril de 1917, as reuniões da congregação já se realizavam no Engenho de São Bento, constando em atas como a 35º sessão da reunião.

Foi nesse ano que a instituição conferiu os primeiros graus de médicos veterinários e engenheiros agrônomos. No dia 11 de janeiro de 1917, reunindo-se na Escola Superior de Medicina Veterinária, receberam o grau de médico veterinário: Francisco Xavier Pedrosa, Armando Maia e Silva, Manoel de Barros Bezerra e Benjamim Cavalcanti de Melo[25]. Com esse evento, formou-se a primeira turma de médicos veterinários de Pernambuco.

Devemos salientar que um ano antes da sua inauguração, os beneditinos aprovaram uma solicitação de excepcionalidade, utilizando-se do dispositivo de *autonomia universitária* disposto pela Lei Rivadávia

22. *Ata nº 9 da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 06 de maio de 1914.* Acervo Memorial da UFRPE.

23. *Ata nº 25 da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 13 de dezembro de 1915.* Acervo Memorial da UFRPE.

24. *Ata nº 27 da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 30 de janeiro de 1916.* Acervo Memorial da UFRPE.

25. *Ata nº 39 da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 11 de janeiro de 1917.* Acervo Memorial da UFRPE

Correa. Nesse episódio, um ano e meio antes da sua inauguração, o farmacêutico Dionisyo Meili, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, solicitou matrícula como portador de diploma de curso superior e com a dispensa de disciplinas e de prazo legal para o do exercício da Medicina Veterinária. A congregação não só concedeu seu direito a matrícula, como também o dispensou de uma série de matérias. Assim, ele ingressou no curso um ano e meio antes da sua inauguração. Surpreso com o acontecimento, um professor que ficou responsável por ministrar as disciplinas necessárias para o aluno exclamou: "isso que é autonomia"[26].

Assim, o aluno matriculado antecipadamente encerrou seu curso em 1915. No dia 13 de novembro de 1915, durante a 24º reunião da congregação, o mesmo colou grau em Medicina Veterinária e foi o primeiro formado da escola e o primeiro médico veterinário formado e diplomado do país[27].

No dia 11 de novembro de 1917, foi conferido o grau de Bacharel em Engenharia Agrônoma a Gabriel Castello Branco, Ulisses Cavalcanti de Mello, Filippe Carneiro Vieira da Cunha, Renato de Gusmão Neves e Octavio Cabral de Vasconcelos. Conferia-se também o grau de agrônomos a Armando Bandeira de Melo, Fernando da Rocha Cardoso, João G. Carneiro, João H. de Carvalho e Salvador Nigro.

Formava-se, assim, a primeira turma de engenheiros agrônomos, que tinha uma duração de três anos, e a segunda turma de agrônomos que tinha duração de um ano, assim como propunha a lei nº 8.319 de outubro de 1910 que regulamentava o ensino superior agrícola em nosso país.

Como podemos observar, essa turma formou-se ainda sob a organização proposta em 1910. Nos anos posteriores formaram-se engenheiros agrônomos em cursos de quatro anos de duração, devido ao novo regulamento aprovado pelo decreto nº 12.927 de 20 de março de 1918.

26. *Ata nº 3 da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 15 de janeiro de 1913.* Acervo Memorial da UFRPE

27. *Ata nº 24 da congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 13 de novembro de 1915.* Acervo Memorial da UFRPE

A trajetória da instituição fez com que a mesma conseguisse seu registro no Ministério da Agricultura. Por meio do decreto nº 13.028, de 18 de maio de 1918, a mesma passa por um processo de reconhecimento e seus alunos poderiam agora também concorrer a vagas nas secretarias e ministérios, ampliando, assim, o campo de relações desses profissionais formados por essa instituição. Condição ratificada em 29 de novembro de 1919, a partir do decreto nº 4.195, aprovado pela Câmara Federal, estabeleceu bases para o reconhecimento dos cursos e diplomas. A partir desses, a Escola passou a ser equiparada e subvencionada pelo governo federal.

De 1914 até o ano de 1923, a Escola Superior de Agricultura havia diplomado 23 agrônomos e engenheiros agrônomos (ESA/URPE, 1962, p.27). Já a Escola Superior de Medicina Veterinária, nesse mesmo período, diplomou 18 médicos veterinários (ESA/URPE, 1962).

A Escola Superior de Medicina Veterinária, que permaneceu em Olinda após a transferência da Escola de Agricultura, passou por um processo de declínio. A quantidade de estudantes que buscavam ingressar no curso reduziu-se significativamente culminando no seu fechamento em 29 de janeiro de 1926. A última turma formada em Medicina Veterinária pelos beneditinos tinha quatro alunos (ESA/URPE, 1962).

Com sua concepção de estudo, treinamento "on the job"[28], os monges, bacharéis em Filosofia e Teologia, formaram indivíduos como Apolônio Sales (Secretário de Agricultura de Pernambuco/ Ministro da Agricultura), Gileno de Carli (Diretor do Instituto do Açúcar e do Álcool/ Presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura), Ivan Tavares (Professor da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco), entre muitos outros.

Ensino Agrícola em Pernambuco nos anos de 1930

Os anos que seguiram a 1930 foram de intenso debate para o ensino superior agrícola em Pernambuco. No cenário da atuação política

28. O Termo designa o treinamento realizado no local de trabalho.

educacional e sua efetivação poderemos notar uma ação efetiva do Estado que atuará na organização direta das instituições.

Observaremos duas iniciativas pontuais realizadas com relação a essa modalidade de ensino; são elas: A Escola Técnica Prática de Barreiros e a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco – ESAPE. Analisaremos essas iniciativas a partir do conjunto de dispositivos legais apresentados pelo governo do Estado – Regulamentos, Decretos e Leis.

A Escola Técnica Prática de Barreiros

Em março de 1930, o governador do Estado de Pernambuco, Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra, instala no município de Barreiros, sua cidade natal, uma Escola Técnica Prática em Agricultura.

Após os movimentos revolucionários de outubro de 1930 (FAUSTO, 1972) que culminaram no encaminhamento de Vargas ao comando do país, o governo estadual passou por mudanças. Assim, assistiu-se a entrada de Carlos Lima Cavalcanti como Interventor Federal do Estado de Pernambuco.A Escola de Barreiros deixou de funcionar em novembro desse mesmo ano. Em 1931, as medidas legais com relação ao fechamento do estabelecimento de ensino foram tomadas a partir do decreto nº 81, de 02 de julho. Nesse mesmo decreto estavam apresentados os motivos para o seu fechamento:

> *Considerando que o local, onde a mesma foi installada, numa distancia considerável da Capital e sem meios fáceis de transporte, obedecem mais a interesse particular, pois se houvesse prevalecido motivo de outra natureza, não teria sido ali inaugurada;*
>
> *Considerando que já existe, ha 18 annos, um instituto de Agricultura, fundado e mantido pela Ordem de São Bento, em Tapéra, município de São Lourenço, já subvencionado pelo Estado e capaz de ministrar com efficiencia o mesmo ensino, mediante concessões por parte do Estado*[29].

29. *Decreto nº 81 de 02 de julho de 1931. Coleção de leis do Estado.* Arquivo Público Jordão Emerenciano. p.81.

Posteriormente decreta-se as iniciativas a ser tomadas pelo Estado:

> *ARTIGO 1º. O Estado de Pernambuco dará uma subvenção de cento e vinte contos de réis (120:000$000), á* ***Escola de Agricultura de São Bento,*** *mantida pela Abbadia de S. Bento de Olinda, pagáveis em prestações mensaes de até dez contos de réis (10:000$000) e mais a importância de cincoenta contos de reis (50:000$000), para auxiliar a construcção de um edifício para residência de alunos.*
>
> *ARTIGO 2º. O Sr. Secretário de Viação, Obras Publicas, Melhoramentos Municipaes, Agricultura, Industria e Commercio, fica autorisado a entrar em entedimento com referida ordem, assignando termo de contrato, no qual fiquem estabelecidas as obrigações assumidas pelas partes contractantes*[30].

As dificuldades vivenciadas pela escola de Barreiros culminaram na sua não instalação, mas resultaram na subvenção à Escola Superior de Agricultura São Bento. Por outro lado, o governo estadual, em contrato assinado em 10 de julho de 1931, autorizava os beneditinos a "ministrarem o ensino agrícola no estado, por um prazo de até 20 anos, com autonomia administrativa, didática e disciplinar, reservando-se o estado o direito de fiscalização" (ESA/URPE, 1962).

A tentativa de fundar uma escola superior

Ainda em 1931, o governo do Estado de Pernambuco realizou algumas mudanças na Secretaria de Agricultura. Essas mudanças foram evidenciadas com a criação de "uma secção especial com o nome de Directoria de Agricultura, comprehendendotres serviços – os de silvicultura e pomivultura, de canna de assucar e de defesa do fomento agrícola em geral"[31]. Esses três serviços tentariam em suas especificidades compreender

30. *Decreto nº 81 de 02 de julho de 1931. Coleção de leis do Estado.* Arquivo Público Jordão Emerenciano, p.82.

31. *Diário oficial do Estado de Pernambuco. Secretaria de Agricultura, Industria e commercio*. 02 de agosto de 1936, p. 29.

as necessidades e dificuldades vivenciadas pela agricultura e intervir no sentido de se produzir seu melhoramento. Em relatório publicado em Diário Oficial do Estado faz-se um balanço de alguns setores que receberam essa atenção.

> *A fruticultura que só começa a merecer em Pernambuco a attenção que reclamava pela sua importância econômica e pelas nossas condições naturaes, vem sendo estudada e desenvolvida nos estabelecimentos a cargo do serviço – Horto Citricola de Pacas, Estação de Cedro, Fazenda Santa Rosa e Horto de Dois Irmãos. A missão natural desses estabelecimentos é estudar as espécies e variedades vegetaes, divulgar os methodos de cultivo e distribuir mudas e enxertos*[32].

É identificado, nesse trecho, a importância de se investir em novos métodos e práticas que contribuiriam para riqueza do Estado, dada a relevância da agricultura para a economia pernambucana. Investir nos conhecimentos agronômicos tinha por objetivo melhorar a produção agrícola do Estado.

Nesse contexto de modificações é observada uma inusitada proposta do governador Carlos Lima Cavalcanti. O mesmo, em 3 outubro de 1935, baixa o decreto nº 7 criando, em comemoração ao quinto aniversário da Revolução, a Escola de Agricultura e Veterinária de Pernambuco.

A Escola tinha seu foco no ensino superior agrícola e enquadrar-se-ia nos pré-requisitos apresentados nos dispositivos legais apresentados pelo Ministério da Agricultura. Em seu artigo 1º é apresentada sua proposta: "Fica creada na cidade do Recife a Escola de Agronomia e Veterinária de Pernambuco, de accordo com o padrão estabelecido pelo Governo Federal, para as Escolas de Agronomia e Veterinária"[33].

---

32 *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Secretaria de Agricultura, Industria e commercio.* 02 de agosto de 1936, p. 30.

33 *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Atos de Decretos do Governo Estadual*. 07 de novembro de 1933, p. 579.

A finalidade da instituição é apresentada no artigo 2º, em que ela demarca os dispositivos legais que a legitimam:

> *ART. 2º. A Escola de Agronomia e Veterinária de Pernambuco tem por fim ministrar instrucção superior, profissional e technica, diplomando Agronomos e Veterinarios para o exercício destas profissões em todo paiz, nos termos dos Decretos ns. 23.133, de 9 de setembro de 1933 e 23.196, de 12 de outubro de 1933*[34].

Os dois decretos apresentados no artigo 2º correspondem respectivamente, às leis que regulamentavam as profissões de engenheiro agrônomo e de médico veterinário.

Por essa legislação vemos que os cursos teriam organização pautada na legislação federal. Nesse sentido, deveriam seguir o decreto nº 8.319 de outubro de 1910. Percebemos a aplicação das normatizações criadas pelo Ministério da Agricultura no que diz respeito aos cursos da Escola, em seu artigo 3º: "o ensino na Escola de Agricultura e Veterinária de Pernambuco constará de dois cursos distintos- Agronomia e Medicina veterinária"[35]. Esses teriam duração de quatro anos, assim como previsto no art. 4º da lei nº 8.319 de outubro de 1910.

A organização, fiscalização e despesas ficariam a cargo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, especificamente ao Fundo de Fomento da Produção.

> *ART. 13º. As despesas de acquisição de terreno, construcção e instalação da E.A.V.P. ocorrerão por conta do Fundo de Fomento a Produção, observadas as exigências do decreto nº 387, de 1 de abril de 1935.*

34. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Atos de Decretos do Governo Estadual.* 07 de novembro de 1933, p. 579.
35. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Atos de Decretos do Governo Estadual*. 07 de novembro de 1933, p. 579.

> *Art. 14º. Será incorporado ao Fundo de Fomento a Producção o produto de todas as taxas arrecadadas pela E.A.V.P*[36].

Essa proposição não foi realizada, sendo o decreto posteriormente revogado. Um ano e meio após a tentativa frustrada de organização de uma nova instituição de ensino superior agrícola, o governo propõe novos delineamentos que culminaram com a estadualização da Escola Superior de Agricultura de São Bento e a consequente criação da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco.

A Escola Superior de Agricultura de Pernambuco

A partir do ano de 1936, poderemos assistir ao delineamento de uma nova postura para o ensino superior agrícola no Estado de Pernambuco. A intervenção estatal se demarcou de forma mais forte, criando novos caminhos para essa modalidade de ensino.

Em dezembro do mesmo ano, o governo do Estado "autoriza a realisação de uma operação de crédito para a compra do engenho "São Bento"[37]. Nessa operação foi sancionada a seguinte resolução:

> *Art. 1º. O Governador do Estado fica autorizado a realizar a necessária operação de crédito para acquisição do* ***Engenho São Bento,*** *sito em Taperá, pelo preço de rs. 800:000$000, incluindo bens moveis e immoveis, afins de nelle fundar a* ***Escola Superior de Agricultura de Pernambuco,*** *approveitando as installaçoes já existentes*[38].

36. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Atos de Decretos do Governo Estadual.* 07 de novembro de 1933, p. 579.
37. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Atos de Decretos do Governo Estadual.* 09 de dezembro de 1936.
38. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Atos de Decretos do Governo Estadual.* 09 de dezembro de 1936.

Para realizar tal investimento o governo programou com:

> *Art. 2º. O pagamento dos oitocentos contos de reis (800:000$000), destinados à acquisição do engenho acima referido será feito do seguinte modo: Rs. 300:000$000 no acto da aquisição e os restantes Rs. 500:000$000 em duas prestações annuaes, com juros de 5%*[39].

Essa lei foi aplicada rapidamente, visto que a mesma foi acompanhada pelo Ato do Poder Executivo nº 1802, do mesmo dia, que deu cumprimento à lei. A partir desse momento o ensino superior agrícola em Pernambuco, que funcionou durante 25 anos sob a organização dos beneditinos, passa para a tutela do governo estadual.

Nesse período, os beneditinos formaram dezoito turmas de agrônomos e engenheiros agrônomos e nove turmas de médicos veterinários, no total de 148 profissionais agrícolas de nível superior (ESA/ URPE, 1962, P.68).

Nessa nova organização foi nomeado como novo diretor para Escola Superior de Agricultura o Dr. Otávio Gomes Morais de Vasconcelos, que empreendeu uma reforma no currículo da instituição e dos seus programas. Foram realizadas contratações de novos professores visto que, com a saída dos beneditinos, treze cadeiras ficaram sem professores. A Escola teve seu regulamento aprovado por meio do decreto nº 22, de 23 de abril de 1937.

Nesse mesmo ano, com a instalação do Estado Novo varguista, em novembro de 1937, o governo estadual foi assumido por Agamenon. Para a secretaria estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, vivenciou algumas modificações. Foi nomeado para secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco o Dr. Apolônio Sales, professor da escola, e para Diretor da Escola o Dr. Manuel de Almeida Castro.

39 *Ato do Poder Executivo nº 1802. 09 de dezembro de 1936.* Arquivo Público Jordão Emerenciano.

A transferência para Dois Irmãos

No ano seguinte, Apolônio Salles, Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, estava à frente do processo de transferência da Escola Superior de Agricultura para um novo endereço. Em seu relatório ele aponta as considerações para tal atitude:

> *O Interventor Federal no Estado, considerando que a Escola de Agricultura de Pernambuco, actualmente localizada no Engenho São Bento, para que viesse cumprir as prescrições do regulamento do ensino, no tocante á sua apparelhagem e acomodações, forçaria o Estado a despesas além das suas possibilidades;*
>
> *Considerando que sua localização em meio rural mais próximo da cidade facultará no Estado attender ás exigências do ensino, pela annexação, para fins didáticos, da apparelhagem abundante, ora existentes nos diversos departamentos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Commercio;*
>
> *Considerando que a prediagem recém-construída pela Directoria de Obras publicas, constante de 11 edifícios, na localidade de Pedra Mole, próximo a Granja Modelo da Directoria da Produção Animal, aos campos experimentais do Instituto de Pesquisas Agronomicas e ao Horto de Dois Irmãos, da Directoria de Produção vegetal, comporta não somente a Escola com todas as suaactuaes dependências como também laboratórios do instituto de Pesquisas Agronomicas, preenchendo exigências da Directoria do Ensino, do Ministério da Agricultura;*
>
> *Considerando, ainda, que a situação da Escola de Agronomia nesta localidade, facilitará imensamente o ensino, uma vez que a freqüência de alumnos não será condicionada ao regimen de internato, nem sempre ao alcance das classes medias e menos favorecidas de Fortuna*[40].

40. *Decretos e Actos da Interventoria Federal. Estado de Pernambuco. jan.-mar, 1938, p. 291*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

O principal argumento apontado no decreto em suas considerações com relação à transferência da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco do Engenho de São Bento para a localidade de Pedra Mole – atual bairro de Dois Irmãos da cidade do Recife – inscreve-se no tocante a aparelhagem dos cursos e acomodações que forçaria o governo do Estado a realizar despesas além de suas possibilidades.

A necessidade de se enquadrar o curso nos dispositivos legais propostos pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio seria de fundamental importância para o reconhecimento do curso frente às futuras fiscalizações que a instituição pudesse enfrentar. Segundo o decreto assina pelo interventor:

> *Art. 1º. Fica transferida a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, do Engenho de São Bento, no município de São Lourenço da Mata, para a localidade Pedra Mole, neste município, annexando ao patrimônio didactico da referida Escola O Instituto de Pesquisas Agronomicas, com todos seus laboratórios, a Granja Modelo, o Horto de Dois Irmãos e a Estação de fruticultura de Bongy, ficando a parte administrativa destes departamentos a cargo das actuaes diretorias*[41].

Como exposto, a transferência da instituição foi realizada ao mesmo tempo em que se fez a aglutinação de outras instituições que contribuíram para que a Escola alcançasse condições de funcionamento desejado tanto para as necessidades da agricultura do Estado, como também para se alcançar os requisitos dos dispositivos legais propostos pela legislação federal.

Em relatório da Secretaria de Agricultura dos anos de 1938/1939, o processo de criação e posteriormente de aglutinação é relatada pelo então secretário de Agricultura, Apolônio Salles:

> *Creada pelo decreto nº 23.857, de 6 de fevereiro de 1934, á Escola Nacional de Agronomia, tinha que lhe ser equiparada*

41. *Decretos e Actos da Interventoria Federal. Estado de Pernambuco. jan-mar, 1938, p. 293.* Arquivo Público Jordão Emerenciano

> *a Escola Superior de Agricultura de S. Bento para que seus diplomados pudessem exercer a profissão em todo pais, nas normas do Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933.*
>
> *As exigências resultantes dessa regulamentação do Decreto nº 23.857 determinaram para a extinta Escola Superior de Agricultura de São Bento uma situação difícil quanto ao seu reconhecimento. As dificuldades, portanto, em equiparar a Escola de São Bento crearam para o Estado o dever moral de remediar essa situação*[42].

Além das motivações elencadas por Agamenon Magalhães para a transferência da Escola Superior de Agricultura, o seu secretário evidencia-nos mais uma das motivações apresentadas pelo governo para sua realização. Na perspectiva tomada, a estadualização da instituição construía-se com o intuito de formar as bases para o reconhecimento da instituição e para a sua equiparação à Escola Nacional de Agronomia, criada em 1934; e deveria ser parâmetro para as demais instituições que ministrassem cursos voltados para o mundo rural.

Regulamento da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco

O próximo passo assistido pela Escola Superior de Agricultura de Pernambuco constará da aprovação de um novo regulamento para seu funcionamento. Esse regulamento foi aprovado em 1939, por meio do decreto estadual nº 321, de 6 de maio de 1939. Ele regeu a instituição durante todo o período de gestão estadual da Escola e só foi modificado pelo decreto estadual nº 1.619 de 14 de novembro de 1947.

Uma das justificativas pautadas na estadualização da Escola Superior de Agricultura São Bento foi a sua impossibilidade de cumprir as exigências do decreto nº 23.196 e do decreto nº 23.857 que correspondiam respectivamente à validade dos diplomas emitidos pelas escolas equiparadas

42. MONTENEGRO, Lauro Bezerra. *Relatório da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco 1938/1939*. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

e ao reconhecimento da instituição – posteriormente dispostos no decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934.

Nosso objetivo neste tópico foi analisar o regulamento do ensino agrícola no Brasil, no caso, o da Escola Nacional de Agronomia – ENA e posteriormente a produção do regulamento da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco. É necessário recorrer a tais documentos no intuito de se observar a aplicação da legislação federal na escola estudada, visto que foram esses dispositivos legais que nortearam a construção do regulamento da Escola pernambucana.

O decreto federal nº 23.979 de março de 1934 reorganiza a estrutura administrativa do Ministério da Agricultura e cria "órgãos fundamentais para seu funcionamento: Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV.); Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA)"[43].

No regulamento do Departamento Nacional de Produção vegetal foi criada a estrutura da Diretoria do Ensino Agrícola. Nesse é criada a Escola Nacional de Agronomia, instituição que nortearia a criação ou readequação do ensino agrícola no Brasil. Nele é proposto:

> *Art. 375. De acordo com o estabelecido no Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, para outras profissões, a revalidação dos diplomas de agrônomo, engenheiro-agrônomo ou títulos equivalentes, expedidos por escolas ou institutos estrangeiros, será feita na E.N.A. ou em estabelecimentos reconhecidos ou a ela equiparados, após a execução de provas de habilitação pelo candidato*[44].

O aspecto central desse tópico é estabelecer o padrão do período para as demais profissões de nível superior no país, ou seja, a validação e

43. *Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934, p. 51.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-norma-pe.html>

44. Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934. p. 52. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-norma-pe.html>

certificações dos cursos e a possibilidade de se equiparar aos diversos cursos existentes, produzindo um padrão mínimo necessário no qual todos os cursos devessem seguir. Caso os estudantes fossem estrangeiros, poderiam realizar um exame no qual comprovasse a validade de sua formação.

Dada a importância da Escola Nacional de Agricultura, a mesma recebe destaque no decreto com um subtítulo referente a sua finalidade, estruturação e organização. Quanto à Escola e sua finalidade:

> *Art. 381. AE.N.A., com sede no Distrito Federal, creada pelo Decreto nº 23.857 de 8 de fevereiro de 1934, diretamente subordinada à D.E.A., do D.N.P.V., tem por fim ministrar a instrucção superior profissional e técnica referente à agronomia, diplomando agrônomos, para o exercício da profissão em todo país, de acordo com o decreto nº 23.196 de 12 de outubro de 1933.*
>
> *Art. 382. No que diz respeito à organização dos cursos-disciplina, a E.N.A. servirá de padrão para as demais escolas de Agronomia do país, levando-se em consideração, até certo ponto, as exigências regionais de cada uma delas, a fim de que se possa ser reconhecidas pelo governo federal*[45].

De acordo com essa legislação, os cursos normais para agrônomos teriam duração de quatro. As matérias constituintes do curso seriam distribuídas em 18 matérias e uma aula da seguinte forma:

> *1º Matemática: Geometria analítica e cálculo;*
>
> *2º Física Agrícola;*
>
> *3º Geologia Agrícola: geologia, mineralogia e agrologia;*
>
> *4º Química analítica;*
>
> *5º Química orgânica e tecnologia rural:*

45 *Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934. p. 53.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-norma-pe.html>

6º Química agrícola;

7º Botânica agrícola; anatomia, fisiologia e sistemática;

8º Zoologia agrícola: zoologia geral, anatomia e fisiologia dos animais domésticos;

9º Entomologia e parasitologia agrícolas;

10º Fitopatologia e microbiologia agrícola;

11º Mecânica agrícola: máquinas e motores agrícolas;

12º Agricultura geral e genética vegetal;

13º Agricultura e genética especializadas:

14º Horticultura e Silvicultura;

15º Zootecnia: exterior e raças, zootecnia geral e genética animal;

16º Zootecnia especializada: criação, alimentação e higiene;

17º Engenharia rural: topografia, hidráulica agrícola, construções rurais, desenho topográfico, de estradas e de construções rurais;

18º Economia rural: economia, legislação e contabilidade agrícolas;

Aula: desenho de aguadas, perspectiva e sombras[46].

Vale ainda salientar que cada cadeira do curso deveria ficar sob a regência de um professor catedrático, auxiliado por um professor assistente, com exceção da 1º e da 18º, que deveria ser nomeado como disposto nesse regulamento (art. 385). As matérias que compunham o curso também foram alvo de organização, estando elas dispostas durante os quatro anos de curso (art. 386).

46. *Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934, p. 54.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-norma-pe.html>

Para ser admitido pela Escola Nacional de Agronomia o candidato deveria ser submetido a um concurso de habilitação que constava de uma prova escrita e prova oral (art. 390) e dentre os pré-requisitos para seu acesso estavam:

> *a) Ter no mínimo dezesseis anos e no máximo vinte e cinco anos de idade;*
>
> *b) Ter sido vacinado contra varíola;*
>
> *c) Não sofrer de doença contagiosa ou repugnante, nem de defeito físico que o impossibilite para os trabalhos do campo;*
>
> *d) Ter sido aprovado no quinto ano do Colégio Pedro II ou estabelecimento de ensino secundário, sob inspeção federal*[47].

Observa-se que além de se exigir uma formação básica mínima, equiparada a ministrada pelo Colégio Pedro II, fazia-se necessário dar prova de saúde e estar livre das enfermidades.

O mesmo documento ainda propõe a organização do ano letivo e de excursões (capítulo IV – art. 401 e art. 402). O que nos chama atenção neste trecho do documento relaciona-se com as "grandes excursões pedagógicas":

> *De caráter obrigatório para os alunos do 4º ano, e terá um programa e orçamento organizados previamente pelos professores que nela tomarem parte, a fim de serem submetidos a aprovação do Diretor Geral do D.N.P.V., por intermédio da D.E.A.*[48].

O capítulo V já se refere ao regime escolar, programas de ensino e horários. As aulas teóricas e práticas deveriam ser "realizadas das 8h às 17 horas, sendo fixado em 6 horas o dia de trabalho escolar" (art. 405). As

47. *Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934, p. 55*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-norma-pe.html>

48. *Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934, p. 56.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-norma-pe.html>

aulas teóricas desse curso "durariam no máximo, 50 minutos, e as práticas, de uma a duas horas" (art. 406).

Ainda podemos encontrar nesse documento questões como Faltas e Penalidades (capítulo VI), Exames e arguições (capítulo VII), Diplomas (capítulo VIII), Corpo docente (capítulo IX), Provimento do Cargo de Professor Catedrático (capítulo X), Congregação (capítulo XI), Conselho Técnico (capítulo XII), Administração escolar (capítulo XIII), Estágio no Estrangeiro e prêmio de viagem (capítulo XIV), Biblioteca e Publicações (capítulo XV), Transferência de alunos (capítulo XVI), Disposições gerais (capítulo XVII) e Disposições transitórias (capítulo XVIII).

Após a aprovação desse regulamento, que deveria ser seguido pelas demais Escolas de Agricultura do país, foram criadas outras leis que foram elaboradas para fiscalizar, reconhecer e estipular prazos para a adequação das instituições a esse regulamento.

O primeiro dispositivo que corresponde a essa organização do ensino agrícola é o decreto-lei nº 933, de 7 de dezembro de 1938. Nele, o governo determina a realização de diligências para verificar o cumprimento do regulamento do ensino superior agrícola.

> *Os cursos superiores de ensino agrícola e veterinário que, na data da publicação desta lei, estiverem funcionando sem reconhecimento pelo Governo Federal, deverão requerer êste reconhecimento até 31 de dezembro de 1939*[49].

Assim, esse documento estipulou um prazo de um ano para que as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária se adequassem ao regulamento proposto pelo Ministério da Agricultura para alcançarem o seu reconhecimento.

No ano de 1940, frente a não efetivação da lei, é aprovado o decreto-lei nº 2.855 de 11 de dezembro de 1940. Nele, o governo "prorroga

49 *Decreto-lei nº 933, de 7 de dezembro de 1938*, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-933-7-dezembro-1938-349274-publicacaooriginal-1-pe.html>

o prazo de funcionamento das escolas de agronomia e veterinária ainda não reconhecidas e dá outras providências"[50]. Em suas primeiras linhas, o decreto propõe:

> *Art. 1º. O funcionamento, até 31 de dezembro de 1943, dos cursos superiores de agricultura e veterinária que requereram reconhecimento de acordo com o decreto lei nº 933 de 07 de dezembro de 1938, e que até a presente data ainda não obtiveram.*
>
> *Art. 2º. os cursos beneficiados pelo artigo anterior deverão submeter-se às normas de ensino dos institutos federais congêneres, sob a vigilância e controle da Superintendência do Ensino Agrícola e veterinário, do Ministério da Agricultura, e os diplomas por eles regularmente expedidos só poderão ser registrados após validação feita na Escola Nacional de Agronomia e na Escola Nacional de veterinária*[51].

Os cursos teriam um prazo de dois anos (até 1943), para equivaler e validar sua escola nacional. Caso não conseguissem preencher os requisitos, a escola seria fechada e teria seus alunos transferidos para escolas oficiais ou reconhecidas pelo governo federal (art. 5º).

Regulamento da ESAPE

A partir desse conjunto de dispositivos legais de âmbito federal, partimos para a análise do regulamento da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, percebendo como e de que forma o mesmo foi construído e como ele apropriou-se das proposições em nível federal.

O regulamento da ESAPE foi oficializado por meio do decreto estadual nº 321, de 6 de maio de 1939. Esse regulamento foi utilizado pela instituição durante oito anos, até 1947. O mesmo foi assinado por Apolônio Sales, secretário da agricultura, e Agamenon Magalhães. Era composto por

50. *Decreto-lei nº 2.855 de 11 de dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2855-11-dezembro-1940-412909-publicacaooriginal-1-pe.html>

51. *Decreto-lei nº 2.855 de 11 de dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2855-11-dezembro-1940-412909-publicacaooriginal-1-pe.html>

170 artigos, dispondo sob as mais diversas áreas da Escola. Sua modificação só ocorre em 14 de fevereiro de 1947, já no contexto de federalização da universidade.

A argumentação do regulamento é iniciada com os fins da escola, localização e sua aparelhagem (art. 2º). No seu artigo 3º, é apontada a organização do curso que segue a mesma estruturação em 18 matérias e uma aula. No entanto, quando explicitado os conteúdos das disciplinas, é apresentada acréscimos de conteúdos como na matéria de Mecânica Agrícola que é incluída em seu conteúdo "o desenho de máquinas" e na Economia Rural com o conteúdo de "estatística" (art. 3º). A distribuição das disciplinas durante os quatro anos de curso segue o prescrito pela Escola Nacional de Agricultura (art. 5º).

Com relação à entrada de alunos no curso, o requerimento de sua inscrição deveria conter os seguintes documentos:

> *1º prova de conclusão do curso secundário, de acordo com os artigos anteriores;*
>
> *2º certidão que prove a idade mínima de 17 anos;*
>
> *3º carteira de identidade;*
>
> *4º atestado de vacina antivariólica;*
>
> *5º atestado de sanidade física e mental;*
>
> *6º atestado de idoneidade moral;*
>
> *7º recebimento de pagamentos de taxas de inscrição*[52].

Os pré-requisitos solicitados para a inscrição na ESAPE acrescentou elementos não observados na legislação federal, tais como: carteira de identidade e atestado de idoneidade moral, além de elevar de 16 para 17 anos a entrada na escola e não estipular uma idade máxima para os futuros estudantes. Foi estipulado também um período de inscrição fixo que

52. *Decreto nº 321, de 6 de maio de 1939. Regulamento da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, p. 127*. Acervo Memorial da UFRPE.

ocorreria todos os anos entre os dias 20 e 30 de dezembro de cada ano (art. 11º), como também a comissão avaliativa do processo de seleção (art. 17º), julgamento de provas (art. 25º) e critérios de avaliação (art. 28º).

Seguirão no corpo do documento questões que acompanham o que é solicitado na legislação federal como ano letivo (capítulo V), Horário e frequência (capítulo VI), Programas (capítulo VII), Regime disciplinar (capítulo VIII) – que equivaleria a capítulo de penalidades e faltas apresentado no Regulamento federal –, Provas parciais (capítulo IX), exames finais (capítulo X), Diplomas, símbolos, etc. (capítulo XI), Corpo docente (capítulo XII), Provimento de cargos de professor catedrático (capítulo XIII), Congregação (capítulo XIV), Conselho Técnico (capítulo XV), Administração (capítulo XVI), Transferências (capítulo XVII), Estágios e Prêmios de viagem (capítulo XVIII), Biblioteca (capítulo XIX), Diretório Acadêmico (capítulo XX), Disposições gerais (capítulo XXI).

A estruturação construída para o regulamento da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco teve uma maior abrangência e detalhamento nos seus itens em comparação com a legislação federal. É possível observar capítulos no corpo da sua lei que não são encontradas no regulamento federal, tal como o que concerne à Biblioteca e ao Diretório Acadêmico.

Essa sistematização de suas atividades demonstra a preocupação em ter uma maior organização das atividades do ensino agrícola na ESAPE. Um fruto dessa empreitada pode ser observado em 1943 quando a Escola passou a ser oficializada, por meio decreto federal nº 13.184, de 14 de fevereiro de 1943, que a equiparou a Escola Nacional de Agricultura e a listou entre as instituições subvencionadas pela União.

Os últimos passos do ensino superior agrícola sob a tutela estadual em Pernambuco sãodados em 24 de julho de 1947. Nessa data, foi criada a Universidade Rural de Pernambuco – URPE, pelo decreto-lei nº 1.741. Nele é decretado:

> *Art. 1º. Fica Criada a Universidade Rural de Pernambuco, como sede em Dois Irmãos.*

> *Art. 2º. A Universidade Rural de Pernambuco (U.R.P.) fica submetida ao regime de autonomia administrativa no âmbito da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.*
>
> *Art. 3º. A Universidade será constituída pelos seguintes órgãos que lhe ficaram subordinados: Conselho Superior (C.S.), Conselho Fiscal (C.F.), Reitoria (R), Escola Superior de Agricultura (E.S.A.), Escola Superior de Veterinária (E.S.V.), Instituto de Pesquisas Agronômicas (I.P.A.), Instituto de Pesquisas Zootecnicas (I.P.Z.), Instituto de Pesquisa Veterinárias (I.P.V.), Serviço de Extensão Universitária (S.E.U.), Serviço de Aprendizagem Rural (S.A.R.) e a Fundação Casa do Universitário (F.C.U.)*[53].

Essa estrutura seguirá até o ano de 1955, quando ocorre a federalização da universidade, encerrando esse ciclo do ensino agrícola em Pernambuco.

O sentido da Estadualização

O estabelecimento do ensino superior agrícola em Pernambuco é matéria de atenção por parte dos governos federal e estadual ao longo das décadas de 1930 e 1940. A partir da criação de dispositivos legais (decretos, leis, regulamentos) podemos perceber a trajetória política dessas instituições e a sua inserção na sociedade pernambucana.

Essa modalidade de ensino na sua primeira tentativa foi resultado da presença da iniciativa privada. Ela foi encabeçada por uma Ordem Monástica Beneditina que colocaram suas ideias em movimento e levaram consigo o projeto do ensino superior agrícola, treinando-se a si e posteriormente aos alunos que ficaram de 1912 a 1935 formando os primeiros agrônomos e engenheiros agrônomos do Estado.

Durante esses anos foram 113 alunos formados. É valido salientar que no período beneditino não observamos a presença da elite agrária pernambucana inserida no processo de construção da instituição, como houve na Bahia, Pelotas e Piracicaba (CAPDEVILLE, 1991, p.65).

53. *Decreto-lei nº 1.741, de 24 de julho de 1947.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65580-21-outubro-1969-407105-estatuto-pe.doc>.

As primeiras iniciativas do Estado com relação ao ensino superior agrícola surgiram no início da década de 1930, com a Escola Teórica Prática de Barreiros e posteriormente com a proposta de criação da Escola de Agricultura e Veterinária de Pernambuco (EAVP), em 1935, em comemoração ao quinto ano do governo revolucionário varguista.

Percebemos essas ações estatais do início da década de 1930 como desastradas, uma vez que Pernambuco, no momento, era servido pela Escola Superior Agrícola de São Bento.

A situação modifica-se, pois, a partir de 1936, a Escola de São Bento fica subvencionada pelo Estado. Nesse momento, o Estado deixa de concorrer com a instituição beneditina e passa a apoiá-la em suas atividades.

Num terceiro movimento, o Estado encampa a Escola e toda a sua estrutura tomando a si a responsabilidade de gerenciar essa atividade. Nesse ano de 1936 o conjunto de esforços realizados pelos beneditinos com relação ao mundo rural em Pernambuco e suas necessidades passam a ser administrados pelo Estado.

Transferida posteriormente para a localidade de Pedra Mole, Bairro de Dois Irmãos, local da atual Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Escola aglutina outras instituições ligadas à pesquisa agrícola e recebe o nome de Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, e um regulamento adequado à legislação federal.

O regulamento da Escola Superior de Agricultura de 1939 representou o esforço do Estado em se enquadrar nos dispositivos legais em nível federal. A sua organização, equiparação e oficialização contribuíram significativamente na construção da solidificação do projeto do ensino agrícola pernambucano. O resultado desse esforço pode ser visualizado no ano de 1943 quando a escola passa a ser subvencionada pela União em 1947 e pela sua federalização em 1955.

Sua estruturação possibilitou que a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco entre os anos de 1936 e 1947 formasse 208 (ESA/URPE, 1961) engenheiros agrônomos.

Podemos afirmar que a presença mais forte do Estado na produção dessa modalidade do ensino possibilitou que a Escola obtivesse um olhar diferenciado e, assim, uma maior adesão dos indivíduos aos cursos das ciências agrárias. Assim, foi construído um espaço que, a partir das necessidades simbólicas e sociais, pressionou a constituição de um conjunto de dispositivos legais, que culminou na construção de um espaço institucional para o ensino superior agrícola pernambucano.

Esse conjunto de dispositivos analisados neste texto possibilitou-nos perceber a trajetória da definição das políticas públicas para agricultura, na qual o Estado de Pernambuco propunha a modernização das práticas e técnicas da sua agricultura. Na esteira do plano de produção desse campo, os egressos do ensino agronômico tornaram-se os novos agentes do Estado, qualificados para assumirem os novos quadros que surgiam nessa nova empreitada.

Na produção do *Campo Agronômico* pernambucano, destacamos a atuação de Apolônio Salles que se constrói como um agente produtor e reprodutor das relações sociais construídas em torno da agricultura e do ensino agrícola no Estado de Pernambuco. Percebemos que é altamente significativo o papel de Apolônio Salles na afirmação dessa categoria profissional e na configuração dos novos espaços de poder que teve o agrônomo como principal sujeito articulador de intervenção.

Apolônio Salles pode ser apresentado como agrônomo e agente do Estado. O mesmo se formou engenheiro agrônomo na turma de 1923, pela Escola Superior de Agricultura de São Bento, em Tapera, Pernambuco. Foi secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco entre 1937 a 1942, ministro da Agricultura entre 1942 a 1945. Idealizador e criador da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Foi eleito senador em Pernambuco, em 1947, e reeleito em 1950, exercendo a função de vice-presidente do Senado Federal entre os anos de 1956 a 1959 [54].

54. Academia Pernambucana da Ciência Agronômica, p. 373.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1922.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAPDEVILLE, Guy. *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa: UFV – Imprensa Universitária, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*: o ensino superior da colônia a Era Vargas.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972.

KOLLING, Edgar Jorge (Org.). *Por uma educação básica no campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Brasiliense: São Paulo, 1948.

LOBO, Eulália M. L. *História político-administrativa da agricultura brasileira (1808-1889)*. Rio de Janeiro: FGV/EIAP, 1980.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel***.** Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 1983.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil.*Revista Brasileira de Educação*, n. 14, 2000, p. 131-150.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana*: 1930-1961. Niterói: Editora da UFF, 2010.

_____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988.

MIRANDA, Humberto. *Meninos, Moleques menores... Faces da Infância do Recife*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, PE, 2008.

Cultura, patrimônio e memória

A cal da ilha de Itamaracá: cenário físico-geográfico influenciando a condução e articulação produtiva da cal na economia do Brasil colonial

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Rodrigo Ibson da Silva Oliveira

Este trabalho pretende estabelecer um diálogo entre a história da Ilha de Itamaracá-PE, Brasil e a produção de cal, cuja condição econômica compreende parte do século XVII e os seus respectivos desdobramentos no século XVIII, visto que precisamos atuar sob a relação deste ambiente político e, sobretudo, econômico na produção da cal.

É importante ressaltar que nossa análise considera um ponto de partida histórico e que se fundamenta em uma diversidade de fontes arqueológicas e geográficas, que ajudam a dar sentido a um objeto que não é naturalmente um objeto de estudo histórico.

Buscamos então, entender o que é a cal, como era e tem sido, hoje, a sua produção e para que foi utilizada ao longo de dois séculos no território da Ilha e em porções continentais associadas à Capitania de Itamaracá. As primeiras construções registradas com o uso da cal na América colonial foram os cais portuários, pavimentos e edificações públicas. Na Ilha de Itamaracá

encontramos ainda hoje vestígios de 14 fornos de cal que de acordo com dados arqueológicos[1] remontam dos fins do século XVII e início do XVIII.

A matéria-prima para o fabrico da cal é a pedra calcária, os fornos são estruturas escavadas em barrancos ou construídas de tijolos batidos, de pedra ou de ambos os materiais, como é o caso dos fornos encontrados na Ilha de Itamaracá. Utilizando a combustão por madeira ou carvão o processo de produção durava em média 72 horas.

A partir do texto: *A Cal nas Canárias: Elementos para o seu estudo,* do Historiador João Adriano Ribeiro temos o entendimento do sistema de extração, produção e comercialização da cal nos Arquipélagos de Açores, da Madeira e das Canárias. Segundo o autor, a cal figurava como importante recurso econômico. Entretanto, o mesmo chama a atenção para um tráfico desse produto entre as Ilhas do Arquipélago, que denota uma interdependência entre os locais de produção e de extração da cal, tendo em vista que em determinada Ilha tinha-se acesso à pedra calcária e em outra à madeira ou carvão necessário para a queima da pedra.

Já a Ilha de Itamaracá tinha o privilégio de contar com uma riquíssima jazida de pedra calcária, bem como uma grande quantidade de madeira boa para queima em seu território, o que eliminou a co-dependência em relação ao continente, fazendo todas as etapas da produção na própria Ilha.

Uma das madeiras extraídas em larga escala na ilha, inclusive como produto de exportação, era o pau-brasil que durou até o século XVII à época da presença holandesa. O que nos chama a atenção é outro elemento natural que vai diversificar esta economia, embora acreditemos que não influencie nos lugares sociais ocupados pelos grandes produtores de açúcar presentes na Ilha, são as salinas, outra fonte de matéria-prima para a produção da cal.

Acreditamos que este elemento natural também contribuiu, de

1. Os dados arqueológicos utilizados nesta pesquisa são provenientes do levantamento efetuado durante a execução do projeto "Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano", entre os anos de 2006 e 2008, desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco e financiado pelo CNPq.

forma mais modesta, para a ascensão social de diversos indivíduos que habitaram a capitania de Itamaracá, na medida em que participavam de sua produção ou comercialização e que assim como os grandes proprietários de terra poderiam estar ligados a várias atividades produtivas ao mesmo tempo.

Criadas a partir do processo de evaporação da água (evaporitos), as salinas são o resultado da sedimentação do sal após a ausência da água. O relevo, assim como a composição geológica da Ilha de Itamaracá, possui áreas que se apresentam como verdadeiros vales, os quais são contemplados pelas águas vindas do mar por diversos canais que a cortam. Essa formação contribuiu bastante para a formação de salinas, as quais foram responsáveis não só pela extração do cloreto de sódio (NaCl), mas também por sua utilização no processo de calcinação da pedra calcária.

As salinas da Ilha de Itamaracá também foram mencionadas pelo viajante Inglês, Henry Koster, o qual as descreve em seu diário: "nas ilhas colombianas usam sempre a cal e alguns agricultores em Pernambuco, há pouco tempo, introduziram o emprego desse álcali nas suas indústrias, mas existe no país um preconceito contra a cal, sob pretexto de que o açúcar obtido não é sadio, e isto impediu que muitas pessoas o adotassem. Nenhuma dificuldade surgiu para seu uso entre os próprios plantadores porque a facilidade de sua busca encorajava as experiências." (KOSTER, 1978, p. 435).

As salinas tinham também a função de fornecer material para o processo de calcinação da pedra calcária, antes e durante o processo da queima. O processo se dava pela queima do material encontrado em afloramentos naturais decorrentes do relevo submarino, no qual a pedra calcária seria encontrada com maior teor de calcinação.

A importância da produção de cal não se deve somente a sua utilização para a produção açucareira como afirma Koster (1978, p. 345), o fato de os fornos de cal encontrados na ilha localizarem-se próximos às salinas denota a ação conjunta destes dois elementos naturais, que segundo

relatos de moradores, como o senhor Edenildo[2], era utilizado também para a construção civil nos últimos tempos.

Para entendermos às circunstâncias físicas da produção da cal na Ilha de Itamaracá, recorremos ao entendimento de seu ambiente geográfico e geomorfológico, na medida em que estas condições possibilitam o diferencial para os demais aspectos observados em relação a outras Ilhas atlânticas que também produziam ou utilizavam a cal no período estudado. É importante ressaltar que nesse texto fizemos uso em larga escala dos pressupostos da História Ambiental, na medida em que compreendemos que equacionar a dinâmica do meio ambiente natural com os aspectos sociais, culturais e políticos de determinado ambiente histórico é possível de forma mais coerente se utilizarmos por vezes as ferramentas legadas em aliança pelas ciências humanas e pelas ciências da natureza.

Neste caso, fazemos uso da geografia em grande medida, mas também da biologia, da física e da química de modo a construir um panorama espacial que justifique a utilização da cal, como matéria-prima e como elemento de construção de sentido social para uma configuração específica de economia colonial, como a experimentada nesta Ilha Atlântica.

Para elaborar um entendimento do nosso objeto a partir desta visão, compreendemos necessário articular a nossa multidisciplinar discussão a partir da metodologia aplicada pela História Ambiental, achamos por bem, conhecer em que medida este aporte teórico pode conferir em amplo sentido o entendimento de nossas fontes, sobretudo, no que diz respeito à escrita e análise das fontes. Para tanto, se fez necessário entender o caminho percorrido historiograficamente por este lugar de observação que adotamos em nosso texto.

Os primeiros debates que incluem o ambiente natural em termos de reflexão histórica remontam aos primeiros Annales, Lucien Fevbre já

2. Atual morador de forno de cal, melhor conservado que fica próximo à Vila Velha, entrevistado pela equipe do projeto Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano.

considerava e elaborava uma história social em que os movimentos da natureza eram considerados como fundamentais para o entendimento da estrutura social. Mais tarde Braudel vai se referir da seguinte maneira: "'a história é o homem'. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos." (Fernand Braudel in Moore, 2003, p. 431).

Esta definição ampla de história vai acompanhar na década de 1970 um outro movimento que nos Estados Unidos da América se preocupa com os efeitos das intervenções humanas sobre a natureza, junto a esta problemática que ainda nos é atual, alguns historiadores, como Roderick Nash[3] vão retomar o debate dos franceses, ancorados nas temáticas propostas pela ecologia e seu ambiente de visibilidade no mundo moderno.

Entretanto, a proposta de história ambiental que encaramos difere um pouco da tradição americana, preocupada com os problemas do presente e dos rumos tomados pela natureza a efeito da ação humana, e se aproxima do que fizeram os Annales na segunda metade do século XX, quando indagavam dos efeitos da natureza para a dinâmica da população, para construção de recursos econômicos de uma sociedade e para a condição política da mesma na medida do alcance de seus territórios e de suas articulações com a produção e consumo de recursos naturais em suas diversas formas.

Para entender a produção da cal na Ilha de Itamaracá estabelecemos um recorte em que configuramos os espaços geográficos da Ilha e sua relação com o sistema colonial que está dado para o período em que estudamos fins do século XVII e início do XVIII e, refletimos de que forma este cenário físico-geográfico pode ter influenciado na condução e articulação produtiva da cal.

3. O historiador cultural foi responsável por ministrar o primeiro curso de história ambiental, no ano de 1972, na Universidade da Califórnia, publicando nos anos seguintes diversos livros que se tornaram referência na área como o Wilderness e the American Mind. (NASH, Roderick. Wilderness e the American Mind.Fourth Edition, Yale University; 2001.

Contudo, como via de entendimento, a Ilha de Itamaracá encerra singularidades territoriais que correspondem ao seu Status de Ilha e também à sua dinâmica de aproximação com o continente. Estes fatores devem ser analisados de forma a confrontarem os aspectos físicos de sua geografia que possibilitam a navegação em seus arredores, o escoamento da produção e mesmo a própria natureza dos produtos encontrados na Ilha.

Cal na colônia: um produto promissor

As problemáticas acerca da economia da Ilha de Itamaracá entre 1654 e 1763 são suscitadas de forma recorrente neste trabalho, posto que sentido ao mesmo quando se propõe a afirmar que a cal foi um produto mais relevante para o contexto colonial do que havia sendo afirmado até então. Considerando tudo isso, tratamos neste ponto do texto de analisar de que forma a produção caieira contribuiu para, neste momento de reorganização política e econômica das capitanias do norte do Brasil, sustentar a já escassa fonte econômica, agora com os territórios cada vez menores e com o controle da produção açucareira diluído entre Pernambuco e Paraíba.

A cal serviu então, de acordo com o que pode ser compreendido pela ampla pesquisa desenvolvida ao longo deste texto, como objeto de produção efetuado durante todo o ano, mais que em momentos de crise, como o estudado, passou por uma intensificação de seu arsenal produtivo, bem como de suas redes de distribuição. É preciso observar ainda, que na medida em que a produção da cal foi sendo desenvolvida na Ilha, o controle político dela foi sendo passado para a vila de Goiana e com ele os incentivos econômicos, como observado no trabalho de Luciana Barbalho (2009), acerca da disputa das terras dos engenhos após a expulsão holandesa.

Com o deslocamento da renda da Coroa Portuguesa, a saída da Ilha da Casa de Câmara e Cadeia e consequentemente do poder do capitão-mor, que como vimos anteriormente já era observado de perto pela Capitania de Pernambuco, sendo assumidas as reponsabilidades camararias à vila de Goiana, Itamaracá ficou ainda mais isolada economicamente. É inclusive

neste período que para Manuel Correia de Andrade se acentua a derrocada da Capitania, que para o autor já começou frustrada.

No que diz respeito ao aparato econômico da Ilha durante o período estudado, temos a sobrevivência dos engenhos de cana de açúcar, como o Amparo, o comércio de madeira e frutas tropicais que já era corrente desde os primeiros anos da colonização e por último a produção da cal. Este produto específico foi decisivo em um momento em que a produção açucareira, de onde advinha a maior parte da renda estava prejudicada pela condição dos engenhos, já que muitos foram abandonados quando da guerra com os holandeses, e também como principal fator o crescimento da produção açucareira no continente, nas regiões que anteriormente pertenciam à Capitania de Itamaracá, como Goiana e Igarassu.

A cal produzida na Ilha pode ter sido utilizada para reforma dos conjuntos urbanos, e de edifícios isolados de sobrados e engenhos, destruídos durante a expulsão dos holandeses. Também sendo utilizada em período permanente para a manutenção das fortificações da Barra sul da própria Ilha de Itamaracá, do Forte Orange, que foi reconstruído pelos portugueses e de outros fortes ao longo da costa da região norte do Brasil.

Ainda que não possamos analisar e indicar monumentos e edificações que utilizaram a cal da Ilha de Itamaracá como documento para estas afirmações postas acima, podemos validar a nossa colocação quando observamos o fato de que a produção de cal no Brasil nos três primeiros séculos só foi efetuada em dois locais, segundo pesquisa desenvolvida pela arquiteta Cybèle Celestino Santiago, a Bahia e a Ilha de Itamaracá, como também pelas referências evidenciadas nos cronistas analisados durante a pesquisa que nos permitiu estabelecer uma periodização para o início da produção de cal no Brasil e conectar esta produção ao contexto de Itamaracá.

O principal relato de viajante sobre a produção de cal recuperado em nossa pesquisa é o feito por Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587,* onde descreve a produção da cal de ostra ou

marisco como encontrada na Bahia. Em seu relato faz várias alusões ao uso da cal com fins construtivos e diz que é de boa qualidade. É importante ressaltar que no processo de produção da cal a partir da queima dos mariscos, precisam ser adicionados outros materiais como a areia e que, por este motivo a qualidade é inferior a da cal produzida com pedra calcária como na ilha de Itamaracá, quando a adição de outros materiais é opcional.

> *E há tantas ostras na Bahia e em outras partes que se carregam barcos delas, muito grandes, para fazerem cal das casas, de que se faz muita e muito boa para as obras, a qual é muito alva; e há engenho que se gastou nas obras dele mais de mil moios de cal destas ostras, as quais são muito mais sadias que as da Espanha (*SOUZA, 2010, p. 282*).*

O cronista ainda reconhece que a qualidade da cal de ostra é inferior a cal de pedra calcária, mais demonstra que não teve muito contato com ela devido ao fato de no período apenas a jazida da Ilha de Itaparica estar sendo explorada e de forma ainda muito humilde[4] como indica o texto destacado abaixo:

> *Muito alva e liga a obra como dela se faz como a de Portugal e cadeiam-na da mesma maneira mas não leva tanta areia como a cal que se faz das ostra e de outro qualquer marisco, de que também se faz muito alva e boa para todas as obras, quanto mais que quando não houvera remédio tão fácil para se fazer infinidades de cal como o que está dito, com pouco trabalho se podia fazer muita cal na Baía, no rio jaguaripe e em outras partes há muita pedra lioz como a de Alcântara, com umas veias vermelhas, a qual pedra é muito dura de que se fará muita obra prima, quanto mais cal para o que se tem experimentado já, e cozem muito bem e se não valem dela para fazerem cal, é porque acham estouro remédio muito perto e muito fácil e para as mesmas obras e edifícios que forem necessários (*SOARES, 2010, p. 252*).*

4. Um trabalho sobre a produção da cal na Ilha de Itaparica e sua relação com a produção da Ilha de Itamaracá ainda está por ser produzido, seria extremamente relevante para os conhecimentos acerca desta economia cruzar os dados das duas localidades, sobretudo no que diz respeito aos documentos oficiais da Coroa Portuguesa, relacionados na Bahia.

Neste sentido, a produção de cal de ostra difere em muitos pontos da produção de cal a partir da pedra calcária, o que justifica também a escolha de Itamaracá pela segunda em detrimento da primeira que também é abundante na ilha. Levantamos durante a pesquisa a possibilidade de ser produzida cal utilizando-se os dois materiais, entretanto, algumas questões inviabilizam este processo. O processo químico de queima é diferenciado, o tempo, a temperatura e o produto resultante são específicos para cada tipo de matéria-prima. Também, no que diz respeito à cal advinda da pedra calcária, acreditamos ser decisiva a escolha no quesito qualidade do produto final e também a adição de outros materiais que são opcionais para a produção deste tipo de cal, sendo necessário apenas o forno e o combustível para se conseguir uma pipa de cal[5], por exemplo.

A tipologia arquitetônica dos fornos de cal da Ilha de Itamaracá transmitem algumas informações pertinentes para a investigação que assumimos. A estrutura interna do forno, associada à velocidade de queima, temperatura e ao tipo de Pedra Calcária utilizada podem ser indicadores de produção. Interessa-nos, então, investigar a partir destes dados arqueológicos e arquitetônicos, os recursos produtivos obtidos a partir de cada forno e estimar a produção da ilha, ou mais especificamente da porção sul, nas proximidades da atual Vila Velha.

A partir da análise de cinco tipologias distintas para os fornos de cal da porção sul da ilha e também da conversão de dados históricos e arquitetônicos de modelos semelhantes temos como base uma produção anual intermitente. Dos seis fornos da porção sul analisados, três localizam-se às margens do canal de Santa Cruz, nas proximidades da histórica casa do Vigário Tenório. Estes fornos são compostos por uma estrutura de tijolos argilosos batidos, por blocos de pedra calcária e de granito. Só apresentam uma boca de carga e descarga, com raio de 1,10m.

5. Não existe padrão de medida atual para Pipa, mas estima-se equivaler a um tonel. Fonte: Associação Nacional de Cruzeiros. (www.ancruzeiros.pt).

As estruturas estão parcialmente soterradas, mas a partir do desenho esquemático e do desenho em perspectiva, podemos vislumbrar a sua forma e inquirir os seus usos e ambiente de produção.

Tendo em vista a estrutura e tipologia dos fornos, bem como a capacidade de escoamento da produção através principalmente do canal de Santa Cruz para a Capitania e do rio Paripe para o interior da Ilha estimamos que fossem produzidas por dia, em medida de capacidade da época para a cal por forno/dia 5 pipas do produto. Esta informação tem por base ainda mapas de carga atrelados à produção da Capitania de Pernambuco que dão conta do comércio entre Capitanias.

Neste sentido, para que a estrutura econômica da Ilha de Itamaracá seja compreendida em toda a sua complexidade, sobretudo no que diz respeito à produção de cal, faz-se necessário para além do que já foi posto, que diz respeito ao tipo de cal produzida, ao tipo de matéria-prima e às especificidades dela em relação a outros tipos de cal produzidas em regiões diversas do Brasil, estabelecer uma reflexão sobre a condição de escoamento desta produção.

A distribuição de mercadorias a partir da Ilha de Itamaracá era efetuada, sobretudo, com o subsídio da rede fluvial que ligava a Ilha ao continente e marítima, que a ligava a outras partes do império ultramarino português. A rede fluvial compreende a via de deslocamento natural no interior da Ilha, mais também na travessia do canal de Santa Cruz. Ainda mais que as embarcações para o transporte da cal precisavam ter um bom acondicionamento do produto que não deve, segundo recomendações dos tratadistas de arquitetura clássicos, receber após o produto final a adição de elemento salínio, pois a aplicação do produto sofrerá modificações e a sua qualidade estará comprometida.

> *Sabe-se que a água é um dos principais agentes de degradação dos materiais de construção, participando dos processos físicos de degradação aos quais os materiais porosos estão suscetíveis, principalmente a absorção de água por capilaridade (*SOUZA, 2012, p. 42*)*

Este problema deveria ser enfrentado cotidianamente no transporte da cal, tendo em vista a utilização de embarcações leves e pequenas, para atravessar rios como o Paripe e também o próprio canal de Santa Cruz, o qual apesar de suportar embarcações de alta calagem, tinha um tráfego maior das embarcações menores, como as canoas de madeira e as barcaças.

Ainda que fossem necessárias embarcações apropriadas para o transporte da cal, devemos considerar o fato de que ela não tinha uma circulação exclusiva, ou seja, a cal era comercializada junto com outros produtos que em tese eram mais lucrativos para a coroa portuguesa e, por este motivo, factível de cobrança de impostos. Uma carga de açúcar ou de madeira poderia muito bem transportar algumas pipas de cal, em recipiente fechado e longe da umidade e salinidade, como recomendado pelos tratadistas.

O que não podemos deixar de considerar é que a cal sendo produzida durante todo o ano como indicou a análise da estrutura dos fornos evidenciados arqueologicamente, servia como base de produção familiar para uma economia em crise, mas que justamente em decorrência deste momento de reestruturação precisou deste produto para a reconstrução dos principais edifícios públicos e privados. Esta condição ainda que não fosse suficiente para manter uma economia potente como a divisada pelas capitanias continentes de Pernambuco e Paraíba, suas vizinhas, ao menos manteve o perfil da Ilha de uma economia baseada no comércio de produtos tropicais.

Outro fator extremamente relevante para o entendimento do cenário econômico da Ilha de Itamaracá diz respeito a sua estrutura portuária, que como pode ser observado no trabalho de Josué Lopes, tem uma presença estratégica na Ilha de Itamaracá, além de ser definitivo para o sucesso de uma cidade ou vila colonial, como pode ser observado no trecho extraído de sua dissertação de mestrado intitulada*: Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: Articulações inter-regionais e internacionais,* "Um importante fator que influenciava no desenvolvimento de uma cidade colonial era a boa estrutura física da barra dos seus portos, já que estes garantiam um bom desembarque e geralmente

estavam localizados em regiões com condições favoráveis para ocupação humana." (LOPES, 2013. p. 62).

Neste trabalho, permite-se observar que os portos estão cobrindo as duas entradas, os dois principais acessos ao continente. Para além de se obter o embarque de víveres, ou realizar a calafetagem das embarcações, os portos estavam neste caso, sempre próximos às estruturas de defesa da Ilha como indica o autor acima citado.

O mesmo autor informa ainda, em seu estudo que o único porto da Ilha que poderia receber embarcações de grande porte seria o porto da Barra Sul da Ilha, justamente o que ficava próximo à Vila de Nossa Senhora da Conceição e do Forte Orange, isso durante o período Holandês. Ainda assim, devemos ressaltar como porto oficial também o da Barra Norte de Goiana, que apresentava outra condição de defesa, com o fortim da Catuama.

A condição portuária da Ilha de Itamaracá no período estudado era, sobretudo, de um porto de cabotagem, quando se utilizava a estrutura portuária para a realização de troca de mercadorias, de abastecimento do navio com víveres e combustível e do reparo nas embarcações, antes das longas viagens atlânticas. O trajeto das embarcações que ancoravam em Itamaracá era com destino a outras partes da colônia e entre fins do XVII e início do XVIII, esse destino era o Recife, cujo porto já havia alcançado o status de porto vocacionado para o comercio oceânico.

O que reafirma a dependência da Capitania em relação as suas vizinhas do continente, como é o caso de Pernambuco, fator que temos debatido durante todo o texto e que é definitivo para o entendimento da condição macro em que está ancorada a Ilha de que trata o nosso trabalho. Se construirmos um panorama em que a produção e comercialização da cal figura como alternativa econômica para a Ilha e desta que se destaca frente às outras porções da colônia, sobretudo, da região do norte do Brasil, como única produtora deste indispensável material construtivo, empreendemos um questionamento cada vez mais latente, de que a influência de Pernambuco sobre a Ilha não alcançava esta produção.

Neste sentido, os dados historiográficos postos até então, que não contam com a relevante presença desta produção na Ilha para o contexto da colônia brasileira, devem agora iniciar uma nova busca por fontes que venham a aprofundar ainda mais a relação deste produto como um diferencial nos estudos coloniais acerca da relação entre as capitanias do norte do Brasil. Refletimos, ainda sobre o fato de as fontes coloniais oficiais não se deterem sobre esta produção e reforçamos a ideia de que os lugares de observação devem ser ampliados, como posto neste trabalho, considerando fontes diversas apropriadas de outras ciências, como a arquitetura e a geografia.

O estudo aqui apresentado também chama a atenção para o fato de que para além de produto do saber histórico, a materialidade dos fornos de cal ainda presente na Ilha de Itamaracá é extremamente relevante para a marca da nossa identidade cultural e da memória. Os fornos de cal da Ilha de Itamaracá são apenas a ponta de uma construção histórica que deve ser ampliada para muitos outros questionamentos abordados neste trabalho. Há que se preocupar ainda com a relação existente entre os fornos da Ilha e o complexo de fornos presentes no município de Abreu e Lima, antiga sesmaria de Jaguaribe que era administrado pela ordem beneditina da Igreja Católica, em fins do século XIX e início do XX.

Deve ser feita ainda uma investigação arquitetônica acerca dos aparelhos urbanos que se construíram utilizando como argamassa a cal produzida em Itamaracá, podendo-se observar a qualidade do produto, se houve adição de algum outro material, como este produto era aproveitado nos diversos modelos construtivos coloniais, de modo a elaborar cada vez mais argumentos para a ampla cadeia de elementos que compõem a história da cal no Brasil.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. *Itamaracá, uma Capitania frustrada*. Recife: CEHM,1999.

BARBALHO. Luciana. *Capitania de Itamaracá. Poder Local e conflito*: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). Paraíba, Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Portuguese Society in the Tropics – Madison: The University of Wisconsin Press/ Madison and Milwaukee, 1965.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.

_____. *A Invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DRUMMON. José Augusto. *A História Ambiental*: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios, 145).

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 2. ed. Recife: CEPE,1978.

SANTOS, Josué Lopes. *Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: articulações inter-regionais e internacionais*. Pernambuco, Dissertação (mestrado), UFRPE, Departamento de História do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, 2013.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010. [1587]

RIBEIRO. João Adriano. *A Cal nas Canárias:* Elementos para o seu estudo. Cabildo de Gran Canária; Casa de Colon: 2003.

Da escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Alexandre Bittencourt Leite Marques

O presente texto apresenta as comunidades quilombolas do município de Alagoinha-PE como um lugar de memória que nos permite compreender um pouco a respeito da história da escravidão, da presença e cultura negra, no interior do Estado de Pernambuco. O recorte espacial compreende o atual município de Alagoinha, localizado na região agreste de Pernambuco, que durante o período colonial era um sítio pertencente à jurisdição da vila de Cimbres, nos antigos sertões do Ararobá. Entre o fim do século XVIII e início do XIX, a colonização do lugar se deu efetivamente com a chegada de uma família de colonos e seus escravos. Ali, eles se estabeleceram e passaram a realizar uma série de atividades voltadas, principalmente, para o trabalho agrícola e para criação de animais.

O termo "Alagoinha" foi proveniente da grande quantidade de pequenos tanques, poços, caldeirões e lagoas disseminados sobre os vastos lajedos que circundam a região. Localizada no Agreste de Pernambuco,

mais precisamente na microrregião do Vale do Ipojuca, Alagoinha – alçada à condição de município desde 1948 – situa-se a 230 km distantes do Recife.[1] Sua vegetação se caracteriza pela caatinga hiperxerófila, com clima que transita entre o quente e o úmido e o semiárido quente. Atualmente, o município possui uma população estimada em 14. 341 habitantes (IBGE, 2016).

Utilizaremos como fontes de pesquisa inventários post-mortem, relatos de viajantes e os bens culturais pertencentes aos escravos e seus descendentes. Nesse sentido, para uma melhor objetividade da leitura, dividiremos o texto em três partes: a primeira é uma pequena introdução de caráter teórico sobre os conceitos de patrimônio, memória e lugar de memória. A segunda parte trata da pesquisa acerca do histórico da escravidão e da presença negra em uma região do interior de Pernambuco, onde Alagoinha está inserida. Por último, adentraremos na vivência das comunidades remanescentes e analisaremos seus aspectos de habitação, economia e educação.

Introdução

Todo município tem suas memórias, histórias, silêncios. Duzentos anos depois de surgir como um povoado colonial, a partir do ano de 1805, Alagoinha ainda guarda vestígios da história da escravidão e da presença negra no interior de Pernambuco. Alguns desses vestígios atravessaram os séculos e podem ser identificados nos casarios, ruas, caminhos, serras, lajedos e lagoas que compõem o patrimônio cultural do atual município.

Entende-se por patrimônio uma acumulação contínua de bens materiais, imateriais e naturais, herdados de povos do passado, que é constituída por toda uma variedade de elementos, como por exemplo: espaços construídos (casarios, fortificações, ruas) espaços naturais

1. Anteriormente, a localidade chamava-se "Alagoinhas". Após ser alçada a condição de município, em 1948, Alagoinhas perdeu o "s" do seu nome, passando a se chamar, desde então, "Alagoinha" (MACIEL, 1984). Nesse sentido, quando nos referirmos ao antigo sítio colonial, usaremos o termo "Alagoinhas".

(montanhas, rios, lagoas, vegetação), cultura material (objetos utilitários, decorativos), festividades, tradições, produtos de todos os saberes e saber-fazer dos seres humanos. Diversos trabalhos se debruçam sobre a constituição do patrimônio cultural e as mudanças de conceito ao longo dos anos. Ver: (CASTRIOTA, 2009; CHOAY, 2001; FONSECA, 2005; LEMOS, 2006).

Esse patrimônio é tudo aquilo que um grupo social considera como sua própria herança cultural, que é o alicerce de sua identidade e o diferencia de outros grupos. Os bens que compõem o patrimônio cultural de uma sociedade foram deixados por seus antepassados e evocam o que se chama de memória coletiva. E é através desta que se chega à história de determinadas localidades. Segundo Jacques Le Goff, a memória coletiva é "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou que os grupos fazem do passado" (LE GOFF, 2003, p. 467).

A memória coletiva pode ser encontrada tanto nos relatos orais e escritos das pessoas, quanto nos "lugares de memória" (caracterizados por lugares topográficos, como museus, bibliotecas e arquivos; lugares monumentais, como a arquitetura e os cemitérios; lugares simbólicos como as festividades e comemorações). Pertencentes ao campo do patrimônio cultural, os lugares de memória nasceram da necessidade de rememorar algo, por isso, de acordo com Pierre Nora, sua razão fundamental é "parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento...", sendo eles formados por três aspectos: material, funcional e simbólico (NORA, 1993, p. 22).

> *É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou experiências vividas por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 22)*

Sendo considerados suportes das memórias de determinada coletividade, os lugares de memória registram os acontecimentos do tempo

no espaço e se transformam em documentos e registros da história. Vale salientar que a presente pesquisa não pretende ser um trabalho com a finalidade de exaltar a memória, mas sim de utilizá-la como fonte de estudo da História, pois, como afirma Francisco Régis Lopes Ramos, "... não há o objetivo de erguer uma glorificação da memória, e sim o intuito de fazer da memória um campo de estudos da história social". (RAMOS, 2004, p. 95)

Para Pierro Nora, "os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama". (NORA, 1993, p. 22). Nesse sentido, os vestígios ou restos do passado, referentes a pessoas e lugares de Alagoinha, tornam-se, para nós, objeto de estudo.

O espaço tratado aqui, como fonte de pesquisa histórica, não é apenas a dimensão física, mas sim todo cenário múltiplo da localidade que toma conta dos seus habitantes na construção do seu cotidiano. Esse espaço está imbricado com as relações sociais, ele mesmo fazendo parte constituinte dessas relações (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008; ARRAIS, 2004).

Ao analisar as mudanças ambientais pela ação humana se percebe melhor a ação do tempo sobre o espaço. Em outras palavras, é na percepção das construções, da transformação de elementos da natureza em cultura, que melhor se compreende o trabalho do tempo no espaço. Adotamos o conceito antropológico de Cultura como "todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". (TAYLOR in LARAIA, 2009).

Um espaço construído confronta em si mesmo épocas diferentes, proporcionando ao olhar uma história acumulada de aspectos culturais. Sendo assim, a paisagem se transforma em si mesma em uma fonte que precisa ser pesquisada, lida e compreendida. Trata-se de examinar as marcas da história humana na paisagem. Para Paul Ricouer, as mutações que afetam a espacialidade e a temporalidade próprias da memória, tanto

coletiva quanto privada, são consideradas como condições formais de inscrição. Com isso, Ricoeur, amplia a noção de inscrição para além da escrita em seu sentido preciso de fixação das expressões orais do discurso num suporte material, e considera as marcas deixadas pelo homem no ambiente natural como sendo também outras formas de inscrição (RICOEUR, 2007).

Considerando essa perspectiva teórica, perceberemos que a apropriação dos espaços pelos escravos de Alagoinha culminou na elaboração de toda uma gama de bens culturais, principalmente objetos utilitários, plantações, pastos, barreiros, casarios. Muitos desses bens se transformaram em heranças culturais deixadas à posteridade e hoje fazem parte dos lugares de memória do município.

Sendo assim, a partir desses lugares de memória procuraremos retroagir no tempo para analisar as formações desses espaços, seus usos, transformações e vivências promovidas por negros que habitavam e trabalhavam como escravos no interior de Pernambuco, durante os séculos XVIII e XIX.

Histórico da presença escrava negra em Alagoinha

No interior de Pernambuco, a partir da criação da vila de Cimbres (1762), logo começaram a aparecer povoações periféricas em sítios pertencentes à área de abrangência jurídico-administrativa da dita vila. A área de abrangência de uma vila era chamada de município ou termo.

De acordo com Graça Salgado, o município ou termo era considerado a menor divisão administrativa da Colônia, sendo dirigida por um órgão colegiado, a Câmara Municipal, que exercia as funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia (SALGADO, 1985, p. 69). Para Cláudia Damasceno Fonseca, na América portuguesa, a vila era o núcleo urbano principal, onde se reunia a câmara. Já o termo da vila era o território de jurisdição dos oficiais camarários, que incluía geralmente várias outras localidades, como sítios, povoações, arraiais (FONSECA, 2011).

Nas territorialidades pertencentes a Cimbres, era necessário expandir cada vez mais a cultura e a economia dos colonizadores, e eliminar as áreas consideradas selvagens, bravias, vazias, caracterizadas como inadequadas para os padrões de civilidade. Sendo assim, a presença de povoações, em áreas de antigos sítios, tinha por finalidade expandir a criação de gado e algodão e levar a civilização para os locais distantes das vilas, isto é, aqueles considerados desertos, vazios: os sertões.[2] Um desses sítios, denominado Lagoinhas ou Alagoinhas, foi efetivamente povoado a partir de 1805.

Segundo o memorialista Dorgival Galindo, a primeira ocupação colonial de Alagoinhas se deu a partir do último quartel do século XVIII, quando João Antunes Bezerra adquiriu a propriedade a uns portugueses residentes no Brejo da Madre de Deus. Chegando lá, acompanhado de sua família e de escravos, encontrou João Antunes o local desabitado, isto é, sem a presença dos povos indígenas que outrora ocuparam a região.[3] Anos mais tarde, vendeu João Antunes sua propriedade para seu irmão, Gonçalo Antunes Bezerra, que, vindo de Vitória de Santo Antão, fixou residência na localidade, trazendo consigo sua mulher, filhos, parentes, amigos e escravos, no ano de 1805 (GALINDO, 1931).

Na passagem do século XVIII para o XIX, os trabalhos realizados no antigo sítio Alagoinhas, bem como em outros sítios pertencentes à jurisdição da vila de Cimbres, em Ararobá, Pernambuco, eram baseados, principalmente, na plantação de algodão e na criação de gado. Nesse sentido, escravos passaram a ser utilizados no desenvolvimento de variadas formas de atividades.

2. De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca, no período colonial, a palavra "sítio" se referia a lugares ocupados de maneira estável e circunscritos. Tratava-se de áreas rurais nas quais a densidade demográfica é bem menor que outros lugares, como por exemplo, arraiais e vilas. Já em relação a criação de povoados no interior da América portuguesa, ela afirma que se deve ter cuidado ao avaliar um surgimento de um povoado como "espontâneo", pois mesmo os mais "insignificantes" deles, fundados por humildes colonos, poderiam de alguma forma ter sidos influenciados pelo processo de intervenção do Estado na região. (FONSECA, *2011).*

3. Essa ausência de grupos indígenas em Alagoinhas no período da chegada da família colonizadora pode ser explicada pelo fato de que, entre a passagem do século XVIII para o XIX, muitos grupos indígenas dos sertões de Pernambuco já haviam sido expulsos do seu território pelos colonizadores (SILVA, 2010).

Koster e Martius (cientistas viajantes que percorreram os sertões de Pernambuco, naquele período) afirmavam que no interior da colônia brasileira era comum a utilização do trabalho escravo para cuidar da criação de gado e das plantações de algodão. Na sociedade dos sertões, segundo Martius, cabia aos escravos, dentre outras coisas, a função de cozer o barro e transformá-lo em ladrilhos, telhas côncavas para a construção das habitações (MARTIUS, 1959). Para Koster, os escravos do sertão realizavam variadas tarefas: alguns escravos eram destinados a "fazer farinha, de mandioca, amassar o barro com os pés para fazer tijolos e telhas, muros, barreiras, carregar tijolos, lenha e mais cousas". Já outros eram obrigados a "perseguir o gado, domar os poldros, etc. os escravos ficam em casa trabalhando em ocupações compatíveis com suas habilidades" (KOSTER, 2003, p. 525).

De acordo com a historiadora Leila Algranti, na América portuguesa, os escravos das moradas brasileiras realizavam uma série de atividades, no dia a dia, que visavam o trabalho de limpeza da casa, alimentação, construção e fabricação de artefatos e utensílios. A alimentação exigia cuidados com os animais, roças de subsistência e preparação de comidas que seriam utilizadas nas refeições dos colonos. A fabricação de artefatos e utensílios culminava na elaboração de cestarias, cerâmicas, cujas técnicas os colonos aproveitaram dos grupos indígenas (ALGRANTI, 1997).

Em relação aos trabalhos realizados nos sítios e povoados do termo de Cimbres, percebemos nos inventários *post-mortem* que a mão de obra escrava, possivelmente, foi bastante utilizada no desenvolvimento de variadas formas de atividades. No sítio do Pesqueiro, vizinho ao Alagoinhas, o casal de colonos, Clara Coelho e Manoel de Siqueira, por exemplo, possuíam "benfeitoria de armazéns senzalas da morada de escravos (...) tudo de taipa e madeira bruta" (IAHGP, 1814). Nesse sentido, ao cruzar os relatos dos cientistas viajantes com o inventário do casal do sítio do Pesqueiro, temos o indício de que essas construções eram feitas a partir do trabalho escravo e do uso da matéria-prima encontrada na região.

Sobre o sítio Alagoinhas, notamos também que, no arrolamento de bens do inventário post-mortem do colono Gonçalo Antunes Bezerra, foi descrita a presença de escravos, gados, lavras de algodão, mandioca, milho e feijão. Isso nos sugere que esses escravos poderiam ter sido usados nas plantações, no trato dos animais e nos diversos afazeres domésticos do dito sítio (IAHGP, 1835).

Sendo assim, provavelmente as casas, roças, pastos e diversos tipos de utensílios dos habitantes de Alagoinhas foram produzidos com o auxílio de mão de obra escrava. Esses homens e mulheres trabalhavam nas plantações de algodão, milho, feijão mandioca e na criação de gado vacum, cavalar, ovelhas. Além disso, possivelmente realizavam afazeres domésticos nas casas dos seus senhores.

A declaração de títulos de escravos nos inventários post-mortem da antiga Comarca de Cimbres nos propiciou notar a quantidade de cativos que ambos os casais possuíam e as diversas características relacionadas a eles: gênero, procedência, faixa etária, estado civil.

No inventário de Gonçalo Antunes, proprietário do sítio Alagoinhas, é possível perceber detalhes do arrolamento de escravos:

QUADRO I: Lista de escravos pertencentes ao casal Gonçalo Antunes Bezerra e Antonia Maria de Jesus

Escravos
"Declarou a inventariante haver um seu casal José de Angola, casado, que apresenta a idade de sinquenta anos, que avaliarão em trezentos mil reis".
"Declarou a inventariante haver a criolla Caetana, casada com o pardo João, e que apresenta a idade de trinta e dois anos, que avaliarão em duzentos e oitenta mil reis".
"Declarou a inventariante haver o escravo Francisco, de nação, solteiro, que apresenta a idade de sinquenta anos, que avaliarão em trezentos mil reis".
"Declarou a inventariante haver um seu casal escravo Joaquim, de nação, solteiro, que apresenta a idade de sessenta anos, que avaliarão em cento e sinquenta mil reis".
"Declarou a inventariante haver um seu casal Joaquina, Angola, solteira, que apresenta a idade de sinquenta e dois anos, que avaliarão em duzentos e cinquenta mil reis".
"Declarou a inventariante haver ainda Maria, de idade de onze anos, que avaliarão em duzentos e vinte mil reis".
"Declarou a inventariante haver um seu casal o pardo Francisco, de idade que apresenta de setenta e cinco anos [ilegível], que avaliarão em cem mil reis".

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra.* Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Já o inventário de Clara Coelho, proprietária do sítio do Pesqueiro, revela-nos uma riqueza baseada na posse estimada de 160 escravos (entre crioulos e africanos), animais, lavras, arrobas de algodão, propriedades rurais e imóveis (IAHGP, 1814).

QUADRO II: Lista de alguns escravos pertencentes ao casal Clara Coelho e Manuel Siqueira

Escravos
"Declarou mais inventariante haver em seu casal outra criolla de nome Gracianna de idade de dezessete annos (...) que foi vista e avaliada pelos avaliadores na quantia de cento e trinta e cinco mil réis".
"Declarou mais inventariante haver em seu casal uma negra do gentio de Angola, de nome Lusia, de idade que representa ter dezoito annos que foi vista avaliada pelos avaliadores na quantia de cento e vinte e cinco mil réis".
"Declarou mais inventariante haver em seu casal hum molequento criollo filho da dita Bernarda, de idade de três meses que foi visto e avaliado pelos avaliadores na quantia de vinte e cinco mil réis".
Escravos
"Declarou mais inventariante haver em seu casal outro escravo do gentio de Angolla de nome João Congo e de idade de [ilegível] annos, pouco mais ou menos, que foi visto e avaliado pelos avaliadores na quantia de cento e quinze mil réis".
"Declarou mais o inventariante haver em seu casal outro escravo de nome Manoel Congo, de idade de dezessete annos, pouco mais ou menos que foi visto e avaliado pelos avaliadores na quantia de cento e dez mil réis".
"Declarou mais o inventariante haver em seu casal outro escravo do gentio de Angola de nome Antonio Cassange, de Idade de vinte e dois anos, pouco mais ou menos, que foi visto e avaliado pelos avaliadores na quantia de cento e vinte mil réis".
"Declarou mais o inventariante haver em seu casal outro escravo do gentio de Angolla de nome Bernardo, de idade de vinte e quatro annos pouco mais ou menos que foi visto e avaliado pelos avaliadores na quantia de cento e trinta mil réis".

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de* de Clara Coelho Leite dos Santos, 1814. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa. 107.

Sobre a procedência dos escravos, percebe-se que alguns eram descritos nos inventários como sendo originários de Angola. Nesse caso, os negros cativos que atravessavam o Atlântico não ficavam restritos somente às áreas de produção de açúcar, localizadas próximas ao litoral. Eles eram

enviados também para o interior do continente americano, os chamados sertões. Aos olhos do viajante Koster, para a sociedade colonial, os negros procedentes de Angola eram considerados os melhores escravos. Segundo ele, eram "comumente dóceis, e se podem perfeitamente encarregar dos serviços da casa e do estábulo sem que deem muito cuidado, e alguns demonstram grande dedicação, fidelidade e honestidade" (KOSTER, 2003, p. 510).

Nos períodos do Brasil Colônia e Império, existiram senhores que reconheceram a importância do seu cativo no momento de preparar o testamento, dando-lhes alforria. É o caso do falecido Gonçalo Antunes Bezerra que, após sua morte, determinou a alforria do pardo Francisco e do preto Joaquim de Angola, pelos seus mais de quarenta anos de serviços prestados "como fiéis escravos, sem que em todo este tempo deixassem de reconhecerem as obrigações que lhes competia como escravos..." e por "não demonstrando por tão longo tempo a menor desafeição a seus senhores" (IAHGP, 1835).

Em relação ao preto Joaquim, os trechos do documento acima batem com a visão de Koster sobre as características de fidelidade, honestidade e dedicação dos negros de Angola. Segundo o cronista, por conta dessas qualidades, os escravos de Angola "são os que mais se esforçam para obter sua liberdade". (KOSTER, 2003, p. 510).

Se o proprietário de escravos de Alagoinhas acreditava no discurso vigente da época de fidelidade e honestidade em relação aos negros procedentes de Angola, é difícil dizer, o fato é que ele manda alforriar seu escravo, alegando para isso a dedicação e os bons serviços prestados por ele.

Já o pardo Francisco ganha, juntamente com Joaquim de Angola, sua carta de liberdade "para gozar do restante dos dias que ainda poderão sobreviver como forros que são, e ficam sendo deste dia para sempre, como se livres nascerem..." (IAHGP, 1835). Ao que parece, além da alegação de fidelidade e dos bons serviços desenvolvidos, outro fator também contribuiu para a alforria de ambos os escravos: o tempo de trabalho junto à família. Realmente, ao comparar a idade de todos os escravos arrolados no inventário, percebe-se que tanto Joaquim quanto Francisco eram os

mais velhos do grupo, possuindo "a idade de sessenta anos" e "a idade de setenta e cinco anos", respectivamente.

Entretanto, na sociedade escravista, nem todos os escravos conseguiam sua liberdade através de cartas de alforria. Muitos viam na fuga para o mato a oportunidade de conseguir serem livres. Segundo Koster, os escravos fugidos procuravam se afastar dos lugares habitados, como uma vila, e se escondiam em bosques, agrupados em números de dez a doze indivíduos. Essa gente tinha o conhecimento das matas, o que lhes propiciava vantagem contra seus captores. Nos matos, "constroem cabanas, que são chamadas de mocambos nos lugares mais ermos, e vivem da caça e dos frutos que podem encontrar" (KOSTER, 2003, p. 532).

Nos antigos sertões de Ararobá, região onde o sítio Alagoinhas estava inserido, as coisas não diferiam muito dessa situação. Lá, de acordo com documentos administrativos da vila de Cimbres, eram encontrados relatos da presença de negros fugidos que se embrenhavam na caatinga em busca de esconderijo. A presença de escravos africanos e descendentes, no interior de Pernambuco, era uma constante. Ao analisarmos o arrolamento de bens, nos inventários post-mortem da comarca de Cimbres, percebemos que em Ararobá diversos sítios, povoados e fazendas possuíam trabalhadores escravos em suas terras. Alguns tinham dezenas ou centenas de cabeças. Nesses locais, não seria difícil de imaginar que alguns desses escravos conseguiram fugir da sua condição de cativo e se embrenharam pela caatinga à procura de abrigo. Esses escravos fugidos viam nos lugares mais afastados a oportunidade de se esconderem dos seus proprietários e das autoridades locais. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, possivelmente escravos libertos e/ou seus descendentes deveriam vagar por entre a vegetação espinhosa à procura de um lugar propício para se estabelecer.

As comunidades remanescentes de quilombolas

Ao longo dos séculos, entre os séculos XVI e XIX, inúmeros foram os registros de escravos fugidos em Pernambuco. Estes homens e mulheres se embrenhavam nas matas procurando se esconder das perseguições

promovidas pelas autoridades e terminavam por formar quilombos. (GOMES, 2010). Passados vários séculos, muitos descendentes dessa "gente dos matos" ainda são encontrados em diversas áreas do território brasileiro (FIABANI, 2005; GOMES, 2010). Essas pessoas possuem bens culturais como territórios e formas de trabalho, de alimentação, de moradia, entre outros, herdados dos seus antepassados que viviam em quilombos.

Recentemente, há uma discussão em torno do que se pode considerar comunidade quilombola no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o conceito atual de quilombo é qualquer comunidade rural de afro-descendentes com aspectos culturais associados ao passado. O termo quilombo se refere, sobretudo, a grupos "que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio" (ABA *in* FIABANI, 2005, p. 390). Segundo a Fundação Cultural Palmares, do Governo Federal, que confere às comunidades o direito ao título de posse da terra, "Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos" (BRASIL. Fundação Palmares, 1988).[4]

Atualmente, os territórios quilombolas são considerados por lei como patrimônio cultural brasileiro. Segundo o artigo 216 da Constituição brasileira de 1988, sobre o patrimônio cultural, "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" (BRASIL, 1988). Já o artigo 215 afirma que além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional", contribuindo para a "valorização da diversidade étnica e regional" (BRASIL, 1988).

4 O presente trabalho não pretende entrar no mérito da discussão do conceito de "quilombo", mas sim de identificar as heranças culturais deixadas pelos antigos escravos cativos ou libertos (economia de subsistência, formas de habitação, formas de trabalho) que ainda são utilizadas pelos atuais afro-descendentes de Alagoinha.

Nesse sentido, amparado pela Constituição Federal, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vem, desde 2010, desenvolvendo uma série de atividades relacionadas ao reconhecimento dos direitos dos quilombolas que compõem o município de Alagoinha - PE, como os povoados de Laje do Carrapicho, Magé e Alverne.

De acordo com a matéria vinculada no site do Ministério Público de Pernambuco, "MPPE marca audiências públicas com comunidades quilombolas de Alagoinha":

> *Embora a questão da regularização fundiária seja atribuição do Ministério Público Federal, o MPPE pode assistir as comunidades na garantia desses outros direitos básicos, independente da titularização da terra. (PERNAMBUCO. Ministério Público, 2010).*

De acordo com o MPPE, essas audiências públicas têm por objetivo conhecer a realidade local, as condições de saúde, de moradia e educação dos remanescentes de quilombos da região. Além disso, se propõem também levar à população o conhecimento dos direitos dos quilombolas. (PERNAMBUCO. Ministério Público, 2010).

Os remanescentes quilombolas de Alagoinha e de outros municípios próximos, como Pesqueira, utilizam os espaços de seus territórios para uma série de atividades, como criação de animais, práticas agrícolas, construção de moradias, festividades, caracterizando variadas formas de uso dos elementos fornecidos pelo ecossistema da região.

Na comunidade quilombola de Laje do Carrapicho, por exemplo, existe um terreiro – espaço de terra batida, largo e plano, sombreado por árvores – que fica localizado em frente às habitações do povoado. Esse espaço ao ar livre é utilizado há anos pela população para a prática de diversas atividades, como reuniões e festividades (Imagem I). Segundo Pereira da Costa, historiador do século XIX, o termo "terreiro" significava "certa área de terra, limpa, em frente à casa de vivenda de uma propriedade rural, ou de uma habitação qualquer" (COSTA, p.743).

De acordo com Marcus Carvalho, Laura Teixeira e Adelmir Fiabani, os homens e mulheres que habitavam os quilombos do Brasil tinham o conhecimento do uso de matérias-primas que o meio ambiente oferecia, no intuito de utilizá-las para sua própria sobrevivência. (FIABANI, 2005; CARVALHO; FRANÇA. *in* GOMES, 2010). Já Robert Smith coloca que durante o período colonial os alojamentos de escravos geralmente eram feitos de palha, barro e madeira, cujas técnicas e materiais apropriados da cultura indígena até hoje são encontrados em certas comunidades brasileiras (SMITH, 1979).

Apesar das casas das comunidades quilombolas de Alagoinha e seu entorno serem de períodos recentes, as técnicas construtivas de algumas habitações provavelmente não diferem muito das formas de moradia dos antigos quilombos ou mocambos de séculos atrás. Isso porque o tipo de material utilizado em algumas casas desses remanescentes quilombolas são possivelmente os mesmos que os escravos africanos do período colonial utilizavam na confecção de suas habitações, pois os escravos fugidos daquele período utilizavam os recursos naturais do meio ambiente para sua sobrevivência, ou seja, da mesma forma que os antepassados dos quilombolas retiravam da natureza matéria-prima para confeccionar algumas de suas habitações, os seus descendentes também o fazem, através da extração da argila, palha e madeiras típicas da região. É o que se pode perceber no material utilizado nas construções de algumas casas nas comunidades quilombolas de Alagoinha (Imagem II).

As identificações das técnicas e da matéria-prima que compõem os espaços e habitações acima contribuem para aferir sobre os aspectos sociais e culturais de diversos homens e mulheres que frequentavam e frequentam esse território, desde o período colonial até o presente. Embora cada vez mais raras, as madeiras típicas da região semiárida, onde Alagoinha está inserida, como a aroeira, o pau-ferro, o angico e o tambor ainda são utilizadas nas construções de habitações, de cercas e móveis. O barro extraído do solo ainda hoje é usado na constituição das paredes de determinadas casas. O

mesmo vale para extração dos afloramentos de granito, que serve para a edificação de muros e cercas feitas de pedra.

No entanto, novos procedimentos de construção também estão presentes nas comunidades quilombolas de Alagoinha. Casas de tijolos e cimento dividem espaços com aquelas habitações de taipas, feitas a partir do saber fazer de antigamente (imagem III). Não é raro encontrar também, em uma mesma casa, características de técnicas do passado (casas de taipa) somadas à presença de objetos da contemporaneidade, como antenas parabólicas, por exemplo (imagem II).

Em relação à agricultura, os gêneros são basicamente os mesmos que os antepassados dos atuais quilombolas costumavam plantar e colher nas propriedades dos seus antigos donos (imagem IV). Em Alagoinha, a plantação de milho, feijão e mandioca são encontradas tanto nos dias de hoje, quanto nos das primeiras décadas do século XIX. Tidos como uma importante fonte de alimento para vida no interior do Brasil, os roçados estavam presentes em Alagoinhas. Foram declarados no inventário do colono Gonçalo Antunes Bezerra algumas áreas de cultivo "...roçado de milho, feijão, mandioca, que poderá ter três mil covas de mandioca..." (IAHGP, 1835). As técnicas de plantação numa região de clima semiárido, realizadas pelos escravos negros, de cuja influência vem também dos conhecimentos indígenas, atravessaram gerações, sofrendo ou não mudanças, e permanecem ainda hoje sendo usadas na economia de subsistência dos remanescentes quilombolas.

O mesmo se dá com os animais. As criações incipientes de vacas, de ovelhas e cabras permitem a subsistência das pessoas nas comunidades em Alagoinha. E o trato com esses animais não é recente. Ao ler o inventário post-mortem do proprietário do sítio Alagoinhas e dos demais proprietários de sítios da jurisdição da Comarca de Cimbres, no século XIX, percebemos que em muitos aparecem descritos os tipos de animais, bem como os escravos que trabalhavam na criação, nas plantações e em outros afazeres (IAHGP). Dessa forma, a experiência no trato de animais

atravessou gerações até os dias de hoje.

Entretanto, apesar do legado histórico-cultural, esses remanescentes quilombolas passam por uma série de problemas sociais que vão desde a precariedade na educação, saúde e moradia. Não é a toa que, tentando dar vazão a essas dificuldades, o Ministério Público de Pernambuco e outros poderes públicos têm procurado realizar audiências no intuito de promover o conhecimento da realidade local e valorização dos quilombolas. Outra instituição pública, como a Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Gonçalo Antunes Bezerra, localizada no referido município, desenvolveu atividades de educação patrimonial voltada para o conhecimento e valorização dessas comunidades. As atividades consistiram em palestras e aulas teóricas e de campo com diversas turmas de alunos do Ensino Médio, entre os anos de 2010 e 2015, e que culminaram na produção e exposição de registros visuais, audiovisuais e escritos como, por exemplo, as fotografias utilizadas no presente artigo. Interessante salientar que alguns desses alunos são membros das comunidades quilombolas. Sendo assim, a partir das atividades realizadas eles passaram a se reconhecer e a serem reconhecidos e valorizados pelos seus colegas de sala de aula. Com isso, ao serem estimulados no uso de diversos tipos de fontes como, por exemplo, documentos escritos, artefatos e história oral, os educandos eram instigados, dentre outras coisas, a pesquisar, conhecer e valorizar um pouco da história da escravidão e da presença da cultura negra na localidade, no passado e no presente.

Considerações finais

Ao longo do texto procuramos demonstrar que as comunidades quilombolas do município de Alagoinha, Agreste de Pernambuco, podem ser consideradas lugares de memória que nos proporcionam conhecer um pouco da história da escravidão, da presença e cultura negra no interior de Pernambuco. Ao cruzarmos os relatos de cientistas viajantes que percorreram os sertões de Pernambuco, nos primeiros anos do século XIX, com os inventários post-mortem de Cimbres, antiga Comarca do Sertão,

percebemos que os sítios que compunham os chamados sertões de Ararobá eram repletos de trabalhadores negros escravizados. Esses homens e mulheres cativos deixaram um legado tanto biológico quanto cultural para a posteridade, principalmente através das comunidades de remanescentes de quilombolas e das suas técnicas de construção de habitação e de plantio de produtos agrícolas.

Embora tenham sofrido transformações ao longo do tempo, esses saberes e fazeres trazem em seus cernes determinados elementos de um passado de presença escrava negra. Percebemos também que os atuais remanescentes quilombolas de Alagoinha-PE detêm graves problemas sociais, no entanto, graças às políticas públicas que vêm sendo implementadas, gradativamente passam a ser reconhecidas e valorizadas a sua cultura e modos de vida.

Referências

IAHGP. Inventário *post-mortem* de Clara Coelho Leite dos Santos, 1814. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa. 107.

IAHGP. Inventário *post-mortem* de Gonçalo Antunes Bezerra, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti. Caixa 61.

COSTA F. A. P. *Vocabulário Pernambucano*. Secretaria de Educação e Cultura/ Governo do Estado de Pernambuco. Recife, 1976.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

MARTIUS, Carl Fred. Phil. de Von. Tropeiros e Barcaças. In RIEDEL, Diaulas (org.) O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil. São Paulo: ed. Cultrix, 1959.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira*: história, espaços e identidade regional. – Recife: Bagaço, 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARRAIS, Raimundo. O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 16 nov. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 16 nov. 2011.

BRASIL. *Fundação Palmares*. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em 09/Abr./2016.

CARVALHO, Marcus; FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. *Palmares, a cabanada, a "gente das matas"*. In GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX).* – Rio de Janeiro:7 Letras, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004).* – São Paulo: Expressão popular, 2005.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arrais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas minas setecentistas. – Belo horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GALLINDO, Dorgival. *Traços históricos sobre a fundação de Alagoinhas e seus primeiros habitantes*. Tipografia Jornal de Pesqueira, 1931.

GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX).* – Rio de Janeiro:7 Letras, 2010.

IBGE. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260060&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas. Acesso em: 04 abr. 2016.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. – 5º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MACIEL. José de Almeida. *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana.* Recife: Centro de Estudos Municipal/ FIAM 1984.

NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 1, n. 10, p 07-28, 1993.

PERNAMBUCO. Ministério Público. *MPPE marca audiências públicas com comunidades quilombolas de Alagoinha* http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20101006_alagoinha. Acesso em: 16/Nov./2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto*: o museu no ensino de história. – Chapecó: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora as UNICAMP, 2007.

SALGADO, Graça. (org.). *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial.* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras*: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. – Recife: Cepe, 2010.

SMITH, Robert C. *Igrejas casas e móveis*: aspectos da arte colonial brasileira. – Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

TAYLOR, Edward. In: LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. 23. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Um museu monumento: o Museu Regional de Olinda

Ricardo de Aguiar Pacheco

Patrimônio cultural e tempo histórico

Apresentando a história do conceito de Museus de História na França, Dominique Poulot (2007) aponta que o papel destas instituições na produção e difusão da memória social entrou na pauta dos historiadores depois dos anos 1990 por conta das transformações que a produção historiográfica viveu com a influência do movimento historiográfico dos Annales. A partir deste momento os historiadores passaram a dialogar com uma produção historiográfica voltada para temas e abordagens mais plurais como a cultura material e as representações sociais sobre o passado.

Para o autor é neste contexto que os Museus de História, e suas exposições, passaram a se utilizar dos temas da pós-modernidade – identidade, etnia, sexualidade – para atingir os interesses de diferentes públicos. Como resultado desse processo no século XXI as exposições dos Museus de História se ligam mais aos temas e interesses do tempo presente do que a intenção de retratar um passado por si mesmo.

> *"Surtout, La legitimité de La conservation et de La mise em valeur du patrimoine historique repose aujourd'hui moins sur le respect de l'intencion des ancêtres qu'il donnerait à comprendre et transmettre que sur l'interêt general du public – et de communautés – pour la memoire, son travail et sés representetions. (*POULOT, 2007, p. 310*.)*

Argumentando sobre os múltiplos papeis do museu de história Ulpiano de Meneses (1994) propõe o deslocamento do entendimento da função social do museu e da forma de organização das exposições. Superando a ideia tradicional do museu como "teatro da memória", local onde se encena momentos significativos para a constituição de um discurso unívoco sobre o passado, o autor propõe o entendimento do museu como "laboratório da História", ou seja, como local onde se provoque o visitante a utilizar os objetos, transformados pela exposição em documentos, para construir suas narrativas sobre os temas tratados na exposição.

> *"Enfim, do ponto de vista metodológico (base também para uma sólida exploração educacional), as possibilidades da exposição histórica são privilegiadas. Não sendo a História um conjunto a priori de noções, afirmações e informações – mas uma leitura em que ela mesma institui, em última instância, aquilo que pretendemos tornar inteligível – ensinar história só pode ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História (e aprender História, aprender a fazer História)." (*MENEZES, 1994. p. 39-40*).*

Nestes argumentos vemos que os museus de história – mas também os museus de arte, antropológico, de ciências – tomam a si uma função original de difusão do conhecimento através do contato com objetos. As exposições, ao abordarem um tema, pretendem comunicar aos visitantes informações sobre esse assunto, mas também oferecer a oportunidade de construir as habilidades necessárias ao reconhecimento da dimensão temporal. Procuram materializar uma versão dos eventos ali representados como forma de difundir uma dada memória social sobre os processos históricos.

Como um tema portador de um valor próprio – e não mais como alegoria de um passado – o patrimônio histórico musealizado passa a ser visto pelo historiador como uma estratégia para a percepção das características culturais de diferentes momentos do passado. Os objetos museais tornam-se, simultaneamente, materialidade do processo histórico particular de cada comunidade e elo desta com os grandes blocos culturais. Ou como aponta François Hartog (2006, p. 272) "o patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos."

O Mureo é o museu histórico por excelência situado no Centro Histórico de Olinda. Sua instalação ocorrida em 17 de março de 1935 está inserida no conjunto de ações programadas para a comemoração que foi chamada de 4º Centenário da Colonização Portuguesa, ou seja, pela passagem dos 400 anos da chegada de Duarte Coelho as terras americanas e instalação de um modelo de ocupação do território: as capitanias hereditárias.

Mas também é preciso situar a fundação do museu no movimento mais amplo de estruturação de uma política estatal para a memória que se processava ao longo da década de 1930. Como uma ação de preservação do patrimônio histórico anterior ao decreto-lei federal de 1937 que regulamenta o processo de tombamento.

Pensamos que o patrimônio cultural musealizado é um objeto que deve ser observado nesses três tempos: O passado retratado, o processo histórico que foi selecionado para ser lembrado. O presente que significa determinado objeto como bem cultural, o processo histórico de significação dos objetos como representantes do passado. E o futuro realizado, o tempo onde estamos ouvindo as vozes de um pretérito perfeito falando de outro mais que perfeito. Desta forma, o Mureo deve interessar ao cientista social não apenas como o passado que ele retrata, mas também como o presente que o construiu, que no hoje também já se tornou um passado distante.

Uma homenagem aos fundadores: a invenção do museu

Os jornais que circulavam em Recife no ano de 1934 – aqui utilizamos o Diário de Pernambuco e o Jornal do Recife – disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nos informam das articulações para promover as comemorações do 4º Centenário da Colonização Portuguesa com a presença de pessoas representativas de diversas instituições culturais da cidade.

> *"Reuniram-se hontem, no salão de Leitura do Gabinete Portuguez de Leitura, os membros da Commissão organizadora das festas commemorativas da Colonização de Pernambuco. Srs. Mario Coelho Pinto, diretor do Gabinete, José Maria Carneiro de Albuquerque Mello, diretor da Biblioteca Pública, Bernardino Costa, representante da colônia portuguesa, e Mario Mello, secretario do Instituto Archeologico, com a presença dos srs. Ernesto Barreto, presidente do Club Internacional do Recife e Renato Silveira, presidente da Federação Pernambucana de Desportos." (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 5 dez. 1934, p. 4)*

A nota jornalística segue apontando que ações cada uma das instituições ali representadas se comprometia a realizar para a efeméride. Ao falar tanto de um baile de sábado no Club Internacional como de uma programação esportiva com uma regata a nota evidencia que a alta sociedade recifense estava engajada no projeto. Mas ao acrescentar o desfile de tropas do exército, com a participação da banda militar, pelas ruas de Olinda, aponta a preocupação em ter uma atividade de gosto popular.

A programação diversificada não esconde o desejo de fazer do 4º Centenário da Colonização Portuguesa em Pernambuco um grande evento comemorativo. Para esta festividade toma-se como referência a data 12 de março de 1537, data de assinatura do Foral de Olinda, carta que registra e organiza a Vila de Olinda. Um momento marcante daquele processo histórico, sem dúvida, mas apenas um entre tantos outros eventos históricos que poderiam representar o início da ocupação portuguesa na região, tais como: a fundação de Vila Velha na Ilha de Itamaracá, ou algum dos primeiros

desembarques na região realizados por navegantes portugueses décadas antes. Enfim, está posto que a decisão de comemorar implicou antes em decidir que evento histórico comemorar no tempo presente do ano de 1934.

É nesse contexto de comemoração que Carlos de Lima Cavalcante, então interventor federal no Governo do Estado, recebe um grupo de intelectuais e acata a sugestão de também o Estado participar das comemorações. Para isso oficializar sua ação publica o decreto estadual que permite estruturar o Museu Regional em Olinda. Divulgando essa decisão tanto o Diário de Pernambuco como o Jornal do Recife públicam a integra do decreto estadual de criação do Museu Regional na cidade de Olinda.

> *Decreto n. 365, de 28 de Dezembro de 1934. O interventor Federal no Estado, considerando que do programma organizado pela commissão incumbida dos festejos do 4º centenário da chegada de Duarte Coelho, consta a fundação, em Olinda, de um Museu Regional e tendo em vista as suggestões anteriormente feitas pela Directoria da Biblioteca Publica por intermédio da Secretaria de Justiça, Educação e Interior.*
>
> *Decreta:*
>
> *Art. 1. – O Estado instalará na cidade de Olinda, em edifício para este fim adquirido pela respectiva prefeitura, um Museu Regional, que será subordinado ao Museu do Estado e por este administrado.*
>
> *Art. 2. – No mesmo edifício, em sala especial, existirá uma bibliotheca ranqueada ao publico.*
>
> *Art. 3. – A Prefeitura de Olinda responderá pelo pagamento de um zelador e pela conservação do edifício, obrigando-se o Estado a desenvolver e conservar as colleções e objetos do Museu.*
>
> *Art. 4. – Se, por qualquer circumstancia, o Museu Regional vier a se extinguir, todas as coleções e objetos passarão ao Estado para os respectivos Museu e Biblioteca.*
>
> *Art. 5. – Revogam-se as disposições em contrário.*
>
> (PERNAMBUCO, 29 dez. 1934.)

Lemos no preâmbulo que justifica o decreto que a criação do museu foi resposta ao pedido da comissão que está organizando a programação do 4º Centenário. Reconhece também que essa iniciativa foi anteriormente feita pelo diretor da Biblioteca Pública. A sequência e a proximidade desses dois eventos nos permite supor que a reunião das diversas entidades – e a extensa programação que dela surgiu – tenha sido levada ao interventor federal no Estado para evidenciar a mobilização desses setores sociais para o centenário. Ou seja, parece mais adequado supor que os agentes sociais, tais como o Diretor da Biblioteca Pública José Maria Carneiro de Albuquerque Mello, tenham se mobilizado para demandar do Governo do Estado um ato a altura das comemorações planejada do que o inverso.

O decreto estadual que fala da criação do Museu Regional estabelece uma parceria com a Prefeitura de Olinda definindo as responsabilidades de cada ente. A prefeitura de Olinda caberia a aquisição e a manutenção da sede do museu. Ao estado caberia a manutenção do acervo que esse constituísse. Não fica claro, portanto, quem pagaria os salários dos funcionários dessa repartição pública.

Para dar sequência ao processo de instalação do Museu o prefeito de Olinda a época, J. Cabral Filho, já na semana seguinte decreta a desapropriação de imóvel pertencente ao Episcopado de Olinda na Rua do Amparo, n. 128. A rapidez com que age o prefeito é outro indício que nos permite entender que a criação do museu foi resultado de uma articulação prévia de diversos agentes sociais e não uma decisão tomada nos gabinetes do interventor ou do prefeito.

> *O Prefeito do Município, no uso de suas atribuições, considerando que o Decreto nº 363, de 28 de dezembro de 1934, do Governo do Estado, crea para o Município a obrigação de adquirir um prédio para a instalação, em Olinda, de um Museu Regional, considerando que o Diretor da Biblioteca Pública e do Museu do Estado, tendo em vista as características arquitetônicas e a localização conveniente, escolheu o edifício nº 128, à rua do Amparo.*

> *Art. Único – Fica desapropriado, por utilidade pública, o edifício nº 128 a rua do Amparo desta cidade, devendo ser feita a indenização respectiva tomando-se por base o valor locativo, na forma da lei.*
>
> (OLINDA, Decreto nº 90, 4 jan. 1935).

Como é usual no caso dos museus históricos neste caso também vemos a aquisição de um imóvel de valor histórico sendo utilizada para a instalação de um museu. No caso a Prefeitura de Olinda compra o sobrado situado na Rua do Amparo, nº 128. Falar que este imóvel estava encravado no centro histórico seria um anacronismo. No ano de 1935 a Rua do Amparo era uma rua da pequena cidade de Olinda, rua do centro administrativo da cidade vivendo a movimentação própria das áreas centrais das cidades. Logo podemos pensar no sentido inverso: não é o valor histórico da área que impulsiona a decisão, mas é a instalação de um museu em um casarão do centro administrativo que impulsiona o reconhecimento do valor histórico de toda essa área da cidade.

Os registros do arquivo do próprio Mureo dão conta que o casarão da Rua do Amparo, nº 128 foi construído como residência entre 1745 e 1749. Posteriormente foi adquirido para ser residência episcopal do Bispo de Olinda. No início do século XX foi ocupada como sede da Sociedade Beneficente dos Artistas e Artesão de Olinda e as salas de uma Escola Primária. Paredes grossas com pé direito alto, janelas amplas, telheira de barro. Uma típica residência do século XVIII. Como foi utilizado como residência pelo bispo de Olinda e ainda mantém em sua fachada o brasão da diocese.

A edificação, portanto, carrega elementos simbólicos que a tornam uma peça, talvez a principal peça, do acervo do Mureo. Ou seja, a aquisição dessa edificação para a instalação do museu significou, de fato, a sua própria musealização. Assim devemos perceber, de um lado, os diferentes significados que o objeto carrega, de outro, as marcas do passado que o ato administrativo deseja preservar.

As paredes grossas dessa edificação falam das técnicas construtivas do período, dos materiais e soluções utilizadas no período colonial. Já sua volumetria, seu pé direito alto, suas janelas enfileiradas e elevadas em relação à rua, os cômodos ligados diretamente nos dizem de seus usos como moradia. E seu brasão episcopal não deixa esquecer que ali morou o superior da religiosidade católica na região.

A aquisição de uma edificação com esse conjunto de elementos busca perpetuar na memória social os elementos culturais da elite colonial. Seus objetos, seu modo de vida, e sua visão de mundo. Como vimos na documentação analisada esta ação foi realizada pela prefeitura, mas teve o aval do Governo do Estado e a pressão de diversos agentes da sociedade.

Também precisamos perceber que essa ação ocorreu em 1935, dois anos antes da edição do Decreto-Lei nº 25 de 1937 que passou a regulamentar as políticas de preservação através do instituto do tombamento. Essa cronologia nos faz ver que os agentes sociais de Pernambuco antecipavam o que viria a se tornar a política oficial do Estado Nacional no período do Estado Novo. Selecionar edificações do período colonial em estilo barroco como representação do passado nacional, ou regional. No caso, selecionar um casarão do século XVIII para rememorar os eventos do século XVI.

O passado colonial como identidade produzida

Os museus, e as experiências que suas exposições possibilitam, apontam para a formação de sujeitos, para a construção de identidades dos grupos sociais. Desta forma o museus são instituições onde podemos perceber como se opera esta processo formativo das memórias sociais que determinado grupo social deseja universalizar. Stuart Hall (2004, p. 76) no diz que nestas situações, "em certa medida, o que está sendo discutido é a tensão entre o 'global' e o 'local' na transformação das identidades." O que está em jogo é que lembrança do passado coletivo cada membro da coletividade irá incorporar a sua memória pessoal.

Para Reinhart Koselleck (2006) a relação de cada sociedade com seu presente está simultaneamente marcada pela experiência do passado e pela expectativa de futuro que se estabelece em cada tempo presente. Nesse jogo de forças simbólicas Maurice Halbwachs (2006) identifica as múltiplas situações cotidianas pelas quais a memória coletiva é incorporada como memória individual atuando como formadora do sujeito social.

> *"a criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais pelos quais ela entra em contato com um passado mais ou menos distanciado, que é como o contexto em que são guardadas suas lembranças mais pessoais. É neste passado vivido, bem mais que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sua memória." (HALBWACHS, 2006, p. 90).*

No mesmo caminho Paul Ricouer aponta que os valores culturais de cada comunidade se materializa como memória coletiva na memória individual de cada membro da comunidade. E para que cada indivíduo incorpore como sua as memória da comunidade é preciso que cada um se relacione, através da ação dos seus próximos, com elementos da memória social, processo "que chamo de atestação em si mesmo" (RICOEUR, 2007, p. 142).

É com essa perspectiva de formação da memória coletiva nos corações e mentes dos sujeitos contemporâneos que entendemos as ações dos agentes sociais que se dedicam a doar objetos para serem expostos em suas salas de visitação. Novamente são as notas dos jornais do período de constituição do Mureo dão conta de como o acervo inicial foi se constituindo. Em janeiro de 1935 tanto o jornal do Recife como o Diário de Pernambuco publicam nota onde descrevem os primeiros itens doados para compor a exposição.

> *O MUSEU REGIONAL DE OLINDA*
>
> *A inauguração do Museu Regional de Olinda, parte do programma das festas commemorativas do 4º centenario da chegada de Duarte Coelho,, será no dia 17 de Março proximo.*

> *Adirectoria do Museu vem empregando todos os esforços para que o acto da abertura tenha o maior realce.*
>
> *Comprehendendo a grande significação do Museu Regional o sr. Francisco Lins Caldas Filho acaba de oferecer uma interessante collecção de moedas nacionais e estrangeiras e uma lanterna de carro de passeio; a Sociedade dos Artistas e Operarios offereceu um retrato a oleo do maestro Thomas Cantuaria e um outro de Joaquim Nabuco; as senhoritas Maria José, Maria de Lourdes e Maria da Conceição Ribeiro de Gusmão offereceram 6 vistas antigas do Recife e Olinda; o sr. conego Xavier Pedrosa offertou um lindo chifre de veado e algumas mmoedas; a Prefeitura de Olinda entregou um antigo armario, um retrato a óleo de D. Pedro II, e uma arca e 4 estatuas de louça portuguesa. (JORNAL DO RECIFE, 23 jan. 1935. p. 4).*

A primeira observação que temos de fazer é o interesse em divulgar as ações entorno da criação do Mureo. Ao menos dois importantes jornais do período narraram as iniciativas dos intelectuais de requere ao governo estadual e municipal a criação do museu. E agora seguem noticiando as iniciativas para a composição do acervo para a exposição. Isso evidencia que a criação do museu se revestiu de certo interesse social. E assim como as notas jornalísticas citavam os nomes dos personagens presentes nas reuniões que deram origem ao Mureo, também agora os nomes e posições sociais dos doadores do acervo inicial foram listados.

Francisco Lins Caldas Filho era, então, tabelião da Cidade de Olinda, nome frequente nas colunas sociais dos jornais. A doação ao acervo do museu pode ser entendida como uma estratégia de vincular seu nome, e de sua família, a história da cidade. A Sociedade dos Artistas e Operários era, ao tempo, a entidade que congregava os artesãos que prestavam serviços especializados e muito valorizados para a decoração das casas das famílias abastadas no início do século XX. Uma doação de quadros pintados por seus associados pode representar o interesse de divulgar não o trabalho individual do artista, mas valorizar a produção de toda uma categoria profissional.

A presença do nome do cônego, de membro da administração eclesiástica, na lista de doadores evidencia que a administração da igreja católica, antes proprietária da casa que foi desapropriada para sediar o Mureo, estava sim envolvida nesse processo de desapropriação. No mesmo sentido a doação feita pela Prefeitura de Olinda, e não pela pessoa do prefeito Cabral Vasconcelos, demonstra o interesse da administração em efetivar o museu na cidade de perfil histórico num período, anos trinta, em que o debate sobre a preservação do patrimônio histórico ganhava visibilidade pública.

Agora sim, podemos nos ater na observação dos objetos doados.

A doação de "uma interessante collecção de moedas nacionais e estrangeiras e uma lanterna de carro de passeio" nos mostra que objetos um senhor da elite local valorava histórico. A coleção de moedas representa não apenas o passado em que foram utilizadas, mas a atividade comercial em si como relação social a ser valorizada. Já a lanterna de um carro, que supomos seja de um carro antigo já para os padrões dos anos 1930, valoriza a modernidade que o objeto automóvel então representava.

Os retratos a óleo do maestro Thomas Cantuaria e Joaquim Nabuco, pintados por artesão não nomeados, representa a valorização de toda uma cadeia produtiva composta de pintores, de escultores, de talhadores e outras profissões manuais. Cadeia produtiva esta importante para a Cidade de Olinda.

Insólita, neste conjunto, é a doação de "um lindo chifre de veado e algumas mmoedas" feitas pelo cônego. O primeiro objeto encaixa-se no conceito de exótico, na excentricidade própria ao espírito de um religioso. O segundo se confunde com a outra coleção de moedas. Curioso mesmo seria perceber que o religioso não doa objetos religiosos. Mas antes dessa conclusão apresada temos de lembrar que o casarão, principal peça do acervo do museu, foi a residência dos bispos de Olinda.

Mas é a doação da Prefeitura de Olinda que deve ser destacada nesse conjunto. Destaca-se pela quantidade, sete peças, mas também pelo patente valor histórico das peças. O "antigo armário", em exposição até hoje, é um imenso móvel em madeira de lei que traz em si marcas de reformas feitas em diferentes tempos históricos e dos usos que teve na administra municipal. Assim como a "arca."

O "retrato a óleo de D. Pedro II" possivelmente era utilizado para decorar a sala de reuniões da prefeitura durante o Império. Com o advento da República foi guardado em algum porão. Coloca-lo em exposição no museu histórico é voltar a fazer uso de uma peça de valor estético, também presente nas estátuas de louça portuguesa, sem as implicações do seu significado político.

Ao fim somos forçados a perceber que esse primeiro conjunto de objetos foram recolhidos ao museu mais ao acaso do que por uma definição de política de aquisição. Mais por iniciativas e perspectivas pessoais do que por uma curadoria que delineasse uma proposta expositiva. Mesmo assim, precisamos perceber neste conjunto de objetos a visão de passado que os doadores e fundadores, membros de uma elite ilustrada, desejam materializar no Mureo.

Nos parece clara a intenção de um conjunto de agentes sociais de construir uma dada representação do passado para seu próximos. Essa foi a de um museu que mostrasse a vida da elite que habitou e habita o antigo centro administrativo da capitania fundada por Duarte Coelho. Os poderes civil e religioso que ali vivia e vive, mas também sua importância econômica. São senhores e senhoritas da elite materializando a representação social de um passado pomposo através de um palacete gracioso, uma mobília suntuosa e objetos decorativos para um gosto refinado. Com esse conjunto de objetos se joga para o futuro a imagem de uma cidade rica e poderosa que já não existia no tempo presente das ações observadas.

A inauguração do Museu Regional de Olinda

A relação que a sociedade contemporânea estabelece com o tempo, segundo François Hartog, está marcada pela onipresença do presente que anula tanto a experiência do passado como a expectativa de futuro. Essa experiência contemporânea com o tempo é chamada por ele de presentismos; é uma 'crise do tempo', uma ruptura com a forma de perceber o processo histórico que aponta para uma anulação do tempo como dimensão social. É nesse processo de construção da memória social que Hartog reconhece o papel do patrimônio cultural.

> *"O apelo a noção de patrimônio não traduz mais somente uma tomada de consciência e uma resposta a uma ruptura, mas torna-se uma maneira dedesignar um perigo potencial e de enfrenta-lo, instaurnado precisamente uma lógica de tipo patrimonial." (HARTOG, 2013, p. 251)*

Neste cenário de uso do passado pelos agentes do tempo presente como única categoria da experiência temporal os museus históricos, seus objetos e suas exposições, são uma estratégia de difundir entre seus visitantes a memória coletiva do passado dessa comunidade de sentidos. Ou seja, como o patrimônio histórico musealizado, dialogando com o regime de historicidade da sociedade contemporânea, atua no processo de formação dos sujeitos contemporâneos.

Nos dias que antecederam a data da comemoração do 4º Centenário da Colonização de Pernambuco ocorreram sucessivas publicações dando conta da intensa programação que ocorreria em Olinda. Estavam previstas para ocorrer, entre os dias 9 e 17 de março diversas atividades. Entre elas a inauguração de dois monumentos, quatro conferências, realização de missas, desfile de tropas, torneio de natação e de futebol e um grande baile. Foi anunciado também um número maior de bondes para Olinda nos fins de semana a fim de garantir o deslocamento com maior conforto.

Nos dias que se seguiram a mesma imprensa publica relatos das atividades ocorridas. É neste contexto de grade festividade e em meio a muitas e distintas atividades que a inauguração do Museu Regional de Olinda é relatada como o último evento, como grande final das atividades de comemoração do 4º Centenário da Colonização de Pernambuco.

> *A INAUGURAÇÃO DO MUSEU REGIONAL DE OLINDA*
>
> *À tarde teve logar a inauguração do Museu Regional de Olinda.*
>
> *O Museu está installado numa casa de estylo colonial. Na sua collecção contam-se retratos de Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Felippe Camarão, restaurados pelo pintor Manoel Bandeira, quadros e objetos antigos, como santuários, imagens, mobilizas, cômodas, etc.*
>
> *Fez o discurso anaugural o Sr. José Maria de Albuquerque Mello, director da Biblioteca Publica que se referiu a significação daquela solemnidade sendo muito applaidido.*
>
> *O acto foi assistido por autoridades e pessoas gradas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19 mar. 1935, p. 1).*

A notícia da inauguração, também relatada no Jornal do Recife da mesma data, ganha destaque no relato dos eventos comemorativos merecendo um título a parte no texto. Este destaque no interior do jornal nos faz dá a entender que para o editor do jornal era este a principal iniciativa dentro da programação comemorativa.

A descrição do Mureo também confirma as representações anteriormente identificadas. A lembrança de que ele está "instalado numa casa de estilo colonial" nos mostra que a escola foi sim proposital para rememorar o período, que a sede é vista como uma das peças do museu.

Vemos também que aos objetos já apresentados na notícia anterior são acrescidos outros. Os quadros dos heróis da expulsão holandesa foram "restaurados pelo pintor Manuel Bandeira" para recuperar sua condição de serem expostos. Aquela coleção inicial também foi agregado "quadros e objetos antigos," seguramente doados por pessoas da comunidade

que seguiram o exemplo dados pelos personagens de destaque social da reportagem anterior.

A nota nos diz ainda que o diretor da Biblioteca Pública, que também responderia como diretor do Muero, discursou ao público presente sobre 'a significação daquela solenidade.' Ao perceber que esse personagem esteve presente nas reuniões preparatórias das atividades comemorativas podemos supor que suas palavras, que não estão transcritas, explicavam aos presentes – "autoridades e pessoas graúdas" – o papel de um museu regional no momento das comemorações, a importância de estar sediado em um casarão de valor histórico.

No conjunto desses eventos podemos ver agentes sociais diversos utilizando a fundação do Mureo como uma estratégia para consolidar no seu presente uma versão do passado que se projete para o futuro. Uma forma de fazer com que o futuro escute o um passado que fala do seu próprio presente. Um alargamento das representações sociais em vigor no tempo presente tanto para o passado como para o futuro.

O pretérito passado no tempo presente

Para evidenciar as formas particulares com que cada sociedade se relaciona com o tempo Hartog estrutura o conceito de "regime de temporalidade". Esta ferramenta teórica nos permite entender que a forma de apropriação e significação da dimensão temporal não é idêntica para todas as sociedades. Ao contrário, sustenta que grupos sociais de diferentes momentos históricos se relacionaram de maneiras distintas com a dimensão temporal, com a narrativa do passado e com os objetos que remetem o processo histórico.

> *"Fomulada a partir de nossa contemporaneidade, a hipotese do regime de histoticidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, os passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço." (*HARTOG, 2013, p. 37*)*

Essa ferramenta analítica, regimes de historicidade, nos permite perceber que os sujeitos do presente constroem representações do passado que estão mais aos seus interesses do presente que a uma pretensa objetividade científica. O passado rememorado em diferentes linguagens, como a do museu, tem, portanto, uma força simbólica que opera sobre os agentes do tempo presente mobilizando interesses e subjetividades.

A década de 1930 é o período de rápidas transformações sociais na sociedade brasileira. Nesse jogo de interesses difusos se desenvolve uma crescente luta simbólica pela definição das identidades. É nesse contexto que diferentes agentes sociais operam variadas estratégias para a redefinição tanto da identidade nacional como das identidades regionais.

No ano de 1935, momento histórico imediatamente anterior a definição de políticas públicas para a preservação em nível nacional, a criação do Mureo e a formação de seu acervo pode ser percebido como uma peça importante na estratégia de construção da identidade de Olinda como cidade de valor histórico. Estratégia essa que se posteriormente se desdobrou no tombamento do sítio histórico pelo Iphan em 1968 e pela Unesco em 1981.

Entendemos, portanto, que o Mureu é parte do esforço de diferentes agentes sociais para materializar uma dada narrativa do passado. Ou, como aponta Paul Ricoeur, a ação deliberada de agentes sociais na difusão de uma dada memória social sobre a cidade para seus próximos. No processo histórico que narramos percebemos a operação descrita por Le Goff (1990) como a transformação de um documento em monumento. Ou, como aponta Hartog, vemos o presente se alargando sobre o passado construindo versões para efetivar projetos do tempo presente e se projetar no futuro. Podemos perceber os objetos do passado na formalização de uma memória social de uma comunidade.

São os interesses do tempo presente de 1937 que se apropriam de objetos do século XVIII, como o casarão, e do XX, como o acervo doado, para construir a memória sobre um século XVI. É um presente se alargando tato para o pretérito mais que perfeito como o do pretérito do futuro.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 1937.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1934-1935.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade:* presentismo e experiência do tempo. Belo Horiznte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História.* Belo Horizonte. v. 22, n. 36. p. 261-137, jul/dez 2006.

JORNAL DO RECIFE. Recife. 1934-1935.

KOSELLECK, Reinhert. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-SP, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória.* São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História:* a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. V. 2. Jan.-dez. 1994. p. 9-42.

OLINDA (Prefeitura). Decreto nº 90, de 04 de janeiro de 1935.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto nº 36, de 28 de dezembro de 1934.

POULOT, Dominique. *Le musée d'histoire en France entre traditions nacioneles et soucis identitaires.* Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 15. n. 2. jul-dez. 2007. p. 293-316.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

A fotografia entre dores: memórias da ditadura militar na Universidade Federal de Pernambuco

Ana Cláudia de Araújo Santos
Emanuela Sousa Ribeiro

A guisa de introdução: fotografia e pesquisa

Realizar registros através da fotografia é uma prática que está intimamente ligada ao seu surgimento, no século XIX, e foi se intensificando e mutando ao longo do século XX, com a utilização de materiais mais ágeis e leves (GURAN, 2012, p. 46). Neste contexto de expansão tecnológica também se expandiram as reflexões sobre o papel da fotografia no âmbito da produção intelectual, em diversas áreas do conhecimento.

De acordo com Boadas *et al* (2001), é possível estabelecer quatro funções da fotografia: artística, registro, informativo e publicitária[1]. No concernente ao aspecto informativo destacamos o caráter documental presentes nos registros fotográficos, como evidencia Guran (2012):

1. Esta é uma classificação proposta para que compreendamos as diferentes 'especialidades ou atividades fotográficas que foram produzidas durante os anos de desenvolvimento da fotografia. Contudo, várias destas funções podem estar presentes numa mesma fotografia.

> *É justamente o caráter documental da fotografia que a pôs imediatamente a serviço da curiosidade de uma sociedade que interagia cada vez mais com a diversidade cultural dos povos não europeus. Ao lado do retrato, seguramente a aplicação mais imediata e universal da fotografia desde o seu nascimento, a documentação de terras e costumes exóticos foi a sua principal aplicação nos anos que se seguiram à sua invenção. Desta vertente se desenvolveram, ao mesmo tempo, a documentação fotográfica de caráter informativo para um público mais amplo e o seu uso pelas ciências exatas e pelas voltadas ao estudo dos seres humanos, tanto no seu aspecto físico quanto social (*GURAN, 2012, p. 13, grifo nosso*).*

Percebemos que tanto no que diz respeito ao caráter documental quanto ao caráter informativo da fotografia, esta assume o papel de *provar* uma dada realidade; situação que se consolidou já nos anos iniciais do desenvolvimento da técnica fotográfica, quando várias áreas do conhecimento passaram a utilizar esse suporte – evidenciando a sua condição de prova -, para o desenvolvimento de estudos científicos, nas áreas como Antropologia Física, Medicina, Arqueologia entre outras. Como é evidenciado por Rouillé (2009):

> *funcionando ela própria conforme princípios científicos, a fotografia vai contribuir para modernizar o conhecimento; em particular, o saber científico. (...) É na astronomia e na microfotografia, ciências ao mesmo tempo dinâmicas e habituais usuárias de instrumentos óticos, que o aparelho fotográfico é primeiramente utilizado (*ROUILLÉ, 2009, p. 10*).*

Esta abordagem da fotografia, enquanto prova material, continua sendo utilizada nas ciências exatas e mesmo no âmbito de ciências médicas, como a medicina forense (ZARZUELA, 1992), por exemplo. Contudo, no âmbito das ciências humanas e sociais, a fotografia perdeu o seu estatuto de reprodutora da realidade e assumiu um lugar epistemológico duplo na produção de conhecimento acadêmico: ou são utilizadas como fontes para a pesquisa, ou são o próprio objeto de pesquisa.

Conforme explica Guran (2012), o "sentido de uma imagem para as ciências sociais depende de como seu conteúdo é percebido à luz dos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos que presidem a reflexão científica deste campo do conhecimento" (GURAN, 2012, p. 65).

A mesma reflexão pode ser encontrada em teóricos da história (CARDOSO; MAUAD, 1997), da antropologia visual (CAIUBY NOVAES, 2008) e das diversas disciplinas que trabalham com recursos fotográficos como fonte ou como objeto (KOSSOY, 1999, MARTINI, 1999). Até mesmo do ponto de vista da indexação arquivística dos suportes imagéticos, este procedimento de análise crítica da fotografia é recomendado, pois, há grandes preocupações com as

> *limitações do alcance do tratamento documental de imagens embasado na identificação e priorização de suportes, técnicas ou "leituras" de seu conteúdo informativo. É fundamental considerar que tal "leitura" do significado das imagens somente é possível dentro de um contexto histórico-cultural definido, responsável pela atribuição de significados a partir de uma dada linguagem representacional, também constituída historicamente (*LOPEZ, 1997, p.280-281*).*

Para a história a ampliação do conceito de documento também vem apontando, desde a primeira metade do século XX, para a necessidade de apropriação da fotografia tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. Para além do papel de transmissora de informações sobre o passado, a fotografia é compreendida como uma *imagem/monumento: aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro* (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406-407).

Deste modo, preconizamos a necessidade de uma crítica rigorosa da fotografia enquanto fonte, uma vez que *as fotografias como todos os documentos, monumentos e objetos produzidos pelo homem tem atrás de si uma história* (KOSSOY, 2012, p. 78). Este aspecto é de suma importância quando do tratamento informacional dos registros fotográficos. Elencar os

usos, a intenção e o momento em que o registro foi realizado são informações necessárias para compreender o contexto de produção de uma dada imagem e a intenção de perenização que lhe foi atribuída ao longo de sua trajetória.

Acrescentamos a isso a necessidade de estudar a fotografia enquanto objeto, ou seja, enquanto narrativa histórica produzida pela sociedade. Para tanto, é fundamental interrelacionar várias tipologias documentais – textuais, iconográficas e orais – pois possibilita uma abordagem com outros discursos e outras linguagens sobre um mesmo objeto (MÜLLER, 2006, p.02). Ainda seguindo esta abordagem:

> *o exame das fontes fotográficas jamais atingirá sua finalidade se não for continuamente alimentado de informações iconográficas (necessárias aos estudos comparativos) e das informações escritas de diferentes natureza contidas nos arquivos oficiais e particulares, periódicos da época, na literatura, nas crônicas, na história e nas ciências vizinhas. (*KOSSOY, 2012, p. 82*).*

Como elemento unificador de todas as abordagens citadas anteriormente, percebemos que o estudo da fotografia requer, mais do que qualquer outro, clareza na metodologia de pesquisa utilizada, de maneira que se possa aclarar também qual o *status* da fotografia no contexto da pesquisa em curso. Esta foi a escolha que fizemos para este trabalho: analisar um conjunto de fotografias e, ao mesmo tempo, apresentar ao leitor o processo de construção de conhecimento que pode advir do uso da fotografia como objeto mesmo da pesquisa histórica.

Como corpo de análise empírica, este trabalho estuda um conjunto de vinte e sete fotografias que retratam uma visita do então presidente da república, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (abril de 1964 a março de 1967), à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

As fotos originais pertencem ao acervo do Memorial Denis Bernardes (UFPE) e compõem um conjunto de vinte e cinco mil fotos em papel, que foram produzidas pela Universidade ao longo de sua história.

Para esta análise decidimos adaptar a metodologia proposta por Guran (2012), que nos apresenta quatro operações na análise da fotografia para a pesquisa antropológica:

> *podemos considerar que a utilização da fotografia pelas ciências sociais – seja como fonte de dados, instrumento auxiliar para pesquisa ou mais um elemento do discurso final – coloca, como questões maiores a serem estudadas: 1) a constituição de um corpus fotográfico; 2) a produção da fotografia no curso da pesquisa; 3) a leitura da fotografia; e 4) a articulação entre texto e foto visando à construção de um discurso científico. (*GURAN, 2012, p. 65*)*

Não obstante tratar-se de uma metodologia utilizada para a pesquisa antropológica, pode ser adaptada para a pesquisa em diversas outras áreas do conhecimento – desde que não tomem a fotografia como prova de uma dada realidade – visto que é uma metodologia que procura analisar a produção de sentido operada pela construção da fotografia e pelo seu uso, levando em consideração tanto a própria comunidade que produziu a imagem quanto o pesquisador que a está analisando.

Para a utilização desta metodologia em uma pesquisa na área da história optamos, porém, por inverter a ordem das operações propostas por Guran: inicialmente apresentaremos a *produção da fotografia no curso da pesquisa,* a seguir a *leitura da fotografia,* em um terceiro item apresentaremos a *constituição de um corpus fotográfico* e, por fim, faremos a *articulação entre texto e foto visando à construção de um discurso científico*.

Esta adaptação da ordem das operações é motivada principalmente pelo fato de estarmos trabalhando com fotografias que fazem parte de um corpus maior, que é a produção audiovisual institucional da UFPE. Neste contexto, consideramos que a escolha deste conjunto de vinte e sete fotos no âmbito de outras vinte e cinco mil fotografias (que foram, em alguma medida, desconhecidas), precisa ser compreendido como parte do trabalho do historiador, como parte da própria *produção de um conjunto fotográfico*, conforme detalharemos a seguir.

Produção da fotografia no curso da pesquisa: um acervo e a criação de conjuntos

A Universidade Federal de Pernambuco, nos seus quase 70 anos de história, detém um diverso e significativo patrimônio que se refere à sua memória. Parte deste patrimônio está presente nas unidades de Memória - Memoriais[2] e Museus - da instituição, cujo acervo é de cunho arquivístico, bibliográfico, museológico e científico[3]. Neste contexto, destaca-se o Memorial Denis Bernardes, um espaço inaugurado no ano de 2013, cujo objetivo é salvaguardar a memória científica da referida universidade. Entre os acervos deste Memorial, destaca-se o fotográfico, composto por vinte e cinco mil imagens em suporte de papel e que se encontra em processo de organização informacional, visando sua futura acessibilidade por pesquisadores de todas as áreas do conhecimento.

Antes de sua incorporação ao Memorial Denis Bernardes este acervo estava armazenado em situações precárias, tanto do ponto de vista informacional quanto do ponto de vista de sua conservação material, o que comprometia sua estabilidade e, principalmente, sua capacidade de produzir ou ser objeto de qualquer tipo de pesquisa. Frente a esta situação foi desenvolvido um projeto de extensão, intitulado **"Imagens fotográficas: olhares sobre a história da UFPE"**, cujo objetivo é à realização de ações de conservação preventiva[4] e organização documental.

2. Existem três memoriais na UFPE, a saber: Memorial da Medicina, Memorial da Engenharia e Memorial Denis Bernardes.
3. Aqui nos referimos às coleções de pesquisa.
4. A conservação preventiva possibilita o retardamento da degradação dos bens culturais através de medidas que não envolvem diretamente a constituição física dos bens. Considera-se como conservação preventiva: *Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam a sua aparência (ICOM-CC, 2008, p.).* As medidas de conservação preventiva adotadas foram a higienização, acondicionamento e armazenamento das fotografias de acordo com o que preconiza os princípios da conservação – utilização de materiais neutros, que estabilizam os processos de degradação.

No concernente à organização documental, *a organização envolve atividades sistemáticas de levantamento, seleção e compilação de informações referentes a um conjunto ou a um determinado documento em instrumento apropriado. A finalidade é criar formas adequadas de acesso e controle do acervo* (CARVALHO *et al*, p. 18).

Para dar forma a esta organização documental, foram produzidos formulários descritivos, que contemplam um conjunto de dados divididos em quatro conjuntos de informação, a saber: dados administrativos (unidade que produziu, código de identificação e quantidade de fotos) informações técnicas (fotógrafo, estado de conservação e dimensão do suporte). Estes formulários se fundamentaram nos princípios arquivísticos, cuja organização se baseia no princípio de proveniência do documento[5] que, neste caso, se constituía, na maioria das vezes, pela unidade administrativa que produziu a fotografia.

Regra geral a temática presente no acervo refere-se às atividades inerentes a uma instituição de ensino: ensino, pesquisa e extensão, distribuída em várias subtemáticas, denominadas no projeto como temas de suporte[6], que foram estabelecidas, pela equipe do projeto, a partir da temática das imagens.

Deste modo, as informações contextuais de produção institucional das imagens foram preservadas, contudo, estas informações nem sempre permitem que se identifique o conteúdo imagético primário das fotografias, pois o quantitativo de fotos que possui identificação imagética é extremamente limitado.

5. De acordo o dicionário de terminologia arquivística (2005, p. 136,) *princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.*

6. As fotos foram organizadas em dossiês temáticos, formados por dezoito temas de suporte – conteúdo temático - elencados a partir do conteúdo central de cada conjunto fotográfico, que encontram-se assim classificadas: eventos (solenidades, reuniões, encontros, palestras e posses), estrutura física, decoração, projeto pesquisa, equipamentos científicos, docentes, discentes, atendimento médico/ consultas, aulas, convênios, diretoria, empresa Júnior, divulgação, apresentação cultural, políticos, reitores (pró-reitores) escultura e manifestações.

Outro problema de indexação a ser destacado é a dispersão das mesmas fotografias em conjuntos e classificações diferentes. Acreditamos que tal fato se deu porque a entidade produtora das fotos – a UFPE – nunca fez nenhum arranjo sistemático das imagens, de maneira que ao longo de sua vida, as fotografias foram constantemente reorganizadas em virtude do seu uso (ou da sua falta de uso) em atividades de divulgação da Universidade[7].

Para os fins deste trabalho é importante sublinhar que em um contexto de vinte e cinco mil fotos, produzidas e utilizadas ao longo de quase setenta anos, falar de conjuntos ou de coleções é praticamente impossível, pois apesar de termos preservado durante a indexação o princípio da proveniência, não se pode garantir que fotos produzidas em um mesmo contexto não estejam classificadas em séries, sub-séries ou dossiês diferentes.

Por este motivo consideramos que a escolha de um conjunto fotográfico para pesquisa de conteúdo em história se constitui em uma ação equivalente àquela que Guran aponta como sendo, na pesquisa de campo antropológica, a *criação da fotografia*, ou seja, a *fotografia para descobrir:*

> *A fotografia produzida "para descobrir" corresponde àquele momento da observação participante em que o pesquisador se familiariza com seu objeto de estudo e formula as primeiras questões práticas com relação ao trabalho de campo propriamente dito. É nesse momento que o pesquisador negocia, de fato, a aceitação da sua presença no grupo, o que vai viabilizar, na prática, a própria pesquisa (GURAN, 2012, p. 67).*

Embora não seja possível falar da criação da foto do ponto de vista físico, é a interação do pesquisador com o conjunto maior de fotografias – equivalente, neste caso, à observação participante citada por Guran – que

7. É importante esclarecer que antes de sua incorporação ao acervo do Memorial Denis Bernardes, estas fotos estiveram guardadas na Assessoria de Comunicação Social - ASCOM, que se utilizava das mesmas em suas atividades cotidianas. Além disso, a ASCOM, na realidade, foi o setor da UFPE que se encarregou da guarda física das fotografias, as quais muitas vezes transitaram por outros setores antes de serem guardadas no local.

indica que aquelas fotos retiradas da Caixa 14A, do Centro de Ciências da Saúde - CCS, suscitam questões para aprofundamento de pesquisas. No dizer de Guran:

> *Este primeiro momento é marcado pela impregnação, no sentido utilizado por Olivier de Sardan (1995:79), quando o pesquisador vivencia pela primeira vez o cotidiano de uma comunidade e começa a "perceber alguma coisa" sem, no entanto, saber exatamente do que se trata. Grande parte das coisas percebidas nesta etapa fica no campo das sensações, não chegando a se transformar em dado, mas contribui para balizar o trabalho de campo. O pesquisador tem, a esta altura, mais perguntas do que respostas (*GURAN, 2012, p. 68*).*

Assim, este conjunto de fotos foi selecionado a partir do interesse das autoras, em compreender o contexto em que as imagens foram produzidas e as relações desenvolvidas na UFPE. Para tanto, buscamos completar a coleção, reunindo todas as imagens que, por apreciação imagética, parecessem ter sido produzidas no mesmo contexto – criou-se assim o conjunto fotográfico, ora, em análise.

A leitura da fotografia: um presidente militar na Universidade

A ideia de uma leitura da fotografia pressupõe, de acordo com Guran, o

> *reconhecimento das informações contidas na imagem, as quais propiciam uma reflexão científica. Por sua vez, uma fotografia é tão mais rica em informação quanto for a capacidade do leitor de perceber as suas nuances de representação. Esse processo implica em uma precisa articulação entre forma e conteúdo, cabendo à primeira dar evidência ao segundo (*GURAN, 2012, p. 74*).*

Nesta perspectiva, este item de análise se propõe a identificar as vinte e sete fotos que compõem o conjunto ora em análise. A subsérie selecionada é composta por vinte e sete fotografias do Centro de Ciências da Saúde - CCS. Todas as imagens são preto e branco, com dimensão de

18x24cm, organizadas na caixa 14A, e constituem o dossiê *Políticos*. Para esta classificação incluem-se as fotos referentes aos chefes da união, estados e municípios: presidente da república, governadores e vereadores, bem como dirigentes de cargos públicos da administração superior.

A maior parte do conjunto apresenta unidade temática e de linguagem/enquadramento: há um grupo de pessoas sendo acompanhado ao longo de lugares diferentes, estando sempre em primeiro plano um grupo de três figuras masculinas, todas em trajes civis formais (terno e gravata). Em segundo plano há sempre uma comitiva (posto que todos os personagens estão voltados para as figuras de primeiro plano), com figuras do sexo masculino em trajes civis formais e trajes militares. Nestas fotos há apenas **três** fotos em que a comitiva apresenta exceções: em duas fotos aparece também uma figura feminina em trajes formais, que toma a frente da comitiva, e em uma das fotos aparece uma criança, retratada de costas, falando com a figura masculina do grupo principal.

Além deste grupo de imagens há uma quantidade menor de fotos – cinco fotografias – em que os personagens masculinos de primeiro plano aparecem em um auditório, ocupando os lugares de honra.

Para este trabalho, dada à limitação de reprodução de imagens, selecionamos duas fotografias – uma delas, a CCS 4002, é semelhante a que consta publicada no Diário de Pernambuco, em 16 de agosto de 1966 - que acreditamos serem representativas do conjunto e que apresentamos a seguir, abaixo de cada uma segue a descrição existente no formulário descritivo de fotografias de cada uma delas, com o conteúdo informacional na imagem.

Foto CCS 4001: Presidente Castelo Branco em visita ao Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco. Agosto de 1966. Acervo Memorial Denis Bernardes. Ficha preenchida por: Rafaela Barros. **Conteúdo informacional:** Fotografia em preto e branco contendo no primeiro plano três figuras masculinas caminhando no prédio do Centro de Ciências de Saúde - CCS , no campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Da esquerda para a direita visualiza-se o governador Paulo Guerra que utiliza sapatos, terno e gravata de tom escuro e camisa de tom claro, ao seu lado está o presidente da República, Castelo Branco que utiliza sapatos, terno e gravata de tom escuro e camisa de tom clara, ao lado de Castelo Branco encontra-se o reitor da UFPE, Murilo Guimarães que utiliza sapatos, terno e gravata de tom escuro e camisa de tom claro. No segundo plano, visualizam-se duas figuras masculinas, não identificadas, de militares fardados utilizando sapatos de tom escuro, gravatas de tom cinza e chapéu quepe. No terceiro plano, visualizam-se diversas figuras masculinas acompanhando Castelo Branco.

Foto CCS 4002 – Presidente Castelo Branco em visita ao Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco. Agosto de 1966. Acervo Memorial Denis Bernardes. Ficha preenchida por: Paulo Couto. **Conteúdo informacional:** Fotografia em preto e branco contendo onze figuras masculinas, no Centro de Ciências de Saúde - CCS, no campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Da esquerda para a direita visualiza-se no primeiro plano o governador de Pernambuco, Paulo Guerra que está na posição de "costas" ele utiliza sapatos, terno e gravata de tom escuro e camisa de tom claro, ao seu lado direito está o presidente da República, Castelo Branco que utiliza sapatos, terno e gravata de tom escuro e camisa de tom claro, cumprimentando a terceira figura não identificada que utiliza sapatos, terno de tom escuro e camisa de tom clara. Após a terceira figura está o reitor da UFPE Murilo Guimarães, que utiliza sapato, terno e gravata de tom escuro e camisa de tom claro, à direita, está a quinta figura, não identificada, que utiliza sapatos, terno, gravata e óculos de sol de tom escuros e camisa de tom claro, em sua mão esquerda essa segura papéis, a sexta figura utiliza sapatos, terno gravata de tom escuro. Posteriormente visualiza-se uma figura não identificada, que utiliza óculos e um capacete. Ao seu lado direito encontra-se uma figura não identificada que utiliza óculos de sol. Ainda no segundo plano, visualiza-se uma figura que utiliza sapato, terno de tom escuro e camisa de tom claro e óculos de grau.

Observamos que no verso das vinte e sete fotografias não há nenhuma informação registrada e nenhum exemplar da coleção de 25 mil imagens da UFPE possui documentação associada.

No caso deste conjunto foi possível identificar as três figuras principais dos retratos: o então presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (abril de 1964 a março de 1967), o então reitor da UFPE, o advogado Murilo Humberto de Barros Guimarães (agosto de 1964 a agosto de 1971), e o então governador de Pernambuco, Paulo Pessoa Guerra (abril de 1964 a janeiro de 1967). Por serem figuras públicas bastante conhecidas e ocuparem sempre o primeiro plano das imagens, são figuras de fácil identificação.

Um aspecto de não menor importância é a relação dos três personagens com o fotógrafo (desconhecido) que produziu as imagens: Castelo Branco não foi fotografado olhando para a câmera, sendo retratado como se ao seu lado não houvesse um (ou talvez mais de um, como veremos a seguir) fotógrafo; Paulo Guerra também não olha para as lentes diretamente, mas parece ter uma expressão corporal mais relaxada; já o reitor Murilo Guimarães assume, em diversas imagens, a presença do fotógrafo e, mais do que isso, em algumas fotos ele olha para as lentes, assumindo a postura de quem está verificando se o fotógrafo está realmente fazendo o seu trabalho de registro a contento. Esta postura pode estar vinculada com o fato de que era Murilo Guimarães o dono da casa, aquele encarregado de que tudo transcorresse bem e que a ilustre personalidade ali presente fosse devidamente reconhecida.

Quanto ao restante da comitiva, que pode ser estimada em cerca de quarenta pessoas, podemos inferir, observando-se a indumentária e as posturas físicas, tratar-se de militares fardados de alta e baixa patente, guarda-costas à paisana, e membros do corpo docente e técnico-administrativo da UFPE. Contudo, dada a profusão de pessoas, sua identificação individual é praticamente impossível sem que recorramos a fontes orais, que não puderam ser utilizadas no âmbito desta pesquisa e para o período em questão, já não é tão abundante.

Por fim, um último aspecto relativo às pessoas retratadas é a total ausência de estudantes. Nenhum dos retratados parece ser estudante universitário.

Quanto ao local das imagens pudemos realizar a identificação principalmente em virtude das altas colunatas e do pé-direito alto que aparecem em algumas fotos, pois o Centro de Ciência da Saúde, da UFPE é o único prédio da instituição que os possui. Também o auditório principal do CCS pôde ser reconhecido do ponto de vista espacial, muito embora atualmente o espaço já possua outra decoração interna e esteja denominado como Auditório Jorge Lobo.

O auditório onde as três figuras principais falam é o único lugar que parece ter sido decorado, pois podemos ver um arranjo de flores e uma tapeçaria sobre a mesa principal, nada mais. Apesar da decoração, os civis presentes não vestem as capas características das solenidades acadêmicas. Sobre as mesas nada além de alguns quepes, no caso dos militares, e os cinzeiros que ainda não tinham sido banidos até a década de 1990. Destes detalhes podemos inferir que todos se encontravam ali reunidos em virtude da visita do presidente da república.

Efetivamente, nas fotos fora do auditório, o gestual dos retratados costuma estar indicando coisas para serem observadas, como se tratasse de uma visita para apresentar o espaço físico ao presidente da República, e de fato, em nenhuma foto aparece nada que sugira estar sendo realizada alguma inauguração. Pelo contrário, em algumas das fotos já é possível notar que o espaço físico retratado já se encontrava construído há algum tempo, pois, podemos perceber em alguns locais, manchas causadas pela exposição contínua das estruturas ao sol e à chuva. Em uma das áreas internas podemos observar uma mancha escura no teto, aparentemente uma infiltração.

Em síntese podemos afirmar que informações contidas nas imagens sugerem uma visita de cortesia do então presidente Castelo Branco ao Centro de Ciências da Saúde da UFPE. Qualquer outra interpretação

é completamente dependente de informações extrínsecas, que foram buscadas quando da constituição do corpus fotográfico, conforme procedimento apresentado a seguir.

Antes, porém de passar ao item seguinte, consideramos importante proceder, a título de esclarecimento para o leitor, uma breve comparação entre a metodologia proposta por Guran e aquela proposta por outros autores, pois, para alguns teóricos a *leitura da fotografia* deve ser realizada concomitantemente com a construção do *corpus fotográfico*.

A proposta metodológica de Reis (2014), por exemplo, advoga a realização de uma *literacia visual*, ou seja, "a leitura das fotografias e a tradução do seu conteúdo através das palavras e que deve ir além da simples enumeração dos elementos visíveis na mesma" (REIS, 2014, p.10, grifo nosso). Esta operação metodológica se constitui num exercício que requer um levantamento de informações as quais serão relacionadas ao documento visual, posto que nem sempre a fotografia traz em si alguma informação registrada. Contudo, mesmo quando estas informações estão presentes não devem ser tomadas como um dado absoluto, mas compreendidas como indicações de um caminho a ser percorrido. Neste sentido, é imprescindível a realização de procedimentos que transmutem uma linguagem visual para uma linguagem textual.

Dessa forma, Agustín Lacruz (2006), destaca que "o procedimento geral de análise documental de conteúdo imagético requer o estabelecimento de um modelo conceitual que guie todo o processo e inclua a compreensão de seu contexto de comunicação, os procedimentos de análise e os instrumentos de normalização documental" (AGUSTÍN LACRUZ, 2006, p. 88). Considerando esses aspectos, a autora apresenta um procedimento para análise de conteúdo da imagem pictórica, distribuído em quatro operações, a saber: visualização, determinação do conteúdo, documentação exógena e a representação documental da imagem selecionada.

O primeiro ato que é realizado se constitui na visualização do documento fotográfico. É o primeiro contato entre o pesquisador e o

documento, é o momento em que se percebe, através de uma análise externa, o que contém no documento, compondo assim, o exame e leitura da fotografia. Esse processo é seguido pela determinação do conteúdo culminando numa descrição, identificação e interpretação do que a fotografia representa, destacamos que esta operação ainda está fundamentada na visualização extrínseca, ou seja, é a *segunda realidade* da fotografia:

> *Toda a fotografia que vemos, seja o artefato fotográfico original obtido na época em que foi produzido, seja a imagem dele reproduzida sobre outro suporte ou meio [...] será sempre uma segunda realidade. O assunto representado configura o conteúdo explícito da imagem fotográfica: a face aparente e externa de uma micro-história do passado cristalizada expressivamente (*KOSSOY, 1999, p. 37*).*

Contudo, a outra realidade, *a primeira realidade,* a que se encontra oculta e não é apresentada na emulsão fotográfica (KOSSOY, 1999, p. 37) só é possível desvendar através da correlação externa com outras fontes. Neste caso, a documentação exógena é composta pela análise de um conjunto de fontes externas ao documento fotográfico analisado, esta correlação deve ser realizada a partir de outras fontes primárias e secundárias, tanto textuais quanto imagéticas. A partir do levantamento destas, é possível contextualizar o conjunto de documentos que está sendo organizado, contribuindo para a complementaridade das informações que o constitui.

Ratificando esta abordagem, Lissovsky (1983) afirma "a primeira coisa a mostrar em relação ao conteúdo da fotografia é o momento histórico que ela está retratando: fazer um movimento em direção ao contexto da imagem". (LISSOVSKY, 1983, p. 117).

Todas as metodologias/operações supracitadas contribuem, sobremaneira, para a representação documental dos conjuntos fotográficos, consistindo na organização da informação, através da elaboração de resumos documentais e uma indexação constituindo a representação dos

documentos que serão analisados em outros contextos. Consideramos, contudo, que a perspectiva de realizar inicialmente o procedimento de leitura da fotografia e apenas posteriormente a sua interpretação através da relação com fontes exógenas, constitui uma metodologia mais acertada, pois permite equacionar adequadamente as diversas fontes de informação disponíveis e eventuais discursos antagônicos que podem advir de usos diversos da mesma fotografia.

Assim, seguindo a metodologia de Guran, passamos a seguir para a construção do *corpus fotográfico* relativo ao conjunto que analisamos.

A constituição de um corpus fotográfico: a UFPE, o golpe de 1964 e a imprensa

Acompanhando a proposta metodológica de Guran (2012), a constituição de corpus fotográfico:

> *pode compreender, além das fotografias produzidas no âmbito da pesquisa, imagens de diversas procedências, tais como álbuns de família e similares, reportagens e outros tipos de documentação fotográfica, como relatórios científicos ou administrativos, registros policiais etc.* (GURAN, 2012, p. 66).

Buscamos assim compor um conjunto de fontes produzidas pela própria instituição UFPE, enquanto fontes externas à instituição. Na seleção destas fontes, consideramos fundamental compreender a trajetória institucional da UFPE, bem como o contexto político nacional.

A primeira tarefa foi sobrepor as datas-limite relativas à administração dos personagens identificados nas fotografias, a fim de tentar identificar um possível recorte cronológico para o conjunto ora em estudo e, de posse deste, buscar nos jornais de grande circulação as visitas presidenciais ocorridas em Pernambuco.

Assim, considerando que Castelo Branco foi presidente - entre abril de 1964 a março 1967 - e que Murilo Guimarães foi reitor - entre agosto

1964 a agosto 1971 -, delimitamos o período de 1964 a 1967 para a pesquisa no Diário de Pernambuco, escolhido por ser um jornal diário de grande circulação e disponível integralmente através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Como resultado deste primeiro levantamento identificamos tratar-se de visita realizada no domingo, dia 14 de agosto de 1966. Nesta ocasião Castelo Branco esteve no Recife atendendo ao convite do governador Paulo Guerra, tendo realizado a inauguração de diversas obras no Recife e participado de encontros políticos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1966, p. 3).

Castelo Branco já havia visitado o Recife em junho de 1964, logo após o golpe de primeiro de abril de 1964 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1964, p. 1), porém, nesta ocasião certamente não houve visita à UFPE, pois o Diário de Pernambuco narrou a visita pormenorizadamente, destacando as manifestações de apreço popular recebidas por Castelo Branco, que tinha sido comandante do IV Exército, no Recife, entre julho de 1962 e junho de 1963 (CPDOC, s/d) acrescentamos a isso o fato de Murilo Guimarães ainda não ser o reitor da UFPE.

Também houve uma visita de Castelo Branco ao Recife em 22 de junho de 1966, porém, tratou-se de visita rápida destinada a acompanhar os estragos de uma grande cheia ocorrida naquele período, que havia causado grandes danos na cidade. Também há descrição completa da visita no Diário de Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1966, p. 9).

Ao realizarmos as buscas no jornal identificamos a necessidade de estender a busca a todo o ano de 1966, pois a presença de Castelo Branco no Recife, e sua visita à UFPE, coincidia com as comemorações do 20º aniversário da instituição e, principalmente com a construção do campus universitário e com a reestruturação administrativa da instituição.

Assim, buscamos identificar como a UFPE estava representada no Diário de Pernambuco naquele ano, conforme analisaremos no item seguinte. Esta ampliação da pesquisa é exatamente parte da construção

do *corpus fotográfico*, cuja metodologia de construção também encontra correspondência metodológica com outros autores como, por exemplo, Lacerda (2012), para quem os significados das fotografias nunca poderão ser representados apenas por meio de uma "identificação temática" – a procura do contexto é um *requisito básico para uma futura recontextualização do documento em situações de pesquisa e de usos diversificados* (LACERDA, 2012, p. 289).

Pelo mesmo motivo buscamos compreender como a UFPE se auto representava neste momento, porém, no ano de 1966 ainda não existiam os jornais internos publicados pela Universidade, que começaram a existir em 1968. Buscamos então compreender o contexto do reitorado de Murilo Guimarães, a fim de analisar quais eram suas relações com o regime. Para isso lançamos mão de obra publicada ao final do seu mandato, em 1971, que apresenta um significativo registro das atividades desenvolvidas naquele período (UFPE, 1971).

Por fim, buscou-se conhecer, também do ponto de vista interno à UFPE, as vozes do corpo docente, discente e administrativo da instituição. O corpo discente da UFPE pôde ser ouvido através dos jornais consultados, pois 1966 foi um ano de muitos conflitos (inclusive embates físicos) com os poderes constituídos, pois neste ano explodiram as limitações impostas pela Lei Suplicy (lei 4464/1964), que cerceava e regulava a atividade das associações estudantis.

Já o corpo docente e administrativo só pôde ser acessado através de entrevistas ulteriores, realizadas por volta de 2009, pelo prof. Evson Santos, que as publicou pouco tempo depois (SANTOS, 2012). Apesar da distância temporal com o ano de 1966, que certamente cria novas interpretações sobre o passado, estes testemunhos são, em alguns casos, os únicos disponíveis sobre aquele período.

Em síntese, o *corpus fotográfico* desta pesquisa constituiu-se de dois jornais da época de produção das fotos (1966), uma publicação institucional da UFPE, publicada poucos anos após a visita (1971), e

entrevistas colhidas, contemporaneamente, com ex-dirigentes da UFPE. Este conjunto de fontes busca cobrir as diversas vertentes de informação disponível sobre o contexto em estudo, sem, contudo, esgotá-las, dada a limitação deste trabalho e à total impossibilidade de que qualquer pesquisa esgote as fontes possíveis para análise das relações sociais.

Destacamos que tanto na pesquisa em antropologia, tal como proposta por Guran, quanto na pesquisa em história, a fotografia que é objeto de estudo termina por representar uma espécie de interrupção do tempo. Tudo o que foi capturado e que se encontra retratado, para sempre permanecerá interrompido e isolado na superfície fotossensível. A cena retratada tem o poder de eternizar o momento, sem que nenhum contemplador tenha a sensação de ausência (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 8). Como contraponto a essa interrupção, as fontes que constituem o *corpus fotográfico* se apresentam como representantes de temporalidades diversas, pois foram produzidas em contextos diversificados e com funções que são, muitas vezes, desconectadas daquelas que deram origem às fotografias em análise. Longe de ser um problema, acreditamos que esta situação – desde que apontada claramente no âmbito metodológico - enriquece as perguntas e análises que o pesquisador pode fazer em relação ao seu objeto de estudo.

Passamos a seguir à última etapa da metodologia de análise da fotografia como objeto da pesquisa, na qual finalmente fazemos a articulação entre as fotografias e os textos colhidos no *corpus fotográfico.*

Articulação entre texto e foto – A fotografia entre dores, memórias, silêncios e cientistas

Fotografias possibilitam várias interpretações e leituras, isso se torna mais sistemático quando são *mantidas em contexto e em relação com materiais associados*. Kossoy (2012) evidencia:

> *o exame das fontes fotográficas jamais atingirá sua finalidade se não for continuamente alimentado de informações iconográficas (necessárias aos estudos comparativos) e das*

> *informações escritas de diferentes natureza contidas nos arquivos oficiais e particulares, periódicos da época, na literatura, nas crônicas, na história e nas ciências vizinhas. (*KOSSOY, 2012, p. 82*).*

Deste modo, construir a relação do conteúdo imagético das fotografias ora em análise com o *corpus fotográfico* que foi pesquisado passa, necessariamente, por compreender as relações subjacentes à visita de cortesia do então presidente Castelo Branco ao Centro de Ciências da Saúde da UFPE em 15 de agosto de 1966.

Inicialmente transcrevemos o que o Diário de Pernambuco diz sobre o fato:

> *O presidente Castelo Branco, às 8:40 de ontem, presidiu, na Cidade Universitária, a solenidade de inauguração dos prédios das Faculdades de Química e Farmácia e visitou, posteriormente, outras unidades construídas naquele centro de ensino superior.*
>
> *O ato verificou-se no auditório da Faculdade de Medicina, tendo o reitor Murilo Guimarães, antes de pronunciar o seu discurso, solicitado um minuto de silêncio, em homenagem à memória do professor Monteiro de Morais, ontem falecido.*
>
> *O governador Paulo Guerra esteve presente às solenidades, acompanhado de auxiliares diretos, bem como os membros da comitiva presidencial, autoridades e convidados especiais. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de agosto de 1966, p. 8).*

O que primeiro nos chama a atenção é a notícia se referir às inaugurações de prédios, quando no item *leitura da fotografia* pudemos inferir que nenhuma foto apresenta um momento de inauguração solene e que alguns dos prédios fotografados já apresentavam sinais de desgaste físico.

Buscando outras informações sobre a UFPE no mesmo Diário de Pernambuco, identificamos que a questão da construção da Cidade Universitária era um problema de grandes proporções. Em fevereiro de

1966 apenas oito dos quarenta conjuntos de edificações planejadas em 1951, pelo então reitor Joaquim Amazonas, estavam concluídos, a saber:

> *cadeiras básicas da Faculdade de Medicina, Instituto de Antibióticos, Instituto de Química, Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE), Escola Superior de Química, Oficinas Gerais, Centro de Energia Nuclear e a Rádio Universidade. Funcionando em instalações provisórias, estão o Departamento de Planejamento e Obras da Universidade Federal de Pernambuco, Escola de Enfermagem e Instituto de Ciências do Homem. Encontra-se em andamento a construção da Faculdade de Farmácia, Faculdade de Filosofia, com vários institutos centrais da UFP; Escola de Engenharia e do Restaurante Universitário* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 fev. 1966, p. 11).

Inferimos, portanto, que as *inaugurações* ocorridas em agosto tinham o caráter de prestação de contas, pois apesar de já estar em funcionamento desde o começo do ano, foi inaugurada a Faculdade de Química, juntamente com a de Farmácia que, de fato, ainda estava em obras em fevereiro de 1966.

Além da prestação de contas, certamente o reitor Murilo Guimarães buscava também comprometer o presidente Castelo Branco com a continuidade das obras da Cidade Universitária, pois o maior motivo da demora nas obras era *o dinheiro, ou, como preferem os burocratas, verbas suficientes* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 fev. 1966, p. 11).

No discurso de Murilo Guimarães – integralmente transcrito pelo Diário de Pernambuco – este se justifica no que diz respeito à inauguração de um prédio já construído – "Das obras que hoje se inauguram, algumas com atraso justificado pelo desejo de serem associadas numa solenidade única, na presença da mais elevada autoridade do país" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 ago. 1966, p. 8) – ao mesmo tempo em que pede o apoio do governo federal para a liberação de recursos para a continuidade das obras, em especial daquelas destinadas às moradias de professores e funcionários na área do campus:

Além deste pedido, que aparece no discurso oficial, outros já haviam sido formulados anteriormente, pois a própria construção do prédio de Odontologia, recém inaugurado, havia sido financiada por um convênio entre UFPE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), levado a efeito com parceria da SUDENE, órgão estratégico de atuação do governo federal na região Nordeste (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 fev. 1966, p. 11). A dependência de recursos externos implicava sempre na intermediação do governo federal como, por exemplo, em novo pedido de empréstimo ao BID, desta vez de dois milhões de dólares a serem aplicados em diversas universidades brasileiras (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 ago. 1966, p. 3).

Além das questões financeiras, outros problemas tensionavam as relações com o governo federal, apenas dois anos após o fim do regime democrático, tanto da parte dos estudantes como da parte dos docentes da UFPE.

A própria escolha de Murilo Guimarães como reitor havia ocorrido como uma espécie de solução de consenso: o reitor anterior da UFPE, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, *foi cassado pelo apoio que deu a Paulo Freire* (SANTOS, 2012, p. 236), assumindo interinamente seu vice-reitor Newton Maia.

Mesmo interino, também este reitor foi perseguido pelos militares, pois segundo nos conta a profª Maria Antônia Mac Dowell: "ele era vice-reitor de João Alfredo, quando veio a revolução já tinha mais do que tempo para se aposentar e ingressou com pedido de aposentadoria. Os militares foram a ele e pediram que retirasse o pedido de aposentadoria e assumisse a Reitoria" (SANTOS, 2012, p. 238). Porém, após a transmissão do cargo para o novo reitor, os militares "'cassaram' o cargo do qual ele tinha pedido aposentadoria, e eles o tinham convencido a retirar o pedido..." (SANTOS, 2012, p. 240).

Assim, Murilo Guimarães assumiu a reitoria em um contexto de tentativa de conciliação com o regime, sendo indicado em primeiro lugar

na lista tríplice[8] e suplantando dois outros candidatos com perfil mais próximo dos militares (Barros Lima e Newton Sucupira).

Jônio Lemos, que foi vice-reitor de Murilo Guimarães, narra uma grande articulação política do Conselho Universitário durante a sua eleição como reitor (SANTOS, 2012, p. 162 – 164) e Maria Antônia Mac Dowell afirma que o Conselho pediu que ele assumisse o cargo:

> *Ele deve ter passado em revista os "sinais dos tempos", as coisas que aí estavam, na Universidade e fora dela – perseguições, arbítrios, violências – e até onde previsíveis, as que estavam por vir. Deve ter ponderado que, na medida em que brechas ou margens se oferecessem por onde evitar-lhes ou atenuar-lhes a incidência dentro da Universidade, sobre membros da comunidade acadêmica, essas margens não podiam ser desperdiçadas. Deve sobretudo ter considerado a inarredável necessidade de evitar que, compactuando com essas coisas, a Universidade com elas se degradasse. Essas considerações decerto estiveram presentes em sua decisão de atender àquele apelo do Conselho Universitário. E estes foram, não mais apenas "considerações", já agora os propósitos com que assumiu e exerceu a Reitoria, traduzidos nas consequentes atitudes, posições, decisões, que testemunhei. (*SANTOS, 2012, p. 240-241*).*

Diante deste contexto, é fácil compreender o olhar de supervisão que identificamos em Murilo Guimarães. Atento ao fotógrafo, o reitor supervisiona não apenas o registro do fato, mas todas as relações da Universidade com os militares, pois ali encontravam-se presentes todos os símbolos da nova ordem: numerosos ajudantes civis de um governador não eleito, militares de altas patentes supervisionando todos os detalhes de segurança, seguranças a paisana postados ao longo das áreas da visita, militares de baixas patentes transitando livremente e a imprensa completamente tolhida.

8. Não se pode esquecer que ainda hoje a eleição para reitor implicava na construção de uma lista com três nomes para reitores e três para vice-reitores, todos eleitos pelo Conselho Universitário entre os seus próprios membros. Contudo, os governos militares não se atinham à indicação do topo da lista, escolhendo os candidatos que melhor lhes aprouvessem.

Assim, a cobertura feira pelo fotógrafo (desconhecido) da UFPE furava um cerco que nem mesmo os jornalistas credenciados pelo governo do Estado haviam conseguido furar, conforme fora amplamente noticiado pelo Diário de Pernambuco:

> *As credenciais distribuídas pela Casa Civil do governo do Estado, para a cobertura jornalística da visita presidencial, não tiveram validade. No aeroporto apenas tiveram acesso à pista onde desembarcou o presidente, as identificações que traziam o carimbo vermelho do comando da Segunda Zona Aérea.*
>
> *No Palácio do Governo, apesar do grande número de repórteres ter apresentado, no portão de entrada, as credenciais assinadas pelo Chefe da Casa Civil, sr Marcos Vinicius Vilaça, não foi permitido o acesso, permanecendo todos no saguão de entrada, exceto um repórter amigo do inspetor Osvaldo Rabelo, que comandava a segurança no local. Até mesmo os jornalistas da Assessoria de Imprensa do Governo foram barrados. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 ago. 1966, p. 8*).*

O Diário de Pernambuco publicou apenas duas fotografias da visita à UFPE (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 fev. 1966), muito semelhantes em enquadramento àquelas que estão aqui reproduzidas. Em uma delas, curiosamente, aparece ao longe, em terceiro plano, um único fotógrafo, fazendo uma foto em outro ângulo do aperto de mão de despedida entre Castelo Branco e Murilo Guimarães. Percebemos, portanto, que o trabalho de registro que ali ocorria não era uma atividade singular, corriqueira no dia-a-dia dos jornalistas da época[9].

Neste contexto de exceção, é importante apontar um dos possíveis motivos para a visita ter acontecido em um domingo: com a universidade sem expediente haveria menores chances de ocorrerem manifestações estudantis.

9 Neste sentido é importante lembrar que o célebre caso do atentado à bomba ocorrido no Aeroporto dos Guararapes tinha ocorrido há apenas um mês, em 14 de julho de 1966. Nesta ocasião foram mortos o jornalista Edson Régis e o Almirante Nelson Gomes Fernandes; ficaram feridas outras 15 pessoas. Para maiores informações ver: <http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhacosdaverdade/site/>.

Na UFPE acontecera, em 1965, uma invasão na reitoria (que naquele período ainda funcionava na rua do Hospício, centro do Recife) e o reitor, tendo sido chamado para depor, alegou que estando sob forte abalo emocional não era capaz de identificar nenhum dos alunos envolvidos no ato (SANTOS, 2012, p. 242).

No ano seguinte, um mês após a visita de Castelo Branco, em 18 de setembro de 1966, ocorreu violenta repressão policial quando da tentativa de realização de uma manifestação dos universitários. Nesta ocasião a polícia militar chegou a invadir a Igreja de Santo Antônio, onde os estudantes estavam abrigados, acreditando que a polícia não invadiria o templo (DIÁRIO DA MANHÃ, 26 set. 1966, p. 5).

De acordo com as notícias do Diário da Manhã, a visita do presidente Castelo Branco à UFPE aconteceu exatamente no auge das manifestações estudantis que protestavam não apenas contra a ditadura e a promulgação da Lei Suplicy, mas também contra a prisão do estudante de engenharia da UFPE, Aécio Matos, que fora encarcerado cinco meses antes. Em setembro de 1966 até a Anistia Internacional encontrava-se mobilizada, tentando libertar o estudante (DIÁRIO DA MANHÃ, 19 set. 1966, p. 5).

Neste contexto não havia, de fato, condições de realizar as inaugurações na UFPE no segundo dia da visita, que era uma segunda-feira, dia 15 de agosto.

Muito ainda poderia ser dito sobre as relações do conjunto fotográfico com o *corpus documental* aqui identificado. Dezenas de fatos e de relações pessoais, institucionais e nacionais poderiam ser mobilizados na interpretação destas imagens, contudo, para os fins deste trabalho, tencionamos apenas apresentar uma proposta metodológica de análise de fotografias como objetos de pesquisa, realizando, ao mesmo tempo, uma revisão da principal bibliografia sobre o assunto. A interrelação com os textos nos traz muitas possibilidades de interpretação, contudo, é a imagem que as suscita, tanto nas suas falas quanto nos seus silêncios.

Considerações Finais

Uma das funções atribuídas à fotografia, desde a sua invenção, foi a de prova, utilizada para comprovar um determinado fato. Ao longo do seu desenvolvimento e da alteração acerca de sua condição, esse aspecto também passou por modificação. Nesse sentido, outras utilizações foram sendo percebidas, e, sobretudo, popularizou-se o seu uso como fonte de pesquisa para a construção do conhecimento. Essa perspectiva demandou a elaboração de métodos específicos para o tratamento desta tipologia documental, suscitando do pesquisador cuidado na análise das diversas decisões metodológicas possíveis.

Nas fotografias analisadas, as ausências, as posturas e os olhares falam mais do que os sorrisos, apertos de mão e poses estudadas.

Se para a compreensão do método de análise da fotografia, esta breve análise do corpus fotográfico e sua interação com os textos já é instigante e reveladora, muito ainda há para estudar sobre o Brasil e a sua última ditadura, em especial, muito ainda há que para estudar sobre os anos anteriores ao Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968, quando a ditadura dava os seus primeiros passos e tanto os cidadãos quanto as instituições estavam começando a se conformar com o modus operandi da falta da expressão e da repressão física e moral.

Referências

AGUSTÍN LACRUZ, Maria Del Carmen. *Análisis documental de contenido del retrato pictórico:* propuesta epistemológica y metodológica aplicada a la obra de Francisco de Goya. Cartagena: 3000 Informática, 2006. 271 p. (Tendencias, 3). Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14286/>. Acesso em: 15 jun. 2013.

ALBUQUERQUE, Marli Brito M., KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000300008#nota6>

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>

BOADAS, Joan; CASELLAS, LLuís-Esteves; ÁNGELES, Suquet M. *Manual para la gestión de fondos e colecciones fotográficas.* Girona: CCG Ediciones, 2001.

Brasília, REIS, Ana Catarina Mateus. *As imagens médicas do Hospital Miguel Bombarda – proposta para o seu tratamento documental.* Dissertação (Mestrado), Universidade Nova Lisboa, Portugal, Lisboa, 2014.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. A Construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/36791/23802>

CARDOSO, C. F., MAUAD, A. M.. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401 a 417.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de; FILLIPI, Patrícia de. *Como tratar coleções de fotografias*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FELIZARDO, Adair, SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. *Discursos fotográficos,* Londrina, v.3, n.3, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1500/1246>

GURAN, Milton. *Documentação fotográfica e pesquisa científica:* notas e reflexões. XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia. Disponível em:<http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf>

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história.* São Paulo: Ateliê documental, 2012.

_____. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.* São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.

LISSOVSKY, Maurício. *A fotografia como documento histórico*. In: Fotografia, Ciclo de Palestras sobre fotografias. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983. p. 117-126.

LOPEZ, André Porto Ancona. Organização de arquivos de documentos imagéticos. In: *História*, São Paulo, 16: 1-323, 1997, p. 279 a 296.

MARTINI, Gerlaine Torres. *A fotografia como instrumento de pesquisa na obra de Pierre Fatumbi Verger.* Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, 1999.

MÜLLER, Tainá. *A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa:* imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor - SAM (1959-1961). Anped: Minas Gerais, 2006. Disponível em:<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT02-1796--Int.pdf>

ROUILLÉ, André. *A fotografia:* entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SANTOS, Evson M. de M. (org). *UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores.* Recife: EdUFPE, 2012.

SOUSA, Fábio d'Abadia. *Fotografia e memória em Marcel Proust.* I Encontro de História da Mídia da Região Norte. Palmas, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos-nucleos/artigos/Fotografia%20e%20memoria%20em%20Marcel%20Proust.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Reitorado Murilo Guimarães:* 1964 -1971. UFPE: Recife, 1971.

VIEIRA, Daniela Martorano. Recordatórios: notas sobre memória e fotografia. Unisul: *Crítica Cultural,* 2009. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/critica/0402/040223.pdf>

ZARZUELA. José Lopes. A importância da fotografia judiciária na perícia. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/index>

Jornais

DIÁRIO DA MANHÃ. *Decidem os estudantes: greve geral e nova passeata contra brutalidade de polícia*. Pernambuco, p.05, 26 de set. de 1966. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1966&PagFis=367>

DIÁRIO DA MANHÃ. *Movimento Anistia Internacional pede libertação de Aécio Matos.* Pernambuco, p.05, 19 de set. de 1966. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1966&PagFis=359>

DIARIO DE PERNAMBUCO. *Castelo hoje no Recife para receber homenagens de todos os pernambucanos*. Pernambuco, p.01, 05 jun. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=29632>

_____. *Confirmado: Castelo virá domingo.* Pernambuco, p. 03, 11 ago. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&PagFis=44612>

_____. *Enchentes de 1965 e 66 mataram em Pernambuco 128 pessoas.* Pernambuco, p. 09, 22 jun. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=43686>

DIARIO DE PERNAMBUCO. Castelo hoje no Recife para receber homenagens de todos os pernambucanos. Pernambuco, p.01, 05 jun. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=29632>

_____. Falta de verbas retarda construção da Cidade Universitária. Pernambuco, p. 09, 13 fev. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=43686>

DIARIO DE PERNAMBUCO. Enchentes de 1965 e 66 mataram em Pernambuco 128 pessoas. Pernambuco, p. 09, 22 jun. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=43686>

_____. *Confirmado:* Castelo virá domingo. Pernambuco, p. 03, 11 ago. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&PagFis=44612>

DIARIO DE PERNAMBUCO. Rigorosas medidas de segurança cercaram desembarque do presidente. Pernambuco, p. 03, 16 ago. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=44714>

Sites

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Humberto de Alencar Castelo Branco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>

ESTILHAÇOS DA VERDADE, JORNALISMO INVESTIGATIVO. Disponível em: <http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhacosdaverdade/site/>

Sobre os autores

Alexandre Bittencourt Leite Marques é doutorando no programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Évora/Portugal e mestre em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua, principalmente, em História Social da Cultura, conservação e pequenos restauros de documentos escritos, prospecção e salvamento arqueológico, desenvolvimento local sustentável. É professor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (Seduc-PE), e pesquisador do "Sistema de Consulta Prosopográfica: perfil social, trajetória e documentação de Pernambuco Colonial (1640-1822) - CNPq/UPE. Suas publicações mais relevantes são: OLIVEIRA, A. L. N.; BITTENCOURT, A. Inventário dos bens do casal: família, elite local e bens materiais em Cimbres, nos sertões de Ararobá de Pernambuco (1762-1836). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 67, p. 53-90, 2014. MARQUES, A. B. L.; SAMPAIO, J. C.; MARQUES, C. B. L.; BARRETO, C. M. F. (Orgs.). *Transitando pela História*: Documentos do Poder Legislativo de Pernambuco. Recife: Editora da Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2012. MARQUES, A. B. L.; SILVA, K. V.; NASCIMENTO, R. X. ; MELO, M. C. B. ; LEMOS, A. Nas Límpidas Lagoinhas dos Sertões de Pernambuco: espaços, habitações e cultura material (1775-1834). In: SILVA, K. V.; NASCIMENTO, R. X.; MELO, M. C. B. (Org.). *Fragmentos de Histórias do Nordeste*: Visões Sócioculturais do Mundo Açucareiro ao Sertão. Recife: Edupe, 2012, v. 1, p. 7-277.

Ana Cláudia de Araújo Santos é museóloga do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco e mestre em Ciência da Informação pela mesma IES. Suas publicações mais recentes: SANTOS, A. C. de A.; MARQUES, C. L. Tratamento e organização de coleções fotográficas. In: II Seminário Brasileiro de Museologia, 2015, Recife. *Anais do II Seminário Brasileiro de Museologia*, 2015. SANTOS, A. C. de A.; RIBEIRO, E. S. Imágenes fotográficas: una mirada a la historia de la UFPE. In: *V Encuentro de Museos Universitarios del Mercosur – II de Latinoamérica y del Caribe*, 2014, p. 202-215. PINHO, F. A.; SANTOS, A. C. de A. Os retratos dos reitores da Universidade Federal de Pernambuco e seus aspectos memoriais (1946-1971). In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2014, Pampulha, Belo Horizonte. *Anais do XV ENANCIB*, 2014, v. 1, p. 4112 – 4126.

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira é professora do Curso de História e da Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e do Curso de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de Sergipe. Suas publicações mais recentes são: OLIVEIRA, A. L. N.; SILVA, N. E. A. A Construção do Imaginário Holandês na Ilha de Itamaracá: do Século XVI às Sucessivas Muralhas no Tempo - Vila Velha – PE/Brasil. *Antrope*, v. 2, p. 190-206, 2015. OLIVEIRA, A. L. N.; LUNA, S. C. A. Patrimônio Arqueológico e a Educação patrimonial: projeto expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História. *História Unicap*, v. 2, n. 3, p. 99-107, 2015. OLIVEIRA, A. L. N.; BITTENCOURT, A. Inventário dos bens do casal: família, elite local e bens materiais em Cimbres, nos sertões de Ararobá de Pernambuco (1762-1836). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 67, p. 53-90, 2014.

Bruno Melo de Araújo é professor do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins – UNIRIO/

MAST. Atua, principalmente, com os temas: museus e patrimônio cultural de ciência e tecnologia, patrimônio universitário, cultura material. Participa da organização dos livros: *Textos e Contextos*: Escritos em História Social da Cultura. Recife: UFPE, 2015. ARAÚJO, B. M.; SILVA, L. V.; SILVA, L. V.; GUIMARÃES, J. (Orgs.). *História e Contemporaneidade*: Articulando espaços, construindo conhecimentos. Recife: UFPE, 2015.

Diogo Arruda Carneiro da Cunha é doutor em História pela Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e pós-doutorando (PNPD-CAPES) em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. É membro do laboratório PRAETOR (Grupo de Estudos Sobre Poder Judiciário, Política e Sociedade). É autor do livro *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão*: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Recife: Editora da UFPE, 2008.

Eliane Cristina Deckmann Fleck é professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Integrante da Rede de investigadores da Sociedade Internacional de Estudos Jesuíticos (SIEJ), com sede na EHESS, Paris (França) e da Red-HBP - Red de Historia de Brasil y Portugal -, com sede na UBA, Buenos Aires (Argentina), bem como dos Grupos de Pesquisa-CNPq Jesuítas nas Américas, Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo iberoamericano e História: Religiosidade, Cultura e Interculturalidade na América Latina. Dentre suas principais publicações estão os livros *As artes de curar em um manuscrito jesuítico inédito do Setecentos*: um estudo do Paraguay Natural Ilustrado do padre José Sanchez Labrador (1771-1776). São Leopoldo: Oikos Editora, 2015, e *Entre a caridade e a ciência*: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII). São Leopoldo: Editora Oikos/Unisinos.

Emanuela Sousa Ribeiro é professora do curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Suas publicações mais recentes são: Projeto Valorização do Patrimônio de C&T Brasileiro: Resultados em Pernambuco. *Museologia e Patrimônio*, v. 8, p. 29-56, 2015;

Museus em Universidades Públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, p. 88-102, 2013; Reflexões sobre seleção do patrimônio cultural de C&T recente: análise da aplicação dos critérios propostos por Universeum Working Group on Recent Heritage of Science. *Ciência da Informação* (Online), v. 42, p. 454-470, 2013.

Flavio José Gomes Cabral é professor do curso de História da Universidade Católica de Pernambuco e seu atual coordenador. Membro do Conselho Editorial da revista *História Unicap*. Atua, principalmente, nos temas: messianismo e sebastianismos luso-brasileiros, revoltas, história de Pernambuco, cultura política do período joanino, Independência do Brasil. É autor das seguintes obras: *Fontes pernambucanas para a história da Independência do Brasil, 1810-1822*. Recife: CEPE, 2014. *Conversas reservadas*: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013; *Paraíso terreal*: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador, 1820. São Paulo: Annablume, 2004.

Ivone Szczepaniak é mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, da Universidade Federal de Santa Maria. Professora da rede de ensino municipal da Barra do Ribeiro/RS. Dedica-se aos temas da história das prisões, hospitais psiquiátricos e imigração.

José Carlos da Silva Cardozo é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Editor da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais e Secretário da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS). Suas últimas publicações: O gênero no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre. *Esboços* (UFSC), v. 20, p. 121-139, 2014; Orfani italiani no Juízo dos Órfãos (final do século XIX). *Anos 90* (UFRGS), v. 20, p. 273-293, 2013; e *Enredos Tutelares*: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX. São Leopoldo/RS: Oikos/Editora UNISINOS, 2013.

Luís Manuel Domingues do Nascimento é professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco. Atualmente desenvolve estudos e pesquisas sobre a história recente da cidade do Recife (1964 até 1985). É autor de Intervenções urbanas na cidade do Recife: uma igreja no meio do caminho de uma avenida. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, p. 137-160, 2015. Recife: uma capital do nordeste no capitalismo tardio. *História Unicap*, v. 1, p. 126-142, 2014. Os protocolos das modernizações urbanas na história recente do Recife. *Clio. Série História do Nordeste* (UFPE), v. 30.1, p. 1-19, 2012.

Maria Emília Vasconcelos dos Santos é professora da Universidade Católica de Pernambuco e da Faculdade Boa Viagem. Realiza pós-doutorado em História na UFPE. Atua, principalmente, nos temas de história dos trabalhadores de engenhos, abolição, pós-abolição, relações de gênero e relações étnico raciais. É autora do livro *Moças Honestas ou Meninas Perdidas*: um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888). Recife: Editora da UFPE, 2015.

Marieta Pinheiro de Carvalho é professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira. É autora de livros, artigos e capítulos, dentre os quais se destacam: *Uma ideia ilustrada de cidade*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008; A política colonial lusa na administração de d. Fernando José de Portugal (1801-1806). *Revista Ultramares*, v. 1, p. 173-190, 2014; Administração e ação política na Corte do Rio de Janeiro: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 25/2, p. 45-58, 2012.

Mauro Dillmann é professor no Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande. Membro do Grupo de Pesquisa-CNPq Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo ibero-americano, e atual coordenador do Grupo de Trabalho-ANPUH-

RS, História das Religiões e Religiosidades. Autor do livro *Morte e Práticas fúnebres na Secularizada República*. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

Miquéias Henrique Mugge é graduado e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Últimas publicações: MOREIRA, P. R. S.; MUGGE, M. H. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. 2ª edição. São Leopoldo: Oikos, 2014; MUGGE, M. H. *Prontos a contribuir*: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012. MUGGE, M. H.; COMISSOLI, A. *Recrutamento militar no Brasil (século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

Paulo Roberto Staudt Moreira é professor do curso e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista de Produtividade CNPq, Vice-presidente da Associação Nacional de História/RS. Últimas publicações: MOREIRA, P. R. S.; MUGGE, M. H. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. 2ª edição. São Leopoldo: Oikos, 2014; MOREIRA, P. R. S., Martins, M. C. B.; WITT, M. A. *Quadros Alternados de E. T. Bösche*: Imigrantes e Soldados no Rio de Janeiro 1825-1834. São Leopoldo: Oikos, 2014; MOREIRA, P. R. S., AL-ALAM, C. C.; PINTO, N. G. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro*: práticas calhambolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.

Raul Rois Schefer Cardoso é professor do Centro Universitário La Salle e Colégio La Salle Canoas. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. As suas principais produções: CARDOSO, R. R. S.; MOREIRA, P. R. S.; PENA, R. *Duelo de Farroupilhas*: documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha, 1835-1845. São Leopoldo: Oikos, 2015; CARDOSO, R. R. S.; MOREIRA, P. R. S.; PENA, R. *Os Soldados Libertos são os mais valentes*: Documentos sobre a Revolução Farroupilha. São Leopoldo: Oikos, 2014; CARDOSO, R. R. S. *Escravidão rural*: Formação de um território negro no Vale do Cai-RS (1870-1888). Porto Alegre: EST Edições, 2007.

Ricardo de Aguiar Pacheco é professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, nos cursos de Pedagogia e História, e no Programa de Pós-Graduação em História. Tem experiência nas áreas de História e Educação. Atual coordenador da PGH/UFRPE e do Laboratório de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social. Atua, principalmente, em temas sobre representações e práticas sociais, patrimônio cultural, memória social, ensino de história, educação em museus e história da educação.

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira é graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e mestre em História Social da Cultura Regional pela mesma IES. Apresenta experiência em arqueologia histórica e pré-histórica, bem como no desenvolvimento de atividades de Educação Patrimonial e manejo de ações de conservação de bens do Patrimônio Cultural brasileiro.

Tiago da Silva Cesar é professor do curso de História da Universidade Católica de Pernambuco. Editor da revista *História Unicap* e atual coordenador da Especialização em História do Nordeste do Brasil. Trabalha com a história das prisões, do crime, polícia e organização de acervos documentais. Coordena o projeto de extensão "Resgate do acervo documental da Santa Casa de Misericórdia do Recife". Suas últimas publicações: MOREIRA, P. R. S.; CESAR, T. da S.; CARDOZO, J. C. da S.; RÜCKERT, F. Q; SILVA, J. F. da. (Orgs). *Instituições e práticas de controle social*: perspectivas de pesquisa. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2016. *A ilusão panóptica*: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888). São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2015.

Título **História, cultura e patrimônio: experiências de pesquisa**

Organizadoress Tiago da Silva Cesar
Flavio José Gomes Cabral
Luís Manuel Domingues do Nascimento
Maria Emília Vasconcelos dos Santos

Diagramação Denise Simões

Capa Soraya Holder

Revisão de Texto Os autores

formato 15,5 x 22,0 cm
fontes Minion Pro, Swis 721 Cn BT

Oficina Gráfica | UFRPE